



# O Ideário Patrimonial O идеарио

*QUAL A CÔR  
DOS  
PATRIMÓNIOS?*



[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 14 // julho 2020 // Instituto Politécnico de Tomar

#### PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar  
Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

#### EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### DIVULGAÇÃO

Em Linha

#### DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar  
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar  
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

#### CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro  
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora  
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova  
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal  
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

#### DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

#### PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio n° 23591

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.





## Índice

EDITORIAL - SALVAGUARDA DOS PATRIMÓNIOS: SABOR AMARGO Ana Cruz .....	06
ALFONSUS LUSITANUS Thomas Gehring .....	17
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Maires Souza dos Anjos .....	26
OS CAMINHOS PORTUGUESES A SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ROTA PORTUGUESA Leandro Gomes .....	50
GOUVERNANCE TOURISTIQUE AU MAROC, DESTINATION MARRAKECH Fadwa Chbani Idrissi .....	75
QUEL PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION POUR LA VALORISATION TOURISTIQUE DES ZONES DE MONTAGNE AU MAROC Wahiba Moubchir, Fatima Ez-zahra Benkhallouq .....	99
ELEMENTO PATRIMONIAL PRECIOSO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ANGOLANAS: O LIVRO DIDÁTICO Teresa Almeida Patatas .....	119
HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA Diogo Menezes Costa .....	132
PATRIMOINE ET PATRIMONIALISATION: PROCESSUS ET NOUVEL ENJEU DE VALORISATION TERRITORIALE Hicham Saddou .....	182
PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE! Marcos Canetta Rufino, Roberto Michetti Moreira .....	221

MEMÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA CATAÇÃO DO CAFÉ NA ZONA PORTUÁRIA DE SANTOS-SP Kathelyn Kristinne Garcia da Silva .....	242
MUSEU, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO Eunice R. Lopes, Mónica Cardoso .....	256
MUSEUS E ROTAS CULTURAIS. FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DOS AÇORES José Luís Neto .....	269
O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO Vera Maria da Silva .....	301

## EDITORIAL

### SALVAGUARDA DOS PATRIMÓNIOS: SABOR AMARGO

**Ana Rosa Gomes Pinto da Cruz**

Técnica Superior

Arqueóloga

Ph.D. UTAD / Post-Doc UC

Instituto Politécnico de Tomar

[anarosacruz59@gmail.com](mailto:anarosacruz59@gmail.com)

Resumiremos o conteúdo do nº 14 da Revista “O Ideário Patrimonial” sublinhando que cada uma das contribuições publicadas pugnam pelo *Direito à Salvaguarda e Protecção dos Patrimónios*.

Estes Patrimónios pertencem à “*Cultural Mestiçagem da Aldeia Global*”; distintos nas suas idiossincrasias, mas sempre “... *remando contra uma maré invisível, todavia, assaz insidiosa...*”.

Não deixa de ser perverso e simultaneamente irónico retermos índices onomásticos, circulares, procedimentos, imposição jurídica de conceitos, determinação jurídica através da publicação de leis e decretos-lei, que muito raramente são implementados, se considerarmos que o Direito produz Leis que podem e são “*interpretadas*”.

Esta “*infeliz interpretação das leis produzidas em gabinete, com o absoluto desconhecimento das verdadeiras realidades de quem trabalha*”, incorpora em simultâneo “*O Perverso*” e “*O Irónico*”.

*Perverso* para quem tem a capacidade de ler, com olhar crítico.



*Perverso*, pois torna-se claro que as leis são redigidas “*utilizando escala métrica*”...

Definitivamente *Irónico*, pois assistimos não-impávidos e não-serenos à aplicação dessas “*interpretações*” enquanto “... *dois pesos e duas medidas* ...”.

*Irónico* (parafra-seando a minha amiga Teresa), porque algumas(uns) de nós tiveram o *azar* de nascer com o Sexo Errado, a Cor de Pele Errada, no País Errado, com uma Religião Errada e, quiçá, no Planeta Errado!!! ...

Quem se informa acerca dos acontecimentos que se passam no “*Mundo*” compreende ao que me refiro.

*Perverso e Irónico* sim, muito embora não se baixam os braços, nem se perde a coragem de seguir em frente! E porque “... *o Povo é sereno* ...”, muitos passarão à História, poucos, mesmo muito poucos, ficarão na História ....

Os artigos publicados no nº 14 em linha, serão agora apresentados aos nossos leitores:

*Alfonsus Lusitanus* simboliza a recuperação de informação sobre dois pequenos altares do segundo século d.C., encontrados na Primavera de 2019, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. O nome ALFONSVS encontra-se sobre um altar votivo. O autor é de opinião que este nome está relacionado com Alfonsus (o Sacrificador), visigodo romanizado.

*A Produção do Conhecimento Intercultural em Contextos Indígenas na Amazônia Legal, Brasil* é o resultado preliminar do investimento em projetos no Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE/UNICENTRO). Debruçam-se sobre a aproximação entre povos indígenas, Guajajara e Canela, e comunidades mestiças na região da Amazônia Legal – Barra do Corda e Fernando Falcão, Estado do Maranhão –; o principal objectivo investe na criatividade do desenvolvimento da alteridade, no hibridismo, nas crises, tensões e conflitos quando se pretende que exista comunhão entre culturas e etnias distintas.



*Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela: Origens e Transformações da Rota Portuguesa* dedica-se à trajetória milenar dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. São a segunda rota mais praticada por peregrinos ao culto jacobeu. Para um bom entendimento desta questão é apresentada a origem do culto a Santiago, os contextos históricos e a implementação desses Caminhos em território Português. Salienta-se o reconhecimento da UNESCO enquanto Património da Humanidade.

*Gouvernance Touristique au Maroc, Destination Marrakech* contribui com uma visão de gestão do Turismo em Marrocos, quer no plano regional, quer no plano nacional. A base teórica desta aproximação é influenciada pela teoria dos atores e proximidade geográfica e organizacional. “*Marrakech e o seu interior*” é um estudo de caso no qual foram aplicados métodos como a análise de documentos e a entrevista. O resultado sub-dividiu-se: 1. As Relações actuais relativas à “relação organizacional” a nível nacional são impossíveis sem que exista um investimento em todas as escalas; 2. Ausência do planeado em “visão 2020”, ou seja, Agências de Desenvolvimento Turístico.

*Quel Processus de Patrimonialisation pour la Valorisation Touristique des zones de Montagne au Maroc?* valorização turística através de agentes de estratégias e políticas territoriais trabalhando com recurso a bens patrimoniais, exemplo da montanha Marroquina. Discute-se que tal processo implica uma dinâmica na relação Património / Turismo, cuja natureza teórica é encontrada no modelo Co-Constitutivo. O sucesso deste empreendimento acarretou também o excessivo consumo do Património Ambiental, tendo sido esvaziado do seu próprio simbolismo. Este artigo é um convite à reflexão.

*Elemento Patrimonial Precioso nas Bibliotecas Universitárias Angolanas: o Livro Didático* surge como proposta aplicada à Educação em Angola. A Educação é um dos instrumentos para uma reconstrução eficaz e duradoura deste País. O Livro Didático (manual escolar), para além de ser um “*objecto*” fundamental para estudantes, professores e



bibliotecas, é ainda um recurso escasso e de difícil acesso neste País. Chama-se a atenção de todos os agentes envolvidos no sistema educativo, em particular, as bibliotecas universitárias.

*Histórias do Engenho do Murutucu: um Património Arruinado na Amazônia*

*Brasileira* o investimento em investigação documental sobre este Engenho de aguardente (Belém do Pará – Brazil), tem vindo a ser realizado ao longo dos três últimos séculos (viajantes e naturalistas como John Warren, Spix e Martius, em meados do século XIX; investigadores locais como Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins, Vicente Salles, Manoel Barata e Donato Mello Junior). Porém, a sua sistematização é fundamental considerando que este Património é, hoje no século XXI, uma ruína.

*L'Interprétation du Patrimoine: du Concept à L'Institution - Le Cas du Maroc*

pretende-se analisar o conceito de “Interpretação Patrimonial” em termos estratégicos e territoriais. Este procedimento metodológico foi iniciado nos Parques Nacionais Norte-Americanos no início do século XX. Nos últimos anos foi “importado” para Marrocos através da construção de um conjunto de Centros de Interpretação do Património (CIP). Estas instituições inovadoras estão ao serviço do Património Cultural e Natural de Marrocos e são um contributo apreciável na implementação do processo de Valorização e Promoção das várias componentes do Património Marroquino.

*Patrimoine et Patrimonialisation: Processus et Nouvel Enjeu de Valorisation*

*Territoriale* desde o século passado que assistimos ao enriquecimento do conceito “Património”. Este conceito está interligado com – Memória, Identidade e Enquadramento Histórico – abrangendo o Sistema Colectivo. O conceito de Patrimonialização transforma-se num processo epistemológico no qual conceitos como – Invenção, Identificação, Recurso e Mobilização – podem conduzir à construção de um conceito abrangente, estigmatizando o acto de antropização.

*Patrimônio Cultural: da Imposição a Invisibilidade!* Alerta-nos para o um acontecimento histórico, com implicações sociais, a Escravidão, mais concretamente em Santa Caratina (Brasil). Pretendem que a separação tradicionalmente aceite que imigrantes alemães e italianos eram diferentes dos portugueses e espanhóis. A escravidão de comunidades indígenas e de escravos africanos em proveito de imigrantes europeus foi uma realidade em Santa Catarina, igual à de todo o País. Na realidade, foi praticamente eliminada toda a carga do Imaginário e do Simbólico destas “nações” pela missionalização europeia.

*Memória do Trabalho das Mulheres na Catação do Café na Zona Portuária de Santos-SP* salienta a verdadeira importância de políticas públicas na Salvaguarda e Protecção do Património Cultural. Tendo como exemplo o Palácio da Bolsa Oficial do Café localizado na cidade de Santos – SP, elabora-se sobre a Construção da Memória Actual apresentando o exemplo dado pelas Mulheres enquanto força de trabalho na catação do café na zona portuária.

*Museu, Turismo e Educação Patrimonial: um Estudo de Caso* – o museu da Boneca em Alcanena (Portugal), foi inaugurado a 9 de maio de 2009, localizado-se num antigo Jardim de Infância. Com o intuito de promover acções pedagógicas conduzindo os estudantes a gostar de visitar Museus, e ainda, estimulando a sua criatividade e inteligência direccionados para conceitos abstractos – Bens Patrimoniais, Salvaguarda, Valorização. No plano do método utilizou-se o Questionário focado em duas preocupações – 1. Compreender expectativas e percepções sobre a visita ao museu da Boneca; 2. Verificar a importância das visitas guiadas aos Museus.

*Museus e Rotas Culturais. Ferramentas de Divulgação do Património Arqueológico Subaquático dos Açores* a época Moderna em termos de Património Subaquático tem-se mostrado muito rica no Arquipélago dos Açores e também a nível mundial. Nas últimas três décadas vem-se investindo no estudo e investigação de destroços naufragados, herança das

Regiões Autónomas e do Continente. É aqui apresentada uma modalidade de Valorização e Divulgação do Património Subaquático inclusiva do público subaquático e do público generalista.

*Estado do Lugar de Memória de Júlio de Castilho* o espaço do Lumiar (antigo sítio de recreio, para nele ter uma residência), dedicado a Júlio Castilho. Este é um Lugar de Memória relevante do ponto de vista histórico e social é mostrado o estado de Conservação actual da casa e do Largo Júlio Castilho.

Convido-vos a apreciarem ...

### SAFEGUARDING HERITAGE: A BITTER TASTE

I will summarise the contents of the 14th issue of "O Ideário Patrimonial, underlining that each of the contributions is in favour of the *Right to the Safeguarding and Protection of the Heritage*.

These World Heritage Sites belong to the “*GlobalVillage Cultural Mestizo*”; distinct in their idiosyncrasies, but always “... *rowing against an invisible tide, yet rather insidious...*”.

It is perverse and at the same time ironic to reread onomastic indexes, circulars, procedures, juridical imposition of concepts, juridical determination through the publication of laws and decree-laws, which are not implemented, if we consider that Law produces Laws that can and are “*interpreted*”.

This “unfortunate interpretation of the laws produced in the office, with the absolute ignorance of the true realities of those who work”, incorporates both “*The Vicious*” and “*The Ironic*”.

*Vicious* for those who can read, with a critical eye.



*Vicious*, for it becomes clear that laws are written “using a metric scale”...

Definitely *Ironic*, because we have seen these “interpretations” applied with “... two weights and two measures...”.

*Ironic*, (to paraphrase my friend Teresa), because some of us were born with the Wrong Sex, the Wrong Skin Color, in the Wrong Country with the Wrong Religion and, perhaps, on the Wrong Planet!! ...

Those who are informed about the events that take place everyday in the “World” understand what I mean.

*Vicious* and *Ironic* yes, even though we don't give up or lose our courage to move on! Additionally, “... People are amicable ...”, but many will go down in History, few, very few, will be reminded and remain within History....

Nº. 14 published papers online will now be presented to our readers:

*Alfonsus Lusitanus* symbolises the retrieval of information on two small altars of the second century AD de Compostela. They are the second most practiced route by pilgrims to the Jacobean cult. For a good understanding of this issue is presented the origin of the cult to Santiago, the historical contexts and the implementation of these Ways in Portuguese territory. The recognition of UNESCO as a World Heritage Site is highlighted., found in the spring of 2019 at the National Museum of Archaeology in Lisbon. The name ALFONSVS is found on a votive altar. The author believes this name is related to Alfonsus (the Sacrificer), a Romanised Visigoth.

*The Intercultural Production of Knowledge in Indigenous Context at Legal Amazon, Brazil* is the preliminary result of the investment in projects on the Nucleus of Scientific Initiation, Research and Extension (NIPE/UNICENTRO). They attended the approach between indigenous peoples, Guajajara and Canela, and mestizo communities in the region of Legal Amazon –Barra do Corda and Fernando Falcão, State of Maranhão; the main objective



invests in creativity, in the development of otherness, in hybridity, in crises, tensions and conflicts when it is intended that there is communion between cultures and distinct ethnic groups.

*The Portuguese Ways to Santiago de Compostela: Origins and Transformations of the Portuguese Route* is dedicated to the millenary trajectory of the Portuguese ways to Santiago

*Tourist Management at Morocco, Destination Marrakech* contributes to a vision of Tourism Management in Morocco, both at regional and national level. The theoretical basis of this approach is influenced by the theory of actors and geographical and organisational proximity. “*Marrakech and its interior*” is a case study in which methods such as document analysis and interview were applied. The result has been sub-divided as follows: 1. current relations concerning the ‘organisational relationship’ at national level are impossible without an investment at all scales; 2. absence of the planned “2020 vision”, i.e., Tourist Development Agencies.

*Which Heritage Process for the Enhancement of Mountain areas in Morocco?* Agents of territorial strategies and policies working with patrimonial assets, such as the Moroccan mountain. It is discussed that such a process implies a dynamic in the Heritage / Tourism relationship, which is found in theoretical nature of the Co-Constitutive model. The success of this venture has also led to excessive consumption of Environmental Heritage, having been emptied of its own symbolism. This article is an invitation for reflection.

*Precious Heritage Element in Angolan University Libraries: The Textbook* it appears as a proposal applied to Education in Angola. Education is one of the instruments for an effective and lasting reconstruction of this country. The textbook, besides being a fundamental “object” for students, teachers and libraries is still a scarce and difficult resource in the country. The attention of all actors involved in the educational system is drawn also for the university libraries.

*Murutucu Engenho' Stories: a Ruined Heritage at the Brazilian Amazon* evokes the investment in documentary research on this Schnapps mill (Belém do Pará - Brazil), has been carried out over the last three centuries (travelers and naturalists such as John Warren, Spix and Martius in the mid-nineteenth century; local researchers such as Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins, Vicente Salles, Manoel Barata and Donato Mello Junior). However, its systematisation is fundamental, considering that this Heritage is, today in the 21st century, a ruin.

*Heritage Interpretation: From Concept to Institution - The Morocco Case* aims to analyse the concept of “Heritage Interpretation” in strategic and territorial perspectives. This methodological procedure was initiated in the North American National Parks at the beginning of the 20th century. In recent years, it has been “imported” into Morocco through the construction of several Heritage Interpretation Centres (CIP). These innovative institutions are at the service of Morocco's Cultural and Natural Heritage and are an appreciable contribution to the implementation of the process of Valuing and Promoting the various components of Morocco's Heritage.

*Heritage and Legacy: Process and New Issue of Territorial Recovery* since last century we have witnessed the enrichment of the “Heritage” concept. This concept is interconnected with – Memory, Identity and Historical Framework –covering the Collective System. The concept of Heritage becomes an epistemological process in which concepts such as – Invention, Identification, Resource and Mobilization can lead to the construction of a comprehensive concept, stigmatizing the act of anthropization.

*Cultural Heritage: from Imposition to Invisibility!* alerts us to a historical event with social implications, Slavery, more specifically in Santa Catarina (Brazil). The authors want to stress that the traditional behaviour which concept implied that German and Italian immigrants were different from the Portuguese and Spanish ones, is wrong when talking

about Santa Catarina. The slavery of indigenous communities and African slaves for the benefit of European immigrants was a reality in Santa Catarina, as equal as in whole Country. All Cultural, Imaginary and Symbolic issues belonging to these "nations" were practically eliminated by European missionaryisation.

*Women in Collecting Coffee in the Port of Santos-SP – Memory's of their Work*

stresses the real importance of public policies in Safeguarding and Protecting the Cultural Heritage. Taking as an example the Palace of the Official Coffee Exchange, located in the city of Santos - SP, it is elaborated on the Construction of the Current Memory presenting the example given by Women as a labour force in the collection of coffee in the port area.

*Museum, Tourism and Heritage Education: a Case Study* – the Doll Museum in Alcanena (Portugal), was inaugurated on May 9, 2009, located in a former kindergarten. The main purpose was promoting pedagogical actions leading students to enjoy visiting Museums, also stimulating their creativity and intelligence addressed to abstract concepts – Heritage, Safeguarding, Valuing. Applied methodology was used in Questionnaires focused on two concerns – 1. Understand expectations and perceptions about the visit to the Doll's Museum; 2. Verify the importance of guided visits to the Museums.

*Museums and Cultural Routes. Tools for Disseminating the Underwater*

*Archaeological Heritage from the Azores* Modern Age has been very rich in Azores Archipelago on Underwater Heritage, also worldwide. In the last three decades, investment has been made in the study and research of shipwrecks, the heritage of the Autonomous Regions and the Continent. It is presented here a modality of Valorisation and Dissemination of the inclusive Underwater Heritage for the underwater public and general public.

*Júlio de Castilho's Case Study: a Memory Place* the Lumiar space (former recreational site and a residence area), was dedicated to Júlio Castilho. This is a place of

memory relevant from the historical and social point of view and it shows the current state of conservation of the house and the Júlio Castilho square.

Enjoy reading!

Ana Cruz  
31 de Julho de 2020





## ALFONSUS LUSITANUS

Recebido a 12 de fevereiro de 2020  
Revisto a 26 de abril de 2020  
Aceite a 15 de maio de 2020

**Thomas Gehring**

Heiligbergstrasse 26,  
CH-8400 Winterthur  
[thomasgehring@hotmail.com](mailto:thomasgehring@hotmail.com)



### Abstract

The *Museu Nacional de Arqueologia* in Lisbon showed two small altars from the second century AD in spring 2019. Their inscriptions are discussed in this paper, as well as their publication in Latin in the *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Of particular interest is the name ALFONSVS. It is carved into the altar, which was later reworked and reused, not as a tombstone, but again as a votive altar. It seems that Alfonsus, the sacrificer, was a romanized Visigoth.

*Keywords:* Alfonsus, Altar, Inscription, C.I.L., Visigoth

### Resumo

O Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa mostrou dois pequenos altares do segundo século d.C., na primavera de 2019. As suas inscrições são discutidas neste artigo, bem como a sua publicação em latim no *Corpus Inscriptionum Latinarum*. De particular interesse é o nome ALFONSVS. Está sobre o altar, que posteriormente foi retrabalhado e reutilizado, não como uma lápide, mas novamente como um altar votivo. Parece que Alfonsus, o sacrificador, era um visigodo romanizado.

*Palavras-chave:* Alfonsus, Altar, Inscrição, C.I.L., Visigoth

### Zusammenfassung

Das *Museu Nacional de Arqueologia* in Lissabon zeigte im Frühling 2019 zwei kleine Altäre aus dem zweiten Jahrhundert nach Christus. Ihre Inschriften werden in dieser Arbeit besprochen, ebenso ihre Publikation auf Lateinisch im *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Von



besonderem Interesse ist der Name ALFONSVS. Er steht auf dem Altar, der später bearbeitet und neu verwendet worden ist, nicht als Grabstein, sondern wieder als Votiv-Altar. Es scheint, Alfonsus, der Opfernde, sei ein romanisierter Westgote gewesen.

*Schlüsselwörter:* Alfonsus, Altar, Inschrift, C.I.L., Westgote



*Figura 1.* Lado Esquerdo: Altar Votivo referenciando ALFONSUS (E 6406). Ao Centro: página citada de C.I.L. Fonte: página de C. I. L. Lado Direito: Altar Votivo (E-6423). Fonte Fotográfica: Thomas Gehring.

### Alfonsus Lusitanus

Em 1885 S. P. M. Estácio da Veiga supervisionou o Museu do Algarve em Lisboa como fundador e diretor e planeou publicar um número de inscrições românicas. Disso não se encarregou ele próprio, sendo que entregou a respetiva documentação ao editor da Revista Archeologica, A. C. Borges de Figueiredo, e para o Corpus Inscriptionum Latinarum (C. I. L.)<sup>1</sup> ao redator responsável E. Hübner.

<sup>1</sup> d' Encarnação, José (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra. (Dissertação, extensa; toda a literatura sobre os dois altares está aí comprovada).

Entre as descobertas que posteriormente foram publicadas, respetivamente em língua portuguesa e língua latina, encontravam-se também dois pequenos altares, dedicados a uma divindade, como procede da epígrafe com *ex voto*. Eles são datados do segundo século depois de Cristo. Ambas as pedras são cuidadosamente trabalhadas e assemelham-se tanto, que são atribuídas à mesma oficina. Poderia também o cliente e o doador ser o mesmo nos dois casos? Isso permanecerá uma conjectura, porque enquanto num dos altares se pode ler FONTEIVS PhILOMVSVS, no outro as primeiras três linhas da inscrição inicial estão removidas com cinzel. Aí também poderia ter estado escrito FONTEIVS PhILOMVSVS, o que o editor Figueiredo e a maioria dos seus sucessores supõem, mas outros deixam em aberto.

Quem visitasse o Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa na primavera de 2019, encontraria aí os dois pequenos altares expostos e poderia ler a inscrição. Num deles surgia o nome mencionado, no outro, porém, ALFONSVS. Para o observador surpreendido, o nome germânico produzia um efeito de grafite, um chiste anacrónico. Ele procurava uma explicação no quadro adjacente mediante a transliteração e a tradução. Contudo só figurava [FONTEIVS / PHILOMV]/SVS – de ALFONSVS nem uma palavra. Inclusive os empregados do museu estavam perplexos.

Só uma demanda por escrito à conservadora responsável, Ana Santos, permitiu ir mais além. Na sua resposta minuciosa ela citou todos os trabalhos relativos a estas duas pedras, e sobre os quais também se baseia esta divulgação aqui apresentada. A maior parte das informações sobre o altar com ALFONSVS encontram-se no C. I. L.<sup>2</sup> E. Hübner relata que ele mesmo copiou o texto e que recebeu um cunho (*ectypus*) de

---

<sup>2</sup> *Inscriptionum Hispaniae Latinarum supplementum*. edidit Aemilius Hübner Berolini apud Georgium Reimerum (1892). Obtida na <http://arachne.uni-koeln.de/books/CILv2suppl1892>

Estácio de Veiga. Este anotou a respeito: "adulterado nas duas primeiras linhas por um pintor que pretendeu adaptá-lo à sepultura de um filho." Hübner, por sua vez opina sobre isso: "Creio que a observação de Veiga só foi escrita com a finalidade de explicar de alguma maneira a adição mais recente." Sobre a inscrição erradicada expressa-se igualmente com cautela: "Perdidos estão os nomes da divindade e do doador, algo do tipo D · S · S · /FONTEIVS PHILOMV/SVS tal como na <pedra> precedente." Logo, a afirmação de Hübner não deve ser entendida como se ele atribuísse ambos os altares ao mesmo cliente.

No entanto é significativo o que Hübner diz sobre as duas linhas HIC/ALFON, esculpidas posteriormente: "Elas estão aparentemente colocadas numa posição eliminada, mas as letras estão tão artisticamente cinzeladas que aparentam ser bastante antigas." Isto convida a continuar a investigar a questão. Pois permaneceu em aberto "como explicar a adição mais recente" e fazer-se uma ideia de quem possa ser ALFONSVS. Se fosse o filho falecido de quem escreveu, segundo cria Veiga, então deveria ler-se *iacet*, mas o altar não é uma pedra sepulcral pelo aspeto e pelo local de descoberta. Se supomos, tal como Hübner, que as letras da adição são bastante antigas, então considerar-se-á ALFONSVS como o escritor, entendedor de latim e que sabe o que transmite com o texto alterado. Lê-se então: "Aqui deixou Alfonsus de livre vontade <uma dádiva> devido a um voto." Enquanto o doador originário oferendou o mesmo altar como prenda de consagração, Alfonsus usou-o já somente como lugar – HIC – adequado para a sua oferenda, que pode ter sido um holocausto ou um donativo ao santuário. Se esta interpretação estiver correta, estamos perante um Alfonsus

visigodo, que se adaptou, no que toca à língua e ao culto, aos costumes do império romano e que encontrou o seu lugar na sociedade.



Figure 1. Left: Votive Altar referencing ALFONSUS (E 6406). Centre: C.I.L. page quoted. Source: C.I.L. Right: Votive Altar (E-6423). Photographic Source: Thomas Gehring.

### Alfonsus Lusitanus

Um 1885 betreute S. P. M. Estacio de Veiga als Gründer und Direktor das Museu do Algarve in Lissabon, und er plante, eine Anzahl römischer Inschriften zu publizieren. Das tat er nicht selbst, sondern er übergab die entsprechenden Unterlagen dem Herausgeber der Revista Archeologica, A. C. Borges de Figueiredo, und für das Corpus<sup>1</sup> dem zuständigen Bearbeiter E. Hübner.

<sup>1</sup> d' Encarnação, José (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra (Dissertation, umfangreich; alle Literatur zu den zwei Altären ist dort nachgewiesen). *Inscriptionum Latinarum* (C.I.L.)

Unter den Funden, die danach in portugiesischer beziehungsweise lateinischer Sprache publiziert wurden, befanden sich auch zwei kleine Altäre, einer Gottheit gestiftet, wie aus der Inschrift mit *ex voto* hervorgeht. Sie werden auf das zweite Jahrhundert nach Christus datiert. Die beiden Steine sind sorgfältig bearbeitet und gleichen sich so, dass man sie derselben Werkstatt zuschreibt. Könnte auch der Auftraggeber und Stifter in beiden Fällen derselbe sein? Das bleibt Vermutung, denn lassen. Während man auf dem einen Altar *FORTEIVS PHILOMVSVS* lesen kann, sind auf dem andern die ersten drei Zeilen der ursprünglichen Inschrift weggemeißelt. Auch dort könnte *FORTEIVS PHILOMVSVS* gestanden haben, was der portugiesische Herausgeber Figueiredo und die meisten nach ihm annehmen, andere aber offen

Wer im Frühling 2019 das Museu Nacional de Arqueologia in Lissabon besuchte, fand dort die beiden Altärchen ausgestellt und konnte die Inschriften selber lesen. Auf dem einen stand der erwähnte Name, auf dem andern aber *ALFONSVS*.

Auf den überraschten Betrachter wirkte der germanische Name wie ein Graffito, ein anachronistischer Scherz. Er suchte Aufschluss auf der zugehörigen Tafel mit der Umschrift und der Übersetzung. Doch dort stand *[FORTEIVS / PHILOMV]/SVS* – von *ALFONSVS* kein Wort. Auch die Angestellten des Museums waren ratlos.

Erst eine schriftliche Nachfrage bei der zuständigen Konservatorin Ana Santos führte weiter. In ihrer gründlichen Antwort zitiert sie alle Arbeiten, welche die beiden Steine betreffen, und darauf beruht auch die hier vorliegende Darstellung. Am meisten Informationen über den Altar mit *ALFONSVS* findet man im C.I.L.<sup>2</sup> E. Hübner berichtet, er

---

<sup>2</sup> *Inscriptionum Hispaniae Latinarum supplementum edidit Aemilius Hübner Berolini, apud Georgium Reimerum* (1892). Obtido na <http://arachne.uni-koeln.de/books/CILv2suppl1892>

habe den Text selber abgeschrieben und einen Abdruck (ectypus) von Estacio de Veiga bekommen. Dieser notierte dazu: “adulterado nas duas primeiras lineas por um pintor que pretendeu adaptal-o á sepultura de um filho.” – “die zwei ersten Zeilen verändert von einem Gestalter (Maler), der vorhatte, <den Stein> für die Bestattung eines Sohnes zu verwenden.” Hübner seinerseits meint dazu: “Ich glaube, dass die Bemerkung von Veiga nur zum Zweck geschrieben worden ist, die jüngere Zutat auf irgend eine Weise zu erklären.” Auch zur getilgten Inschrift äussert er sich vorsichtig: “Verloren sind die Namen der Gottheit und des Stifters, etwas wie D · S · S · /FONTEIVS PHILOMV/SVS wie auf dem vorhergehenden <Stein>.” Hübners Aussage ist also nicht so zu verstehen, als wiese er beide Altäre demselben Besteller zu. Bedeutsam ist aber, was Hübner zu den zwei später eingehauenen Zeilen HIC/ALFON sagt: “Sie sind offensichtlich in eine getilgte Stelle gesetzt, doch die Buchstaben sind so kunstvoll gemeisselt, dass sie recht alt zu sein scheinen.” Das lädt ein, der Sache weiter nachzugehen. Denn offen ist ja geblieben, “wie die jüngere Zutat zu erklären” ist und wen man sich unter ALFONSVS vorzustellen hat. Wäre er das verstorbene Söhnchen des Schreibenden, wie Veiga meinte, so müsste ein iacet zu lesen sein, doch das Altärchen ist nach Aussehen und Fundort kein Grabstein. Wenn man mit Hübner annimmt, die Buchstaben der Zutat seien recht alt, so wird man ALFONSVS als den Schreiber ansehen, der Latein versteht und weiss, was er mit dem veränderten Text mitteilt. Man liest dann: "Hier hat Alfonsus auf Grund eines Gelübdes willig <eine Gabe> hinterlegt." Während der frühere Stifter das Altärchen selbst als Weihegabe darbrachte, brauchte es Alfonsus nur noch als passenden Ort – HIC – für seine Gabe, die ein Brandopfer oder eine Spende an das Heiligtum gewesen sein mag.



Wenn diese Deutung zutrifft, tritt uns mit Alfonsus ein Westgote entgegen, der sich in Sprache und Kult an die Sitten des römischen Reiches angepasst und seinen Platz in der Gesellschaft gefunden hat.

### **Agradecimento || Dank**

Agradeço a Patrick Santos Rebelo, estudante de Licenciatura em Linguística Românica Comparada e Literatura Espanhola na Universidade de Zurique, pela tradução.

Ich danke Patrick Santos Rebelo, der an der Universität Zürich vergleichende romanische Linguistik und spanische Literatur studiert, für die Übersetzung

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS  
INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL**

**THE INTERCULTURAL PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN INDIGENOUS  
CONTEXT AT LEGAL AMAZON, BRAZIL**

Recebido a 14 de março de 2020  
Revisto a 30 de abril de 2020  
Aceite a 17 de maio de 2020

**Síria Emerenciana Nepomuceno Borges**

Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão, NIPE-UNICENTRO-Brasil  
[nipe@unicentroma.edu.br](mailto:nipe@unicentroma.edu.br)

**Maires Souza dos Anjos**

Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão, NIPE-UNICENTRO-Brasil  
[nipe@unicentroma.edu.br](mailto:nipe@unicentroma.edu.br)



## Resumo

Apresenta os resultados preliminares dos projetos do Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE/UNICENTRO), que abordam a aproximação entre os povos indígenas, Guajajara e Canela, e as comunidades mestiças na região da Amazônia Legal (Barra do Corda e Fernando Falcão, estado do Maranhão), a partir da aplicação de uma metodologia intercultural e interdisciplinar nas áreas das humanidades. Enfoca que o conhecimento, em contextos indígenas, produzido por uma metodologia engajada de propósitos específicos-locais, funda-se na criatividade do desenvolvimento da alteridade, no hibridismo, mas também nas crises, nas tensões e nos conflitos implicados no encontro entre culturas e etnias distintas. Conclui-se que a produção desse tipo de conhecimento tem força analítica para contribuir na ampliação de competências e implementações de ações concretas na gerência da complexidade das relações interculturais e na prevenção dos conflitos daí decorrentes.

*Palavras-Chave:* Produção do Conhecimento, Contexto Indígena, Interculturalidade.

## Interdisciplinaridade

## Abstract

It presents the preliminary project results from the Initiation Scientific Center, Research and Extension (NIPE/UNICENTRO), which addresses the rapprochement between Guajajara indigenous people and Canela thou the mixed communities into the region of Amazon Legal (Barra do Corda and Fernando Falcão, Maranhão State), from the applyment of a intercultural and interdisciplinary methodology in the humanities areas. It has as focus the knowledge, in indigenous context, produced by an engaged methodology, of local-



specified purposes, rooted in creativity of otherness development, in hybridism, as thou in crisis, tension and conflicts implying in the arrangement between cultures and ethnicities distinct. Which brings the conclusion that, the production of this type of knowledge, has the analytical strength to contributes on the skills aplyment and implementation of concrete actions in management of intercultural relations complexity and conflict avoidance from that arising.

*Keywords:* Knowledge Production, Indigenous Context, Interculturality, Interdisciplinarity.

## **1. Introdução - Interculturalidade e Povos Indígenas**

Apesar de um visível crescimento das pesquisas sobre a interculturalidade em contextos indígenas, ainda não é possível situá-las como objeto especial de interesse dos investigadores para as regiões da Amazônia Legal, no Estado do Maranhão, muito embora várias investigações abordem referências conceituais – identidade, memória, políticas públicas e justiça social – imprescindíveis ao entendimento da dinâmica do contato intercultural (Oliveira, 2011; Everton, 2016; Sarmiento, 2018). Em nível nacional, a tendência se inclina para o estudo intercultural interdisciplinar no campo da educação indígena (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2013-2017), abrindo, assim, um vácuo de possibilidades para temas – tecnologias, materialidades, arranjos produtivos, relações socioeconômicas e afetivas, legislação e processo saúde-doença – que dialogam com várias áreas das humanidades.

A desconstrução da matriz colonial do poder implica desarmar as práticas discursivas do conceito de “raça”, historicamente acionadas, no Brasil, pela política de Estado, legislação



e literatura científica para subjugar identidades étnicas e sociais consideradas inferiores, como os indígenas, negros e mestiços (Schwarcz, 1993). Para Fleuri (2014, p. 103), as significações racistas atribuídas aos povos originários condicionam a interação intercultural entre os saberes tradicionais (inferiores) e os saberes ocidentais (superiores), sendo necessária, pois, uma ressignificação epistemológica do conhecimento, que desconstrua o pressuposto moderno colonial da “universalidade” das “ciências” e considere as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro entre os diferentes saberes e culturas.

O enfoque central do debate intercultural para as populações indígenas é claro: refutar a lógica da colonialidade, que de acordo Walsh (2012), age a partir de quatro eixos imbricados. Pelo eixo do poder: a utilização da categoria “raça” como instrumento de classificação, controle social e desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial eurocentrado). Pelo eixo do saber: a Europa, como centro de produção do conhecimento legítimo, descarta a viabilidade das racionalidades epistêmicas das comunidades ancestrais. Pelo eixo do ser: a desumanização dos sujeitos, pelas características culturais, cognitivas e genéticas. Pelo eixo da natureza e da própria vida: a negação da relação ancestral entre natureza/sociedade e matéria/espírito é a condição que torna possível desconsiderar a cosmovisão dos autóctones, como sendo o contraponto das identidades civilizadas europeias.

A virada epistemológica trazida pelo conceito intercultural destruiu o índio eurocêntrico, dicotômico e agente histórico passivo, porque desclassificou a aceção de cultura convencionalmente ainda aceita nos modelos acadêmicos de descoberta e contato com outros povos: “[...] a nossa ideia corrente de cultura projeta uma paisagem antropológica de estátua de mármore, não de murta: museu clássico antes que jardim barroco [no qual] a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura” (Viveiros de Castro, p. 195). Ao experimentarem uma pressão maciça e violenta de aproximação cultural com outros povos, as sociedades indígenas sofreriam uma deformação, a tal ponto que “ferida de

morte [...], o máximo que se pode esperar é a emergência de um simulacro inautêntico de memória, onde a ‘etnicidade’ e a má consciência partilham espaço da cultura extinta”

(Viveiros de Castro, p. 195).

intenção da análise intercultural não é minimizar o impacto devastador (no passado e no presente) do contato, da agonia de povos inteiros causados pela violência, discriminação e perda do território tradicional (Carneiro da Cunha, 1992, p. 14). Muito pelo contrário, trata-se de uma reflexão sobre a complexidade desses flagelos: ao buscar a alteridade, a interculturalidade não ofusca as ambivalências do processo histórico indígena, como também não ignora as situações de adaptabilidade e capacidade dos povos indígenas “dar seu próprio sentido as coisas” (Sahlins, 1997, p. 62).

As mudanças ocorrem de fora para dentro das acadêmicas. Desta vez, a exigência histórica e para um conhecimento integrador, voz de todos. E a interculturalidade, com todas as suas contradições, existente antes mesmo da invenção seu próprio termo (Borges, 2014a), reposiciona os primevos homens da Amazônia Legal Maranhense na literatura científica.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1. Caracterização da Área de Estudo: Amazônia Legal Maranhense e os Povos Canela e Guajajara**

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por oito estados e 62 municípios do Estado do Maranhão, dentre os quais estão os municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Possui uma superfície aproximada de 5.217.423 km<sup>2</sup> correspondente a cerca de 61% do território brasileiro (Figura 1). Desde a criação da Amazônia Legal em 1953, a região maranhense perdeu até o ano de 2010, o equivalente a 75,01% da sua mata original (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE], 2010). O desmatamento, queimadas, caça, retirada ilegal de

madeira, mineração, produção de carvão e criação de gado são alguns dos principais problemas enfrentados.

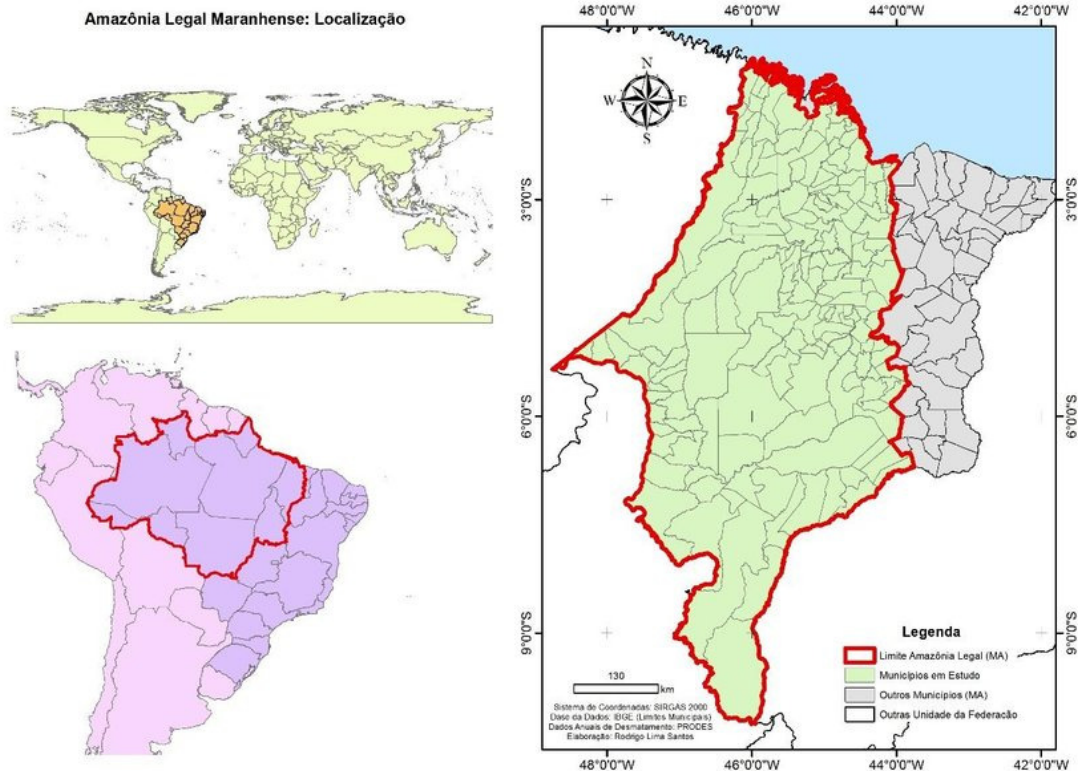


Figura 1. Mapa de localização da Amazônia Legal Maranhense. Santos, R. L. (Org.) Fonte: IBGE.

As terras indígenas (TIs) em todo o país somam 724 áreas, ocupando uma extensão total de 117.377.021 hectares (1.173.770 km<sup>2</sup>). A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia Legal: são 424 áreas, 115.344.445 hectares, representando 23% do território amazônico e 98.25% da extensão de todas as TIs do país. O restante, 1,75%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estados de Mato Grosso do Sul e Goiás (Instituto Socioambiental [ISA]).

Dentre as etnias que habitam a região da Amazônia Legal, no Maranhão, estão os Guajajara e os Canela. Os Guajajara é um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, com uma população estimada de 27.616 (ISA, 2014) e pertencem à família Tupi-Guarani. Habitam mais de 10 Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, situadas no

Maranhão. Os Canela é o nome pelo qual ficaram conhecidos dois grupos Timbira: os Ramkokamekrá e os Apanyekrá, com população estimada de 3.251 (ISA, 2012). Há diferenças significativas entre esses grupos vizinhos, mas ambos pertencem a família linguística Jê, no tronco Macro Jê e são pautados pelo mesmo repertório cultural.

## **2.2. Uma abordagem Teórica Para a Elaboração da Metodologia Intercultural Interdisciplinar**

A expansão da interculturalidade nos projetos de pesquisas interdisciplinares é acompanhada pelo debate epistemológico-filosófico avesso às explicações generalizantes do conhecimento, produzidos de uma pretensa ciência universalizante; e atenta às ambivalências gestadas no encontro entre os diferentes saberes e culturas. Duas modulações de amplo aporte teórico, mas que ainda não foram capazes de atingir, de forma mais genérica, a prática de pesquisa de algumas áreas do conhecimento das humanidades, as quais, supostamente, teriam mais afinidade de conformação, se não estivessem ligadas a categorias epistemológicas-filosóficas do século XIX: ciência como verdade absoluta, amalgamada por preceituações etnocêntricas que dicotomizavam o ‘eu’ e o ‘outro’ em graus de diferenciação de qualidade cultural e étnica.

Considerando-se o estatuto transitório de verdade em ciência, construído a partir de referências históricas e culturais, num empate discursivo entre saberes e poderes, os teóricos da interculturalidade, lançaram para o campo das humanidades, com força efetiva, a construção de modelos e paradigmas engajados de propósitos relativos-locais, apropriados aos temas de cada pesquisa em específico, posto que a verdade absoluta das teorias e metodologias totalizantes já não é mais privilégio de uma única forma de se construir conhecimento com capacidade de responder a multiplicidade das interações humanas.

Segundo Santos (2001a), nunca houve tantos cientistas-filosóficos com interesse de problematizar a sua prática científica, questões que antes estavam acantonados na Sociologia



científica – como a análise das condições sociais, dos contextos culturais e dos modelos organizacionais da investigação científica – hoje, passaram a fazer parte da reflexão epistemológica de vários campos das humanidades, “possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimentos de nós próprios” (Santos, 2001a, p. 30).

Posto que essas reflexões, associadas à interculturalidade e às populações indígenas, mesmo no campo das humanidades, encontram abrigo, com maior amplitude, nas áreas que, tradicionalmente, investigam o passado com perspectivas de compreensão e transformação da realidade presente, agregando às pesquisas uma utilidade saturada do tempo presente. Isso porque o conceito de interculturalidade se projeta para trás – dogmática da ciência – com o objetivo de um “des-pensar para pensar” (Santosb, 2010, p. 11) descolonizado e longe da tradição eurocêntrica; e para frente – desenvolvimento criativo da alteridade – com o enfrentamento das formulações baseadas em relações assimétricas e de dominação, claramente demonstradas no crescimento da xenofobia, intolerância, discriminação étnica/racial, religiosa, conflitos culturais tanto no âmbito político quanto no da vida particular, o que, segundo Dantas (2012, p. 15), “têm sido um desafio que pede urgentemente novas estratégias para que respostas desgastadas e perversas possam preventivamente ser contornadas a partir de novas concepções, ideias e políticas públicas nas várias esferas da vida humana”.

Considerando que a exposição epistemológica reposiciona as relações de poder entre os saberes constituídos por múltiplas referências culturais, os produtores do conhecimento buscam modelos e paradigmas mais próximos e adequados aos temas de pesquisa, mas isto não quer dizer que vale tudo, sem propósitos e orientações cabíveis a uma investigação científica. As ciências humanas, sobretudo, têm desenvolvido uma grande variedade de modelos próprios de investigação que servem tanto para orientar o desenvolvimento da

pesquisa, como para avaliar o rigor de seus procedimentos e a confiabilidade de suas conclusões. Esses critérios são decorrentes de um acordo entre pesquisadores, em um dado momento histórico, e não compromete sua relevância, ao contrário, representam uma salvaguarda contra o que poderíamos chamar de “narcisismo investigativo”, que julga poder prescindir de evidências e de argumentação sólida, baseando-se apenas na afirmação de que “eu vejo assim”. (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2001, p. 110).

O Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE), da Faculdade do Centro Maranhense (FCMA/UNICENTRO) tinha uma problemática a enfrentar, já na sua concepção (2019): como realizar pesquisas – nas áreas da Administração, Direito, Serviço Social e Enfermagem – numa região, onde a característica principal da população é a relação histórica com os indígenas? Como referendar, no âmbito das investigações, uma característica amplamente visível nas táticas e estratégias das práticas cotidianas (Certeau, 1998)? Não marcar esse espaço seria, além de um fator de fragilidade na missão da Faculdade e na aproximação com a comunidade; um problema na própria validação e relevância dos programas de pesquisa do Núcleo, uma vez que, para todas as áreas científicas que as propostas investigativas se orientavam, lá estava a presença da forte relação entre indígenas, não indígenas e mestiços: todos imbricados no ritmo das contingências históricas.

E a resposta foi encontrada: no giro epistemológico para produção do conhecimento científico, nos aportes teóricos da interculturalidade e nas possibilidades metodológicas de aproximação com as necessidades da pesquisa na região. No geral, nada de inédito, é verdade, a proposta não se furtou de incluir experiências de outros produtores dos conhecimentos no campo das humanidades, muito embora as adaptações tenham sido imprescindíveis para responder os problemas investigativos *in loco*. Mas é possível apontar, pelo menos, dois traços excepcionais na proposta: a aplicabilidade na região e a possibilidade de transversalidade do tema indígena em todos os programas do Núcleo de Pesquisa.



A partir das indagações acima propostas para o funcionamento investigativo do Núcleo, apresenta-se quatro orientações adaptadas (Caleffi, 2012) da metodologia intercultural e interdisciplinar para a prática da pesquisa em contextos indígenas:

**2.2.1. Pesquisa em Equipe:** A dimensão da problemática determina a necessidade de uma pesquisa em equipe – docentes e discentes de áreas distintas do campo das humanidades e por vezes, parcerias externas. Deve-se, porém, atentar para que o resultado não seja a soma dos diferentes resultados das múltiplas partes, o que exige, da coordenação do projeto, a capacidade de articular as diferentes ações para que as partições do conhecimento não prejudiquem a problemática geral, especialmente porque a natureza da análise intercultural se realiza no fluxo e nos movimentos múltiplos dos comportamentos.

**2.2.2. Pesquisa multi e interdisciplinar:** No geral, a problemática de uma pesquisa no campo das humanidades, notadamente em comunidades tradicionais indígenas com comportamentos interculturais, parte de situações que envolvem múltiplas relações que exigem a composição de uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, posto que a compartimentação do saber em disciplinas específicas, com fronteiras rígidas, não consegue responder a complexidade da problemática intercultural, que tem como pressuposto comportamentos difusos que não se isolam em situações socioeconômicas e culturais únicas.

**2.2.3. Pesquisa Multimetodológica:** A pesquisa multi e interdisciplinar solicita a utilização de multimetodologias. Como é óbvio, essa abordagem não parte de uma teoria única, porque as metodologias aplicadas são múltiplas, porém, deve-se advertir, novamente, para o perigo da partição esteaque do conhecimento. A interdisciplinaridade e as multimetodologias devem dialogar com o problema geral proposto na pesquisa. É fundamental que os instrumentos utilizados sejam compatíveis entre si e com a coerência interna do conhecimento produzido.

d) Diálogo com as comunidades: Não chegamos a um local específico onde o objeto de pesquisa se encontra. Chegamos a uma comunidade, onde se encontra o objeto de pesquisa.

Essa correção é fundamental para humanizar a pesquisa e fazê-la de maneira inclusiva. Os pesquisadores não devem pensar a comunidade como objeto, mas sim como uma parceira em todo o processo da investigação, desde o diagnóstico do problema, elaboração, desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Essa conduta muda a dinâmica do saber e do poder entre a produção do conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional – ambos importam e devem ocorrer através das categorias de escuta, diálogo e compartilhamento da responsabilidade dos resultados obtidos. Em realidade, se o pesquisador não tiver atento a esse princípio, provavelmente, os resultados da pesquisa serão prejudicados, porque as respostas não se encontram dadas, à priori, em formulações teóricas e metodológicas, sendo necessária a participação da comunidade, como agentes ativos da sua própria história. Ainda é necessário reportar a validação da pesquisa, em contexto indígena, obedecendo as exigências legais de entrada nas aldeias, termos de consentimento para questionários, entrevistas, imagens e divulgação dos trabalhos.

Os elementos acima orientam a criação e o desenvolvimento dos trabalhos de um núcleo investigativo acadêmico: determina a diretriz de como os projetos de pesquisa devem ser elaborados e executados e fixa as bases das relações acadêmicas que a instituição pretende manter com a comunidade, por isso a transversalidade, a recordar, as singularidades históricas locais. Os Povos Guajajara e Canela são os protagonistas dos projetos de pesquisa que exemplificarão a metodologia intercultural e interdisciplinar do NIPE, mas a transversalidade da proposta permite que outros contextos e etnias sejam contemplados (Figura 2).

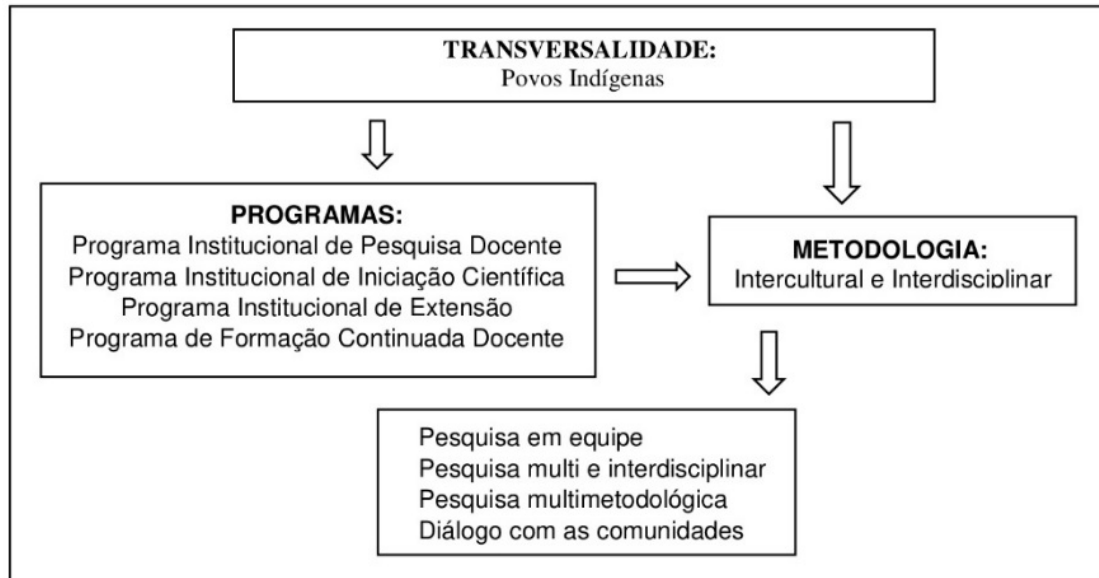


Figura 2. Modelo de pesquisa e produção de conhecimento em contextos indígenas - Núcleo de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (NIPE). Fonte: Síria Borges, 2020.

### 3. Resultados Parciais

#### 3.1. A Territorialidade e o Potencial Sociobiodiverso na Organização do Assentamento Cachimbeiro, Barra do Corda – MA

É um projeto em andamento e apresenta as quatro orientações para uma pesquisa intercultural. O objetivo é analisar o processo de territorialidade e organização sociobiodiversa do Assentamento Cachimbeiro (Vila Duas Cachoeiras), localizado no município de Barra do Corda – MA, enfocando, as seguintes variáveis: caracterização, organização do território e mecanismos sociopolíticos e jurídicos; especificidades socioculturais identitárias; e arranjos produtivos econômicos.

As multimetodologias aplicadas (Figura 3) sinalizam para um intenso contato intercultural entre os moradores do Assentamento e as Aldeias Guajajara das proximidades, já sendo possível identificar situações comportamentais ambivalentes. Na escola da Vila Duas Cachoeiras, a maioria dos alunos é indígena, porém as professoras não são capacitadas para uma educação diferenciada e bilíngue como exige a legislação educacional brasileira.

Na relação comercial, os indígenas vendem produtos agrícolas, extrativistas e serviços braçais e compram produtos alimentícios e bebidas (inclusive alcoólicas e refrigerantes).



*Figura 3.* Aplicação do modelo intercultural e interdisciplinar na Vila Duas Cachoeiras, no Assentamento Cachimbeiro. 1: Apresentação dialogada do projeto; 2 e 4: Aplicação do questionário socioeconômico; 3: Aplicação do teste microbiológico da água consumida.

Fonte: NIPE. Fotos: Síria Borges, 2019.

Como os moradores do Assentamento enfrentam um problema com a qualidade da água consumida, já detectada, em parte, por testes microbiológicos, os indígenas da Aldeia Sardinha permitem que aos moradores usem seus poços de água, supostamente potável. Do ponto das relações afetivas, há ainda outros indícios de uma boa relação de vizinhança: andam tranquilamente pela Vila e têm preferência por certos locais, como os comércios e as áreas de banho das cachoeiras e riachos (Figura 4).



*Figura 4.* Um grupo de indígenas Guajajara caminhando pela Vila Duas Cachoeiras. Fonte: NIPE. Foto: Síria Borges, 2019.

Pela rápida citação dos exemplos percebe-se que são vários os fatores em que o comportamento intercultural pode ser analisado de maneira interdisciplinar e multimetodológica.

### **3.2. Literatura Cinzenta Cordina**

É uma pesquisa em equipe e interdisciplinar para a análise da produção historiográfica de autores do final do século XIX e início do século XX que abordaram, sob vários aspectos, a formação socioeconômica e cultural do município de Barra do Corda e região de Fernando Falcão (que ainda não existia como município independente). A interculturalidade indígena é analisada pelo viés histórico e ressalta as situações assimétricas do encontro, marcadas pela violência, conflitos, evangelização e subjugação, mas também pelas estratégias e táticas da construção híbrida do processo de formação de mestiçagem da região. Sob o enfoque da

justiça social, saúde-doença, assistencialismo e patrimônio cultural são acionadas categorias discursivas que retratam as ambivalências da relação intercultural entre indígenas, não indígenas e mestiços.

Um ponto histórico ressaltado na pesquisa é a relação intercultural entre os indígenas Canela e Guajajara sob o evento conhecido como Conflito da Alto Alegre, de 1901, no qual centenas de indígenas Guajajara foram assassinados. Ao reconhecer a complexidade comportamental dos indígenas no Maranhão, perante o contato colonizador, pode-se incluí-la nas características que distinguem as sociedades de estruturas performativas e as estruturas prescritivas de Sahlins (1994), para analisar as difusas decisões que cercam essa história de particularidades interculturais: um cacique Guajajara, com patente de Capitão, lidera uma revolta contra o sistema econômico-religioso colonizador (Figura 5) e encontra, dentro os grupos armados repressores da revolta, indígenas Canela.

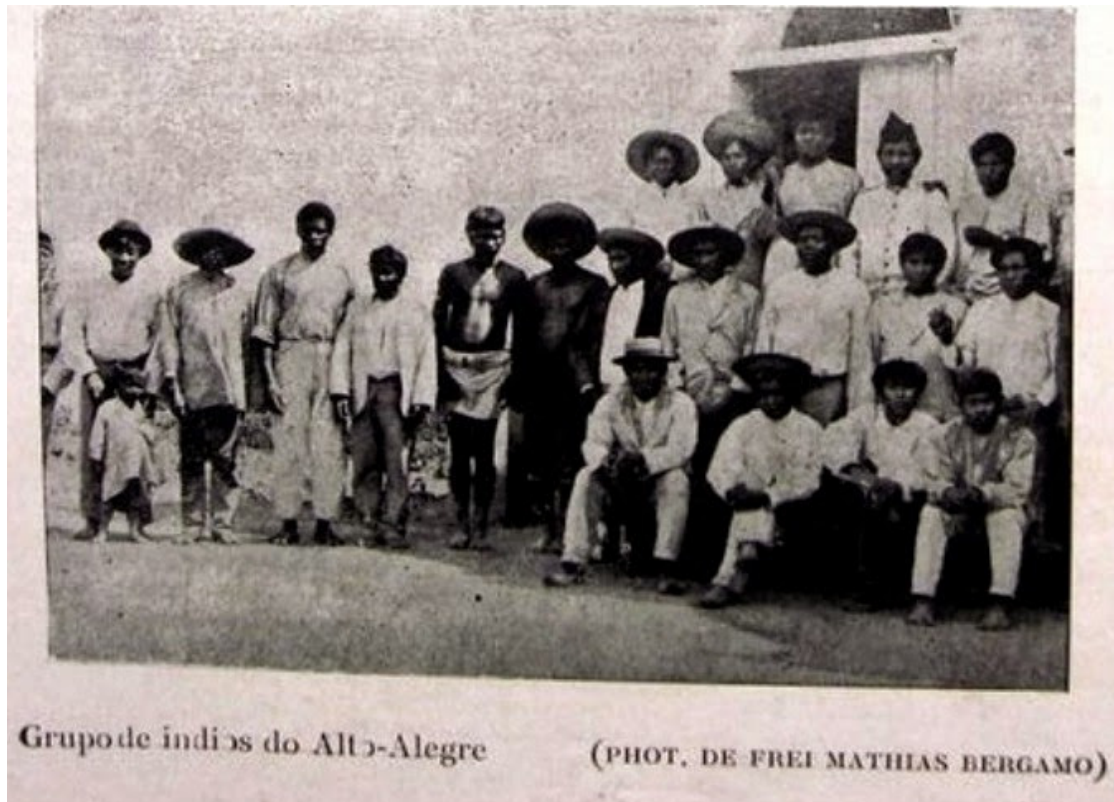
### **3.3. Memórias do Preconceito: Guajajara Urbanos e a Ausência da Aplicabilidade das Leis Contra o Racismo**

A pesquisa, desenvolvida dentro do Seminário “Direitos Humanos do Grupos Vulneráveis em Barra do Corda-MA”, se encontra finalizada, com exceção dos trâmites legais para a divulgação das imagens – prevista nas orientações sobre o diálogo com as comunidades –, já que os resultados foram compilados em uma produção audiovisual.

As ambivalências dos comportamentos interculturais são expostas a partir da família Pompeu Guajajara, pioneira na experiência de vida urbana em Barra do Corda.



Vejam os: indígenas com o ensino superior, emprego em empresas públicas e privadas, relações afetivas conjugais e amigáveis; adoção de religiões cristãs, mas também indígenas que sofreram discriminação, racismo e exposição à pobreza, que levaram, conseqüentemente, alguns familiares a retornarem definitivamente às aldeias.



*Figura 5.* Indígenas Guajajara evangelizados e vestidos, pouco antes do conflito de 1901.  
Fonte: Igreja Católica. Foto: Frei Mathias Bergamo.

A aldeia aparece como um lugar seguro e tranquilo, salvo das implicações da discriminação e racismo. Mesmo para os indígenas que optaram em morar nos centros urbanos, a aldeia é um refúgio livre para as práticas da cultura indígena: “Lá, posso fazer tudo que tenho saudades” (Dilamar Pompeu Guajajara, 2019), embora esse lugar de liberdade também tenha se modificado e a saudade simbolize o desejo de rememorar um passado de convivência comunitária. A afirmação também expressa o trânsito intercultural entre duas cosmovisões: aqui, centro urbano, tenho um comportamento diferente de lá, aldeia.

Com o perfil menos urbano que os indígenas Guajajara, os povos Canela também compartilham dessa divisão do mundo e a circulação em ambos. Guerra (2016, p. 105) exemplifica o interesse dos Canela Ramkokamekrá de conhecer os códigos legais dos brancos por necessidade de lutar pelos seus direitos: “Ensina o mehin [Canela] como kupen [branco] faz”.

Um relato em especial, do Sr. Zequinha Pompeu (2019), o morador Guajajara mais antigo de Barra do Corda, confirma como as ambivalências interculturais são subjetivadas nas memórias individuais e traumáticas. Questionado pela sua data de nascimento, categoricamente responde e reafirma várias vezes no decorrer de toda a entrevista: 13 de março de 1901(data do conflito do Alto Alegre).

### **3.4. Etnografia das Técnicas e a Identidade Miscigenada do Maranhense**

É um projeto em andamento e apresenta as quatro orientações para uma pesquisa intercultural e interdisciplinar.

O enfoque técnico dos objetos materiais é um instrumento eficaz para abordar os comportamentos socioeconômicos e culturais dos grupos étnicos em situação de contato, como também se revela satisfatório para apreender as modalidades de evolução do próprio objeto material que por meio de sua permeabilidade flexível aparece entre etnias distintas, experimentando adaptações funcionais e por vezes, rearranjos na própria técnica de produção. Por essa perspectiva etnográfica é possível recuperar, pelos aspectos da dimensão sincrônica, a cadeia operatória dos objetos materiais; e pelos aspectos da dimensão diacrônica, a vulnerabilidade de readaptações, ressignificações, estagnações e até mesmo os desusos destes mesmos objetos. Portanto, procura-se, compreender os deslocamentos dos objetos materiais,

pelas brechas das fronteiras étnicas de matriz indígena, africana e europeia, no processo de construção miscigenada do maranhense (Borges, 2014b).

Como exemplo, três objetos materiais, típicos da cultura sertaneja que foram assimilados pelo povo Canela, a partir de suas referências técnicas e culturais: o facão, a espingarda e o papa-fogo ou “artifício”.

Em situação de caça, os Canela incorporaram as espingardas e os facões de ferro, mas não abandonaram o arco e a flecha e nem os outros objetos que faziam parte do enxoval do caçador, como as bolsas e cordas fabricadas de fibras vegetais (Figura 6).



*Figura 6.* Indígena Timbira, com os apetrechos para caça tradicional – bolsa e cesto para transportar a caça – e mais o facão e a espingarda. Fonte: ISA. Foto: Michel Pellanders, 1989.

O falcão, se adaptou em várias tarefas cotidianas: trabalhos na agricultura, construção de casas, fabricação de pontas flechas, limpeza das caças e na produção de objetos da cultura material, como as tradicionais cestas e esteiras de fibra vegetal (Figura 7).



*Figura 7.* 1 - Colhendo fibras; 2 - Esculpindo em madeira um animal silvestre – tatu; e 3 - Preparando uma ponta de flecha. Foto: Stefano Grimaldi, 2013.

A técnica do papa-fogo ou “artifício” já era conhecida pelos indígenas, muito embora não se utilizasse o metal e nem o chifre bovino para guardar o algodão ou a vegetação seca. Essa adaptação, proveniente da cultura sertaneja, era mais prática, dentre outras funções, de acender o fumo (Figura 8).



*Figura 8.* 1 - Indígena Canela acendendo o fumo com o papa fogo; 2 - Sertanejo do Piauí mostrando a técnica do papa fogo; 3 - Gestual técnico; 4 - O papa fogo por inteiro. Foto 1: Willian Crocker. Fotos 2, 3 e 4: Síria Borges, 2013

#### **4. Considerações Finais - A Prática de Um Paradigma Social Intercultural**

Por várias razões, a construção de um paradigma social para uma vida decente (Santos, 2001a) é convincente. No limite da afirmação está a indagação sobre a utilidade da produção do conhecimento científico e o envolvimento da academia com os problemas sociais da comunidade, questionando o modelo universalista e descontextualizado de parâmetros específicos das realidades locais. O chamamento, agora, é claro: a ciência acadêmica deve se conciliar com a verdade no plural e dialogar para além de seus pares; o objeto de pesquisa nas

humanidades, antes inanimado, conquistou o direito à vida e exige diálogo e construção conjunta do conhecimento, uma vez que o saber e o poder, antes monopolizados pela ciência, estão pulverizados nas comunidades, onde o pesquisador pretende realizar a investigação, se assim for aceita.

Os projetos que se enquadram nessas diretrizes atuam orientados pelas condições do presente e com vistas à transformação socioeconômica; e com o entendimento que a produção do conhecimento deve ser engajada na luta pela consolidação dos direitos. Para os indígenas, o cerne da questão está na inserção de sua identidade enquanto etnia minoritária ou em sua inserção na identidade nacional. E isso faz toda diferença, porque o reconhecimento recíproco e a solidariedade entre diferentes formas de ser-sentir-pensar-agir fortalecem o desenvolvimento da alteridade e salva vidas.

Nos anos 2000, os dados são alarmantes: 48 casos de assassinatos de indígenas do povo Guajajara (Conselho Indigenista Missionário [CIMI], 2020).

## Referências

Alves, M. A. J. & Gewandsznajder, F. (2001). *Os métodos nas ciências naturais e sociais.*

*Pesquisa quantitativa e qualitativa.* São Paulo: Pioneira.

Borges, S. E. N. (2014a). Práticas culturais indígenas de contato no Piauí – Nordeste do

Brasil, séculos XVII ao XIX. Para uma etnoarqueologia do contato no Piauí. In

Albuquerque, M. L. & Borges, S. E. N. (Orgs.) *Identidades diversidade cultural: etnia e gênero* (pp. 89-98). Teresina, Brasil: Avant Garde Edições & Produções.

Borges, S. E. N. (2014b). Etnografia das técnicas e identidade miscigenada do sertanejo

nordestino – Povoado Fumal, Valença do Piauí-Brasil. In Albuquerque, M. L. &

Borges, S.E.N. (Orgs.) *Identidades diversidade cultural: etnia e gênero* (pp. 76-88).

Teresina, Brasil: Avant Garde Edições & Produções.



Caleffi, P. (1991, outubro). Pensando a pesquisa intercultural: aspectos metodológicos e desafios na prática. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 15. Obtido na <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt01-7>.

Carneiro da Cunha. M. (1992). “Introdução a uma história indígena”. In Carneiro da Cunha, M. (Orgs.) *História dos índios no Brasil* (pp. 7-25). São Paulo: Companhia da Letras.

Certeau, M. A. (1998). *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Vozes.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Supe. Obtido na <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>.

Conselho Indigenista Missionário (2020). *Povo Guajajara resiste às invasões territoriais e registra 48 assassinatos em menos de 20 anos*. Brasil: Autor. Obtido na <https://cimi.org.br/2020/03/povo-guajajara-resiste-as-invasoes-territoriais-e-registra-48-assassinatos-em-menos-de-20-anos/>.

Dantas, S. D. (Org.) (2012). *Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*. São Paulo, Brasil: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Everton, C. E. P. (2016). “*Hoje e amanhã celebrai a História para encarnar-vos no povo*”: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. (Dissertação de mestrado). Programa em Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, MA, Brasil. Obtido na <http://www.ppghist.uma.br/wp->

<content/uploads/2016/12/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Carlos-Eduardo-Ewerton.pdf>.

Fleuri, R. M. (2014). Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. *Série-Estudos*, 37, 89-106. doi: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i37.771>.

Guajajara, D. P. (2019). Entrevistado por S. E. N. Borges. *Documentário memórias do preconceito: Guajajara urbanos e a ausência da aplicabilidade das leis contra o racismo* [não publicado].

Guajajara, Z. P. (2019). Entrevistado por S. E. N. Borges. *Documentário memórias do preconceito: Guajajara urbanos e a ausência da aplicabilidade das leis contra o racismo* [não publicado].

Guerra, M. G. (2016). *Aukê e briga de papel: “ensina o mehin como kupen faz”*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva*. São Paulo, Brasil: Centauro. Obtido na [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Amazônia Legal*: Autor. Obtida na <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>

Instituto Socioambiental (2020). *Programa povos indígenas no Brasil. Brasil*: Autor. Obtida na [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal)

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2020). *Amazônia maranhense*. São Paulo: Autor. Obtida na <http://www.inpe.br/busca.php?q=amazonia+maranhense>





Oliveira, A. L. R. (2011). *Messianismo Canela: entre o indigenismo de estado e as estratégias do desenvolvimento*. São Luís, Brasil: Editora da Universidade Federal do Maranhão.

Sahlins, M. (1997). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, 3(1), 41-73. Obtido na <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>.

Santos, B. S. (2010a). *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Portugal: Afrontamento.

Santos, B. S. (2010b). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo, Uruguai: Trilce Extensión Universitaria.

Sarmiento, I. C. S. (2018). Memória, identidade e escolarização nos discursos e na experiência social Tentehar-Guajajara em Barra do Corda-MA. *Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*, 7(2), 15-33. Obtido na <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/8523/5133>.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Walsh, C. (2012). Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. *Revista Visão Global*, 15(1-2), 61-74. Obtido na <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>.

**OS CAMINHOS PORTUGUESES A SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ROTA PORTUGUESA**

**THE PORTUGUESE WAYS TO SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGINS AND TRANSFORMATIONS OF THE PORTUGUESE ROUTE**

Recebido a 26 de abril de 2020  
Revisto a 30 de maio de de 2020  
Aceite a 11 de junho de 2020

**Leandro Gomes**

Doutor, Mestre e Especialista em Antropologia Social e Cultural  
Universidade de Coimbra  
Rua Pinto Ferreira 48 R/C Esquerdo – Alcântara  
1300-465 Lisboa  
[leandrogomes@gmail.com](mailto:leandrogomes@gmail.com)



## Resumo

Neste artigo apresentamos a trajetória de construção dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, caminhos estes que são a segunda rota mais praticada por peregrinos ao culto jacobeu. Percurso milenar que atrai milhares de peregrinos todos os anos. Sendo assim, nesta construção perpassamos pela origem do culto a Santiago, dos contextos e desenvolvimento dos caminhos no território português, a chegar na contemporaneidade, dos aparatos legais e normativos criados especificamente para os Caminhos Portugueses, com destaque ao processo de reconhecimento do junto à UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Elementos esses do passado e presente que visam auxiliar na compreensão da formação de um emblemático patrimônio cultural português.

*Palavras-chave:* Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, Origens, História Contemporaneidade.

## Abstract

In this article, we present the trajectory of construction of the Portuguese Route to Santiago de Compostela, paths that are the second most practiced route by pilgrims to the Jacobean cult. Millenary route that attracts thousands of pilgrims every year. Therefore, in this construction we go through the origin of the cult of Santiago, of the contexts and development of ways in Portuguese territory, arriving in contemporary times, of the legal and normative apparatus created specifically for the Portuguese Route, with emphasis on the

process of recognition by UNESCO as a World Heritage Site. These elements from the past and present that aim to assist in the understanding of the formation of an emblematic Portuguese cultural heritage.

*Keywords:* Portuguese Routes to Santiago de Compostela, Origins, History, Contemporaneity

### Resumen

En este artículo presentamos la trayectoria de construcción de los Caminos portugueses a Santiago de Compostela, caminos que son la segunda ruta más practicada por los peregrinos al culto jacobeo. Ruta milenaria que atrae a miles de peregrinos cada año. Por lo tanto, en esta construcción pasamos por el origen del culto a Santiago, de los contextos y el desarrollo de caminos en territorio portugués, llegando a la época contemporánea, del aparato legal y normativo creado específicamente para los caminos portugueses, con énfasis en el proceso de reconocimiento por parte de la UNESCO. Como Patrimonio de la Humanidad. Estos elementos del pasado y el presente tienen como objetivo ayudar a comprender la formación de un patrimonio cultural portugués emblemático.

*Palabras clave:* Caminos Portugueses a Santiago de Compostela, Orígenes, Historia, Tiempo Contemporáneo.

## 1. Introdução

O Caminho de Santiago possui uma história com mais de dois milênios, tendo como origem o início da era cristã e os 12 apóstolos de Jesus Cristo. Santiago, o Santo que é adorado na cidade de Compostela, foi um dos 12 apóstolos. Logo após a morte de Jesus Cristo, foi atribuída ao então apóstolo Tiago Maior a missão de divulgar o cristianismo na Península Ibérica entre os anos 33 e 44 da era cristã. Segundo reza, ele percorreu o que hoje são os países, Portugal, Espanha e França (Cardoso, 2005).

O Caminho de Santiago Português possui uma história cumulativa, termo utilizado por Lévi-Strauss (2010), ou seja, resulta de uma sucessão de fatos ao longo dos tempos e no presente, em que ocorreram e ocorrem mudanças e transformações nas formas de compreender e apropriar deste bem patrimonial, seja pelas comunidades ao longo do caminho e pelos peregrinos.

Assim, o Caminho de Santiago possui uma extensa e complexa teia cultural, social e política, teia cuja construção possui mais de dois mil anos de história, história esta pertencente e relevante a toda humanidade, sendo este um legado ao qual se faz necessário compreender as dinâmicas dos processos de percepção e transformação ao longo dos tempos e ao longo dos caminhos.

Neste sentido de dimensão histórica milenar que construímos este artigo, buscamos assim apresentar os factos da construção dessa rota de peregrinação, com os diversos elementos e contextos que moldaram e emolduram os Caminhos Portugueses de outrora aos dias atuais, cuja relevância e pujanças na contemporaneidade são comprovadas através de número crescente de peregrinos a percorre-lo, além dos aparato jurídico a nível nacional



estabelecido especificamente para ele, bem como do processo de candidatura a Património da Humanidade. Pontos esses que serão abordados ao longo deste artigo.

Posto isso, salientamos que a construção deste trabalho faz parte da investigação realizada no âmbito do doutoramento em antropologia social e cultura, sendo que os elementos aqui apresentados, em sua maioria, fazem parte do levantamento bibliográfico sobre o Caminho Português.

## **2. A construção do Caminhos Português a Santiago de Compostela**

No final do Século XI, em 1095, é proclamado, pelo então Papa Urbano II<sup>1</sup>, as Cruzadas. Sendo assim, nestas surgem as Ordens Militares<sup>2</sup>, que no decorrer do século XII ganham destaque e importância, uma das quais, o seu papel no combate aos que não profetizavam o cristianismo, ou seja, tinham um caráter militar/religioso, sendo estes monges e soldados<sup>3</sup> (Apolinário, 2013).

Assim, é possível compreender o caráter e surgimento das Ordens Militares, surgindo entre elas a Ordem de Santiago, no ano de 1170, tendo como objetivos, defender os territórios e enfrentar batalhas na conquista contra os muçulmanos. (Apolinário, 2013).

Em Apolinário (2013), pondera-se sobre a Ordem de Santiago, e de como esta esteve, e está, presente num contexto histórico português, sendo que esta ordem militar teve um papel relevante na expulsão e ocupação da Península Ibérica,

---

<sup>1</sup> Papa Urbano II (1042-1099): Fora Papa entre os anos de 1088 a 1099.

<sup>2</sup> Ordens Militares: As ordens militares religiosas surgem como dentre principais motivos proteger os peregrinos cristãos.

<sup>3</sup> O então Papa Urbano II faz uso do poder conferido através da Reforma Gregoriana, reforma que institui poderes aos Papas, sendo este poder acima dos poderes dos reis, sendo então compreendido o poder papal acima de qualquer outro poder vigente na terra, a estar abaixo apenas do poder de Deus. (Apolinário, 2013).

principalmente, contra os mouros. Estes traços e registos culturais de devoção ao Santo, espalhados pelo atual território português, sendo estes bem diversos, desde objetos, edificações, esculturas, entre outras, que demonstram esta ligação, crença e valorização do culto a Santiago.

A Ordem Militar de Santiago possuía caráter defensivo e ofensivo, em que se pode exemplificar o caráter defensivo aquando da proteção daqueles que seguiam ao local de devoção e as relíquias de Santiago e também de proteção contra invasores. Num caráter ofensivo, exemplifica-se, mais pertinentemente no combate aos muçulmanos, na Península Ibérica, mas também, como responsáveis pela manutenção das fronteiras, segurança e repovoamento da área peninsular. (Apolinário, 2013)

Estes cavaleiros seguiam sobre as insígnias do Apóstolo, faziam voto de pobreza, seguiam as regras de Santo Agostinho. Contudo, não tinham de fazer votos de castidade. Sendo assim, é criada a Cruz de Santiago, um elemento simbólico emblemático da luta. Depois, também é incorporada a vieira<sup>4</sup>, que identifica os peregrinos a Santiago de Compostela (Figuras 1 e 2), (Apolinário, 2013).

Na contemporaneidade, os peregrinos a Santiago levam consigo a credencial do peregrino<sup>5</sup>, documento que os identifica e é necessário para ter acesso aos albergues públicos ao longo dos Caminhos.

---

<sup>4</sup> “A primeira vez que aparece a vieira como símbolo jacobeu é no sermão *Veneranda dies: os peregrinos que vão a Jerusalém levam palmas – símbolo de triunfo, como as que ostentavam as pessoas que receberam Jesus na sua entrada na cidade santa* -, e os peregrinos que vão a Compostela levam vieiras cosidas nas roupas, como símbolo das boas obras, para honrar a São Tiago. Este é o significado cristão que para a *Veneranda* têm as conchas das vieiras: as boas obras. Tal significado curativo, profilático e simbólico das conchas de vieira que se desenvolverá, a partir do século XII e durante muitos anos, diante da porta norte da Catedral de Santiago.” (Singul, 1999, p. 59-60).

<sup>5</sup> A credencial do peregrino tem suas origens nas ditas cartas de apresentação e salvo-conduto, em que era expressa sua condição de peregrino que por vezes permitia aos peregrinos alguns privilégios, como por exemplo, livre passagem. Em dezembro de 2015 é anunciado pelo Escritório do Peregrino em Santiago de Compostela, que para a emissão da Compostela, torna-se única e obrigatória o uso da credencial do peregrino que é emitida pela Escritório do Peregrino, redistribuída/vendida por outras instituições. Esta alteração começa a ter validade em abril 2016, sendo também estabelecido o preço máximo de comercialização da credencial a dois euros. Obtido na <http://peregrinosantiago.es/esp/peregrinacion/la-credencial/>

A credencial também é utilizada como registo e identificação de passagem dos peregrinos, em que a mesma deve ser apresentada no final da peregrinação para comprovar o trajeto e distância percorrida, se assim for solicitado, a Compostela<sup>6</sup>. Durante a viagem é necessário que o peregrino carimbe a credencial, no mínimo, duas vezes ao dia, em albergues, igrejas, capelas, estabelecimentos comerciais, entre outros locais, a fim de comprovar que esteve de passagem por esses locais. Para ser considerada “válida” a peregrinação, a fim de requerer a Compostela, é necessário que o peregrino percorra no mínimo 100 quilómetros a pé ou a cavalo, ou 200 quilómetros de bicicleta.



*Figura 1.* Cruz de Santiago. Fonte imagem Cruz de Santiago. Obtida na [https://es.wikipedia.org/wiki/Cruz\\_de\\_Santiago](https://es.wikipedia.org/wiki/Cruz_de_Santiago)

---

<sup>6</sup> A Compostela é uma espécie de diploma que é conferido ao peregrino, a atestar que o mesmo fez a peregrinação a Santiago de Compostela. Este documento é feito pela *Oficina del Peregrino* (Escritório do peregrino), sendo este documento escrito em latim, bem como o nome do peregrino, ou melhor dizendo, traduzido para o latim.





*Figura 2.* Vieira com a Cruz de Santiago. Fonte imagem Vieira com a Cruz de Santiago. Obtida na <http://odespertardaespiritualidade.blogspot.pt/2012/04/concha-grande-simbolo-do-caminho-de.html>

Neste processo de adoração a Santiago, no século XI, surgiram, no território que hoje é Portugal, vários templos religiosos dedicados ao Santo, sendo possível compreender a dimensão que tomava tal adoração no território, uma vez que já nas primeiras décadas de descoberta do túmulo, que atribuído como sendo o de Santiago, mais precisamente, passados apenas pouco mais de três décadas da descoberta, a Igreja de Castelo do Neiva<sup>7</sup> foi dedicada ao Santo, sendo que, até o final do século, já existiam mais de vinte igrejas, tendo Santiago como patrono. (Marques, 2000)

Para se compreender um pouco mais sobre a dimensão que tomou a adoração ou culto ao Apóstolo S. Tiago no território português, Marques (2000), apresenta um quadro do Anuário Católico de Portugal dos tempos atuais, em que apresenta o número de paróquias e os seus respetivos Apóstolos como padroeiros, em que, num total de 660 paróquias, 283 têm S. Pedro como padroeiro, seguido por S. Tiago com 187, e para um efeito mais comparativo, em terceiro segue S. André, com 70. O maior número de paróquias que têm S. Tiago como padroeiro encontra-se no norte de

---

<sup>7</sup> Igreja de Castelo do Neiva: Está localidade no Município de Viana do Castelo.

Portugal, destacando-se, Braga com 42, Porto com 28, Viana do Castelo com 22 e Vila Real com 17, facto este explicado pela proximidade com a região da Galiza. Através das informações supracitadas, pode-se compreender melhor a dimensão do culto a Santiago, em Portugal, de norte a sul do país.

Quanto às origens dos caminhos em Portugal, a partir do século XII, e de como estas rotas foram estabelecidas ao longo dos tempos, e quais os caminhos preferidos, uma vez que, há relativamente pouco tempo ainda não constavam, nos mapas dos caminhos europeus a Santiago de Compostela, menções à rota Portuguesa, destaca-se que o Caminho até “...*então figurava apenas o traçado correspondente a peregrinação da rainha Santa Isabel - de Coimbra a Santiago -, sendo hoje muito diferente o panorama dos conhecimentos neste sector.*” (Marques, 2000, p. 13-14).

Os ditos Caminhos de Santiago em Portugal, não eram espaços ou rotas incomuns de trânsito das populações locais, que estas utilizavam no dia-a-dia. Contudo, através das experiências partilhadas entre os peregrinos e os conselhos e saberes das populações ao longo dos caminhos, foram estabelecendo-se trajetos e rotas mais rápidas, seguras e convenientes aos peregrinos, assim como, foram surgindo estruturas de apoio aos peregrinos, o que aumentava a preferências de passagem em certas localidades. (Marques, 2000).

Nesta fixação de preferências por alguns caminhos, é dito por Marques (2000) que:

“(...) podemos afirmar que a maior parte dos peregrinos portugueses e europeus que escolhiam Lisboa, como escala do seu percurso para Santiago, optavam pela via tradicional até ao Porto, que seguia de perto o traçado da antiga estrada romana, que vinha de Mérida e Lisboa, passava por Santarém e Coimbra até ao Douro, em Portucale. Daqui no período medieval, podia seguir-se para Braga, rumando, depois para Ponte de Lima, Valença e Santiago, mas o caminho frequentado era o de Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença, Santiago, havendo também quem seguisse pelo litoral, ou mesmo de barco para os portos do

norte de Portugal e da Galiza. De Rates, alguns seguiam para Braga, donde inflectiam para Valença, atravessando as pontes de Prado e de Ponte de Lima.” (Marques, 2000, p. 15-16).

Como se pode verificar, o caminho a Santiago, em Portugal, nomeadamente, os caminhos medievais que levavam a Santiago de Compostela, não tinham um ponto único de partida, mas sim, “trechos” vias intermediárias, ligações entre ligações, de cidades para cidades, e não necessariamente, uma via única. Assim, diz-se que não havia um caminho a Santiago, sendo que, na Idade Média, se falava em caminhos como o Caminho do Porto, as Vias de Braga e Guimarães. (Dias, 1994).

Os caminhos a Santiago de Compostela, entre Portugal e Espanha, foram importantes elementos de aproximação entre estas nações e os seus respetivos cidadãos, sendo um importante elo histórico e cultural.

“Parece ser indubitável que as constantes peregrinações a Santiago devem ter contribuído para uma intensificação nas relações entre o norte de Portugal e a Galiza, para além naturalmente do intercâmbio constante entre as populações vizinhas de ambos os lados. Esse intercâmbio assume um particular significado nesta área territorial, onde os contactos entre os homens decorrem com a maior normalidade ao longo da Idade Média embora por vezes sobressaltados por incidentes ou conflitos prontamente sanados.” (Moreno, 1992, p. 75).

Os caminhos em Portugal foram locais de passagem em peregrinação de vários personagens históricos, tanto nacionais como estrangeiros, de grande importância política, económica e religiosa. Nacionais como: Conde D. Henrique, em 1097; D. Afonso II, em 1219; D. Sancho II, em 1244; Rainha Santa Isabel, em 1325; D. Pedro, Conde de Barcelos, em 1336; Rei D. Manuel, em 1502. Os estrangeiros foram: Leão de Rozmital, Barão de Boémia, em 1446; Nicolau de Polielovo, da Silésia, na Polónia, em 1484; Jerónimo Muenzer, de Nuremberga, em 1495; D. Edme de Saulieu, Dom Abade de Claraval, em 1531-1533;

Clenardo o célebre humanistas, em 1537; Sigmundo Cavalli, em 1567-1568; Erich Lassota de Steblovo, militar de Filipe II, em 1581; João Baptista Confalonieri, em 1594; Cosme de Medicis, em 1669. Estes seguiram trajetos variados, sendo que os estrangeiros passaram por Portugal no momento de ida a Santiago ou do seu retorno, e faziam o trajeto consoante os interesses políticos e religiosos. (Dias 1994, Marques, 2000).

Outro ponto importante sobre os caminhos que os peregrinos seguiam em Portugal, é que estes eram escolhidos de acordo com a conveniência dos peregrinos. Alguns procuravam rotas que passavam por locais onde existiam templos religiosos do seu interesse, outros davam primazia a locais com determinadas hospedagens e auxílios, e assim ao longo dos tempos e necessidades, os caminhos vão-se construindo e desconstruindo. (Dias, 1994).

É bem evidenciado que os Caminhos de Santiago são vários, sendo que não se pode afirmar qual é o caminho realizado por Santiago, ou que o caminho não é de Santiago, mas sim, os caminhos que levam a Santiago: “*Encontra-se, de igual modo, provado, que não havia somente um caminho português a Santiago, mas algumas vias percorridas pelos peregrinos que se dirigiam ao santuário jacobeu.*” (Moreno, 1992, p. 75).

Assim, Moreno (1992) aborda estas múltiplas rotas, ou caminhos no norte de Portugal.

“Coube o mérito a Carlos Alberto Ferreira de Almeida de demonstrar de um modo inequívoco quais as principais vias de acesso a Santiago de Compostela existentes no Norte de Portugal. Sendo muito percorridas todas as vias que iam dar à Galiza, duas delas contudo, que partiam da cidade do Porto, foram largamente utilizadas. Uma delas dirigia-se a Braga, seguindo daí para Ponte de Lima, Valença e Tui. E outra tomava a direção de Ponte do Ave, Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença e Tui (...).” (Moreno, 1992, p. 75).

Em Reira (2007), é descrito como surgiu, ou como foi recuperado, ou reformulado o Caminho Português. Através das narrativas feitas, apresenta alguns critérios e discussões sobre o traçado, no ano de 1992.

O traçado comumente utilizado em Portugal, teve as suas origens entre os séculos XII e XIII, no dito Caminho Medieval e Vias Romanas que, em dado momento, se sobrepõem, mas, uma vez que alguns pontos que já não existiam, ou eram inviáveis, novos traçados foram adaptados. Contudo, as Vias Romanas, mais especificamente, no caso do Caminho Português, a Via XIX de António<sup>8</sup>, era palco de deslocamento de tropas e equipamento, desprivilegiando as aldeias, templos e outros locais de interesse, assim como as necessidades de outros viajantes. Assim, os traçados estabelecidos outrora para a peregrinação, privilegiavam o caminho de interesse e necessidades dos peregrinos, ou seja, locais onde comer, templos religiosos, locais de hospedagem, entre outros. Com isso, nos tempos atuais, a base de necessidades não é muito diferente. (Reira, 2007).

Os caminhos e traçados foram estabelecidos, de maneira a proporcionar passagem por locais mais tranquilos e agradáveis, distanciados de locais com maior trânsito ou grandes obstáculos. Como tal, é descrito que, o caminho ou traçado era modificado de maneira que fosse conveniente aos peregrinos, em comparação a um Em Apolinário (2013), pondera-se sobre a Ordem de Santiago, e de como esta esteve, e está, presente num contexto histórico português, sendo que esta ordem militar teve um papel relevante na expulsão e ocupação da Península Ibérica, local ou passagem que lhes fosse inconveniente. Com isso, lança-se mão da analogia dos Caminhos de Santiago, como um grande rio a desaguar em vários afluentes, ou seja, defende-se a ideia de múltiplas rotas e caminhos. (Reira, 2007).

---

<sup>8</sup> A Via Romana XIX ligava Bracara a *LucusAugusti* (Lugo) através de Limia (Ponte de Lima), Tude (*Tui, Ad Duos Pontes* (Pontevedra) e *AquaeCelenae* (Calda de Reis). As Vias recebi ou era também conhecida pelo nome de quem a mandou fazer, neste caso Itinerário de António.

Através das imagens (Figura 3) que se seguem, do mapa, há uma melhor compreensão das dimensões e ramificações dos caminhos existente em Portugal, e de como estes abrangem o território português, do sul do país, até chegar ao território espanhol, à cidade de Santiago de Compostela.



Figura 3. Mapa dos Caminhos de Santiago em Portugal<sup>9</sup>. Fonte: Obtido na <http://acaminhodesantiago.wordpress.com/o-caminho/>

<sup>9</sup> Atualmente, o Caminho de Santiago é a terceira maior rota de peregrinação cristã do mundo.



### 3. Os Caminhos de Santiago de Compostela: Reconhecimentos e Processos

Os Caminhos de Santiago de Compostela foram proclamados em 1987, o Primeiro Itinerário Cultural pelo conselho europeu. Em 1993, o Caminho de Santiago Espanhol recebe o título da UNESCO como Património da Humanidade, e em 1998 o Caminho de Santiago Francês recebe o mesmo título. (UNESCO, 2007).

Os Caminhos Espanhóis, que são reconhecidos pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, estão inseridos na fronteira franco-espanhola, ou seja, têm início na fronteira com França. Existem dois caminhos oficiais na fronteira com França, o caminho que entra por Roncesvalles (Valcarlos Pass) e Canfranc (Somport Pass), que a oeste de Pamplona se fundem. Ao longo desses caminhos, estão cerca de 1.800 (mil e oitocentas) edificações, sendo estas tanto religiosas como seculares, cercados de muita história, e 166 (cento e sessenta e seis) cidades. (UNESCO, 2007).

O Caminho de Santiago Francês é considerado o de maior tradição e história, sendo que este é o mais reconhecido internacionalmente. O traçado atual foi fixado no final do século XI, tendo como principais responsáveis Sancho III o Maior<sup>10</sup>, Sancho Ramirez de Navarra e Aragão<sup>11</sup> e Afonso VI<sup>12</sup> (UNESCO, 2007).

Os Caminhos de Santiago Francês e Espanhol são considerados também como importantes elementos que retratam a evolução arquitetónica da Europa no decorrer de vários séculos. Em especial, o Caminho representa o nascimento da arte românica,

---

<sup>10</sup> Sancho III o Maior/Sancho III Garcês (901- 1035): Rei de Navarra entre os anos de 1004 a 1035.

<sup>11</sup> Sancho Ramirez de Navarra (1043-1094): Rei de Aragão entre os anos de 1063 a 1094, e de Navarra 1076 a 1094.

<sup>12</sup> Afonso VI (1043-1109): Rei de Leão entre os anos de 1065 a 1109, Rei de Castela 1072 a 1109, Rei da Galiza 1073 a 1109, e Rei de Toledo de 1085 a 1109. com a construção posterior das catedrais góticas e de mosteiros (UNESCO, 2007).

Segundo (Sousa, 1999), incontestável a importância cultural e religiosa que tangem o Caminho de Santiago na história da Europa, sendo diversas as formas de abordar este fenómeno de peregrinação no presente.

A 13 de dezembro de 2009, a Associação Espaço Jacobeus<sup>13</sup>, em reunião realizada com câmaras municipais, entidades de turismo e direções regionais de cultura, elaboraram a “Carta Grijó<sup>14</sup>”, carta essa que teve como um dos objetivos trabalhar junto do Estado Português para o reconhecimento como Património Nacional e junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, para o reconhecimento do Caminho Português de Santiago, para que este fosse inscrito na lista do Património da Humanidade. Tal pedido foi realizado pela Associação Espaço Jacobeus em 2010. Entretanto, o processo que teve início em 2010 não teve continuidade.

Contudo, após a realização da reunião intitulada “Caminho Português de Santiago de Compostela – Valorização Cultural e Turística”, realizada no dia 8 de abril de 2015, na cidade de Coimbra entre os pontos debatidos e as consequências dessa reunião, novamente no mês de setembro do ano de 2015, foi apresentada uma nova proposta para a candidatura ao Património da Humanidade, pedido esse que tem como representantes institucionais, duas associações, a Associação e Espaço Jacobeus Caminho Português de Santiago está em processo de avaliação pela UNESCO. No

---

<sup>13</sup> Associação Espaço Jacobeus - Associação religiosa católica que tem como objetivo fomentar e auxiliar as pessoas que realizam a peregrinação até o túmulo do Apóstolo Santo Tiago Maior, na cidade Santiago de Compostela. Estatuto da associação encontra-se em Anexos (Estatuto AEJ).

<sup>14</sup> Carta Grijó: Cópia conteúdo integral da Carta encontra-se nos Anexos (Carta Grijó). Em consequência à Carta Grijó, foram realizados outros eventos, ações que geraram outros documentos, tais como Fórum de Sinalização “Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação - Sinalização do Caminho de Santiago & Caminho de Fátima em Portugal<sup>1</sup>” Ata de Resumo “Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação - Sinalização do Caminho de Santiago & Caminho de Fátima em Portugal (Documentos de Dezembro de 2009); Conferência “Carta de Grijó: E Agora?”; Conclusões e Propostas “Carta de Grijó: E Agora?”.



(A.E.J) e a Associação de Peregrinos Via Lusitana<sup>15</sup> (A.P.V.L). O pedido de Candidatura do pedido/processo atual, assim como no anterior, é indicado que no ano de 2021, próximo Ano Santo<sup>16</sup>, o Caminho Português de Santiago de Compostela deveria ser reconhecido como Património da Humanidade. (Figua 4, com o mapa da sinalização das rotas apresentadas na candidatura).

Como também foi apresentado no documento técnico da reunião do ano de 2015, enfatizam-se alguns pontos acerca da importância cultural do Caminho Português no cenário nacional português e internacional. Destaca-se também a necessidade de criação de um mecanismo de valorização desses bens, assim como, por exemplo, o itinerário de convergência de valores culturais diversos ao património material e imaterial contido ao longo do mesmo.

Tal documento apresenta, de forma concisa, vários pontos a serem observados, Entre eles, afirma-se a singularidade e a necessidade de preservar o Caminho Português. Como tal, destaca-se a importância da realização de estudos e divulgação de trabalhos científicos das questões que permeiam o envolvimento, e os papéis dos diversos atores interligados através das peregrinações e do Caminho Português, para além do seu carácter transfronteiriço (Portugal/ Espanha), e da necessidade de diálogo entre as instituições e Estados.

---

<sup>15</sup> Associação de Peregrinos Via Lusitana: Associação não religiosa que tem dentre objetivos divulgar e promover a peregrinação a Santiago de Compostela, preservar e promover o Caminho Português e auxiliar os peregrinos. Estatuto da associação e regulamento de associado encontra-se em Anexos (Estatuto APVL) (Regulamento Associado APVL).

<sup>16</sup> Ano Santo – a festa de comemoração do martírio do Apóstolo S. Tiago Maior que é celebrada no dia 25 de julho, quando este dia coincide com um domingo é então considerado Ano Santo. O primeiro Ano Santo foi decretado (no ano 1112 pelo Papa Calisto II, porém só em 1179, Alexandre III decreta a perpetuidade da data. O próximo Ano Santo será em 2021.

Aponta-se também no documento em questão, o crescente número de peregrinos, uma vez que se está a consolidar o Caminho Português como sendo a segunda rota de peregrinação mais praticada a Santiago de Compostela. Em consequência desta crescente relevância, apresenta-se a necessidade de planeamento, gestão, criação e manutenção de estruturas adequadas. Assim, também se destaca a necessidade de existir uma organização, para que se possam lograr recursos junto dos órgãos nacionais e internacionais, para o desenvolvimento do Caminho Português.

Das peregrinações a Santiago de Compostela no ano de 2019, registadas pela *Oficina del Peregrino* (Escritório do Peregrino), realizaram a peregrinação a Santiago de Compostela 347.578 peregrinos, dos quais, 94.648 (27, 23 %) seguiram pelos Caminhos Portugueses, sendo esta a segunda<sup>17</sup> maior rota de peregrinação a Santiago de Compostela, cujos o número e percentual global segue de maneira crescente nos últimos anos<sup>18</sup>, o que ressalta a relevância do Itinerário Português dentre as rotas jacobéias. (*Oficina del Peregrino*, 2020), (ver Quadro I).

Dentre as fases para candidatura, no dia 30 de maio de 2016, foi divulgado a Lista Indicativa, pré-requisito para reconhecimento a Património da Humanidade, a lista atualizada, em que consta, juntamente com outros 21 bens, os “*Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*”. (CNUNESCO- MNE, 2016)<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup>A primeira rota mais praticada é do Caminho Francês. Para termos uma melhor compreensão e para efeito comparativo, no ano de 2019 percorreram o Caminho Francês 189.937 (54,65 %).

<sup>18</sup> Os dados apresentados são da Oficina del Peregrino. Obtidos na <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>

<sup>19</sup> Devido os trâmites processuais e de investigações necessários a serem realizadas, o prazo estabelecido pela UNESCO para completar todo processo após a inclusão na Lista Indicativa é de 10 anos, ou seja, o reconhecimento deve ser concluído até 2026.

Já no ano de 2019, é sancionado o Decreto-Lei n.º 51/2019 de 17 de abril, que trata de questões específicas sobre o Caminho de Santiago no Contexto Português, que afirma da importância histórica, como elemento de formação da cultura Europeia, além de pilar da identidade coletiva, deste itinerário religioso, rumo ao túmulo do Apóstolo Santiago que foi encontrado no século IX, e ressalta a confluência de culturas e estratificações sociais. Esse fluxo convergente possibilitou e proporcionou o surgimento de estruturas, infraestruturas e transfigurações sociais e económicas ao longo do território. Entretanto, é dito que as dimensões e influências do Caminho de Santiago entendesse além das fronteiras europeias após seu reconhecimento como Primeiro Itinerário Cultural Europeu, título atribuído pelo Conselho Europeu e pela UNESCO como Património Universal da Humanidade, que como no já referido, ocorreu no ano de 1987 (Gomes, 2019).

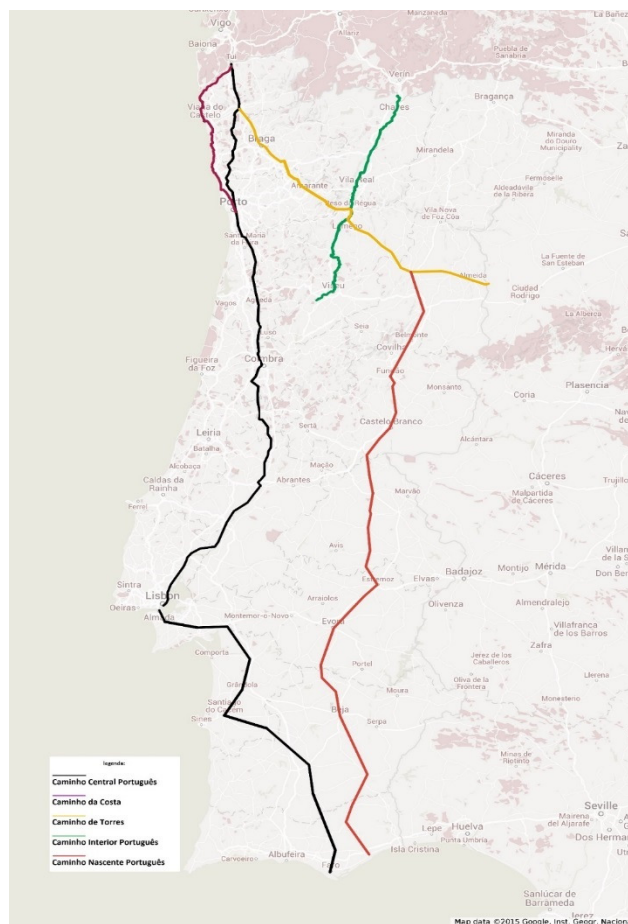


Figura 4. Mapa dos Caminhos para Proposta Indicativa a UNESCO. Fonte: Documento Proposta Candidatura UNESCO/ Portugal.

O Decreto-Lei n.º 51/2019 ao mesmo tempo que cria um aparato jurídico específico para os Caminhos Portugueses, põe em evidência a importância do O Caminho de Santiago em Portugal como elemento da cultura e património nacional, salientando a necessidade de as iniciativas de salvaguarda, promoção e investigações dos itinerários do Caminho de Santiago e Portugal (Gomes, 2019).

Como podemos perceber, existe na contemporaneidade um conjunto de instituições e instrumentos institucionalizados que reconhecem a importância dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. Ações que para além de evidenciarem a relevância dessa rota de peregrinação, demonstram a necessidade de ações e mecanismos específicos devido às singularidades da rota jacobea em território português.

#### Quadro I

Peregrinos pelo Caminho Português.<sup>20</sup> Fonte: Oficina del Peregrino (2020).

<i>Ano</i>	<i>Nº de Peregrinos (%)</i>
<b>2004</b>	<b>15.831 (8,80%)</b>
2005	5.507 (5,86%)
2006	6.513 (6,44%)
2007	8.140 (7,11%)
2008	9.814 (7,80%)
2009	12.055 (8,17%)
<b>2010</b>	<b>34.255 (12,57%)</b>
2011	22.062 (12,03%)
2012	25.624 (13,31%)
2013	29.550 (13,69%)
2014	35.501 (14,92%)

2015	43.151 (16,44%)
2016	52.138 (18,77%)
2017	66.562 (22,11%)
2018	81.663 (24,95%)
2019	94.6487, 23 %)

#### 4. Conclusão

A construção dos Caminho a Santiago de Compostela, a transformação e consolidação do território português estão fortemente atreladas. A devoção ao Santo e construção cultural também são elementos de destaque. Como apresentado, ao longo dos séculos foram construídos e alicerçados elementos culturais que o desenvolvimento da rota jacobea no território português. Por ser tratar de um elemento que abrange Portugal de sul ao norte e outras ramificações, os Caminhos portugueses são componentes culturais que permeiam outros traços culturais. Pode ser compreendido como um bem patrimonial de caráter nacional, não somente pela abrangência, mas também pela relevância.

Os Caminhos Portugueses estão em franco desenvolvimento, seja quanto ao número crescente de praticantes, seja na no processo de reconhecimento como património, e no âmbito de aparatos jurídicos normativos. A criação de aparatos jurídicos específicos ressalta a importância e peculiaridade dos Caminhos portugueses. Já a candidatura e processo de reconhecimento como património da humanidade, demonstrar a relevância dessa rota a nível

---

<sup>20</sup> A divulgação das informações estatísticas da Oficina del Peregrino tem como primeiro ano 2004. Os anos apresentados em negrito (2004 / 2010), são referentes ao Ano Santo, ou seja, anos com maior fluxo de peregrinos, sendo o próximo Ano Santo em 2021. Obtido na <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>

mundial. Fazer parte do Património Mundial através da chancela da UNESCO, será um grande elemento catalizador e de sinergia para o desenvolvimento do Caminho português, seja no aspecto qualitativo com a possibilidade atrair recursos e investimentos para criação melhoria de equipamento e serviços, bem como para a manutenção de bens culturais e patrimoniais ligado de forma direta ou indireta a cultura jacobea. No aspecto quantitativo, o reconhecimento pode ser um agente indutor para o aumento do fluxo de peregrinos.

Como apresenta (Sousa, 1999), a peregrinação a Santiago de Compostela pode contribuir na conservação do património cultural, isto se feita através de uma planificação aceita pelo Caminho de forma geral e para a cidade de Santiago de Compostela. Entretanto, também pode contribuir para destruí-lo se não planeada e seguida. O autor também apresenta um quadro comparativo (esquema) com os impactos pessoais, socioculturais, económicos e religiosos das peregrinações, sendo também feita uma comparação com outros tipos atividades turísticos.

#### Quadro Comparativo II

O quadro apresentado abaixo é uma síntese e tradução do apresentado no Esquema 2. Fonte: na obra de (Sousa, 1999, pp. 23-24).

<b>Fatores associados às Peregrinações</b>	<b>Impactos Positivos</b>	<b>Impactos negativos</b>
<b>Necessidades Humanas</b>	Liberação da vida cotidiana/ profana e entrada no âmbito sagrado, vantajoso para a saúde física e mental	As peregrinações podem ter impactos negativos para o indivíduo quando apresentada como uma forma curar o indivíduo dos males do consumismo, como a exemplo do turismo, sendo a peregrinação tida com isenta deste mal e culpa.

<b>Social</b>	Frente relações sociais na contemporaneidade balizadas no individualismo, a peregrinação vem com um espaço de encontro e comunicação, seja através indivíduos para com indivíduos, e/ou organizações de interesses.	
<b>Cultural</b>	A peregrinação ao longo dos tempos sempre apresentou-se como elemento dinamizador da cultura, seja pelas trocas ou difusão de ideias, técnica e perceções.	A falta de planeamento pode levar, principalmente no que tange ao contingente de peregrinos em determinadas localidades, pode levar a uma degradação de variados elementos.
<b>Económicos</b>	As peregrinações por ser um movimento de pessoas implica num movimento de económico através do consumo de produtos e serviços, além dos investimentos necessários em estruturas e infraestruturas.	A repercussão desfavorável economicamente nas e para as localidades por onde passa o Caminho, bem como nas instituições organizadoras e de manutenção do Caminho e seu traçado.
<b>Políticos</b>	A peregrinação a Santiago sempre esteve atreladas a questões políticas, sendo que até mesmo foi utilizada para unir os cristãos frente os invasores e na atualidade na Europa, pode ser vista ou tida como elemento de integração política.	Apresentar e ter o lado político como fundamental à peregrinação, sobrepondo-se a outras importâncias e funções, e causar da perda da autenticidade.
<b>Religiosos</b>	Nas peregrinações existem vantagens tanto para as	Quando da utilização das peregrinações de forma restrita para

	organizações religiosas como para os peregrinos. Sendo que para primeira consegue poder e força na sociedade, para além regozijo de proporcionar tal vivência e experiência ao peregrino. Já ao peregrino é a possibilidade refletir sobre valores e sentidos da vida e de espiritualidade.	servir a Deus em troca de benefícios pessoais, cujo os milagres e intervenções divinas solicitados não concretizam e ocorre o desencanto com o divino.  Bem como dos conflitos gerados pelas perceções e sentidos divergentes das peregrinações entres os peregrinos.
--	---	---

O quadro apresentado nos ajuda a compreender questões múltiplas que encontramos na Observações participantes realizadas, permite também que o trabalho em campo é um importante, e neste caso em específico, indispensável forma para compreender as nuances e peculiaridades do Caminho Português.

Como apresentado ao longo deste artigo, os Caminhos Portugueses são representares latentes da cultura portuguesa, em que a devoção a Santiago seguiu e segue por caminhos longos da história, caminhos esses que demonstram parte da complexa construção do território e cultura portuguesa.

## Referências

- Apolinário, F. M. M. (2013). *A Ordem de Santiago - A Arte como manifestação de culto e cultura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia. Faculdade de Teologia - Universidade Católica Portuguesa.
- Cardoso, A. H. & Almeida, L. de (2005). *O Caminho Português de Santiago*. S. João do Estoril. Cascais: Editora Lucerna. 1ª edição.



Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (CNUNESCO- MNE) (2016). “*Lista Indicativa de Portugal ao Património da Humanidade*”. Obtido na

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica>

[Consultado a 30. 05. 2016].

Dias, G. J. A. C. (1994). Em Peregrinação a Santiago pelos Caminhos de Portugal”. In *Gil*

*Vicente - Revista de Cultura e Actualidades*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas. nº 29, jan./dez., 1-15.

Gomes, L. (2019). *Institucionalização do Património: O Caminho de Santiago*. O Ideário

Patrimonial. vol. 12, 39-55. Obtido na

[http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/n12\\_julho\\_2019/OIP\\_JUL\\_12\\_2019\\_3](http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/n12_julho_2019/OIP_JUL_12_2019_3)

[9-55.pdf](#) [Consultado a 12. 06. 2020].

Lévi-Strauss, C. (2010 [1973]). *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença. 10ª edição.

Marques, J. (2000 [1998]). *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*.

*Pressupostos históricos e Condicionalismos de uma Caminhada*. In *Mínia*. Braga: Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural. nº 6, série III, 1-44.

Moreno, H. B. (1992). As Peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a

Galiza. In *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Lisboa: Editora Távola Redonda, 75- 82.

Oficina del Peregrino (2020). *Dados Estatísticos da Peregrinação a Santiago de Compostela*.

Obtido na <http://peregrinossantiago.es/esp/oficina-del-peregrino/estadisticas/>

[Consultado a 11. 06. 2020].



Reira, J. A. de la (2007). Introdução ao Caminho Português na Galiza. In *A Grande Obra dos Caminhos: Caminho Português na Galiza*. Coruña: Héculas Ediciones, vol. XI, 40-65.

Singul, F. (1999). *O Caminho de Santiago: a peregrinação ocidental na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições UERJ.

Sousa, M. A. Á. (1999). Teórico Para a Análise das Peregrinacións. In *Homo Peregrinus*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 11-58.

UNESCO (2007). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. In *Caminho de Santiago de Compostela*. Obtido na <https://whc.unesco.org/en/list/669/documents/> [Consultado a 12. 06. 2020]

**GOUVERNANCE TOURISTIQUE AU MAROC,  
DESTINATION MARRAKECH**

**TOURISTIC MANAGMENT AT MOROCCO,  
DESTINATION MARRAKECH**

Recebido a 01 de abril de 2020  
Revisto a 12 de maio de 2020  
Aceite a 01 de junho de 2020

**Fadwa Chbani Idrissi**

FLSH, Université Cadi Ayyad, Marrakech  
[hbanifadwa@gmail.com](mailto:hbanifadwa@gmail.com)



## Resumé

Cet article a pour objectif de comprendre le mode de gouvernance touristique au Maroc au niveau national et régional pour analyser les limites de la gouvernance touristique actuelle afin de viser une efficacité dans les schémas de gouvernance touristique future. Le cadre théorique s'appuie sur la théorie des acteurs et de la proximité géographique et organisationnelle. Puis, l'analyse documentaire ainsi que les entretiens effectués examinent la gouvernance touristique au Maroc et au niveau du territoire d'étude «Marrakech et son arrière-pays». Cette analyse a conduit à deux résultats: d'une part, la relation d'organisation entre les acteurs au niveau national a montré que les relations actuelles ne peuvent résoudre seules le devenir du tourisme sur toutes ses échelles ; et d'autre part, l'absence des Agences de Développement Touristique prévues dans le cadre de la «vision 2020» a entraîné une multitude d'acteurs intervenants avec une diversité d'action.

*Mots-clés:* Gouvernance Touristique, Marrakech, Maroc

## Abstract

This article aims to understand the mode of tourism governance in Morocco at national and regional level to analyze the limits of current tourism governance to aim for efficiency in future tourism governance schemes. The theoretical framework is based on the theory of stakeholders and geographic and organizational proximity. Then, the documentary analysis as well as the interviews carried out focus on tourism governance in Morocco and in the study area "Marrakech and its hinterland". This analysis leads to two conclusions: First, the organizational relationship between the actors at the national level showed that current relationships cannot solve the fate of tourism alone on all its scales; Second, the absence of



the Tourist Development Agencies planned as part of the "vision 2020" has led to a multitude of intervening actors with a diversity of action.

*Keywords:* Tourism Management, Marrakech, Morocco

### Resumo

Este artigo tem como objetivo entender o modo de gestão turística em Marrocos em nível nacional e regional para analisar os limites da atual governança do turismo, a fim de buscar eficiência nos futuros esquemas de governança do turismo. O referencial teórico é baseado na teoria dos actores e na proximidade geográfica e organizacional. Em seguida, a análise documental e as entrevistas realizadas examinam a governança do turismo em Marrocos e no nível da área de estudo "Marrakech e o seu interior". Essa análise levou a dois resultados: por um lado, a relação organizacional entre os atores no nível nacional mostrou que as relações atuais não podem resolver o destino do turismo isoladamente em todas as suas escalas; e por outro lado, a ausência das Agências de Desenvolvimento Turístico planejadas como parte da "visão 2020" levou a uma multidão de partes interessadas com uma variedade de ações.

*Palavras-Chave:* Gestão Turística, Marraqueche, Marrocos

## 1. Introduction

De par sa transversalité et ses nombreux effets d'entraînement, l'industrie du tourisme joue un rôle indéniable de locomotive de développement économique et social au Maroc.

En effet, le développement touristique national réalisé au cours de la dernière décennie a permis de poser les premiers jalons d'une nouvelle gouvernance du secteur dans le cadre de



la concertation et du partenariat public-privé définit comme principes fondateurs par la Vision 2010, même si certains résultats obtenus en la matière restent assez éloignés des attentes initiales et n'ont pas dans l'ensemble donné entière satisfaction aux différentes parties.

La gouvernance du secteur touristique est présente aussi au Message adressé par SM le Roi Mohammed VI aux participants à la 7<sup>ème</sup> édition des Assises du Tourisme, à Fès en avril 2007: «(...) Nous appelons, ensuite, et au-delà des aspects quantitatifs de notre ambition, à une vigilance permanente quant à la qualité de l'offre et de l'environnement touristiques. Il ne faut pas se faire d'illusion: il ne suffit pas de mettre en place des infrastructures, aussi modernes soient-elles, pour réussir le pari du développement touristique. Ce développement passe, indubitablement, par l'engagement et le professionnalisme des femmes et des hommes qui y œuvrent au quotidien, par la qualité de leur formation et par la bonne gestion des ressources humaines du secteur. Il passe aussi par la qualité de la gouvernance du tourisme national, tout comme par la vigilance dont il faut faire preuve afin de répondre aux attentes des touristes qui choisissent notre pays comme destination (...)» (Smit, 2011, p. 4).

Or, pour garantir la mise en œuvre de la Vision 2020 et renforcer la légitimité institutionnelle d'un secteur aussi transverse que le tourisme, la vision 2020 a prévu la mise en place d'une instance nationale de pilotage, réunissant dans un partenariat renouvelé l'Etat, les régions et le secteur privé: «La Haute Autorité du Tourisme».

La Haute Autorité du Tourisme, dont le Secrétariat Général sera assuré par le Ministère du Tourisme, comprendra des représentants des secteurs public et privé pour une implication des professionnels dans les instances de décision et d'orientation et une évaluation de l'état d'avancement de la stratégie nationale et des feuilles de route régionales, et autant que nécessaire (Smit, 2011, p. 62).

Et afin d'assurer la réussite de la régionalisation de la politique touristique, et garantir la mise en œuvre des stratégies territoriales, des «Agences de Développement Touristique» (ADT) seront progressivement créées dans les 8 territoires.

Ces agences auront pour principales missions de garantir la bonne exécution des feuilles de route régionales de leur territoire respectif, de développer l'attractivité globale des territoires, de développer la compétitivité des territoires, d'assurer une orientation des professionnels locaux du secteur en fonction des tendances du marché mondial ainsi qu'une diffusion des meilleures pratiques et des démarches novatrices. (Smit, 2011, p. 64).

Ainsi, cette notion de gouvernance basée sur un partenariat public-privé, largement médiatisés, se révèle toujours présente dans les différentes stratégies touristiques du royaume au niveau national et régional.

L'objectif de cet article est d'analyser le mode de gouvernance touristique au Maroc au niveau national et régional. Pour ce faire, et quant à la méthode utilisée, on a commencé par une revue littérature des principaux modèles théoriques qui traitent la notion de la gouvernance touristique ainsi de la relation entre les différents acteurs, ceci nous a permis de définir le cadre d'analyse, ensuite, on a utilisé toute la documentation disponible et on a effectué les entretiens nécessaires pour comprendre le mode de gouvernance actuel au niveau national et territorial (cas de la destination de Marrakech).

L'objectif de cette recherche est de proposer les limites du schéma de gouvernance actuel pour viser une efficacité dans les schémas de gouvernance touristique future.

## 2. Cadre théorique et conceptuel

Le Dictionnaire Oxford définit la gouvernance comme étant «(...) l'acte ou la manière de gouverner, d'exercer le contrôle ou l'autorité sur les actions des sujets ; un système de règlements (...)».

Ainsi, je rejoins la définition de la gouvernance proposée par (Le Galès, 1995, p. 81), comme un «ensemble des arrangements formels et informels entre acteurs privés et publics, à partir desquels sont prises et mises en œuvre des décisions».

Le cadre théorique dominant la recherche en gouvernance est fortement inspiré de l'analyse sociologique des organisations, ainsi, et de la définition précédente, on retient que la notion des acteurs et d'organisation sont les deux faces indissociable pour un même problème comme le souligne (Crozier & Friedberg, 2014, p. 20): «Action collective et organisationnelle sont donc complémentaires».

Avec la transversalité des intervenants du secteur du tourisme, la notion d'acteurs, largement utilisée par les géographes, repose sur le classement des acteurs par catégories socioprofessionnelles (acteurs institutionnels, associatifs, économiques et politiques) et ne concerne que les groupes qui sont visibles (Gumuchian et al., 2003, p. 29).

Le mode d'organisation des acteurs publics qui agissent sur la dimension touristique est souvent géré par des instances institutionnelles qui ne sont pas liées par un mode de coordination. Plusieurs pays ont pris en considération cette limite remarquée, et en France, depuis 2017, une instance de coordination a été créé pour assumer la cohérence des travaux de tous les départements concernés: le Conseil interministériel du Tourisme (CIT).

Le mode d'organisation des acteurs privés quant à lui est géré soit par des acteurs privés dominants (Gouvernance privée) ou bien par des acteurs privés institutionnalisés souvent par des organismes collectifs porteurs (Gouvernance privée collective), (Colletis et al., 1999).



La différence des échelles de réflexion se traduit par une différence des modes d'organisation et d'intervention des acteurs publics et privés, et (Gumuchianet et al., 2003, p. 53) a pris en considération dans son analyse les différentes échelles où se placent les acteurs: «parles des relations entre le global et le local revient implicitement à questionner le couple centre- périphérie».

Cette relation entre deux type d'espace a montré que le développement du centre se fait en dépens de la périphérie, et c'est dans ce contexte qu'au Maroc, la nouvelle constitution a été promulguée en date du 29 Juillet 2011 pour tracer de nouvelles perspectives de la régionalisation avancée, ces nouvelles perspectives sont basées sur l'appui de l'autonomie des collectivités territoriales administrativement et financièrement, et l'exercice de leurs compétences dans le cadre de la libre administration avec le renforcement des règles de gouvernance locale.

Cette nouvelle loi nous impose dans cette analyse de questionner la notion des territoires et la gouvernance territoriale.

Plusieurs définitions ont été données à la gouvernance territoriale et nous retenons la définition fournie par (Colletis et al., 1999, p. 10) «Processus institutionnel et organisationnel et construction d'une mise en compatibilité de différents modes de coordination entre acteurs géographiquement proches», et celle de (Gilly & Wallet, 2005, p. 701) «Processus d'articulation dynamique de l'ensemble des pratiques et des dispositifs institutionnels entre des acteurs géographiquement proches en vue de résoudre un problème productif ou de réaliser un projet de développement».

Toutes ces définitions abordent la question de la proximité géographique qui intègre la dimension spatiale souvent oubliée dans la science sociale, cette proximité peut être, à un instant t, considérée comme une contrainte pour que les acteurs puissent développer leurs actions.

Aussi, (Torre, 2009) rappelle que la proximité géographique n'est pas réduite uniquement à la distance entre les personnes mais également elle est influencée par des facteurs économiques et sociaux «elle est impactée de manière fondamentale par le développement des moyens de communication et des Nouvelles Technologies d'Information et de la Communication, qui génèrent des phénomènes de mobilité et d'ubiquité».

L'économie de la proximité permet de relever un enjeu important qui a toujours préoccupé les chercheurs, il s'agit de la question de la coordination entre les acteurs (Bouba-O et al., 2008).

Dans l'économie de la proximité, on ne considère pas que la proximité géographique toute seule est suffisante pour mettre en place une gouvernance territoriale, mais il faut également analyser comment les acteurs coordonnent entre eux.

Plusieurs chercheurs dans l'économie de la proximité ont travaillé sur la notion de la proximité et toutes ses catégories, et pour bien résumer le travail fait par ces chercheurs comme (Pecqueur & Zimmermann, 2004) qui définissent la proximité organisationnelle comme un échange entre acteurs au sein d'une organisation.

Afin d'assurer une meilleure opérationnalisation de toutes les notions de la proximité des chercheurs, (Bouba O et al., 2008) a proposé une nouvelle décomposition de la proximité socio-économiques en apportant des ajustements aux typologies précitées:

Ajustement: Décomposition de la proximité socio-économique en deux sous-catégories: proximité de ressources et proximité de coordination.

Ajustement 2: décomposition de la proximité de ressources en deux types distincts: matérielle et cognitive.

Ajustement 3: décomposition de la proximité de coordination en deux sous-catégories: la proximité relationnelle et la proximité de médiation.

Dans notre recherche, on va se limiter à ce niveau de recherche de la notion de la proximité géographique et organisationnelle, et on va chercher le cadre global nécessaire qui doit lier les proximités géographiques et organisationnelles pour assurer une gouvernance territoriale d'une destination touristique dans un cadre de coordination commun.

Jusqu'ici, l'essentiel de l'analyse que j'ai faite, a porté sur la notion d'action interne de l'organisation, sans prendre en considération les facteurs externes qui peuvent impacter l'opérationnalisation de la gouvernance territoriale d'une destination touristique. En effet, le tourisme est un secteur très sensible aux différents événements et incidents négatifs qui peuvent survenir et qui ne sont pas programmés dans les différentes organisations qu'elles soient formelles ou informelles, je cite comme exemple d'incidents les actes terroristes, la crise économique (...), et tous ces incidents ont toujours engendré un manque de confiance à une destination, ce manque est exprimé par des acteurs qui représentent le secteur privé (investisseur, compagnie aérienne, ...), ou bien par le touriste lui-même qui reste l'acteur le plus important dans la chaîne de valeur touristique qui a un rôle dans le développement économiques des destinations et la création de la richesse qui constitue l'objectif commun de tous les acteurs.

D'où la nécessité d'adopter une gouvernance territoriale évolutive dans le temps pour atteindre l'objectif commun, de tous les acteurs, fixé pour une période bien définie. Ce nouveau concept proposé peut représenter ma contribution à la littérature scientifique qui questionne la notion de la gouvernance touristique territoriale.

### 3. Quel mode de gouvernance touristique au Maroc?

Pour illustrer notre analyse en termes de la gouvernance touristique à Marrakech, nous allons analyser les choix des différents acteurs ayant conduit à la forme de gouvernance touristique actuelle et de cerner les évolutions potentielles pour la gestion future.

Pour faire cette analyse, j'ai exploité plusieurs documents officiels au sein du Ministère du tourisme (Vision, CPR, statistiques, publications officielles, lois ...), j'ai également effectué aussi des entretiens directs auprès d'acteurs du secteur public et privé, et j'ai assisté aussi à diverses réunions, séminaires publics et privés organisés par les acteurs au niveau national et régional.

Pour définir le mode de gouvernance actuelle, l'analyse impose de définir tous les acteurs au niveau des deux échelles d'analyse (nationale et régionale), et d'analyser également le cadre global d'interaction et d'organisation.

Aujourd'hui au Maroc, la gouvernance du secteur public de la dimension touristique est confiée à trois instances nationales telles que le Ministère du tourisme, l'Office National Marocain du Tourisme (ONMT), et la Société marocaine d'ingénierie touristique (SMIT).

En effet, La mission dévolue au Ministère du Tourisme est définie par l'article 1er du Décret n°2.08.651 du 15 Juin 2009, relatif à l'organisation et aux attributions du Ministère du Tourisme, qui stipule que : «l'Autorité gouvernementale chargée du Tourisme a pour mission d'élaborer et de mettre en œuvre la politique gouvernementale en matière de Tourisme».

A cet effet, Il est chargé notamment, en coordination avec les administrations concernées, de:

- a) Elaborer, mettre en œuvre et évaluer la stratégie du développement touristique;
- b) Mener les études et enquêtes nécessaires au développement du tourisme aussi bien au niveau national que régional;

- c) Elaborer les projets de lois et les textes d'organisation relatifs aux activités touristiques et veiller à leur application;
- d) Encadrer et assurer l'appui aux professions et aux activités touristiques conformément à la réglementation en vigueur;
- e) Orienter, contrôler les services déconcentrés et évaluer les moyens nécessaires à leur gestion;
- f) Participer à l'élaboration et au pilotage de la stratégie de formation hôtelière et touristique;
- g) Encadrer les établissements de formation relevant du Ministère du Tourisme;
- h) Veiller à l'établissement et au renforcement des relations dans le cadre de la coopération bilatérale ainsi qu'avec les organisations spécialisées;
- i) Assurer la tutelle des établissements relevant du Ministère du Tourisme.

La Société Marocaine d'Ingénierie Touristique – SMIT est une institution publique créée en Décembre 2007 par l'Etat Marocain dans le but de mettre en œuvre la stratégie de développement du produit touristique au Maroc. La SMIT a pour principale mission, de réaliser ou faire réaliser, pour le compte de l'Etat ou des personnes morales de droit public, des études concourant au développement du produit touristique ainsi que la promotion des investissements touristiques.

L'Office National Marocain du Tourisme est un organisme créé en 1918. Il a connu une évolution très importante et des transformations majeures depuis sa création. Le Dahir portant loi du 12 Avril 1976, dahir actuellement en vigueur, donne à l'Office son caractère d'Etablissement Public Industriel et Commercial doté de la personnalité morale et de l'autonomie financière sous la tutelle administrative du Ministre du Tourisme. A cet effet, il est notamment chargé de: L'établissement et l'exécution de programmes de publicité en faveur du tourisme marocain, l'édition et la diffusion d'instruments publicitaires tels que photographies, films, brochures;

- a)** La création et la gestion de centres d'accueil au Maroc;
- b)** L'organisation de voyages, réceptions et manifestations dans un but de publicité touristique;
- c)** La réalisation, l'aménagement et la gestion de tous équipements concourant au développement du tourisme, notamment dans les domaines de l'hébergement, de la restauration, de l'animation et des transports;
- d)** L'octroi de subventions aux associations ou entreprises ayant une activité touristique d'intérêt national;
- e)** La prise de participations financières dans les entreprises ou sociétés en relation avec l'activité touristique.

Face au secteur public, se trouve les acteurs privés qui sont constitués aujourd'hui dans le cadre de la confédération nationale du tourisme (CNT) et de l'observatoire du tourisme (OT).

La Confédération Nationale du Tourisme (CNT, 2019), a été créée le 15 Septembre 1995. Externalisée depuis fin Septembre 2007 de sa fédération mère, la CGEM (la confédération générale des entreprises du Maroc), à laquelle elle reste statutairement rattachée, la CNT se dote d'une nouvelle structure ambitieuse tournée vers ses membres. Elle s'engage ainsi à œuvrer pour regrouper en son sein l'ensemble des professions touristiques et s'engage également à œuvrer pour le renforcement des structures des différentes professions.

La CNT a pour principale mission:

- a)** Jouer le rôle d'un véritable interlocuteur privilégié, légitime et une force de propositions face aux autorités du tourisme dans le dialogue public/privé, national et régional;
- b)** Accompagner le déploiement de la vision 2020 en mettant en place une feuille de route claire et précise qui définit les priorités stratégiques et qui assure un partage équitable et durable des richesses entre les régions;

c) Fournir de véritables services aux adhérents en fournissant des outils sur les métiers, en organisant des formations et des workshops de transfert d'expérience pour les associations, les fédérations et les entreprises; En mettant en place un service de veille et de benchmarking; En effectuant des études de mise à niveau spécifique au secteur et à chaque métier; En facilitant la mutualisation des ressources et en accompagnant les PME touristiques dans leurs efforts de Mise à Niveau.

L'Observatoire du Tourisme, (OT, 2019), quant à lui est considéré comme étant un espace de concertation mais aussi en tant qu'outil de co-pilotage, neutre, ayant pour mission de fournir à la fois des éléments de suivi et de pilotage de la stratégie et d'éclairer les opérateurs sur l'information touristique, les résultats d'études stratégiques et l'évolution des indicateurs statistiques.

Un pilotage fin et coordonné de cette nouvelle politique touristique constitue le rôle principal de l'Observatoire du Tourisme qui se doit d'apporter une visibilité au secteur touristique et une réelle expertise en matière de diffusion d'information spécifique au tourisme.

Les principales missions de l'observatoire s'articulent sur 4 principaux axes, une source d'information fiable, un outil de pilotage et plateforme d'échange, un outil d'analyse et de veille, et un outil de prévision et guide de prise de décision.

Dans ce contexte, après avoir défini tous les acteurs publics et privés, une analyse de la relation entre tous ces acteurs a été effectuée à travers des entretiens individuelles avec ces différents acteurs, ces entretiens ont montré que depuis la signature de la visions «2020», la relation de coordination a toujours été limitée (échanges sur l'amendement de quelques lois, séminaire de sensibilisation, dispositifs d'accompagnement aux entreprises touristiques (...), et que sur le plan opérationnel, elle est marquée par des relations non formalisées.

Ces résultats des entretiens sont confirmés par l'absence d'existence de documents officiels qui tracent la nature de la coordination entre ces acteurs, à l'exception des contrats progrès signés en 2018 (MTTAAES, 2018).

En effet, et afin de relever le challenge de la structuration des acteurs qui seront capables de porter une stratégie, de relever des défis qualitatifs importants que le Ministère du Tourisme, du Transport Aérien, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale a poursuivi ses efforts dans l'opérationnalisation du programme de renforcement de la compétitivité des acteurs, notamment en œuvrant, dans un contexte de régionalisation avancée, pour le développement d'une industrie du tourisme caractérisée par une maturité des acteurs (professionnels, fédérations, associations régionales et autres parties prenantes), d'où l'impératif de s'appuyer sur un réseau de groupements professionnels structuré et performant.

Toutefois, cette maturité ne peut être atteinte qu'à travers un accompagnement de proximité de la part du Ministère du Tourisme, du Transport Aérien, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale, et ce dans le cadre d'un partenariat public-privé mutuellement avantageux, offrant une visibilité à l'ensemble des parties sur les bénéfices escomptés et les engagements requis. De ce fait, le renforcement des capacités de la CNT, à même de favoriser l'instauration d'un dialogue national et régional axé sur les résultats à forte valeur ajoutée, est de mise.

Dans une logique d'instauration d'un cadre de collaboration institutionnel et pérenne organisé et offrant une visibilité fixant le rôle de chaque partie (Ministère et CNT), qu'un contrat progrès entre les deux parties a été signé en 2018, et a pour objectif de développer les compétences de l'instance représentative des professionnels du secteur touristique à savoir la CNT, de viabiliser le financement de la CNT, et de définir un schéma de collaboration entre la CNT et le Ministère du Tourisme, du Transport Aérien, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale, ainsi qu'entre la CNT et les fédérations Métiers.



Dans le cadre de ce contrat, Le Ministère du Tourisme, du Transport Aérien, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale s'engage à participer au financement des actions menées par la CNT, par une subvention totale de 9.000.000 DH (neuf millions de dirhams) débloquée sur une période de 3 ans (2018-2020) et La CNT s'engage à participer au financement des actions qu'elle s'engage à lancer par une mobilisation d'un montant total de 2.000.000 DH (deux millions de dirhams) débloqués sur une période de 3 ans pour lancer les actions de la gouvernance et renforcement des capacités de gestion, de mise en place d'une structure d'animation, le développement de services et de prestations aux membres et le renforcement des partenariats.

L'analyse de la relation d'organisation entre les acteurs a montré que les relations actuelles ne peuvent résoudre seules le devenir du tourisme sur tous ses échelles (Ressources humaine et formation, activités touristiques, développement du produit, promotion, aérien, etc.).

Les limites de ces relations entre les acteurs nationaux nous imposent d'élargir le regard pour déplacer l'analyse vers le mode de gouvernance et d'organisation du territoire.

#### **4. Quel mode de gouvernance de la destination de Marrakech?**

Le cas de la recherche étudié est le cas de la destination de Marrakech qui constitue notre délimitation géographique. Le choix de la destination de Marrakech pour ce cas d'étude vient de la place qu'elle occupe au niveau national en tant que première destination touristique, en termes de capacité litière, de nuitées réalisées, de nombre d'entreprises et de visibilité au niveau international. Tous ces facteurs ont créé une dynamique touristique transversale et ont nécessité une implication de tous les acteurs publics et privés pour

accompagner cette dynamique de cette destination qui se considère comme un modèle et un laboratoire au niveau national.

De plus, et dans le contexte des définitions de la gouvernance territoriale qui considère le territoire comme un espace approprié pour une action, le Maroc et dans le cadre de la vision 2020 s'est inscrit dans une approche intégrée et volontariste d'aménagement du territoire en créant huit territoires touristiques dont le territoire Marrakech Atlantique qui est objet de notre étude.

Ce territoire s'appuie sur trois pôles complémentaires comme le représente la Figure 1, chaque pôle dispose d'une offre produit très diversifiée:

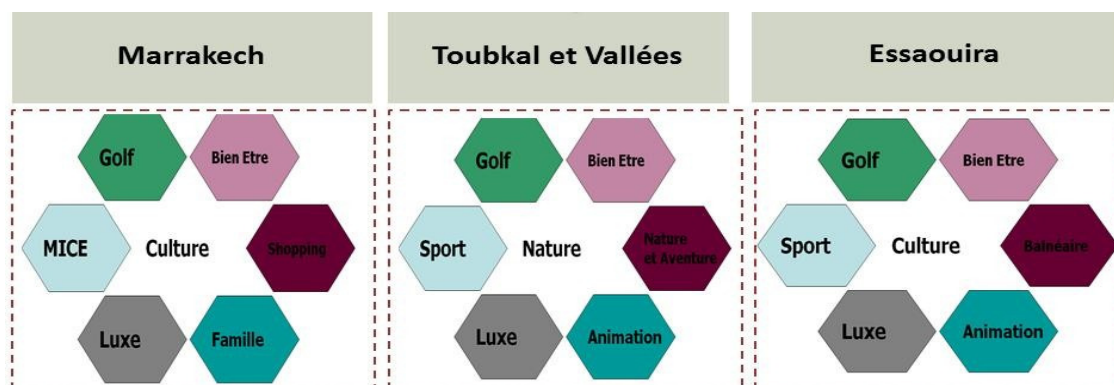


Figure 1. Positionnement du territoire Marrakech Atlantique. Source: L'Auteur

En adoptant la même démarche, une analyse des acteurs au niveau territorial est nécessaire ainsi la relation entre tous ces acteurs selon de la notion de la proximité géographique et organisationnelle. Plusieurs entretiens ont été effectués auprès des acteurs publics et privés qui ont permis de compléter la phase de lecture (Campenhoudt & Quivy, 2011, p. 58), ces entretiens ont permis aussi de donner une idée sur les pratiques des acteurs et leurs organisations dans une proximité géographique, ils ont aussi servi à mieux schématiser le processus d'action de tous les acteurs publics et privés qui interviennent à la gestion de la dimension touristique au niveau du territoire Marrakech-Atlantique, et ce, comme le présente le schéma suivant:

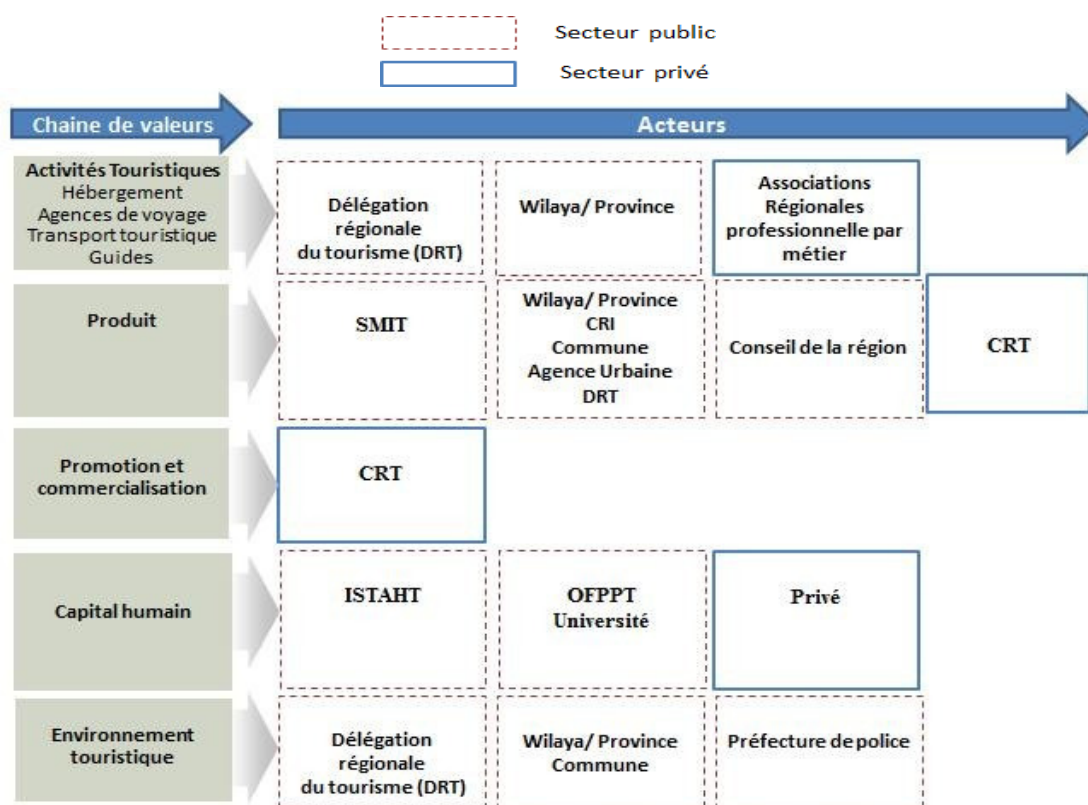


Figure 2. Acteurs publics et privés au niveau du territoire Marrakech Atlantique. Source: L'Auteur

On constate que la gestion de la stratégie touristique au niveau du territoire est opérée par des acteurs publics et privés. Les acteurs du secteur public représentent plusieurs départements (Ministère du tourisme, Ministère de l'intérieur, Ministère de la formation, Ministère de l'urbanisme), et chaque acteurs a une mission dans la stratégie touristique territoriale:

a) La Délégation régionale du tourisme (MTTAAES, 2019): Selon l'arrêté du ministre du tourisme n° 2768-94 du 12 juillet 1994, portant organisation et attributions des services extérieurs du département du tourisme, les délégations ont pour mission la coordination et le suivi de toutes les activités relatives aux aménagements, aux investissements et à la programmation dans le domaine du tourisme et la coordination, de la vulgarisation et du contrôle de toutes les activités concourant à l'accueil, à la promotion, à l'animation;

**b)** Les Centres Régionaux d'Investissement (CRI) ont été créés depuis 2002, c'est une administration publique, placée sous l'autorité du wali, été créer pour faciliter et s'simplifier les démarches liées aux investissements jusqu'à leurs concrétisations, c'est l'interlocuteur principal des promoteurs de développement, il fait le guichet unique au niveau de chaque région pour promouvoir l'investissement comme outil privilégié de croissance;

Ses principales missions liées au secteur touristique sont la promotion de l'investissement et la présidence des commissions de débit de boissons alcoolisés.

**a)** La Région est une collectivité territoriale de droit public, dotée de la personnalité morale, de l'autonomie administrative et de l'autonomie financière. Elle constitue l'un des niveaux de l'organisation territoriale décentralisée du Royaume, fondée sur une régionalisation avancée. Le plan de développement régional (PDR, 2018) de la région de Marrakech-Safi prévoit la réalisation de grands projets touristiques structurants (Palais de Congrès et d'Expositions, Parc d'Attraction, Circuits Touristiques Thématiques, Port de Plaisance, Produit du Tourisme Rural ...); et à date de rédaction de ce document, tous ces projets sont toujours en phase d'étude.

**b)** La commune constitue l'un des niveaux de l'organisation territoriale du Royaume. C'est une collectivité territoriale de droit public, dotée de la personnalité morale et de l'autonomie administrative et financière;

**c)** La commune exerce dans le cadre de ses compétences plusieurs missions liés au tourisme dont la gestion du transport urbain, de la propreté, des espaces verts et la délivrance des permis de construire des projets touristiques. Le plan de développement communal (PCD, 2018) de la commune de Marrakech prévoit également plusieurs projets liés au secteur touristique notamment la participation à la mise à niveau des circuits touristiques;

**d)** L'institut spécialisé de technologie appliqué et hôtelière de Marrakech (ISTAH) est un institut qui relève du Ministère du Tourisme et qui forment dans les niveaux de techniciens et techniciens spécialisés;

**e)** L'offre de formation dans le secteur du tourisme est aussi portée par les établissements relevant de l'OFPPT et des universités, ces établissements forment dans plusieurs domaines et sur plusieurs niveaux (initial et supérieur);

**f)** La wilaya ou bien la province assure la coordination entre tous ces acteurs pour assurer la mise en en place de la politique touristique.

Quant au secteur privé au niveau régional, il est regroupé en conseil régional du tourisme (CRT, 2018) qui est constitué de trois collèges : les professionnels, les élus et les autorités, ces acteurs travaillent ensemble et coordonnent sur une réflexion globale, une résolution créative pour construire des plans de développement touristique dans la région de Marrakech- Safi.

La mission principale du CRT est de promouvoir la destination Marrakech au niveau international et de jouer le rôle d'intermédiaire entre les professionnels du tourisme et le pouvoir décisionnel.

On remarque bien que tous ces acteurs exercent les compétences qui lui sont attribuées sans coordination entre eux et dans cadre qui n'est pas formalisé, cette coordination souhaitée n'a jamais existé, à une exception près, lors de l'élaboration du contrat programme régional CPR (DRTMA, 2018) du territoire Marrakech Atlantique, où la concertation et la participation des acteurs et instances décentralisées était présentes et a connu plus d'alliances que de conflits.

Ce (CPR), signé en 2013, a pour objectif de définir une déclinaison du Contrat Programme National qui prévoit la déclinaison de la stratégie 2020 enfeuilles de route régionales et territoriales de développement touristique à horizon 2020. Le CPR a été signé

par le Ministre du tourisme, le Wali de la région, et les Présidents des Conseils élus des 5 provinces concernées par ce contrat-programme, dédié au développement du produit touristique au niveau de la région et la réalisation des objectifs de la Vision 2020.

Ce CPR vise à structurer et diversifier l'offre du «Territoire Touristique Marrakech Atlantique» avec un investissement global de l'ordre de 20,3 milliards DH, porté principalement par le secteur privé, et destiné à la réalisation de 102 projets de développement du produit touristique au niveau de ce territoire.

Aussi, les parties concernées devront mettre sur le marché 36.000 lits supplémentaires, portant la capacité totale à 96.000 lits afin d'accueillir 3,9 millions de touristes à l'horizon 2020, et de générer 14.400 nouveaux postes d'emplois.

Pour accompagner cette capacité additionnelle et remplir les objectifs en matière d'arrivées dans le Territoire «Marrakech Atlantique» à l'horizon 2020, la desserte aérienne devra atteindre 441 fréquences hebdomadaires, dont 399 à Marrakech et 42 à Essaouira.

L'adéquation entre les capacités additionnelles et les besoins en ressources humaines dans la région, estimés à environ 16.600 lauréats à l'horizon 2020, est également programmée dans le cadre du Contrat Programme Régional avec un système de formation moderne, apte à répondre aux exigences du secteur du tourisme, tant au niveau quantitatif que qualitatif.

Le CPR a également prévu dans sa nouvelle architecture institutionnelle de gouvernance, la mise en place d'une «Agence de Développement Touristique» (ADT), qui est instance régionale considérée comme le «bras armé» de la politique touristique Régionale et garante de la mise en œuvre de la stratégie territoriale. Ces instances n'ont pas vu le jour à cause des financements qu'elles entraînent.

A ce stade, et à moins d'une année de l'horizon 2020, et vu les grands retards enregistrés pour la mise en place d'une structure de gouvernance territoriale, des grands projets et du programme retenus dans le cadre du CPR, on a le droit de se poser la question

sur la validité des objectifs fixés et aussi de considérer que cette période comme une phase de compréhension de la gouvernance touristique territoriale permettant de bâtir un véritable cadre futur pour réussir la définition d'une stratégie touristique d'une destination comme Marrakech et qui s'inscrit dans les objectifs de la régionalisation avancée et qui prend en considération les nouveaux rôles des autres acteurs (Régions, communes, etc.).

## 5. Conclusion

En posant la problématique de la gouvernance touristique au niveau national et territorial, on a cherché à placer le modèle de gouvernance existant dans le référentiel théorique basé sur la théorie des acteurs et de la proximité géographique et organisationnelle, et ensuite, on a déterminé la typologie des acteurs impliqués dans la gouvernance touristique et on a clarifié les relations (l'organisation) entre eux.

De tout ce qui précède, le schéma institutionnel tracé dans le cadre de la vision 2020 semble respecter les fondamentaux d'une gouvernance touristique territoriale, mais son opérationnalisation sur le terrain a connu des contraintes et limites qui ont entraîné les acteurs à se placer dans une position qui assure des missions traditionnelles de régulation et de contrôle, qui répond à des sollicitations ponctuelles, qui gère des crises, et parfois qui porte conseils à d'autres acteurs régionaux.

Cette situation qui a duré longtemps a permis aux acteurs de mieux comprendre que, la définition des règles de prise de décision, le choix des priorités, la définition des responsabilités de chaque acteur dans une organisation formalisé ainsi que la définition des financements portés par l'Etat qui change de regard en tant qu'instance qui oriente les investissements sans être investisseur, est la solution idoine pour la réussite d'une

gouvernance territoriale. Ce modèle de gestion a été adopté dans le cadre des différents programmes de mise à niveau de la Médina de Marrakech où les projets avancent conformément aux délais contractuels.

Ajouté à cela, la sensibilité du secteur aux différents aléas qui peuvent survenir, est un élément important qu'il faut rajouter à la définition de la gouvernance touristique territoriale future pour qu'elle serait capable de rattraper les retards causés par ces aléas et atteindre les objectifs escomptés dans les délais fixés.

Finalement, il serait important de mettre en place une instance de gouvernance touristique territoriale forte en pouvoirs décisionnels, et capable de gérer la stratégie touristique du territoire sur tous les niveaux de la chaîne de valeur touristique et dotée des ressources humaines, logistiques et financières adaptées pour accompagner la dynamique touristique de la destination Marrakech.

## References

- Bouba, O. et al. (2008). Socio-économie de proximité. In *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. n°3, 311-328.
- Campenhoudt, L. V. & Quivy, R. (2011). *Manuel de recherche en sciences sociales*. 4<sup>ème</sup> Éd.), 58.
- Colletis, G. et al. (s/d). *Construction territoriales et dynamiques économiques, Sciences de la Société*. n°48, octobre, 25-47.
- Crozier, M & Friedberg, E. (2014). *L'acteur et le système-Les Contraintes de l'action collective*. Normandie: Seuil, p. 20.
- CRT (2018). *Conseil Régional du Tourisme- Statut*. Récupéré le 20 Décembre 2018.
- DRTMA (2013-2020). *Délégation Régionale du Tourisme de Marrakech, contrat-programme régional (CPR) 2013-2020*. Récupéré le 20 Décembre 2018.



Gilly, J. P. & Wallet, F. (2005). Enchevêtrement des espaces de régulation et gouvernance territoriale. Les processus d'innovation institutionnelle dans la politique des Pays en France. In *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n° 5, 699–722.

Gumuchian, H. et al. (2003). *Les acteurs, ces oubliés du territoire*. Paris: Economica, 29, 53.

Le Gales, P. (1995). Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine. In *Revue française de science politique*, 57-95.

MTTAAES (2018). *Ministère du Tourisme, du Transport Aérien, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale - Département du Tourisme - Direction de la réglementation, du développement et de la qualité*. Contrat-progrès, Accompagnement de la confédération du tourisme pour la mise en place d'une synergie des acteurs touristique.

MTTAAES (1994). *Ministère du Tourisme, du Transport Aérien, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale - Département du Tourisme - Direction des ressources et de la formation - Arrêté du ministre du tourisme n° 2768-94 du 2 safar 1415 (12 juillet 1994) portant organisation et attributions des services extérieurs du département du tourisme (B.O. n°4281 du 16 novembre 1994)*. [Consulté le 3 Janvier 2019].

PCD (2018). *Plan de développement de la commune de Marrakech*. [Consulté le 17 Novembre 2018 au niveau du conseil communal de Marrakech].

PDR (2018). *Plan de développement de la région de Marrakech-Safi*. [Consulté le 10 Novembre 2018 au niveau du conseil de la région].

Pecqueur, B. & Zimmermann, J. (2004). *Economie de Proximités*. Paris: Hermès, 89-111.

Torre, A. (2009). *Retour sur la notion de Proximité Géographique, Géographie, Économie, Société*. n°11, 63-75.

Colletis, G. et al. (1999). *Construction territoriale et dynamiques productives*, 10. Récupéré le <http://greqam.fr/sites/default/files/dt/greqam/99a12.pdf>. [Consulté le 15

Janvier 2019].



ONMT (1976). *Office national marocain du tourisme - Dahir portant loi n° 1-74-16 du 12.*

*II 1396 (12 avril 1976).* Récupéré le

<http://adala.justice.gov.ma/production/html/fr/114108.htm>. [Consulté le 13 Mars

2019].

CNT (2019). *Confédération Nationale du Tourisme – Statuts*. Récupéré le 10 Janvier 2019 de

<http://www.cnt.ma/cnt-2015-2017/statuts/>.

OT (2018). *Observatoire du Tourisme*. Récupéré le 20 Octobre 2018 de

<http://www.observatoiredu tourisme.ma/roles-et-missions/>.

SMIT (2011). *Société marocaine d'ingénierie touristique. Stratégie de développement touristique*.

**QUEL PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION POUR LA VALORISATION  
TOURISTIQUE DES ZONES DE MONTAGNE AU MAROC?**

**WHICH HERITAGE PROCESS FOR THE ENHANCEMENT OF MOUNTAIN  
AREAS AT MOROCCO?**

Recebido a 26 de abril de 2020  
Revisto a 21 de maio de 2020  
Aceite a 02 de junho de 2020

**Wahiba Moubchir**

École Normale Supérieure,  
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc  
[moubchirwahiba@gmail.com](mailto:moubchirwahiba@gmail.com)

**Fatima Ez-zahra Benkhallouq**

Faculté de Langue Arabe,  
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc  
[f.benkhallouq@hotmail.com](mailto:f.benkhallouq@hotmail.com)



## Résumé

La montagne marocaine, jadis tenue pour une terre rebelle et ingrate, est considérée de nos jours par les auteurs des stratégies et politiques territoriales comme une révélation des ressources patrimoniales faisant l'objet d'un processus de patrimonialisation. Cette dynamique de mise en valeur ne peut être interrogée indépendamment de l'articulation que peut prendre le couple patrimoine/tourisme et leur caractère co-constitutif. Notre réflexion a mis l'accent sur l'aspect évolutif de ces deux composantes et à montrer comment - en faisant l'objet des programmes de développement des zones de montagne en difficulté- elles ont fortement contribué à la construction des territoires donnant lieu à de nouvelles mobilités animées par des regards et des intérêts divers.

Devenue un fait avéré, la multiplication des initiatives patrimoniales, bien qu'elle soit orchestrée en grande partie par l'état, s'est retrouvée assujettie à une consommation immodérée dont les bénéfices échappent en grande partie aux communautés locales. Les biens patrimoniaux semblent de plus en plus vidés de leurs charges symboliques et culturelles et requièrent plutôt une valeur marchande. C'est à partir de ce constat que le présent article invite à revenir vers les fondamentaux de la patrimonialisation, saisir ses modes et ses enjeux pour en faire un réel modèle pour le développement et la valorisation de la montagne au

Maroc

*Mots clés:* Patrimoine, développement, tourisme, patrimonialisation, dialogique, acteurs, dynamique territoriale.



## Abstract

The Moroccan mountain, once considered a rebellious and ungrateful land, is nowadays grasped by the authors of territorial strategies and policies as a revelation of the patrimonial resources that are the subject of a patrimonialization process. This dynamic of development can not be questioned independently of the articulation that can take the heritage / tourism couple and their co-constitutive character. Our reflection focused on the evolutionary nature of these two components and to show how in the development programs of the mountain areas in difficulty they have strongly contributed to the construction of territories giving rise to new motilities animated by different looks and interests.

As a matter of fact, the proliferation of heritage initiatives, although orchestrated largely by the state, has become subject to immoderate consumption, the benefits of which largely escape local communities. Heritage assets appear to be increasingly emptied of their symbolic and cultural burdens and require market value. It is on the basis of this observation that this article invites us to return to the fundamentals of the heritage, to seize its modes and its stakes to make a real model for the development and valorization of the mountain in Morocco.

*Keywords:* Heritage, development, tourism, patrimonialisation, dialogic, actors, territorial dynamics.

## Resumo

A montanha marroquina, outrora considerada uma terra rebelde e ingrata, é hoje considerada pelos autores de estratégias e políticas territoriais como uma revelação de recursos patrimoniais, sendo objeto de um processo patrimonial. Essa dinâmica de



desenvolvimento não pode ser questionada independentemente da relação do binómio Património / Turismo possa assumir na sua natureza co-constitutiva. A nossa reflexão focou-se no aspecto evolutivo destes dois componentes, mostrando como - ao serem sujeitos a programas de desenvolvimento para áreas montanhosas em dificuldade -, contribuíram para a construção de territórios, dando origem a novas mobilidades animadas por diversos olhares e interesses.

A multiplicação de iniciativas sobre o Património tornou-se num fato comprovado, em grande parte orquestrado pelo Estado, esteve sujeita ao consumo excessivo cujos benefícios escapam amplamente às comunidades locais. As propriedades do Património parecem cada vez mais esvaziadas de seus encargos simbólicos e culturais e, ao contrário, exigem valor de mercado. É com base nessa observação que este artigo nos convida a retornar aos fundamentos do desenvolvimento do Património, compreendendo modos e desafios, a fim de o tornar num modelo real para o desenvolvimento e aprimoramento da montanha em Marrocos.

*Palavras-chave:* Património, Desenvolvimento, Turismo, Dialógico, Atores, Dinâmica Territorial.

## 1. Introduction

L'enjeu majeur des sociétés actuelles réside dans leur capacité à rapprocher deux façons d'envisager l'espace géographique d'abord, à travers sa valorisation en inscrivant sa dynamique de développement dans des activités d'ordre touristique ensuite, sa sauvegarde à travers des mesures de protection, témoins de logiques de patrimonialisation. Cette



conciliation entre monde touristique et logiques de patrimonialisation repose sur un discours paradoxal: la volonté de faire découvrir un lieu exceptionnel tout en ayant le souci de le protéger de l'afflux touristique souhaité.

Le tourisme en tant qu'activité économique à forte influence spatiale structure fortement les territoires où il se développe. Un tel constat nous pousse fortement à s'interroger sur l'apport du patrimoine comme une composante majeure du développement touristique au sein des montagnes en mettant l'accent sur les enjeux et les difficultés que peut prendre l'articulation Patrimoine/ Tourisme, laquelle se présente comme une entreprise marquée par des jeux d'acteurs dynamiques et évolutifs.

Pourquoi le choix de la montagne ? Elle englobe le 1/5<sup>ème</sup> de la superficie nationale, espace de vie et milieu naturel par excellence mais aussi et surtout l'une des zones les plus arriérées et les plus défavorisées. Très polysémique selon l'angle de vue qui la perçoit, controversée par rapport aux composantes de ses massifs et longtemps stéréotypée pour des raisons dans la plupart des cas politiques. Derrière les reliefs, ce sont des savoirs qui vivent, des croyances qui perdurent et des convictions qui se partagent, tous proviennent de la nature, s'appliquent sur celle-ci et interagissent avec elles. Et un tourisme alternatif ne peut qu'être bénéfique à ces zones.

La particularité de notre espace d'étude, reliefs à vocation patrimoniale et touristique compte tenu des atouts naturels et culturels mais aussi de la vulnérabilité de son territoire, interpelle à notre avis un cadre d'analyse approprié qui prendra en considération les spécificités patrimoniales de l'espace et ses contraintes socio-économiques faisant de l'activité touristique un leitmotiv inhérent à son processus de développement.

Notre travail sera présenté comme suit: nous nous efforcerons à montrer dans un premier temps la variété du patrimoine amazigh à la fois naturel et culturel, ensuite nous vérifierons la faisabilité de l'insertion d'un nouveau cadre d'analyse qui rend compte des

différentes articulations que peut prendre le couple tourisme/Patrimoine. Nous mettrons l'accent sur leur caractère co-constitutif et la manière dont ils peuvent être mobilisés pour l'émergence d'une destination touristique. En troisième lieu, nous nous attarderons sur les acteurs et les dynamiques mis à l'œuvre dans ce processus de patrimonialisation pour mieux appréhender les logiques et les enjeux qui le sous-tendent.

## **2. La montagne Marocaine: un Potentiel Patrimonial Varié**

Depuis les prospections des voyageurs illustres de l'ère coloniale, la montagne marocaine a été considérée comme le berceau des civilisations qui ont marqué son histoire laissant derrière un legs ancestral inédit. Ses institutions traditionnelles, l'hétérogénéité de ses langues, ses cultures et les pratiques qui en découlent ont fortement constitué une matière première pour la production des connaissances et étaient également à l'origine de la création de plusieurs musées depuis le début du siècle passé.

En effet, le potentiel paysager en montagne se caractérise par sa richesse et sa variété témoins de sa typicité, on peut citer à cet égard, les vallées des grandes chaînes de l'Atlas, du Rif ou de l'Anti-Atlas, les forêts d'arganiers, les champs en terrasses et les greniers collectifs. Autant d'emprunts patrimoniales qui ne font que remonter à la surface pour accentuer la réalité d'un amazigh culturel, attaché à tous les éléments naturels qui l'entourent. De surcroît, il est véhiculaire d'un savoir local bâti sur des valeurs culturelles remarquées même dans le vécu quotidien.

Aussi faut-il noter que le patrimoine immatériel des montagnards puise ses ressources dans le milieu naturel qui les accompagne au quotidien. Ceci se voit clairement dans les proverbes et contes passant par des mythes et poèmes chantés. Nous assistons ainsi à un vrai



paysage<sup>1</sup> où culture et nature font un. Ces éléments naturels sont avant tout des éléments de vie et de survie, de connaissance et de reconnaissance.

C'est dans cette perspective que les notions «du terroir» puis «produits du terroir» ont fait leur irruption vers la fin des années 90 en se positionnant comme des valeurs patrimoniales des montagnards ayant une mission de différenciation dans la mesure où ils contribueront à faire connaître leurs territoires d'origine, leurs savoir-faire et les représentations culturelles et symboliques qui y sont attachées.

Les produits du terroir demeurent l'expression frappante de l'ultime alchimie de l'homme et son environnement au fil des siècles, ils témoignent d'une parfaite adaptation des autochtones à leur espace de vie. Ils sont devenus des marqueurs d'espaces compte tenu de leur spécificité.

Ainsi conçue, la diversité des ressources territoriales a fortement contribué à cette nouvelle conscience patrimoniale et la notion du terroir a été érigée comme une entrée privilégiée pour la patrimonialisation des espaces montagneux.

Cette nouvelle approche du territoire à travers la mise en valeur de ses ressources est aussi le fruit de la conjonction de différentes dynamiques en matière de développement des zones rurales au Maroc: d'abord la montée en puissance de l'idéologie du développement durable et la volonté de concilier conservation et valorisation économique des ressources, ensuite l'engouement de la demande internationale pour les formes du tourisme dit alternatif et la réhabilitation positive du terroir comme modèle de développement des zones de montagne notamment celles qui sont en difficultés.

En effet, le patrimoine ne peut que servir la cause touristique, il est le moyen par lequel se crée une valeur ajoutée à l'espace et qui va lui octroyer ses titres de noblesse. Le

---

<sup>1</sup> Nous empruntons à l'Union Internationale pour la Conservation de la Nature (UICN) l'expression de «paysage culturel» qui associe les trois dimensions: humaine, naturelle et symbolique.

patrimoine amazigh notamment en zones de montagne inclut des dimensions identitaires essentielles d'une collectivité et témoigne de son histoire, de sa façon de vivre et de ses savoir-faire.

Nous partageons dans ce contexte la définition de (Vernières, 2011, p. 8) du patrimoine comme un construit social élaboré à partir de biens existants. Toutefois, pour être considéré comme le patrimoine d'un groupe social de la population d'un territoire, il est nécessaire qu'il ait été conclu une convention patrimoniale qui identifie certains biens en tant que patrimoine. Cette définition est à notre sens une confirmation pure et dure de l'importance du regard de l'autre dans la détermination de l'intérêt patrimonial.

C'est à cet égard que le tourisme contribue en grande partie au changement de la valeur attribuée à un espace et le processus de patrimonialisation dans ces différentes étapes en est l'illustration frappante. D'une part, la valeur touristique constitue une composante majeure pour la connaissance de l'objet patrimonial voire sa découverte et d'une autre, le regard de l'étranger devient le moyen qui permet de révéler le caractère saillant de ce patrimoine que les autochtones marginalisent parfois par ignorance et souvent par manque de moyens.

Ce regard de l'autre que favorise l'activité touristique devient un support pour une construction par le bas de la patrimonialisation notamment dans les zones de montagne à forte vocation touristique. Ainsi conçu, toute réflexion sur la patrimonialisation devrait tenir compte de ce rapport dialectique entre le patrimoine et le tourisme qui malgré leur caractère paradoxal, ils demeurent interdépendants et complémentaires pour toute entreprise de développement durable.

### 3. Le Caractère Co-Constitutif des Deux Processus

#### 3.1. Tourisme VS Patrimoine

«Le patrimoine, pour être valide, a besoin du regard de l'autre (...) un lieu devient patrimonial pour les uns par le regard des autres» (Lazarotti, 2003, p. 102).

En effet, il est certain que le tourisme contribue en grande partie au changement de la valeur attribuée à un espace. Le processus de patrimonialisation dans ces différentes étapes en est l'illustration frappante: la connaissance de l'objet voire sa découverte, l'implication des acteurs territoriaux à l'origine des valeurs attribuées à l'objet patrimonial et la reconnaissance de « l'intérêt patrimonial » en fonction des intérêts de chaque partie prenante dans le cadre d'une démarche par consensus.

Au cœur de ce cadre d'analyse prend place l'espace de patrimonialisation qui loin d'être figé, évoluera en fonction des évolutions de ces différentes phases.

Ainsi, c'est autour de cet espace social chargé de valeurs et de représentations communautaires qu'émergent les liens avec le tourisme. Autrement dit l'activité touristique devient à son tour une valeur qui participe au processus de patrimonialisation de l'espace parcouru, lui confère de nouveaux usages, des nouvelles représentations, revêt une nouvelle identité et suscite une curiosité, d'où sa valeur économique.

Cet «espace-support» devient porteur de sens: il revêt peu à peu une valeur patrimoniale plurielle, laquelle se traduit par une gestion différenciée, appelant périmètres et mesures de protection.

Cette mise en perspective des logiques de développement touristique et du processus de patrimonialisation est porteuse de sens à plus d'un titre. D'un point de vue tant conceptuel que pratique, nous pensons que ces deux dynamiques s'inscrivent dans un rapport dialectique fécond, lequel permet en retour de s'interroger en termes de dynamiques spatiales et d'enjeux territoriaux (Duval, 2003, p. 14).

En effet, bien qu'il s'agisse de discours différents, la valorisation et la préservation renvoient à une même volonté de transmettre: les logiques de préservation s'emploient à remplir leur fonction de filiation et de transmission aux générations futures «ce que les ancêtres ont légué». La mise en valeur cherche à transmettre dans l'immédiat en réinsérant l'objet patrimonial dans une perspective de développement touristique capable de contribuer à l'évolution socio-économique d'une région.

### **3.2. Patrimoine VS Tourisme**

Réfléchir sur le caractère co-constitutif des logiques de patrimonialisation et de développement touristique est une manière de montrer comment la découverte ou la création d'un espace touristique peut fortement contribuer au changement du statut des paysages qu'il recèle, interpellant par la suite des mesures de protection qui viendront alimenter son image touristique. Les travaux d'O. Lazzarotti démontrent que «la relation tourisme-patrimoine est donc faite, à la fois, d'interactions, multiples s'il en est, mais aussi d'inclusions (...) La dialectique du tourisme et du patrimoine est, tout à la fois, polymorphe et ouverte» (Lazzarotti, 2003, p. 101). Ainsi, si le patrimoine participe à la production des espaces touristiques, le tourisme s'apparente à une forme de mobilité territoriale source des dynamiques de développement local.

De ce fait, nous pouvons avancer que tout processus de patrimonialisation passe nécessairement par un double effort de reconnaissance: le premier renvoie au principe même de la notion de patrimoine et la volonté de transmettre un objet devenu symbole de l'identité locale et le second interpelle la reconnaissance par les autres pour que sa réalisation soit effective.

Or, ce phénomène de reconnaissance reste tributaire des conditions sociopolitique-économique dans lesquelles il évolue. Il n'y a pas de patrimonialisation sans qu'i y ait une

adhésion de tous et que cette dernière renvoie aux préoccupations sociétales de son temps.

«La reconnaissance de cette valeur patrimoniale par les « Autres » dépend de la capacité à se retrouver dans l'objet socialement désigné, sans pour autant le connaître par avance. Le processus de patrimonialisation repose ici sur un équilibre précaire entre connaissance et altérité, un positionnement qui n'est pas sans rappeler le fonctionnement même du développement touristique de tout espace!» (Duval, 2007, p. 82).

Dès lors, les deux dimensions s'avèrent non décomposables et répondent à une logique interactive; la dimension patrimoniale favorise la lisibilité d'un espace touristique et la dimension touristique devient un moyen exceptionnel qui permet de renforcer l'espace et changer les liens de la population à son égard.

Ce changement de vision s'installe lorsque le tourisme opte, entre autres, pour le développement des territoires. Ainsi résonne-t-il ces dernières décennies comme un des leviers de développement des populations en marge de la croissance économique.

Ainsi, sur le plan économique, l'impact du tourisme notamment en zones de montagne se résume en fonction de la forme du tourisme considéré: un tourisme libre fructifiant au niveau des emplois et des revenus générés, un tourisme organisé accentuant les clivages sociaux, car trop impulsé de l'extérieur, et aux retombées insignifiantes à l'échelle local enfin un tourisme local stimulé par une clientèle nationale aux dépenses modestes et qui reste plus bénéfique pour la population locale que les devises du tourisme international (Moubchir, 2009, p. 167).

Parallèlement aux retombées économiques directes du secteur sur le pays, le tourisme s'est vu créer d'autres champs d'intervention faisant de lui un centre d'intérêt pour plusieurs disciplines. L'activité peut, selon plusieurs acteurs de développement, assurer un développement durable en permettant la conservation et la mise en valeur de la biodiversité.

En effet, souvent l'accent a été mis sur les impacts du tourisme et non sur la compréhension du phénomène en tant que tel, ainsi que sur les liens fondamentaux existant entre cette activité et les caractéristiques de l'espace dans lequel elle évolue, «nulle autre activité inscrite dans l'espace ne se préoccupe autant que le tourisme et les loisirs de son décor et de ses paysages, de l'attractivité et de la spectacularisation de son environnement, de la protection de son image collective» (Cazes, 1992, p. 125).

Plaidant pour ce nouveau cadre d'analyse, il nous paraît judicieux de repenser le développement de l'activité touristique au sein des reliefs atlasiques en l'inscrivant dans cette nouvelle approche qui tiendra compte des deux logiques du développement touristique: le patrimoine et le processus de mise en valeur touristique.

En effet, les zones montagneuses offrent un panel de biens patrimoniaux à mettre au service de l'activité touristique, il s'agit dès lors de mettre l'accent sur la manière de représenter les versions variées de l'histoire relative à ces patrimoines car il s'agit avant tout d'un héritage culturel et historique qu'il faut transmettre plausiblement auprès des autochtones puis à l'égard des étrangers.

Dans cette perspective, faut-il aussi s'arrêter sur le concept de patrimoine chez les autochtones et les non autochtones ? Alors que chez les premiers il s'agit d'une vision holistique, les seconds ont tendance à ventiler le patrimoine et à le compartimenter.

Pour les autochtones, le patrimoine est d'abord une notion qui n'existe pas en tant que telle. Elle est davantage liée à la manière de penser, de comprendre et de faire les choses. C'est moins un objet que la manière de le faire et ce qu'il représente, et c'est moins l'art lui-même que ce qu'il signifie. Le patrimoine donc appartient à toute la communauté plutôt que d'être simplement détenu par une institution ou un propriétaire privé (Denton, 2002, p. 29).

Ce *challenge* interpelle l'adhésion de tous et en premier lieu les deux parties principales (autochtone et gouvernement) qui se disputent autour de différents enjeux,

dévoilant par le fait même leurs attentes, leurs intérêts, leurs motivations. Dans ce contexte relationnel, souvent tendu, d'autres acteurs sont présents. Nous pensons ici aux professionnels du secteur et aux touristes.

#### **4. Patrimonialisation et Dynamiques Mobilisées**

La mise en lumière des spécificités des cultures locales ainsi que leur préservation a été majoritairement soutenue par l'État et ses structures décentralisées. Nul ne peut nier les efforts consentis par le gouvernement marocain pour développer les zones de montagnes à partir de la mise en place de nouvelles stratégies fondées essentiellement sur le renouvellement des politiques agricoles<sup>2</sup> qui ont débouché sur la valorisation patrimoniale des différentes ressources territoriales.

Nous ne pouvons dans ce contexte occulter le rôle du Plan Maroc Vert à travers les concepts du terroir et du produit de terroir qui étaient à l'origine de la mobilisation de plusieurs dynamiques à l'échelle locale et régionale. Différentes mobilités se sont consacrées à la protection du terroir et ses produits par la mise en place de la loi sur les signes distinctifs d'origine et de qualité (AGRI MAROC, 2010)<sup>3</sup> d'une part et par l'encouragement des partenariats avec la coopération internationale d'une autre.

Pareillement, plusieurs régions de montagne ont connu le foisonnement de plusieurs initiatives locales qui s'appuient sur la mise en valeur des variétés patrimoniales par le biais du tourisme « on peut citer le réseau «Chaoun Rural» dans le pays des jbala, produit d'une

---

<sup>2</sup> Nous faisons allusion à la réflexion menée en 2007 pour «le développement solidaire des produits agricoles» (CDGA, 2009). Pilier II du plan Maroc vert.

<sup>3</sup> Un autre exemple à citer dans ce sens: la source thermale sidi El ouafi appelée communément Louina rend bien compte de la perception du couple Tourisme/Patrimoine comme un indicateur d'appropriation de l'espace vacancier qui évolue en fonction des pratiques touristiques et d'autres variables telles le nombre, la durée et la nature du séjour.

convergence d'initiatives qui s'appuient sur le tourisme rural comme support de patrimonialisation d'un ensemble d'éléments interdépendants ... ou le réseau pour le développement du tourisme rural BDTR» (Michon, Berriane, Romagny & Skounti, 2016, p. 166).

Nous pouvons rajouter à ces différents acteurs les touristes étrangers comme une catégorie tierce qui a énormément contribué à instaurer de nouveaux rapports entre objet patrimonial et regard de l'étranger (Yerasimos, 2006, pp. 303-308), parle à cet égard de «patrimonialisation importée». Plusieurs touristes devenus plus tard des migrants vont se transformer en porteurs de projets touristiques basés sur la promotion des richesses patrimoniales. Leurs initiatives sont à saluer dans la mesure où ils étaient à l'origine de la restauration et la réhabilitation de différents biens patrimoniaux; les kasbahs du sud le témoignent largement. En revanche ce regain d'intérêt favorisé par les activités du tourisme n'a fait que creuser le fossé entre les initiatives des étrangers qui ne cessent de s'accroître et le manque d'intérêt des autochtones.

Ces différentes démarches de valorisation ont été portées en majorité par l'état et ses instances décentralisées via des nouvelles structures (coopératives et groupements d'intérêts) et des étrangers dans le cadre d'initiatives individuelles. Dans les deux cas de figures, le processus semble échappé en grande partie aux communautés locales qui ne font que subir les aléas d'une patrimonialisation par le haut.

De ce fait, nous nous retrouvons devant un processus qui a été engagé pour devenir le socle du développement des zones défavorisées mais qui a plus réussi à délester le patrimoine de sa vocation initiale en le réduisant à une forme de valorisation marchande qui répond aux impératifs de la loi de l'offre et de la demande. Cette banalisation passe par deux biais (Michon, Berriane, Romagny & Skounti, 2016, p. 167); le premier concerne le rôle de l'état à réduire le patrimoine à une liste de produits agricoles à inventorier pour faire l'objet d'une



indication géographique leur permettant une place prépondérante sur le marché international et le second se sert du patrimoine pour passer à la standardisation des produits agricoles et l'agrégation des agriculteurs ce qui, selon l'avis des mêmes auteurs, débouche plus sur la consolidation des filières que sur la mise en place d'un projet socio-économique intégré et compatible aux attentes des communautés locale.

### **5. Vers une patrimonialisation des zones de montagnes**

Pour tant que ces imbrications soient réelles, notre dialogique ne saurait fonctionner dans un vase clos, elle doit nécessairement se nourrir de son environnement; une valeur patrimoniale attribuée participe à l'activation de l'objet patrimonial tout comme elle oriente la logique touristique.

En ce sens, plusieurs facteurs devront accompagner le processus de patrimonialisation et intervenir dans les orientations prises en matière de développement touristique. En effet, loin de vouloir transposer des modèles d'analyse étrangers et les retranscrire dans notre espace d'étude nous prônons un modèle de développement qui prendra en compte les facteurs cités ci- après tout en plaçant la population locale au centre de toute réflexion.

Le travail de patrimonialisation s'est fait, et se fait toujours, selon des valeurs non autochtones et par des institutions non autochtones. Nombreux sont les écrits qui ont désapprouvé ce regard étranger sur le patrimoine et le développement étant donné les différences de conceptions de ces notions et des spécificités liées aux cultures propres à chaque territoire. La population locale étant le pivot de toute entreprise de développement devraient participer à ce processus. Toutefois il convient qu'elle soit sensibilisée à la valeur qu'a un objet patrimonial. L'Atlas regorge de biens matériels et immatériels souvent appréciés et impulsés de l'extérieur, la société locale manque de savoir et de savoir-faire lui

permettant d'apprécier ces biens et de leur attribuer leur juste valeur. Une prise de conscience s'impose avec acuité à partir d'actions de sensibilisation voir de formation pour une future implication dans le processus de patrimonialisation.

Le déroulement du processus de patrimonialisation varie en fonction des territoires et se trouve fortement influencé par la nature de la demande sociale souvent plurielle car elle a une forte dimension identitaire. Autrement dit il varie en fonction des logiques des acteurs, leurs modèles imaginaires, leurs référents, leurs anticipations. Cependant nous sommes encore loin de concevoir les péripéties de ce processus dans un environnement éventuel de faiblesse administrative et politique. La diversité des acteurs devient une source de conflits où les intérêts divergent. Or, dans le cas de notre zone d'étude faut-il s'arrêter sur les attitudes qu'a la société dans son ensemble vers le concept de valorisation du patrimoine.

La reconnaissance de l'intérêt patrimonial d'un lieu est une démarche par consensus qui fédère les différentes parties impliquées dans le développement local. La population locale, les visiteurs, les acteurs touristiques, les collectivités territoriales et la société civile sont impliqués dans cette décision et veillent à ce que les valeurs attribuées soient conditionnées par leur degré d'intégration et de cohérence au développement de l'ensemble du territoire.

L'engagement aussi dans ce processus interpelle des mesures de contributions et des moyens inhérents à toute entreprise de sauvegarde et de mise en valeur d'un bien patrimonial. Ce qui nous semble un énorme déficit pour un territoire encore assujéti à des conditions socio-économiques précaires. Développer la cause touristique à partir de la mise en valeur de biens patrimoniaux est une volonté étatique qui se traduira au niveau du territoire par la mise en place des compétences en termes de gestion et d'organisation.

Le positionnement graduel de l'activité touristique au sein des zones de montagne s'est traduit par l'ancrage de différentes formes de l'exploitation touristique quoiqu'en majorité anarchique mais leur effet sur la population et l'économie locale est bien déterminé.

Le tourisme est bel et bien une forme de restructuration de l'espace il fait l'objet d'appropriation de la part des touristes et des populations locales. Prenons le cas du Haut Atlas occidental de Marrakech où les exemples de sites patrimoniaux ne manquent pas ; citons à titre d'exemple les gravures rupestres, les zones à forte végétation et à caractère endémique, les champs en terrasse témoins d'une architecture atypique, les villages de potiers ou de tissage de tapis. Tous ces sites peuvent voir se développer des formes de tourisme intrinsèquement liées à leur valeur patrimoniale. C'est autour de ces espaces que des processus d'appropriation ont été mis en évidence que ce soit à l'échelle des populations touristiques, de la population locale ou des acteurs territoriaux.

Ces mêmes formes d'appropriation du site touristique pourront être développées si à l'échelle locale d'autres espaces étaient reconnus dans le cadre d'un processus de patrimonialisation comme espace à valeur touristique. Nombreux sont les biens patrimoniaux au sein de la montagne qui peuvent être introduit dans cette nouvelle optique touristico-patrimoniale. Une entreprise qui contribuera à la restructuration de l'espace interpellant des mesures de protection et des impératifs de la gestion touristique.

L'inscription de notre approche et son extension sera à l'origine de l'invention de plusieurs sites à forte valeur patrimoniale et touristique, elle sera aussi doublée d'une extension en termes de compétence de gestion et de gouvernance territoriale témoins de logiques de patrimonialisation.

## 6. Conclusion

À l'issu de cet article notre approche nous parait doublement pertinente puisqu' elle participe à la création d'espace à valeur touristique à partir de biens patrimoniaux souvent délaissés ou mal connus par les autochtones à partir d'un processus de reconnaissance de l'intérêt patrimonial. Toutefois en vue que cette nouvelle logique participe au développement du territoire, il faut l'adhésion de tous et la mise en place de nouveaux mécanismes susceptibles de repenser l'espace en intégrant de nouvelles approches plus dynamiques et plus opérationnelles.

De ce fait la mise en place d'un véritable programme de gestion d'un site à haute valeur touristique devrait prendre en considération les situations de controverse qui peuvent opposer les instances administratives, les populations locales souvent mises à l'écart, les spécialistes du secteur et le grand public. Une évaluation sérieuse de la situation actuelle s'impose pour en exposer la genèse et expliquer les facteurs qui interfèrent afin d'asseoir les fondements de cette nouvelle stratégie de restructuration de l'espace touristique.

## References

- Cazes, G. (1992). Fondements pour une géographie du tourisme et des loisirs. Coll. Amphi-Géographie. In *Travaux de l'Institut Géographique de Reims*, n° 83-84, 154-155.
- Davallon, J. (2002). *Comment se fabrique le patrimoine?* In *Sciences Humaines, hors-série*. vol. 36, 74-77.
- Denton, D. (2002). Patrimoine cri: Savoirs du Nord. In *Continuité*. vol. 92, 29-31.

- Duval, M. (2003). *Analyse de la vulnérabilité d'une cavité karstique en vue de prévenir la constitution de «friches patrimoniales»*. Mémoire de DEA, sous la direction de J.J. Delannoy. Chambéry: Université de Savoie, 280 p.
- Duval, M. (2007). La notion de vulnérabilité dans l'étude des relations Tourisme/Patrimoine. Étude de cas: sites aménagés des plateaux et des gorges de l'Ardèche. In *Tourisme et Patrimoine, Un moment du monde*. Presses Universitaires d'Angers. Angers (Éd.), 71-84.
- Vernieres, M. (2011). *Patrimoine, patrimonialisation, développement local: un essai de synthèse interdisciplinaire, patrimoine et développement*. Paris: Édition Karthala. ISBN 978-2-8111-0562-4.
- Vernieres, M. (2012). *La contribution du patrimoine au développement local: enjeux et limites de sa mesure. La mesure du développement*. Paris, France. halshs-00671494.
- Lazarrotti, O. (2003). Tourisme et patrimoine: ad augusta per angustia. In *Annales de Géographie*. n° 629, 91-110.
- Lazarrotti, O. (2006). *Habiter la condition géographique*. Paris: Édition Belin. ISBN 978-2-7011-4319-4.
- Morin, E. (2014). *La méthode. 5. L'humanité de l'humanité, l'identité humaine*. Paris: Édition du Seuil. ISBN 978-2-7578-4518-9.
- Michon, G., Berriane, A., Romagny, B. & Skounti, A. (2016). Les enjeux de la patrimonialisation dans les territoires du Maroc. In Berriane, M. & Michon, G. (Dir.) *Les territoires au Sud, vers un nouveau modèle? Une expérience marocaine*. Édition IRD/Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Rabat. ISBN 978-2-7099-2243-2.

- Moubchir, W. (2009). *Les Associations de développement Touristique: Nouveaux acteurs pour la Redynamisation et la Restructuration des Espaces de Montagne: Cas de la Vallée du Zat dans le Haut Atlas de Marrakech*. Thèse de doctorat sous la direction de A. Bellaoui, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Marrakech, Université Cadi Ayyad, 297.
- Yerasimos, S. (2006). La deuxième mort du patrimoine. In *Villes réelles, villes projetées*. Paris: Édition Maisonneuve et Larose. ISBN 978-2-7068-1932-2.

**ELEMENTO PATRIMONIAL PRECIOSO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS  
ANGOLANAS: O LIVRO DIDÁTICO**

**PRECIOUS HERITAGE ELEMENT IN ANGOLAN UNIVERSITY LIBRARIES: THE  
TEXTBOOK**

Recebido a 21 de janeiro de 2020  
Revisto a 19 de fevereiro de 2020  
Aceite a 12 de março de 2020

**Teresa Almeida Patatas**

Universidade Mandume ya Ndemufayo, Escola Superior Politécnica do Namibe, Angola.  
Departamento de Contabilidade; e, Biblioteca.  
Investigadora Associada do Centro de Estudos Interdisciplinar de Educação e  
Desenvolvimento (CeIED), Lisboa, Portugal.  
Investigadora do Technology, Restoration and Arts Enhancement Center (Techn&Art),  
Tomar, Portugal.  
[teresapatatas.angola@gmail.com](mailto:teresapatatas.angola@gmail.com)



## Resumo

Angola é um país em reconstrução onde a educação é vista como instrumento necessário para alavancar a situação nacional. Na educação, o livro didático (também denominados manual escolar) é um instrumento importante para professores e estudantes. No entanto é um elemento patrimonial precioso, um recurso escasso e de difícil acesso na realidade angolana, tanto nas escolas como nas bibliotecas em todos os níveis de ensino.

Destacam-se aqui as bibliotecas universitárias pelo papel que as universidades têm na formação de quadros necessários para o desenvolvimento do país. O objetivo deste artigo é contribuir para a reflexão dos agentes educativos envolvidos na aquisição destes recursos pedagógicos para as bibliotecas, especialmente as universitárias. Destacam-se alguns aspetos que merecem uma certa contemplação quando se busca aumentar a qualidade da educação nacional. Fez-se uma pesquisa bibliográfica nessa temática e na parte empírica aplicou-se um breve questionário a usuários de uma biblioteca universitária ao sul de Angola. Os resultados revelam que os livros didáticos são um instrumento importante para os seus usuários, no entanto caro e raro, uma verdadeira preciosidade nas bibliotecas universitárias. Mostram também a necessidade de aquisição deste elemento patrimonial em qualidade e quantidade levando em conta a realidade económica e multicultural do país para o incremento de uma educação nacional de qualidade.

*Palavras-Chave:* Livro didático, manual escolar, elemento patrimonial, bibliotecas universitárias angolanas, Angola.





## Abstract

Angola is a country under reconstruction where education is seen as a necessary tool to leverage the national situation. In education, the textbook is an important tool for teachers and students. However, it is a precious asset, a scarce resource that is difficult to access in Angolan reality, both in schools and libraries at all levels of education. University libraries stand out here because of the role that universities play in the training of staff, necessary for the country's development. This article aims to contribute to the reflection of the educational agents involved in the acquisition of these pedagogical resources for libraries, especially university libraries. Some aspects that deserve contemplation when seeking to increase the quality of national education are highlighted. A bibliographical research was done on this subject, and the empirical part includes a brief questionnaire, applied to users of a university library in southern Angola. The results reveal that textbooks are an important tool for their users, yet expensive and rare, a real gem in university libraries. They also show the need to acquire this heritage element in quality and quantity, considering the economic and multicultural reality of the country in order to increase quality national education.

*Keywords:* Textbook, school manual, heritage element, Angolan university libraries, Angola.

### 1. Nota Introdutória

Em Angola houve um aumento da população estudantil em todos os níveis de ensino, especialmente no ensino superior, sobretudo após a paz nacional (implementada em 2002). Nesse universo educativo, devido ao seu percurso histórico e à atual crise económica (iniciada



nos finais de 2014), existem lacunas nos recursos literários. Nesse universo há deficiências na quantidade e qualidade, especialmente dos livros didáticos (também designados manuais escolares) disponíveis.

Esta pesquisa justifica-se pela constatação de que os livros didáticos são um elemento patrimonial precioso e um recurso imprescindível nas bibliotecas universitárias angolanas. São preciosos devido à sua reconhecida importância no processo de ensino-aprendizagem, assim como pela deficiência generalizada de quantidade para satisfazer as necessidades dos seus usuários, isto é, professores e estudantes.

Com este artigo pretende-se contribuir para a reflexão dos agentes educativos envolvidos na aquisição destes recursos pedagógicos para as bibliotecas, especialmente as universitárias. Destacam-se certos aspetos merecedores de uma certa contemplação quando se procura aumentar a qualidade da educação nacional angolana.

Para tal, fez-se uma pesquisa bibliográfica. De facto, “(...) a investigação recente em Didática tem revelado um crescente interesse pelos processos de elaboração, adoção e utilização do manual escolar, bem expresso no número e na profundidade dos estudos realizados sublinhando a importância deste recurso nas práticas educativas (...).” (Martins & Sá, 2010, p. 13).

## **2. Importância do Livro Didático**

O livro didático é um importante instrumento de divulgação de conhecimentos e de formação educativa, um meio de entrada no mundo científico. Choppin ([2004], citado por Horikawa & Jardimino, 2010) refere que o livro didático executa quatro funções:

Referencial, instrumental, ideológica e cultural, e documental.



No primeiro caso – função referencial - o livro didático é essencialmente programático, isto é, trata-se de um suporte privilegiado que contempla os conteúdos educativos e os conhecimentos que um grupo social acredita ser necessário transmitir às novas gerações. Quando exerce função instrumental, o livro didático privilegia as atividades didáticas, visando facilitar a memorização dos conhecimentos e a aquisição de competências e habilidades. No que diz respeito à função ideológica e cultural, a mais antiga exercida pelo livro didático, o manual afirmou-se como um dos principais transmissores da língua, da cultura e dos valores da elite. É, neste sentido, instrumento político de construção de identidades. No exercício – recente – de função documental, o livro didático pode fornecer um conjunto de documentos com vistas a desenvolver o espírito crítico do aluno (p. 154).

Para Horikawa e Jardimino (2010) cabe ao Estado “(...) avaliar a sua qualidade [do livro didático] em termos de concepções metodológicas, de adequação aos valores requeridos para a construção de uma sociedade democrática, de correção conceitual, de qualidade gráfica, de organização de atividades afinadas com as mais recentes discussões sobre o processo de ensino-aprendizagem, de maneira geral, e sobre a construção de saberes de diferenciados campos da ciência, de maneira específica (...)” (p. 148).

Para além do Estado, as editoras também jogam um papel importante, pois os livros didáticos são um instrumento pedagógico organizado por estas (editoras). Seguem uma estrutura de conteúdos didáticos, com abordagens metodológicas, para cada disciplina escolar. Este tipo de livro “(...) é tido como um ‘livro menor’, concebido por autores e não escritores e manuseado por usuários e não por leitores. No entanto, a despeito desse desprestígio, o livro didático ganhou mercado e disseminou-se amplamente (...)” (Horikawa & Jardimino, 2010, p. 155).

A relevância do livro didático vai para além do suprarreferido, ela é deveras significativa, como se poderá constatar de seguida por alguns autores. Segundo Vasconcelos e Souto (2003) estes livros “(...) constituem um recurso de fundamental importância, já que representam em muitos casos o único material de apoio didático disponível para alunos e professores (...)” (p. 93). Para Bizarro e Aguiar (2010) “(...) trata-se de um material fundamental no processo de aprendizagem (...)” (p. 109). De acordo com Cavadas e Guimarães, os livros didáticos são importantes “(...) na conformação das formas e dos conteúdos do conhecimento pedagógico. Integrando aspetos relativos à sequência e ao ritmo da transmissão de conhecimentos, [estes livros] desempenham importantes funções pedagógicas e didáticas através das atividades que propõem (...)” (p. 118).

Martins e Sá (2010) salientam que “(...) o manual escolar é uma importante ferramenta, que deve possibilitar a aquisição e o desenvolvimento de competências (...)” (p. 18). Assim como a “(...) aquisição de conhecimento e desenvolvimento de atitudes, hábitos, normas e valores que possibilitem a realização individual e a integração social (...)” (Martins & Sá, 2010, p. 19). De acordo com Vasconcelos e Souto (2013), o livro didático “(...) deve ser um instrumento capaz de promover a reflexão sobre os múltiplos aspetos da realidade e estimular a capacidade investigativa do aluno para que ele assuma a condição de agente na construção do seu conhecimento (...)” (pp. 93-94). O livro didático aparece na prática como um instrumento para consulta e de apoio pedagógico (Neto & Fracalanza, 2003).

Segundo Pereira (2010) “(...) no ato, complexo, de ensinar e aprender, professores e alunos procuram alguma segurança, refugiando-se no manual escolar, eleito como instrumento prioritário de transmissão de conhecimentos, fazendo deste o recurso prevalente (...)” (p. 191). A importância deste instrumento é assim considerável no universo do trabalho pedagógico universitário.

Numa pesquisa elaborada por investigadores do Brasil (Neto & Fracalanza, 2003), foram analisadas as conceções e práticas de professores sobre determinado manual<sup>1</sup> e estes afirmaram usá-lo (o manual) para elaboração do plano de aulas e a preparação das mesmas, assim como apoio às atividades escolares e extraescolares de ensino-aprendizagem ou como fonte de imagens: fotos, desenhos, mapas e gráficos. O livro também utilizado pelos professores como fonte bibliográfica escolar.

## **2.1. Livro Didático em Angola**

Embora noutras realidades o livro didático seja um objeto descartável e de uso de curta duração, em Angola não acontece essa rápida desvalorização pela dificuldade que há em adquiri-lo (tanto pelo preço relativamente alto, como pela sua escassez no mercado). É um livro que é relido e reutilizado inúmeras vezes por vários usuários, alunos e professores, pela sua unicidade. A sua circulação e uso faz-se normalmente dentro das bibliotecas institucionais.

Os poucos livros didáticos implicam aos usuários encontrar soluções criativas no sentido de maximizar os benefícios advindos da sua utilização para favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Porquanto, o livro didático “(...) surge como um elemento potenciador de novas práticas e de diferentes dinâmicas de aprendizagem (...)”<sup>1</sup> (Bizarro & Aguiar, 2010, p. 108).

Em Angola, cabe ao professor a tarefa de procurar, analisar criticamente e selecionar, nos poucos livros disponíveis, conteúdos e atividades didáticas que considere úteis para a sua

---

<sup>1</sup> Livro didático de Ciências.

disciplina (a escolha do livro cabe exclusivamente ao professor) e passar essa informação ao aluno que cumpre as orientações do professor, ou num momento autodidático aprofunda conhecimentos nessa área de estudo.

### **2.1.1. Aspetos a ter em Conta**

Quando se procura aumentar a quantidade de livros didáticos em Angola, há aspetos a considerar para levar esse propósito a bom porto, nomeadamente a língua, a cultura e o controle e difusão, como se explica adiante.

#### **2.1.1.1. Língua**

Muitos dos livros que chegam às instituições escolares têm origem em países em que a língua portuguesa segue o acordo ortográfico (exemplo de Portugal e Brasil), como Angola não assinou esse acordo isso confunde os seus usuários, dificultando em alguns casos a aprendizagem da língua dentro dos requisitos nacionais.

#### **2.1.1.2. Cultura**

Angola é um país multicultural com certa complexidade:

Um dos contributos viáveis para dar resposta a esta realidade multicultural poderá ser encontrado no recurso a materiais didáticos que contemplem a heterogeneidade e respeitem as diversidades culturais, no contexto de sala de aula, fazendo uso de um discurso híbrido que a todos considere (Pereira, 2010, p. 191).

Neste âmbito, Martins e Sá (2010) enfatizam que “(...) a seleção de conteúdos que contempla não deve estar exclusivamente associada aos saberes disciplinares. Deve também contemplar aspetos culturais de carácter transversal e relevantes na sociedade em questão (...).” (p. 19).

Para Pereira (2010):

Na atualidade do contexto educativo, o manual escolar, enquanto recurso fundamental e estratégia primordial no processo educativo, deverá assumir o papel de precursor de uma disseminação cultural que a todos contemple e não de transmissor de um currículo monocultural com vista à homogeneidade do universo educativo. (p. 191).

De acordo com Martins e Sá (2010):

Enquanto instrumento pedagógico e cultural, o manual escolar circunscreve um corpo de saberes que, não constituindo, só por si, os saberes que são adquiridos na escola, é um fator decisivo de estruturação do universo de referência da comunidade pedagógica. Assim, no que respeita à proveniência dos conteúdos, o manual deve ser aberto e pautar-se pela flexibilidade e diversidade de informação que disponibiliza. As fontes que refere devem ser diversificadas e referidas de forma explícita, para que o aluno/leitor possa alargar os seus horizontes, se assim entender (p. 19).

É necessário ter em mente as desigualdades culturais em Angola e as envolventes vivências quando se opta por um determinado livro didático monocultural com conceitos particularizados com origem noutros países. Esse tipo de livro é também um elemento formador e disseminação de conhecimentos considerados válidos nesse específico contexto cultural e apresentando “certa imagem da sociedade a que se propõe[m] formar.” (Horikawa & Jardimino, 2010, p. 157).

### **2.1.1.3. Controle e Difusão**

Em Angola, torna-se também necessária uma maior regulamentação e controle de qualidade para que estudantes e professores encontrem nos livros didáticos um instrumento mais facilitador do processo de ensino-aprendizagem e que viabilize o desenvolvimento desejado das competências estudantis.



Assim como é essencial que apresente alternativas viáveis e contextualizadas ao trabalho pedagógico para uma escolha adequada para as necessidades de cada comunidade local com o propósito de maximizar todo o processo educacional construído com base na diversidade cultural e que contribua para a redução dos problemas dessa realidade socioeconómica.

Com base no ligeiro aumento de pesquisas sobre a educação em Angola nos últimos anos, recomenda-se incentivar a publicação e difusão dessa produção coletiva, para estimular a sua realização e para divulgar os resultados obtidos. Dessa atividade, na área dos livros didáticos, poderiam advir novos recursos com o alvo de apresentar uma inovação, ou um meio alternativo ou ainda, como um apoio aos recursos já disponíveis. Nesta indispensável produção de livros, tem-se, como supramencionado, “levar em consideração os resultados e contribuições das pesquisas educacionais, bem como o contexto histórico e a diversidade cultural dos alunos” (Neto & Fracalanza, 2003, p. 156).

Acentua-se a necessidade da difusão de mais livros didáticos, que “possam permanecer em circulação por algum tempo, face à dificuldade em se produzir novos materiais” (Neto & Fracalanza, 2003, p. 155), especialmente no contexto do interior de Angola.

### **2.1.2. Resultados Empíricos**

Para a recolha de dados empíricos, fez-se um questionário, em Agosto de 2019, com duas perguntas abertas, a uma amostra de 30 usuários de uma biblioteca universitária numa província a sul de Angola, Namibe. Na primeira pergunta inquiriu-se sobre a situação dos livros didáticos em Angola e na segunda interrogou-se sobre a importância dos livros didáticos nas bibliotecas universitárias. As respostas foram interessantes:

#### **2.1.2.1. Situação dos livros didáticos em Angola**



As respostas foram diversas, em comum referiram o preço elevado deste tipo de livros, oferta insuficiente para a demanda, escassez desse produto, difícil acesso por diminuta quantidade de bibliotecas e livrarias, precária divulgação, baixa publicação nacional, pouco incentivo à sua leitura e uso, lacuna em diversas temáticas, pouca diversidade, défice de livros em certas áreas da ciência, distribuição e presença desigual nas diferentes províncias.

#### **2.1.2.2. Importância dos livros didáticos nas bibliotecas universitárias**

A esta questão todas as respostas foram diferentes, cada usuário realçou aspetos positivos mostrando a importância destes livros nas bibliotecas universitárias, que se passarão a mencionar de forma resumida:

Apoio à pesquisa académica e à investigação científica, contribuição para a aprendizagem dos usuários (seja estudante, investigador ou professor), esclarecimento de dúvidas, melhor percepção duma temática, aumento das competências, ampliação do conhecimento e vocabulário numa certa área, acesso gratuito a este recurso, apoio complementar especialmente pela dificuldade na província em aceder à internet, obtenção de informação útil para a realização de tarefas académicas, ajuda na acessibilidade a estes livros aos alunos com baixo rendimento, permitem avançar no conhecimento das matérias das cadeiras para além das aulas, preparação de matérias académicas, diversifica e complementa o conhecimento, ajuda no auto aprendizado, permite um acesso a um material escasso em Angola.

Como se pode constatar pelas respostas suprarreferidas, os livros didáticos são um recurso escasso e por isso precioso e valorizado pelos usuários das bibliotecas universitárias.

## 2. Algumas Conclusões

Esta temática focada em Angola seguramente carece de um maior aprofundamento para o apropriado entendimento da problemática do livro didático no país e nas bibliotecas universitárias angolanas. No entanto, mesmo tendo as dificuldades editoriais nacionais em mente, não se pode deixar de incentivar a produção de um maior número de livros didáticos, levando em conta os princípios educacionais de “(...) flexibilidade curricular; abordagem temática interdisciplinar; vínculo com o cotidiano (real) do aluno e com seu entorno sócio-histórico; atendimento à diversidade cultural de cada local ou região; atualidade de informações; estímulo à curiosidade, à criatividade e à resolução de problemas (...)” (Neto & Fracalanza, 2003, p. 155).

Com este estudo espera-se ter contribuído para a reflexão dos agentes educativos envolvidos na aquisição dos livros didáticos. Reforçou-se aqui o reconhecimento da necessidade de reflexão sobre a situação angolana destes recursos pedagógicos. Assim como de perceber a sua importância como um recurso imprescindível nas bibliotecas, em quantidade e qualidade suficientes para suprir as lacunas, de modo a aumentar a satisfação das necessidades dos seus usuários.

Os livros didáticos são incontestavelmente um instrumento de apoio ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem. São um recurso precioso em Angola, um país em reconstrução, onde se requer o aumento da qualidade da educação pública e privada para o alcance dos objetivos nacionais.

## Referências

- Cavadas, B. & Guimarães, F. (2010). *As ilustrações dos manuais de botânica de Seomara da Costa Primo*. In Duarte, J. B. (Org.). *Manuais escolares e dinâmica da aprendizagem: podem os manuais contribuir para a transformação da escola?*, 117-142.
- Bizarro, R. & Aguiar, A. E. C. (2010). *Manuais de FLE: Um instrumento para o (des)entendimento da diversidade*. In Duarte, J. B. *Manuais escolares e dinâmica da aprendizagem: podem os manuais contribuir para a transformação da escola?*, 103-116.
- Horikawa, A. Y. & Jardimino, J. R. L. (2010). A formação de professores e o livro didático: avaliação e controle dos saberes escolares. *Revista Lusófona de Educação*, 2010, 15, 147-162.
- Martins, M. da E. & Sá, C. M. (2010). Que promoção da compreensão na leitura esperar do manual de Língua Portuguesa? In Duarte, J. B. *Manuais escolares e dinâmica da aprendizagem: podem os manuais contribuir para a transformação da escola?*, 13-29.
- Neto, J. M. & Fracalanza, H. (2003). O livro didático de ciências: Problemas e soluções. In *Ciência & Educação*. vol. 9, nº 2, 147-157.
- Pereira, A. B. (2010). Manuais escolares: estatuto e funções. In *Revista Lusófona de Educação*. 15, 191-194.
- Vasconcelos, S. D. & Souto, E. (2003). O livro didático de ciências no ensino fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. In *Ciência & Educação*. vol. 9, nº 1, 93-104.

**HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO  
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

**MURUTUCU ENGENHO' STORIES: A RUINED HERITAGE AT THE BRAZILIAN  
AMAZON**

Recebido a 28 de março de 2020  
Revisto a 14 de abril de 2020  
Aceite a 20 de maio de 2020

**Diogo Menezes Costa**

Ph.D. and Professor of the Graduate Programs in Anthropology and Cultural Heritage  
Sciences at the Federal University of Pará (UFPA)  
Leader of the Amazonian Historical Archaeology research group (GAHiA)  
Researcher from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq -  
Brazil)  
[dmcosta@ufpa.br](mailto:dmcosta@ufpa.br)



## Resumo

Há bastante tempo pesquisas sobre a história do Engenho do Murutucu, em Belém do Pará - Brazil vêm sendo realizadas. Entretanto, este amontoado de dados históricos pouco foi sistematizado. Entre os estudos encontrados temos desde referências bibliográficas que remontam a citações sobre o engenho de aguardente em obras como dos viajantes e naturalistas John Warren e Spix e Martius em meados do século XIX. Até pesquisas historiográficas mais profundas, de autores amazônidas como Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins, Vicente Salles, Manoel Barata e Donato Mello Junior. A revisão lógica sobre emaranhados de dados cronológicos é necessária, para isso tanto a documentação primária quanto secundária deve ser consultada, diversos estudiosos contrapostos, e uma síntese entre as presentes narrativas em diversos suportes deve ser elaborada. Como resultado teremos uma biografia histórica para o estudo de caso revelada e comentada, seja dos séculos XVIII, XIX e XX, até os acontecimentos do presente século XXI, e o legado patrimonial arruinado deixado para a contemporaneidade na atual Amazônia brasileira.

*Palavras-chaves:* Brasil, Amazônia, Patrimônio, História, Arqueologia, Antropologia

## Abstract

Research on the history of the Murutucu Mill in Belém do Pará - Brazil has been carried out for some time. However, this pile of historical data has hardly been systematized. Among the studies found we have since bibliographical references that go back to quotes about the aguardente mill in works such as those of travelers and naturalists John Warren and Spix and



Martius in the mid-nineteenth century. Even deeper historiographic research by Amazonian authors such as Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins, Vicente Salles, Manoel Barata and Donato Mello Junior. The logical revision of chronological data entanglements is necessary, for that both primary and secondary documentation must be consulted, various scholars must be opposed, and a synthesis between the present narratives in various media must be elaborated. As a result we will have a historical biography for the case study revealed and commented on, from the 18<sup>th</sup>, 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, to the events of the present 21<sup>st</sup> century, and the ruined heritage legacy left for contemporaneity in today's Brazilian Amazon.

*Keywords:* Brazil, Amazon, Heritage, History, Archaeology, Anthropology

“Wending our way through a green tunnel of fantastic foliage, we shortly emerged from its cooling twilight into the open grounds of a wild and neglected garden. In the midst of the clear space, surrounded by an almost impassable wall of low bushes, and overhung with gay festoons of flowering vines, was a stone mansion of noble proportions, half demolished by the ravages of time, yet solemn and interesting even in its mournful decay. Gay spirits had once inhabited that lone dwelling, but they have long since gone; the tinkling of merry music no longer resounds along its deserted corridors; the revelry of the joyous dance no more breaks upon the stillness of the surrounding wilderness, and the house itself, like its former proprietors, is rapidly ‘passing away’”

(Warren, 1851, p. 79-80).

A primeira informação histórica sobre a área onde hoje se encontram as ruínas do Engenho do Murucutu é de 1711<sup>1</sup>, quando segundo alguns autores no local foi construída uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição padroeira de Portugal, provavelmente pelos Frades Carmelitas (Cruz, 1963, p. 388, Tocantins, 1963, p. 338). Entretanto, outros autores também escrevem que em outro trecho do mesmo igarapé também seria erguida uma outra ermida, agora em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, e possivelmente pela ordem dos

---

<sup>1</sup> Entretanto as pesquisas arqueológicas de 2014 a 2016 recuam a ocupação europeia da área para a datação média de 1612, quatro anos antes da fundação oficial de Belém (Diogo Menezes Costa, 2017a, 2017b).



Mercedários (Coimbra, 2003, p. 100), ou simplesmente colocam em dúvida ambas as afirmações (Mello Junior, 1971, p. 325).

A Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte do Carmo, ou Ordem dos Carmelitas Calçados, chegou a Belém em 1626, quando o governador da época Bento Maciel Parente doa um terreno com uma construção no Alagadiço da Juçara, para a fixação da congregação. Durante o século XVII os Carmelitas tornam-se proprietários de engenhos, lavouras, olarias e fazendas de criação e gado, ocupando as terras que vão do atual bairro Guamá até o distrito de Icoaraci (Sarquis & Lima, 2015, p. 91). Já a Ordem das Mercês se estabelece em Belém a partir de 1639, depois da viagem a Quito promovida por Pedro Teixeira e o seu retorno com alguns padres à Belém. Em 1640 estes padres fundam a Igreja e Convento dos Mercedários, e em 1665 uma pequena fortificação chamada de Baluarte Nossa Senhora das Mercês, ou Forte São Pedro Nolasco (Oliveira et al., 2018, p. 12). Belém neste período dividia-se em praticamente em dois bairros, um chamado de Cidade e outro Campina.

Entretanto, é no registro da sesmaria de Theodoreto Soares Pereyra em 8 de fevereiro de 1728, que encontramos o que pode ser a primeira descrição de propriedade da área onde viria a surgir o engenho. Quando o documento descreve que este senhor de engenho solicita duas léguas<sup>2</sup> de comprimento a esquerda do igarapé Tucunduba até o igarapé Boiussuquara, por uma légua de largura até o marco de Belém, entrando pelo igarapé do Murutucu:

“Me pedia lhe fizessce merce Conceder duas Legoas de terra, Começando da boca de Thucunduba pello Rio asscima a mao’ esquerda, e entrando pello Morticû dentro, e Igarapê da Boyussûcoara the onde findaram as ditas duas Legoas. Com húa de Centro que finda nos marcos desta Cidade”<sup>3</sup>  
(Instituto de Terras do Pará, 2010, p. 1)

---

<sup>2</sup> No Brasil do século XVIII entre 6.195 a 6.600 metros (J. J. de S. Cruz, 2009).

<sup>3</sup> Livro 04, Documento 25, Folha 20.





Figura 1. [Registo] de húa Carta de Datta e [Sesmaria] de [duas Legoa] de terra de Comprido, e hua [de] Largo no Sitio, e lugar [nella] declarado a Theodoretto [Soares] Pereyra, 1728.

A indústria canvieira em 1700 também passava por transformações, migrando forçosamente do Nordeste agora holandês, para os sertões do Grão-Pará e Maranhão. Na Amazônia as primeiras investidas açucareiras também foram dos holandeses na região do Xingu e por ingleses no Cabo Norte, e após a fundação de Belém tiveram início com o próprio Francisco Caldeira de Castelo Branco (Costa, 2018, p. 24). No entorno da cidade várias estruturas agrárias com vários engenhos e engenhocas dedicados a fabricação de açúcar e aguardente começam a se formar, tendo como principal foco o próprio mercado de Belém. Porém além da oficialidade do estado também corre outras ocupações na área, como pequenas unidades rurais e diversos quilombos e mocambos na região nem sempre documentados oficialmente (Marin, 2000, p. 30).



O Engenho do Murutucu pode ser caracterizado assim como um dos poucos exemplares vivos de moinhos movidos a maré na América; esta tecnologia foi desenvolvida na Irlanda durante o século VII, chegando em Portugal no século XII, e após o século XVI implantada no Brasil, mas somente na foz do Amazonas. Formado por um desvio no rio que levava a água do preia-mar para o represamento em uma barragem, e que depois no período da baixa-mar era liberada por um canal e calha para movimentação da roda d'água vertical que girava a moenda do engenho (Anderson & Marques, 1992, p. 6, Marques, 1993, p. 193). Também nas várzeas do próprio igarapé do Murutucu vamos encontrar a presença de vários canais de irrigação e drenagem como testemunhos de uma grande lavoura canavieira, além de um porto próprio as margens do igarapé (Watrín & Homma, 2007, p 54).

Estes elementos combinam-se para propiciar a implantação desta indústria açucareira nas cercanias de Belém do Pará, ainda no século XVII e XVIII. E neste cenário o Engenho do Murutucu vai ser também uma peça importante em todo este processo. Entretanto transformações outras ocorridas na sociedade colonial do século XIX e na republicana do século XX, também vão impactar positivamente e negativamente o sítio. Portanto, é neste entrelaçamento entre a macro e a micro história é que surge o legado patrimonial, e que aqui exploramos de forma narrativa.

## **1. O Engenho do Murutucu durante o Século XVIII**

Não tendo uma data de fundação definida, alguns autores colocam que na primeira metade do século XVIII após a construção da ermida pelos padres na área, João Manuel Rodrigues ou Roiz teria fundado nas terras da sua esposa o Engenho do “Mucutu”. João Manuel Rodrigues possuía extensas sesmarias localizadas entre Ourém e Bragança, doadas em



1768. E casou-se com Maria Rodrigues Martins, filha de Antonio Martins chamado de Paixão, e neta de Estácio Rodrigues que possuía duas sesmarias, uma no rio Guamá concedida em 1741, e outra na ilha Jabotipucaia em 1746. Estácio Rodrigues foi também o fundador da cidade de Vigia, antes chamada de São Jorge dos Álamos (Mello Junior, 1973, Salles, 1968, p. 3).

Em torno da segunda metade do século XVIII, alguns documentos históricos sugerem que o Engenho do Murutucu passa a ser propriedade do Ouvidor-Mor José Borges Valério, que em seu testamento faz referência ao Engenho chamado agora de Morticú, assim como a presença de “cobres, oficinas, serraria” e outras benfeitorias na área<sup>4</sup>. Após sua morte, na década seguinte de 1760 a propriedade é então adquirida por Domingos da Costa Bacelar, conforme um documento da época sobre a relação dos engenhos existentes na Comarca de Belém<sup>5</sup> (Marques, 2003, p. 36, 2004, p. 193).

José Borges Valério é também referido na documentação histórica sobre a epidemia de bexiga que matou mais de “mil escravos”, principalmente indígenas na região do Maranhão e do Pará entre 1724 e 1725. O próprio Ouvidor-Mor nesta carta de 1725 atribui a peste ser um castigo divino aos maus tratos dos portugueses para com seus escravos, porém no próprio documento também requer autorização ao Rei Dom João V para realizar descimentos de novos cativos (Chambouleyron et al., 2011, p. 17). Em 1726 José Borges Valério também vai emitir outro documento, agora solicitando ao Rei que seja construído um convento dos Carmelitas,

---

<sup>4</sup> REQUERIMENTO (certidão) do ex-ouvidor geral da capitania do Pará, Luís José Duarte Freire, para o rei [D. José], solicitando certidão da partilha do engenho de Morticú, que pertencera aos bens do casal do defunto Dr. José Borges Valério. 25/01/1752, AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 33, D. 3091.

<sup>5</sup> RELAÇÃO dos engenhos existentes na comarca do Pará. 1760-01-01. AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 45, D. 4142.

na vila de Vigia, este a pedido da população<sup>6</sup>. Portanto, é provável que durante a década de 1750 José Borges Valério e sua esposa foram os reais proprietários do Engenho do Murutucu, sendo depois possivelmente transferido para Domingos da Costa Barcelar, na década seguinte de 1760.

Domingos da Costa Barcelar além de proprietário do Engenho do Murutucu, foi também o responsável pela construção em meados do século XVIII do Palacete das Onze Janelas<sup>7</sup> como sua residência de final e semana. Em 1768 a edificação foi comprada pelo governo do Grão-Pará para abrigar o Hospital Real, e sua reforma foi conduzida pelo arquiteto italiano Antonio José Landi (Derenji & Derenji, 2009, p. 228). Giuseppe Antônio Landi, seu nome italiano de origem, nasceu em Bolonha na Itália em 1713, tendo formação em arquitetura pela Academia Clementina em 1730. Professor de arquitetura e perspectiva, foi contratado por Dom João V como desenhista da Comissão de Demarcação de Fronteiras entre Portugal e a Espanha na América do Sul, em decorrência do Tratado de Madri em 1750. Entre 1754 a 1761, atuou como desenhista natural do astrônomo e matemático italiano João Angelo Brunelli em Belém, e teve reconhecida sua atuação pelo governador do período Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A pedido do governador seguinte Bernardes de Melo e Castro se estabelece definitivamente em Belém, administrando inclusive a olaria da cidade (Cultural, 2020a, p. 1, Mendonça, 2003, p. 892).

Em 1766 Antonio José Landi compra o Engenho do Murutucu para implantar a sua própria olaria de cerâmica vidrada, e vive no local até sua morte em 1791. Entre as atividades desenvolvidas no engenho incluem-se o comércio de cacau, o cultivo de cana-de-açúcar, o

---

<sup>6</sup> Carta do ouvidor-geral da capitania do Pará, José Borges Valério, ao rei [D. João V], sobre o pedido dos moradores da vila da Vigia para que ali se construa um Convento da Ordem do Carmo. 1726-09-10, AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 9, D. 844.

<sup>7</sup> Em 1754, o prédio já aparece na perspectiva da cidade feita pelo engenheiro militar alemão Johann Andreas Schwebel, como tendo dois andares, seis janelas e mais uma mansarda (Oberacker Junior, 1972, p.16).

plântio de café, arroz e algodão, e a adaptação de espécies estrangeiras como a manga, jaca e tâmara. Assim como a produção de tijolos, telhas, cerâmica e principalmente aguardente, tornando-se inclusive membro da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Ele também fez parte da irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Ana e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, sua proximidade com as ordens religiosas e os governadores da província, fizeram dele o arquiteto régio da cidade. Em 1780 um documento de Landi solicita mais de vinte escravos para o canavial e expõe a quantidade de trabalhadores no Murutucu, como sendo de “setenta pessoas, entre índios, índias e rapazes nascidos no dito engenho”<sup>8</sup>. Após a morte de Landi aos 78 anos no próprio engenho, este passa a ser propriedade de sua filha Ana Teresa de Souza de Azevedo Landi, que era casada com o Capitão João Antônio Rodrigues Martins que era também proprietário dos engenhos de Mocajuba e Utinga<sup>9</sup>, e filho do provável fundador do engenho João Manuel Rodrigues (Coimbra, 2003, p. 100, Mello Junior, 1973, p. 16, Mendonça, 2003, p. 892, Papavero et al., 2002, p. 260, Salles, 1968, p. 3).

A capela do engenho mesmo com algumas divergências sobre a época da sua reforma talvez em 1758 ou 1762, ou mesmo se foi uma reconstrução ou relocação, com certeza ainda mantém os traços do arquiteto bolonhês. Com caráter neoclássico e paladiano, apresenta construção em alvenaria de tijolos com espessura de 4 cm, o recinto da nave retangular medindo 5 x 10 m, com 3 vãos de portas e 2 vãos de janelas. Possui uma parede de fundo cega para conter o retábulo, e especiais são os tijolos das colunas em formato circular. A ermida é também composta por arcos e colunas dóricas, e onde sobre as portas existem um representativo ornamento circular, o que constitui praticamente a assinatura arquitetônica de

---

<sup>8</sup> OFÍCIO de António José Landi para os oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará, sobre a compra do engenho de Mortecû no ano de 1766, e as dificuldades ocorridas com os índios e índias ali existentes e que trabalham nas plantações de açúcar, cacau, café e arroz e fabrico de olaria. 1780-11-19. AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 87, D. 7076.

<sup>9</sup> Relação dos Engenhos e Engenhocas do distrito da Cidade que pagavam foro a Câmara. Códice 136 de 16 de Julho de 1822 – ABEP (Rosa Elizabeth Acevedo Marin & Castro, 2004, p. 273). Landi. Outra impressão é de que a obra ficou inacabada, pois não possui indícios de

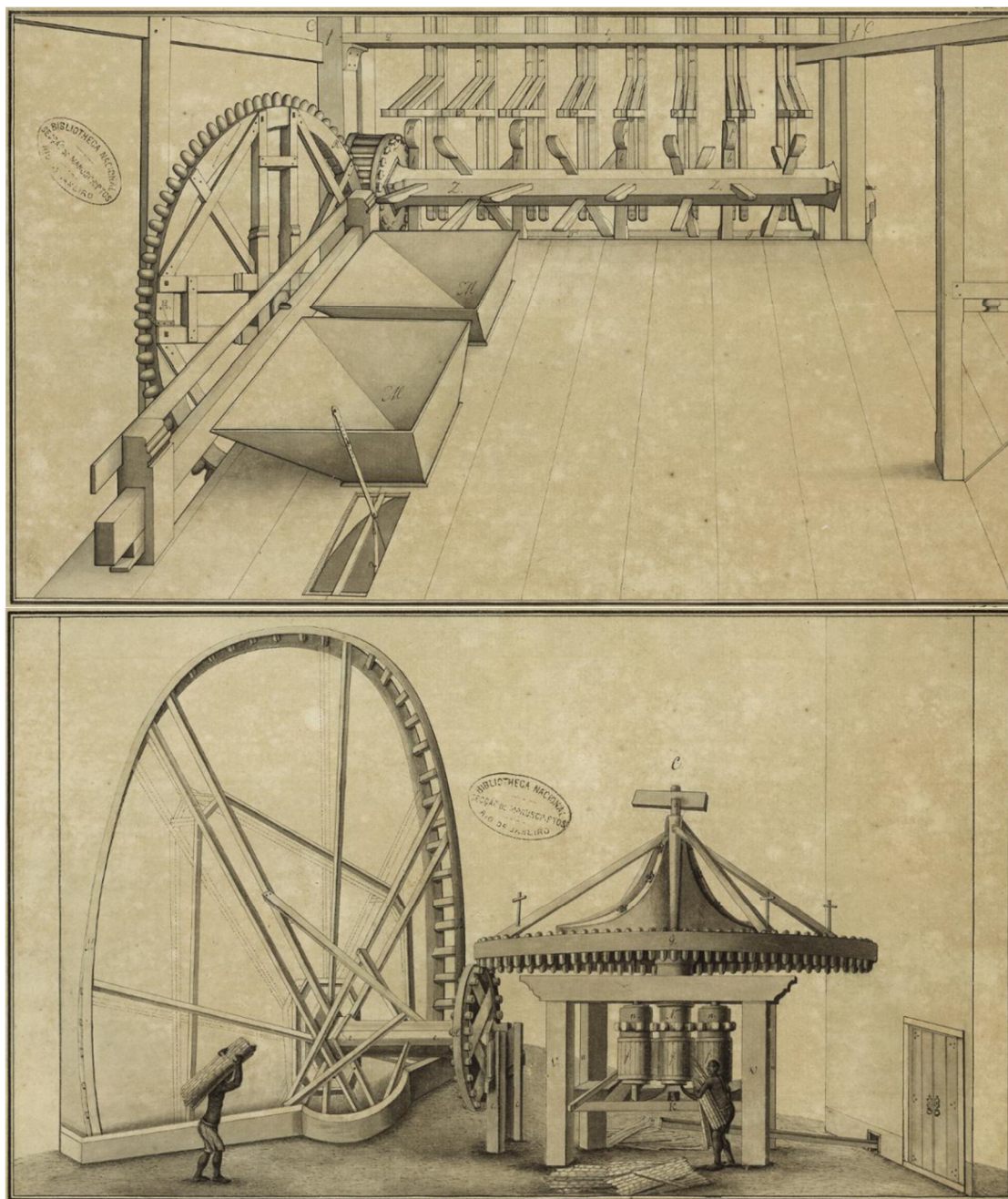


revestimento interno ou externo, cobertura ou piso, assim como ainda possui a presença de agulheiros para a fixação de andaimes. Entretanto, mesmo que esta capela nunca tenha sido usada, pois poderia existir outra capela próxima, o resto do empreendimento colonial estava em pleno funcionamento. Sendo que em 1788 o próprio Dom Caetano Brandão realiza uma visita pastoral ao engenho e comenta que a “fazenda” rendia mais de vinte mil cruzados de Réis anualmente em aguardente, causando inveja as demais da província (Coimbra, 2003, p. 100, Garcia, 2011, p. 149, Mello Junior, 1973, p. 16, Mendonça, 2003, p. 892, Salles, 1968, p. 3).

Durante a viagem filosófica do naturalista e documentarista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783 a 1792), algumas ilustrações também chamam a atenção. Realizados por Joaquim José Codina, que era um desenhista, pintor, copista e aquarelista e que entre 1783 a 1790 acompanhou a expedição na região da cidade do Pará. Encontram-se figuras como a representação de uma moagem de canas em uma moenda de cilindros verticais movida por uma roda hidráulica; um engenho de pilões de socar; e a frontaria da casa de João Manoel Rodrigues que foi o proprietário fundador do Engenho do Murutucu (Mello Junior, 1974, p. 325).

Em 1795 o Tenente-Coronel João Antônio Rodrigues Martins em carta ao Governador do Grão-Pará solicita a compra de “meia légua de terras adjacentes à Fazenda Murutucu”. Que começavam no igarapé Oriboquinha e ia até os charcos de Nazaré, esta área a época continha mais de seis estradas de borracha e 8.000 pés de cacau e madeira real.

O brigadeiro comandou a invasão Portuguesa a Guiana Francesa em 1809 como represália as invasões napoleônicas em Portugal de 1807, sendo que sua tomada durou até 1817 (Coimbra, 2003, p. 100, Cruz, 1963, p. 388, Mello Junior, 1973, p. 16, Salles, 1968, p. 3).



*Figuras 1. e 2. Moagem de canas em uma moenda de cilindros verticais movida por uma roda hidráulica e Engenho de pilões de socar, nanquim, p&b. Biblioteca Nacional (Brasil).  
Fonte: Joaquim José Codina, 17--.*

É interessante notar, portanto, que durante todo o século XVIII o Engenho do Murutucu sempre esteve ligado oficialmente aos mais ilustres personagens da historiografia do Grão-Pará. Sendo que na primeira metade do século XVIII, foi fundado pelo maior proprietário de engenhos da capitania João Rodrigues, passando a propriedade rapidamente por outros dois abastados senhores de engenho da época, Borges Valério e Domingos

Barcelar. Aqui podemos observar que a propriedade apesar da troca de nomes permanece durante toda a primeira metade do século XVIII, alinhada com a elite econômica da região, e produtora do principal item de troca e consumo interno do período colonial na Amazônia: a aguardente.

Entretanto, já na segunda metade do século XVIII o Engenho do Murutucu passa pela sua primeira mudança. Quando torna-se propriedade de Antonio Landi, que não era um senhor de engenho luso-brasileiro, mas um famoso arquiteto italiano. Neste período parece também que o engenho diversifica a sua produção, assim como ocorre ainda a introdução de africanos escravizados mediante a proibição da escravidão de indígenas. E neste período também que ocorre a (re)construção da principal edificação do engenho, a capela para ao casamento da sua filha. Após a morte de Landi, o engenho permanece na alçada da família, agora em nome da sua herdeira Ana Teresa e seu marido João Martins.

## **2. O Engenho do Murutucu durante o Século XIX**

O genro póstumo de Landi além de membro da aristocracia era também o intendente responsável pela construção de navios no Arsenal da Marinha. Foi durante este período do final do século XVIII e início do século XIX que segundo alguns autores o engenho vai atingir o seu esplendor. Em 1819 o brigadeiro leva toda a guarnição de Belém até o engenho durante uma marcha de mais que duas léguas, e onde depois da prova física é fornecida uma “abundante alimentação” para toda a tropa no sítio. Com a morte do Brigadeiro João Antonio Martins em 1821, a propriedade passa para sua filha Ângela Joana Pereira Martins, que era também casada com o tenente coronel Francisco Marquês D’Elvas Portugal, futuro

Comandante dos Voluntários de Belém (Barata, 1973, p. 376, Coimbra, 2003, p. 100, Mello Junior, 1973, p. 16, Salles, 1968, p. 3).

Porém, em carta de 14 de agosto de 1835 o Engenho do Murutucu também esteve relacionado à Guerra da Cabanagem, quando foi utilizado como sede do acampamento dos revoltosos liderados por Antônio Pedro Vinagre, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, Geraldo Francisco Nogueira Gavião, Manuel Antônio Nogueira, Manuel José da Silva Paraense, André Pinto de Araújo Amazonas e Geraldo de Oliveira Vinagre. Partindo do engenho e seguindo pela antiga estrada do Utinga, as forças cabanas realizaram a sua segunda invasão a Belém. Segundo alguns historiadores esta ocupação também teria ocorrido como represália ao chefe da Guarda Nacional em Belém o então comandante João Marcelino Rodrigues Martins, conhecido como Mundurucu Paiquicé. João Marcelino era filho de João Antonio Rodrigues Martins e irmão de Angela Joana Pereira Martins, sendo parente dos donos do Engenho do Murutucu. Outros autores também adicionam que em 1836 o engenho encontrava-se abandonado, sendo inclusive requisitado ao terceiro e último presidente cabano por João Antônio Sete como moradia para ele e seus familiares (Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149, Hurley, 1936, p. 263, Monteiro, 2005, p. 264, Raiol, 1970, p. 506 Salles, 1992, p. 318).

Em 1841, depois da morte de Francisco Marquês D'Elvas Portugal, o engenho é novamente vendido á Henrique Antônio Strauss por 16 contos de réis. Quando na escritura lavrada pelo tabelião Paulo Perdigão constam como bens imóveis: Casa de vivenda (Casa Grande); Casa de engenho (Fábrica), rancho dos presos (escravos?), uma roda de água, moendas de ferro, um vapor com moendas de ferro e desconcertado (máquina), uma serraria, um alambique de cobre com serpentina, tachas de ferro, uma balança romana, um carro grande e um pequeno, um batelão (tipo de barçaça), duas canoas pequenas, uma ferraria e três canaviais. Além disso também são listados com bens moventes ou semoventes: 7 cabeças de





gado vacum (vacas), 60 cabeças de gado lanígero (ovelhas), e 48 escravos: 12 homens, 21 mulheres, e 15 menores “alguns de colo e outros em idade de servir”. No interior da capela encontravam-se uma imagem de São Pedro, 10 castiçais de prata, vasos de flores, crucifixos, campainha, placas de espelho, cômoda, espanador de penas, cortina de Damasco, estante de missal, cálice com pátena (prato), palas de cálice (tampa), toalhas de altar e galhetas (Coimbra, 2003, p. 100, Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149).

Por volta de 1850, segundo testemunho do viajante John Esaias Warren o engenho encontrava-se em estado de abandono, e só servia agora para coleta de caramujos, conforme o próprio explorador norte-americano:

“Some twenty or thirty years ago, Spix and Von Martins, two eminent German naturalists, spent several weeks at this romantic spot, in whose near vicinity they succeeded in collecting a variety of rare specimens, both of insects and plants and birds. They could not have selected a location more convenient for their laudable purposes than this, anywhere within the neighborhood of the city, and it was this fact that induced them to take up their abode there, in defiance of its dilapidated condition, and the numerous intruders, in the way of bats and reptiles, that were accustomed to frequent its moss-grown and tottering walls”<sup>10</sup>

(Warren, 1851, p. 80).

Entretanto, em 1853 no inventário de Vicente Antônio d Miranda<sup>11</sup> o Engenho do Murutucu é citado como o local onde viviam 129 cativos, todos empregados na produção de e 28 tinham idade superior a 50 anos. O Engenho do Murutucu era, portanto, o maior plantel de

---

<sup>10</sup> Cerca de vinte ou trinta anos atrás, Spix e Von Martins, dois eminentes naturalistas alemães, passaram várias semanas nesse local romântico, em cuja vizinhança conseguiram coletar uma variedade de espécimes raros, tanto de insetos quanto de plantas e pássaros. Eles não poderiam ter escolhido um local mais conveniente para seus louváveis propósitos do que isso, em qualquer lugar da vizinhança da cidade, e foi esse fato que os levou a morar lá, desafiando sua condição degradada e os numerosos intrusos, como morcegos e répteis, acostumados a frequentar suas paredes cobertas de musgo e instáveis. Tradução do autor.

<sup>11</sup> CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A).



escravos no entorno da região urbana de Belém durante toda a segunda metade do século XIX<sup>12</sup> (Barroso, 2017, p. 342). Já em 1861 tanto a capela com suas imagens quanto a casa de residência do Engenho do Murutucu aparecem nos domínios dos herdeiros do comendador.

Na década seguinte o Engenho do Murutucu aparece nas fotografias de Felipe Augusto Fidanza. Fidanza foi um fotógrafo e pintor português que residiu em Belém a partir de 1860, tendo registrado inclusive a visita de Dom Pedro II em 1867. Fez diversos registros de Belém e Manaus como cartão-postal, participando de inúmeras feiras com exposições, suicidando-se em retorno ao Brasil de Portugal em 1903 (Cultural, 2020b, p. 1). Entre as suas obras estão duas fotografias tiradas do Engenho do Murutucu por volta de 187?-?, onde xaparecem além de pessoas e animais vivendo na área, também uma construção em pau-a-pique, a capela já sem telhado, a casa grande ocupada, o engenho com duas chaminés uma palhoça.



*Figura 3.* Engenho de açúcar em Murutucu, Belém, PA.  
Fonte: Felipe Augusto Fidanza, 187?-?.

---

<sup>12</sup> Título que só foi substituído pelo filho do próprio Vicente Antônio Miranda, José Antonio Miranda em 1879, quando a sua propriedade no rio Capim a Fazenda Taperuçu possuía um plantel de 185 escravos (Barroso, 2017, p. 236). CMA/UFPA Cartório Odon Rhossard (2 Vara Cível) Inventários *post-mortem*, cx. 35 (1879, p. 1). Vicente Antônio Miranda (Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149, Watrin & Homma, 2007, p. 54).



*Figura 4.* Engenho de açúcar em Murutucu, Belém, PA. Fonte: Felipe Augusto Fidanza, 187?-????.

Em 1872, o engenho foi referido novamente em uma escritura de dívida e hipoteca por seus então proprietários José de Carvalho Serzedelo e Leonardo Augusto Faria Vivas, que possuíam a firma Serzedelo & Faria Vivas, ao Banco Comercial do Pará. Neste momento o engenho ainda fabrica açúcar mascavo e aguardente, utilizando tanto o vapor a lenha na moenda como a roda d'água na serraria, as casas de vivenda (dos senhores e escravos) e capela. O documento ainda atesta que tudo estava em pleno uso, e que a escravatura era numerosa.

Em outra escritura lavrada em 9 de dezembro de 1882 a área do Engenho do Murutucu ocupava desde o igarapé Tucunduba até o igarapé Uriboça, nas terras da chamada fazenda Utinga que perfaziam quase quatro léguas a época. Já no final do século XIX, o Engenho do Murutucu ou também Murtucú agora pertencia a Frederico Pond e Emílio Martins & Cia. Em 1884 é feita a demarcação da velha sesmaria com uma área de 3.844, 52<sup>ha</sup> na forma de um

polígono irregular de sete lados. Posteriormente o engenho passa para propriedade do Cônego José Lourenço da Costa Aguiar (Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149, Watrin & Homma, 2007, p. 54).

Durante o século XIX, diversos acontecimentos atravessaram o Engenho do Murutucu, quando após a morte de João Martins, sua filha Ângela Martins e o marido Francisco Portugal assumem a propriedade no primeiro quartel do século.



Figura 5. Mappa do rio Tocantins. Lisboa, Portugal. Fonte: Barreto, José Velloso, 1877.

Mas já no segundo quartel do século XIX, o engenho é ocupado pelo movimento da Cabanagem, que em franco conflito com a elite local, pode também ter visto na pessoa de João Martins o irmão da proprietária mais um símbolo antagonista. Entretanto, antes dos meados do século a morte de Francisco Portugal leva o engenho a ser propriedade de



IAN, e atual Embrapa Amazônia Oriental, sendo que em 1940 torna-se patrimônio da União. Na época a fazenda tinha 3.185,17ha e o terreno ia desde o igarapé Sapucajuba até o rio Oriboquinha, onde além das “ruínas” também contava com a casa da fazenda e áreas agrícolas em estado de abandono, com cerca de 110ha. Com abertura de vias de acesso, formação de viveiros e instalação de barracões é que se dá a ocupação física da área do Instituto. De 1944 a 1946 o restante da área vai ser preparada para a implantação de experimentos agrônômico, em 1948 são feitos os primeiros drenos entre os igarapés Murutucu e Catu, e em 1960 ocorre a introdução de um rebanho bubalino em área de pastagem (Watrin & Homma, 2007).



*Figura 7.* Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: IPHAN, 1949.



*Figura 8.* Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: IPHAN, 1949.

É na década de 1960 também que surge a comunidade ribeirinha de Icatuzinho próxima ao igarapé Catu. A comunidade nasce com o estabelecimento do casal Maria Petrolina, também conhecida como Dona Biloca, seu marido Galdêncio, sua filha Ernestina de Noronha Chagas e seu marido Pedro de Noronha Chagas. O casal fundador trabalhava na carvoaria do IAN, mas devido a um acidente com o Sr. Galdêncio, recebem permissão da direção do instituto para fixar moradia no local, “riscar” os seringais, coletar cacau e açaí, e pescar camarões e peixes. A família cresce e agregados constroem casas no entorno, até a chegada de novos moradores como o Sr. Abaeté na década de 1970. Com a instalação de energia elétrica na segunda metade da década de 1980 o nome da comunidade muda para Porto da Ceasa (Lisboa, 2009).



Figura 9. Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: IPHAN, 1962.

Em 1964 foram realizadas as primeiras cessões de área do instituto a outras instituições, sendo 98ha a Universidade Federal do Pará – UFPA, e 232ha a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Em 1972 42,2ha de áreas contíguas ao sítio histórico são cedidas a Central de Abastecimentos do Pará – Ceasa, mas só em 1978 é que a formalização da área ao governo do estado ocorre. A cessão da área próxima ao sítio por sua vez comprometeu a integridade física, pois a floresta do entorno foi fragmentada ficando vulnerável a ações antrópicas. As vias de comunicação consolidadas, instalação de um porto comercial e trânsito intenso, serviram de catalizadores para o estabelecimento de ocupações. É também após 1973 que a chaminé de alvenaria do sistema a vapor em que um apuizeiro<sup>13</sup> ou o “polvo da floresta” havia se sustentado ruiu (Mello Junior, 1971, Watrin & Homma, 2007).

Em 1981 o sítio histórico Engenho do Murutucu é tombado<sup>14</sup> pela Subsecretaria do

---

<sup>13</sup> *Ficus Fagiola*, árvore da família das moráceas, que cresce de forma parasitária em outras plantas (ou coisas), matando-as.

<sup>14</sup> É um ato de reconhecimento do valor histórico, artístico, cultural ou arqueológico de um bem instituído por regime jurídico próprio, transformando-o e através de um ato público oficial em patrimônio nacional, estadual ou municipal no Brasil.



Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (depois IPHAN), reivindicação antiga que desde 1964 era conduzida pelo arquiteto Augusto Silva Telles, em 1978 capitaneada pelo deputado Lucival Barbalho, e em 1980 assumida pelo arquiteto Euler Santos Arruda (O Liberal, 1981). No processo de tombamento também constam certas recomendações a época, como de uma prospecção arqueológica da área, ou mesmo uma observação sobre a padronização do nome do sítio. Enquanto, a certidão de tombamento assinada pelo então secretário da cultura do ministério da Educação e Cultura, Aloisio Magalhães estabelece que:

As ruínas do antigo Engenho de Murutucu ficam delimitadas pela poligonal que inicia no portão existente junto ao pórtico de entrada da CEASA e segue ao longo da cerca que margeia a estrada de acesso ao porto, numa extensão de 400ms; inflete a 90° em direção ao igarapé Murutucu, numa extensão de 400ms, cruzando o referido igarapé; inflete novamente a 90°, numa extensão de 500ms; torna a infletir a 90° em direção à estrada da CEASA, seguindo por esta até o portão junto ao pórtico da entrada da CEASA (SPHAN, 1981).

Neste mesmo ano de 1981, 10ha da área são vendidos pela primeira vez ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para a implantação do campus de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG (Watrin & Homma, 2007). Todavia, em 1983 após algumas negociações entre a EMPRAPA e o IPHAN a área tombada do sítio fica alterada tendo como limites a estrada da CEASA por 400m a partir do pórtico de entrada, e por duas linhas transversais unindo a estrada ao igarapé. Em 1984 a EMBRAPA dirige-se ao IPHAN em busca de parcerias para a manutenção do patrimônio, já que vinha sendo cobrada pela opinião pública sobre o estado de preservação das ruínas. É também em 1986 que alguns movimentos capitaneados pela EMBRAPA e envolvendo diversas entidades Estaduais e Federais são feitos em prol da conservação e restauro das ruínas, com sucessivas reuniões entre os órgãos inclusive no local, porém nada foi efetivamente implementado (A Província do Pará, 1986; O Liberal, 1986).





*Figura 10.* Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: IPHAN, 1982.

Contudo, é em 1995 que o sítio arqueológico histórico recebe seu maior golpe. Quando as ruínas da Casa Grande do Engenho são totalmente demolidas por operários de uma construtora a serviço do Estado, que realizavam obras de manutenção na nova estrada da Ceasa/Fazenda Velha, para obtenção de pedras que serviram para tapar os buracos da rodovia que antes era chamada de Murutucu. Este episódio ainda resultou em ações legais contra a firma e o Estado que de forma mitigatória construíram dois prédios na área do sítio, um centro de visitantes e um laboratório de pesquisa. Mesmo em convênio com o MPEG para gestão da área, os espaços nunca foram utilizados, resultando nas suas degradações ao longo do tempo. Um projeto de estabilização, segurança e infraestrutura para visitação do sítio também foi elaborado, mas sem ser nunca implementado (Gusmão, 2013).

Em 1997 a Prefeitura Municipal de Belém - PMB e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN recebem a cessão nominal para administração de 5,9ha da área do sítio, mas que acabou vencendo dez anos depois (Watrín & Homma, 2007). De 2008 a 2018 o Engenho do Murutucu volta a ser propriedade da EMBRAPA - Amazônia Oriental. Até que em 08 de fevereiro de 2019 é firmado um contrato entre a EMBRAPA e a

UFPA para o comodato da área no âmbito do Plano de Gestão para Criação do Parque Arqueológico do Murutucu, tendo a vigência de 30 anos.

Outros registros que não só dos documentais oficiais também foram realizados sobre o engenho, são aquarelas, fotografias e filmagens de famosos artistas que desde meados do século XX vem registrando a passagem do tempo por entre as ruínas. Durante a década de 1940 e 1950 o Engenho do Murutucu foi palco de pintores e desenhistas como Ruy Meira, Arthur Frazão e Irene Dias Teixeira. Entre as obras mais icônicas que hoje compõem o acervo do Museu de Arte de Belém – MABE, podemos citar os desenhos Capela - Ruínas do Murutucu I e Capela - Ruínas do Murutucu II de 1951, e pintura Ruínas do Engenho Murutucu de 1952. Em 1948 as ruínas do Engenho do Murutucu também diversas cenas são retratadas pelas lentes do fotógrafo e etnógrafo Pierre Verger com sua exclusiva máquina Rolleiflex em uma de suas diversas passagens por Belém. E em 1976 as ruínas do engenho são então filmadas pelo cineasta Ivan Cardoso, na abertura do vídeo documentário Ruínas de Murutucu, este vídeo aborda de forma antropológica a cidade de Belém do Pará, sendo considerado uma exceção do gênero na carreira do artista.

O século XX trouxe mudanças cada vez mais radicais para o engenho, sendo a primeira já aos quarenta anos desse século quando passa de propriedade de um agente do governo, o senador Álvaro Adolfo, para o governo propriamente dito, através da aquisição pela futura EMBRAPA. Deste período então, a propriedade não é mais problema, pois agora tudo é do Estado; mas sim o próprio engenho, que já não fabrica mais aguardente e agora procura uma nova função. Entre o abandono e a ocupação, o engenho também se transforma como o tempo, e adquire uma nova áurea patrimonial já no final do século XX, assim que recebe o título nacional de tombamento. Mesmo que o reconhecimento tenha trazido consigo parte da destruição, esta nova função do engenho como patrimônio nacional, também investe no seu próprio autoconhecimento.



#### 4. E o Engenho do Murutucu no século XXI?

Hoje o Engenho do Murutucu é um singular patrimônio cultural e ambiental da Amazônia. Mesmo que a sua história aqui contada não esteja completa, diversos aspectos estruturais, conjecturais e eventuais podem ser identificados nesta pesquisa. O engenho em primeira mão se relaciona diretamente com o processo de ocupação e fixação da coroa portuguesa na Amazônia, trazendo para o Grão-Pará a indústria canavieira já tão bem estabelecida no nordeste brasileiro. Mesmo que vestígios arqueológicos indiquem a presença material europeia na área para o início do século XVII (1612), é no início do século XVIII (1711) que temos a primeira informação documental sobre a ocupação do espaço, por parte dos frades Carmelitas e a sua capela de N. S. da Conceição.

A partir de então, a área passa também por diversos proprietários, como Theodoreto Pereira em 1728, João Rodrigues de 1728 a 1750, Borges Valério de 1750 a 1760, Domingos Barcelar de 1760 a 1766, Antonio Landi de 1766 a 1791, Ana Tereza e João Antonio Rodrigues de 1791 a 1821, Angela Joana e Francisco Portugal de 1821 a 1835, ocupação Cabana e abandono de 1835 a 1841, Antonio Strauss de 1841 a 1850, visita de John Warren em 1850, Vicente Miranda de 1850 a 1861, José Serzedelo e Augusto Farias de 1861 a 1872, Frederico Pond e Emilio Martins de 1872 a 1884, Conego Aguiar do final do século XIX ao início do século XX, senador Álvaro Adolfo até 1939, e desde então propriedade da EMBRAPA, até 2019 com o comodato à UFPA.

É interessante notar que durante toda esta cronologia não só foram as figuras ilustres que ocuparam este lugar único, mas também diversas pessoas anônimas e anônimos que subalternizados viveram um dia a dia não contado nesta documentação. Este é um relato que ainda precisa ser feito, mesmo que esteja fixo só na materialização de seus pensamentos e ações. O Engenho do Murutucu, mesmo tombado como patrimônio nacional desde 1981, tem muito de sua história ainda em mistério, criando mitos, alimentando lendas, evocando memórias e sentimentos, ou simplesmente tentando manter-se escondido através do abraço dos apuizeiros que já duram mais de séculos.



Figura 11. Estado atual do processo de arruinamento no Engenho do Murutucu. Fonte: Costa, 2014.

## Referencias

A Província do Pará. (1986, agosto 16). *Para salvar o Murutucu*.

Anderson, S. D. & Marques, F. L. T. (1992). Engenhos movidos a maré no estuário do amazonas: Vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. In *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 8(2), 295–301.

- Barata, M. (1973). *Formação Histórica do Pará*. Pará: Universidade Federal do Pará.
- Barroso, D. S. (2017). *O cativoiro à sombra: Estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. [Tese de Doutorado, USP]. Obtido na <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08122017-154641/pt-br.php>
- Chambouleyron, R., Barbosa, B. C., Bombardi, F. A., & Sousa, C. R. de. (2011). “Formidável contágio”: Epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). In *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 18, 987–1004.
- Coimbra, O. (2003). *Engenharia militar européia na Amazônia do século XVIII: as três décadas de Landi do Gram-Pará*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém.
- Costa, D. M. (2018). Eco-historical Archaeology in the Brazilian Amazon: Material, Natural and Cultural Western Transformations. In Souza, M. A. T. de & Costa, D. M. (Orgs.) *Historical Archaeology and Environment*. Springer International Publishing, 65–86. Obtido na [https://doi.org/10.1007/978-3-319-90857-1\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-319-90857-1_4)
- Costa, D. M. (2017a). Arqueologia Histórica Amazônica. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 154. Obtido na <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.506>
- Costa, D. M. (2017b). Historical Archaeology in the Amazon: The Murutucu Sugar Cane Mill Field School Project. In *International Journal of Historical Archaeology*, 21(3), 674–689. Obtido na <https://doi.org/10.1007/s10761-017-0400-y>
- Cruz, E. (1963). *História do Pará*. Pará: Universidade Federal do Pará, vol. 1.
- Cruz, J. J. de S. (2009). Do Pé Real à Légua da Póvoa. In *Revista Militar*. Obtido na <https://www.revistamilitar.pt/artigo/500>
- Cultural, I. I. (2020a). *Antonio Landi*. Enciclopédia Itaú Cultural. Obtido na <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa206974/antonio-landi>

- Cultural, I. I. (2020b). *Felipe Augusto Fidanza*. Enciclopédia Itaú Cultural. Obtido na <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21622/felipe-augusto-fidanza>
- Derenji, J. da S. & Derenji, J. (2009). *Igrejas, palácios e palacetes de Belém*. Iphan / Programa Monumenta. vol. 6.
- Garcia, G. L. (2011). *Memória dos engenhos do baixo Tocantins: Antigos engenhos de aguardente. Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri*. Eládio Lobato.
- Gusmão, R. (2013). *Olhar Museológico para a Arqueologia: Potencialidades de Musealização do Sítio Colonial “Engenho Murutucu” em Belém-PA* [Tcc, UFPA]. Obtido na [https://www.academia.edu/39963574/OLHAR\\_MUSEOL%C3%93GICO\\_PARA\\_A\\_ARQUEOLOGIA\\_POTENCIALIDADES\\_DE\\_MUSEALIZA%C3%87%C3%83O\\_DO\\_S%C3%8DTIO\\_COLONIAL\\_ENGENHO\\_MURUTUCU\\_EM\\_BEL%C3%89M\\_PA](https://www.academia.edu/39963574/OLHAR_MUSEOL%C3%93GICO_PARA_A_ARQUEOLOGIA_POTENCIALIDADES_DE_MUSEALIZA%C3%87%C3%83O_DO_S%C3%8DTIO_COLONIAL_ENGENHO_MURUTUCU_EM_BEL%C3%89M_PA)
- Hurley, J. (1936). *A Cabanagem*. Livraria Clássica.
- Instituto de Terras do Pará (2010). *Coleção Iterpa Sesmarias de 1721 a 1824*. Obtido na [http://www.rosepepe.com.br/hotsite\\_acervo/sesmarias/conteudo/Livro\\_04/doc025.htm](http://www.rosepepe.com.br/hotsite_acervo/sesmarias/conteudo/Livro_04/doc025.htm)
- Lisboa, P. L. B. (2009). *Aurá: Comunidades & Florestas*. MPEG.
- Marin, Rosa Elisabeth Acevedo. (2000). Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *papers do NAEA*, 153, 30.
- Marin, R. E. A. & Castro, E. M. R. de (2004). *No Caminho de Pedras de Abacatal: Experiência social de grupos negros no Pará (2ª)*. NAEA/UFPA.
- Marques, F. L. T. (1993). *Engenhos de Maré em Barcarena, Pará: Arqueologia de seus Sistemas Motrizes* [Dissertação de Mestrado]. PUCRS.

- Marques, F. L. T. (2003). Organização espacial e cultura material no Engenho Murutucu: Uma abordagem arqueológica [Powerpoint]. In *Simpósio Internacional Landi e o Século XVIII na Amazônia*. Belém.
- Marques, F. L. T. (2004). *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX* [Tese de Doutorado]. PUCRS.
- Mello Junior, D. (1971). A Capela do Engenho Murutucu em Belém do Pará. In *Antonio José Landi: Arquiteto de Belém*. Grafisa.
- Mello Junior, D. (1973). Antonio José Landi—Arquiteto de Belém: Seus Clientes Senhores de Engenho. In *Brasil Açucareiro*, 105–111.
- Mendonça, I. M. G. (2003). *Antonio José Landi (1713-1791): Um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, B. (2005). *História do Pará*. Amazônia.
- O Liberal. (1981, maio 19). *Lucival pede ao IPHAN tombamento de Murutucu*.
- O Liberal. (1986, julho 15). *Recuperação das ruínas de Murutucu está sendo estudada*.
- Oberacker Junior, C. H. (1972). Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm. In *Revista de História*, 44(89), 93–109.
- Oliveira, C., Norat, R. da C. C., & Costa, M. L. da (2018). O Baluarte e o Convento de Nossa Senhora das Mercês em Belém do Pará: Implantação Urbana e Construção. In *GMGA - Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada*, 1–12.
- Papavero, N., Teixeira, D. M., Cavalcante, P. B., & Higuchi, H. (2002). *Landi: Fauna e Flora da Amazônia Brasileira*. Museu Paraense Emílio Goeldi.



Raiol, D. A. (1970). *Motins Políticos ou história dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. UFPA.

Salles, V. (1968). Engenho Murucutu. In *Brasil Açucareiro*. 3, 19–21.

Salles, V. (1992). *Memorial da cabanagem: Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. CEJUP.

Sarquis, G. B. & Lima, M. D. de (2015). *Igreja do Carmo: Restauração e conservação*. IPHAN-PA.

SPHAN. (1981). *Certidão de Tombamento das Ruínas do Engenho Murucutu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição* (Livro Histórico V. 1).

Tocantins, L. (1963). *Santa Maria de Belém do Grão Pará: Instantes e evocações da cidade*. Civilização Brasileira. Obtido na <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=250945&view=detalhes>

Warren, J. E. (1851). *Scenes and adventures on the banks of the Amazon*. G.P. Putnam.

Watrin, O. dos S. & Homma, A. K. O. (2007). *Evolução do uso da terra do Engenho Murutucu: História, geografia e ecologia*. Embrapa Amazônia Oriental.

**PATRIMOINE ET PATRIMONIALISATION: PROCESSUS ET NOUVEL ENJEU DE  
VALORISATION TERRITORIALE**

**HERITAGE AND LEGACY: PROCESS AND NEW ISSUE OF TERRITORIAL  
RECOVERY**

Recebido a 02 de abril de 2020  
Revisto a 04 de maio de 2020  
Aceite a 05 de junho de 2020

**Hicham Saddou**

Docteur en Tourisme  
LIMPACT, FLSH, Université Cadi Ayyad, Marrakech  
[hsaddou@gmail.com](mailto:hsaddou@gmail.com)



## Résumé

Le champ patrimonial tel que nous le connaissons s'est élargi progressivement à tout ce qui peut être objet d'intérêt. La notion de patrimoine a vu ainsi son sens évoluer d'une manière précipitée depuis le siècle dernier. En effet, nous assistons à une évolution effrénée de la notion de patrimoine. Cette notion – culturelle à l'origine – se diversifie de nos jours d'une manière considérable pour inclure de nouveaux domaines, de nouvelles catégories et nous apporte aussi une nouvelle manière de percevoir ces biens, de les valoriser, de les intégrer dans notre vie quotidienne. Cette notion est liée à celle de la mémoire dont elle exprime et concrétise le système de référence collective que nous partageons et qui se trouve à la base de nos identités et de notre place dans l'histoire. En outre, appréhender le patrimoine comme ressource territoriale, revient à s'interroger sur les conditions dans lesquelles celui-ci peut être mobilisé comme ressource. De la même façon qu'une ressource, le patrimoine est le résultat d'un construit. Le processus de patrimonialisation à travers ses différentes phases, qui décrit ce travail de construction, peut contribuer à un rapprochement entre les deux notions et à répondre à des questions telles: comment le patrimoine est inventé et identifié, dans quelles conditions devient-il une ressource, comment et par qui est-il mobilisé?

*Mots-clés:* Patrimoine, Patrimonialisation, Processus, Valorisation Territoriale

## Resumo

O campo patrimonial, tal como o conhecemos, expandiu-se gradualmente para incluir tudo o que possa ser de interesse. A noção de Património viu assim o seu significado evoluir



rapidamente desde o século passado. De facto, estamos a assistir a uma evolução frenética da noção de Património. Esta noção, originalmente Cultural é, hoje em dia, consideravelmente diversificada para incluir novos domínios, novas categorias; trazendo-nos também uma nova forma de perceber estes bens, de os valorizar, de os integrar na nossa vida quotidiana. Esta noção está ligada à da Memória, da qual exprime e dá expressão concreta ao Sistema Colectivo de referência que partilhamos e que está na base das nossas identidades e do nosso lugar na história. Além disso, compreender o Património como um recurso territorial significa questionar as condições em que este pode ser mobilizado como um recurso. Da mesma forma que um recurso, o Património é o resultado de uma construção. O processo de Patrimonialização através das suas diferentes fases, que descreve esta obra de construção, pode contribuir para aproximar as duas noções e para responder a questões como: como é inventado e identificado o Património, em que condições se torna um recurso, como e por quem é mobilizado?

*Palavras-Chave:* Património, Patrimonialização, Processo, Valorização Territorial

#### Abstract

The heritage field as we know it has gradually expanded to include everything that may be of interest. The notion of heritage has thus seen its meaning evolve in a precipitous way since the last century. Indeed, we are witnessing a frantic evolution of the notion of heritage. This notion - originally cultural - is nowadays considerably diversified to include new domains, new categories and also brings us a new way of perceiving these goods, of valuing them, of integrating them into our daily life. This notion is linked to that of memory, of which it expresses and gives concrete expression to the collective system of reference that we share



and which is at the basis of our identities and our place in history. Moreover, to understand heritage as a territorial resource means to question the conditions under which it can be mobilized as a resource. In the same way as a resource, heritage is the result of a construct.

The process of patrimonialisation through its different phases, which describes this construction work, can contribute to bringing the two notions closer together and to answering questions such as: how is heritage invented and identified, under what conditions does it become a resource, how and by whom is it mobilised?

*Keywords:* Heritage, Patrimonialização, Process, Landscape Valorization

## **1. Introduction**

Le champ patrimonial tel que nous le connaissons s'est élargi progressivement à tout ce qui peut être objet d'intérêt. La notion de patrimoine a vu ainsi son sens évoluer d'une manière précipitée depuis le siècle dernier. En effet, nous assistons à une évolution effrénée de la notion de patrimoine. Cette notion – culturelle à l'origine – se diversifie de nos jours d'une manière considérable pour inclure de nouveaux domaines, de nouvelles catégories et nous apporte aussi une nouvelle manière de percevoir ces biens, de les valoriser, de les intégrer dans notre vie quotidienne. Cette notion est liée à celle de la mémoire dont elle exprime et concrétise le système de référence collective que nous partageons et qui se trouve à la base de nos identités et de notre place dans l'histoire.



Elle devient aussi une notion à caractère fédérateur qui rassemble les individus à une époque marquée par la mutation sociale. La globalisation des relations économiques, la mobilité sociale, et la révolution sans précédent que constitue le développement des nouvelles technologies de l'information, véhiculent des modèles uniformes de comportement vis-à-vis desquels la notion de patrimoine conduit au renforcement des racines communes et au partage des identités.

On est passé alors de l'objectif de protection pour transmettre à celui de valorisation dans le cadre d'un projet de développement. C'est dire que le patrimoine a acquis le statut de ressource pour devenir un élément essentiel dans le processus de construction et de développement des territoires. Plusieurs contributions (Peyrache-Gadeau & Pecqueur, 2004, Landel, 2006, François et al, 2006) constituent le fondement de l'approche territoriale du patrimoine. Elles appréhendent le patrimoine comme ressource et rejoignent les réflexions qui placent la ressource dans une problématique de construction territoriale issue d'un jeu d'acteurs et non d'allocation au travers une combinaison optimale de facteurs de production.

En effet, appréhender le patrimoine comme ressource territoriale, revient à s'interroger sur les conditions dans lesquelles celui-ci peut être mobilisé comme ressource. De la même façon qu'une ressource, le patrimoine est le résultat d'un construit. Le processus de patrimonialisation à travers ses différentes phases, qui décrit ce travail de construction, peut contribuer à un rapprochement entre les deux notions et à répondre à des questions telles: comment le patrimoine est inventé et identifié? Dans quelles conditions il devient une ressource? Comment et par qui est-il mobilisé?

Pour aborder ces questions, nous présenterons dans un premier temps la définition de la patrimonialisation, ses enjeux et son origine. Nous ferons ensuite appel à la notion de



patrimonialisation pour étudier les différentes étapes de ce processus. En dernier lieu, nous examinons le processus de patrimonialisation comme un enjeu de valorisation territoriale.

## 2. Patrimonialisation: Définition, Origine et Enjeux

### 2.1. Formes de la Production Patrimonialisation

Les chercheurs s'accordent sur la diversité des processus de la patrimonialisation. Selon Skounti, elle est multiforme aussi bien d'un point de vue diachronique que d'un point de vue synchronique (Gutron & Skounti 2018). Ses formes sont variées et diverses dans l'espace, mais aussi dans le temps. En effet, c'est en ville et centres urbains que la demande du patrimoine a eu lieu suite à un ensemble de facteurs déjà mentionnés avant de s'élargir pour toucher le monde rural.

Quant au plan chronologique, la notion du patrimoine n'a cessé d'évoluer au fil des années. Désormais, «*tout est potentiellement patrimoine*». Tel est le constat que l'on peut tirer de l'état actuel des choses. En effet, le monde a connu ces dernières années une frénésie considérablement accentuée, surtout à partir des années 1980. Engendrant un incontestable élargissement du sens du terme 'Patrimoine', chose qui reflète la diversité des objets, lieux et faits désignés par le mot. Di Méo repère sur ce plan un élargissement touchant quatre niveaux (Di Méo, 1994):

**2.1.1. Du privé au public:** c'est le passage de la dimension privée et familiale à la sphère publique et collective. C'est le cas par exemple des Habous au Maroc;

**2.1.2. Du sacré à l'ordinaire et au profane:** consistant à un glissement de la valeur symbolique, sacrée vers un objet ordinaire et banal; cas des danses et des rites antérieurement réservés à des cérémonies sacrées affectés aujourd'hui à des activités de plaisance;



**2.1.3. Du matériel à l'idéal:** mutation d'un patrimoine précédemment fait d'objet, de biens essentiellement matériels vers un patrimoine largement constitué de réalités idéelles abstraites (recettes, techniques, savoir-faire, ...);

**2.1.4. De l'objet au territoire:** une spatialisation croissante constatée dans l'élargissement et l'extension spatiales des valeurs patrimoniales initialement réduite à des objets, bâtiment...;

**2.1.5. De la culture à la nature ou plutôt à l'environnement:** le patrimoine intégrait des objets de culture, des productions transformées par la créativité, par le travail humain avec une valeur esthétique ou artistique assimilant une ou des fonctions symboliques. Aujourd'hui, il incorpore des objets relevant de l'ordre de la nature (au sens de l'environnement), encore faut-il admettre qu'une telle démarche n'est pas hasardeuse puisque ces objets subissent un processus de qualification sociale assimilable souvent à une fabrication, à une production.

## **2.2. L'Appréhension Économique du Patrimoine**

Après avoir été durant des années négligé et abandonné, le patrimoine est aujourd'hui engagé dans la construction des territoires en tant qu'élément essentiel du processus de construction de la nation. Il est mobilisé à différentes phases des constructions: dénomination, limitation, structuration, gestion et développement.

Permettant à un «*tout de désigner la partie ou à un contenant de désigner un contenu*», un objet patrimonial sera considéré comme représentatif de l'ensemble des objets qu'il symbolise, ou bien comme l'image d'un tout. Il devient un métonyme du territoire.

Ce mouvement s'accompagne d'un élargissement constant des objets considérés comme patrimoine, mais aussi des acteurs impliqués dans les processus de patrimonialisation, qui s'étendent aux collectivités territoriales, aux habitants, aux associations et aux entreprises.



De ressource pour la construction des territoires, le patrimoine devient une ressource pour le développement territorial qu'il s'agit de définir non pas comme un produit, mais comme un objet intégré dans un processus de construction dont les formes méritent d'être caractérisées. Pour appréhender ces changements, les approches scientifiques du fait patrimonial ont simultanément évolué. D'une analyse économique stricte construite pour quantifier le phénomène, les réflexions se sont ainsi ouvertes aux divers niveaux d'interactions territoriales.

Comme dans les autres sciences sociales, le patrimoine connaît en économie, une double acception. La première, de construction juridique, renvoie aux actifs détenus par un individu. Elle est fondée sur la notion de propriété et représente le patrimoine individuel. La seconde renvoie à une dimension collective. C'est le patrimoine commun, dont le titulaire n'est pas le propriétaire, mais le responsable.

La science économique s'est longtemps limitée à la première acception individualiste. Pour cela, elle a assimilé le patrimoine à la notion de capital (Nieddu, 2005). En opposition à cette conception classique, la thèse défendue par le «groupe de Reims» avance que *«les économistes ne peuvent développer une analyse économique du patrimoine qu'en prenant au sérieux la catégorie de patrimoine, c'est-à-dire en inventant une conceptualisation propre du patrimoine, donc en cessant de rabattre la notion de patrimoine sur les catégories traditionnelles de l'économie, en l'espèce sur celle de capital, en cessant d'identifier patrimoine et capital (...)*» (Barrere et al., 2004). Allant dans ce sens, et pour dépasser cette association classique, trois approches nous semblent présenter un intérêt dans la compréhension des liens entre patrimoine, retenu ici au sens collectif, et économie.

### 2.2.1. L'Approche Évaluative

C'est au travers d'une analyse de la corrélation entre développement économique territorial et mobilisation du patrimoine que X. Greffe propose de donner une estimation de la valeur économique du patrimoine. Ses recherches s'inscrivent dans un travail de reconnaissance de la dimension économique du patrimoine. L'analyse est alors prise comme un outil d'aide à la décision (Greffe, 1989).

Pour mettre en œuvre son approche et justifier l'entrée du patrimoine dans le champ économique, l'auteur dissocie ce qu'il appelle «une demande de services» et une «offre de support». *«L'offre est au départ l'offre d'un support qui ne produit a priori qu'un seul service, le droit de regard ou, à la limite, le droit de visite; elle ne devient offre de services et n'entre en adéquation avec la demande que si le détenteur du capital entreprend de l'organiser».* (Landel & Senil, 2009).

Greffe, soutient donc une dissociation entre supports patrimoniaux non reproductibles et non substituables et services patrimoniaux reproductibles et en grande partie substituables. En distinguant pour le patrimoine une offre de support et une demande de services, le patrimoine acquiert une double dimension, l'une hétérogène et peu substituable (support) et l'autre homogène et substituable (service).

Ayant compris qu'une telle approche s'avère limitée dans le cas du patrimoine, l'auteur propose d'inscrire les biens patrimoniaux dans un statut qu'il appelle «*écosystème patrimonial*» qui dépasse les comportements individuels pour s'inscrire dans une réalité plus globale. En s'interrogeant sur les résultats de l'allocation marchande par rapport aux attentes sociales souhaitées, il indique que l'offre et la demande se doivent d'être intégrées dans le cadre des ressources non-renouvelables dans lesquelles l'on peut inscrire en partie le patrimoine. Pour cela, diverses propositions méthodologiques d'évaluation peuvent être

utilisées à condition de dépasser l'analyse financière stricte pour aboutir à une analyse économique globale.

Signalons ici que l'analyse de X. Greffe s'est focalisée sur le patrimoine bâti et les monuments historiques. Seules les valeurs économiques sont alors mobilisées et la dimension sociale en devient sous-évaluée. L'ouverture du patrimoine à d'autres types d'objets, dont ceux relevant de l'immatériel, dégage d'autres perspectives et nécessite d'autres types d'approches.

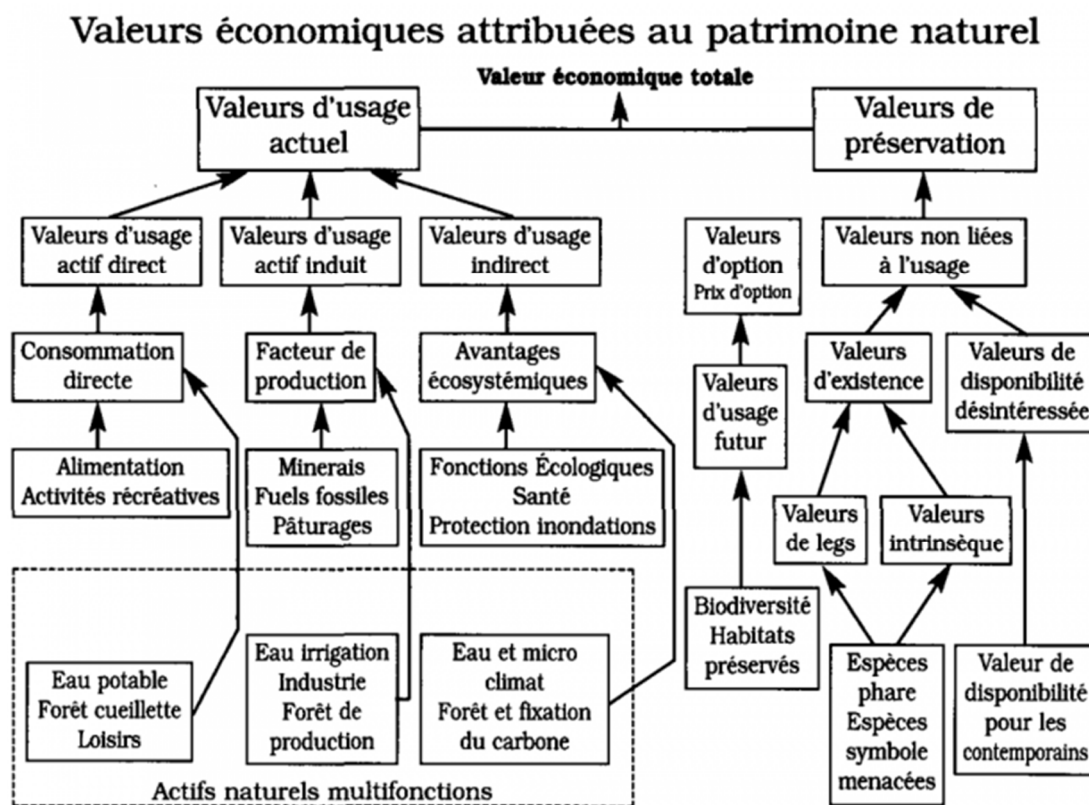


Figure 1. Valeurs économiques attribuées au patrimoine naturel Source: Point, 1998).

## 2.2.2. L'Approche Institutionnelle

Le patrimoine n'est plus considéré comme un recueil d'objets. L'approche actuelle tend à l'appréhender en tant qu'un rapport social, une institution. Les raisons de l'inflation du

terme patrimoine en économie observée ces dernières années, les chercheurs *«font le constat d'un mouvement d'internalisation de différents objets jusqu'ici 'non marchands' à l'image de l'homme, du social ou de la nature par l'intermédiaire des concepts de ressource et de capital (capital humain, social et naturel)»* (Landel & Senil 2009).

Le patrimoine est vu donc comme une réserve d'opportunités qui engloberait une partie libre qui reste disponible pour d'autres affectations éventuelles.

Le processus de patrimonialisation offre ainsi la possibilité d'effectuer une réinsertion des ressources, une revalorisation continue, qui consolide la fonction de ces ressources une fois activées au sein d'une dynamique et d'une organisation territoriale.

Cependant, l'utilité du patrimoine ne peut se limiter à un simple objet à valeur commerciale. Une séparation entre les relations patrimoniales les relations marchandes s'avère indispensables. *«L'économie peut être pensée dans une dualité de relations, marchande et patrimoniale, dans laquelle le second terme représente la base économique sur laquelle le groupe social organise sa perpétuation dans l'espace et dans le temps des identités et des générations, jouant de facto un rôle de limitation à l'égard de l'action individualiste du marché»*. (Landel & Senil 2009). M. Godelier confirme ce point en affirmant qu' *«il ne peut y avoir de société, il ne peut y avoir d'identité qui traverse le temps et serve de socle aux individus comme aux groupes qui composent une société, s'il n'existe des points fixes, des réalités soustraites (provisoirement, mais durablement) aux échanges de dons et aux échanges marchands.»* (Godelier, 1996).

Ces rapports patrimoniaux contribuent alors à modeler les formes de régulations marchandes spécifiques à chaque société. Suite à la diversité de ces rapports, trois attitudes analytiques différentes peuvent être conçues (Landel & Senil 2009):

**2.2.2.1.** Une méthode d'hégémonie: il existe un ordre dominant;



**2.2.2.2.** Une méthode topologique: différents ordres s'articulent sans se réduire;

**2.2.2.3.** Une méthode dialectique: les ordres s'affectent et se conditionnent mutuellement.

La dernière attitude semble offrir le cadre propice à la prise en considération des rapports générés par la mise en circuit commercial du patrimoine.

Le patrimoine est alors considéré comme une catégorie analytique spécifique. Il est défini comme un «*ensemble, attaché à un titulaire (individu ou groupe) et exprimant sa spécificité, ensemble historiquement institué d'avoir transmis par le passé, avoirs qui sont des actifs matériels, des actifs immatériels et des institutions.*» (Barrere et al., 2004).

Cette nouvelle vision du patrimoine contribue à réconcilier la valeur identitaire du bien considéré (être) et la valeur économique (avoir).

### **2.2.3. L'Approche Territoriale**

Selon cette approche, le patrimoine peut être aperçu comme promoteur des constructions et du développement territorial. Vue sous cet angle, la patrimonialisation forme une logique de développement territorial, surtout lorsqu'elle se fait dans un cadre touristique. Le patrimoine gastronomique par exemple relève ainsi de démarches plus larges d'intégration globale, définissant des offres territoriales à vocation touristique.

L'ensemble des contributions faites à ce sujet reconnaît au patrimoine sa spécificité. Il apparaît que l'objet patrimonial se démarque des objets économiques classiques. En effet, comme nous le rappelle P.-H. Jeudy, «*il faut en quelque sorte que le patrimoine se trouve exclu du circuit des valeurs marchandes pour sauver sa propre valeur symbolique*». (Jeudy, 2001). Face à ce constat, deux positions théoriques sont possibles. Soit le patrimoine est élevé au statut de catégorie heuristique (groupe de Reims), soit il est appréhendé au travers d'outils conceptuels existants. C'est pourtant une troisième voie, intermédiaire, que nous présenterons ici. En effet, il est possible d'enrichir le concept de ressource déjà existant grâce aux apports

mis en avant par l'étude de l'objet patrimonial. Le patrimoine peut constituer alors une ressource territoriale.

Les synergies qui se créent à l'échelle territoriale et qui se mobilisent autour du patrimoine favorisent sa mobilisation sous l'étiquette de ressource (Pecqueur, 2002, Peyrache-Gadeau, 2004, Landel, 2006, François et al., 2006). Cette conception se trouve confortée par les méditations ayant pour objet la nature des ressources. En effet, les ressources ne sont plus problématisées en termes d'allocation, mais en termes de valorisation (Landel & Senil 2009). L'hypothèse principale est que *«(...) les ressources ne sont pas également réparties dans l'espace, mais (que) tous les espaces ont "potentiellement" des ressources... à condition de les faire émerger et les valoriser au mieux (...).»* (Pecqueur 2006).

Ces ressources se distinguent alors en deux catégories (Colletis & Pecqueur, 2005):

**2.2.3.1.** Ressources génériques, transférables, car non liées dans leur construction ou leur exploitation à des contraintes de lieu;

**2.2.3.2.** Ressources spécifiques, qui impliquent un coût irrécouvrable plus ou moins élevé de transfert.

Ces ressources spécifiques jouissent d'un avantage par rapport aux ressources génériques. Elles permettent une différenciation durable, car elles sont uniques et échappent de fait partiellement à une concurrence par le marché (Courlet & Pecqueur, 1996).

La ressource comporte pour B. Pecqueur (2002) une double dimension économique et morale. La première s'inscrit dans un système de valeurs d'usage ou d'échange alors que la seconde est relative à l'éthique, la culture et à l'histoire collective. Pour le même auteur, c'est précisément cette seconde dimension qui possède un caractère patrimonial. Mais acquérir cette dimension patrimoniale n'est pas automatique.

En concevant le patrimoine comme une construction sociale, l'objet étant pris dans un rapport social de communication (Raffestin, 1980), deux conditions d'existence sont alors nécessaires:

**2.2.3.3.** Le dépassement du dilemme privé-public et l'acceptation d'une logique mixte permettant de dépasser les logiques publiques et privées strictes;

**2.2.3.4.** L'insertion dans un projet de développement local de l'objet patrimonial et l'émergence d'un processus d'offre spécifique opérant un renforcement mutuel entre les produits et les services.

### **2.3. La Nature de la Ressource: de la Ressource Générique à l'Actif Spécifique**

Partant d'un contexte caractérisé par la mondialisation et l'ouverture croissantes des économies où le territoire apparaît comme une forme de développement alternative, G. Colletis et B. Pecqueur (1993), ont proposé, dans une approche par les dynamiques d'acteurs, un modèle de concurrence pour comprendre le rôle des ressources dans la différenciation des espaces. Ces auteurs ont élaboré une grille de lecture en termes de «*facteurs de concurrence spatiale*» différente du modèle ricardien de dotation-spécialisation où l'avantage comparatif est expliqué par le jeu du prix des facteurs génériques.

Sur la base de cette grille, ils soutiennent la thèse selon laquelle «*(...) le principal facteur de différenciation des espaces peut ne résulter ni du prix relatif des facteurs ni des coûts de transport, mais de l'offre potentielle d'actifs ou de ressources spécifiques non susceptibles, par définition, d'être mis en concurrence directement sur le marché (...)*».<sup>3</sup> Ils proposent une typologie de facteurs de concurrence spatiale sur les bases d'une double

---

<sup>3</sup> Colletis G. & Pecqueur B., 1993, Intégration des espaces et quasi intégration des firmes: vers de nouvelles logiques productives ?. In *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. n° 3, pp. 490-507, p. 494.

distinction. D'une part, actif et ressource sont dissociés, d'autre part, les actifs ou les ressources sont qualifiées selon leur nature de générique ou de spécifique.

Les actifs sont des facteurs en activité alors que les ressources sont des facteurs latents, elles constituent une réserve qui, dans certaines conditions, peut se transformer en actif. Les actifs ou les ressources génériques, telle une matière première, sont indépendants de leur participation à un quelconque processus de production. Ils sont complètement transférables sur un marché, moyennant une valeur d'échange. Par contre, les ressources spécifiques n'existent qu'à l'état virtuel et ne peuvent en aucun cas être transférées; leur transformation en actifs spécifiques implique un coût irrécouvrable plus au moins élevé de transfert (Colletis & Pecqueur, 2005).

Ces facteurs de concurrence spatiale sont mobilisables à travers des stratégies d'acteurs dans des situations de coordination située, c'est-à-dire dans des processus transformant des facteurs de production selon plusieurs logiques organisationnelles et institutionnelles (Colletis-WA & Perrat, 2004). Ces processus sont particuliers dans le sens où ils mutent en profondeur la nature des objets concernés. G. Colletis et B. Pecqueur (2005) les décrivent comme une métamorphose qui change la structure des facteurs de concurrence spatiale avec une irréversibilité incomplète, c'est-à-dire, le retour de l'actif à la ressource et du spécifique au générique n'est pas toujours possible.

Ce processus de métamorphose s'apparente, selon ces auteurs, à une stratégie de développement qui peut se décomposer en deux temps: l'activation et la spécification.

La première correspond au passage de la ressource à l'actif. Il existe deux cas d'activation. Le premier concerne la ressource générique et préexistante où l'activation se produit via le marché par l'intermédiaire du système du prix. Le second concerne la ressource spécifique virtuelle où l'activation est réalisée suite à un processus particulier d'engagement.



Il s'agit d'un méta système<sup>4</sup> dans la mesure où il met en relation deux systèmes existant au préalable: celui de l'objet concerné et celui du système de production. Ce dernier renvoie au système de règles (Colletis & Pecqueur, 2005). La spécification correspond au passage de la ressource ou de l'actif de l'état générique à l'état spécifique.

C'est un processus qui consiste à combiner des stratégies d'acteurs pour résoudre un problème inédit. Il s'inscrit dans une logique de construction territoriale. Celle-ci est globalement le résultat d'un processus long d'apprentissages collectifs qui aboutissent à l'établissement de règles dans un espace de proximité géographique et institutionnelle dont la forme d'échange est la réciprocité (Colletis & Pecqueur, 2005).

### **2.3. La Dimension Patrimoniale de la Ressource Territoriale**

Essayer de rapprocher les notions de patrimoine et de ressource est un exercice qui est loin d'être facile. Nous allons commencer tout d'abord par l'étude de liens existant entre le patrimoine et le territoire. Cette question a été traitée par G. di Meo (1994) autour d'une réflexion sur la parenté conceptuelle entre les deux notions. Il aborde cette question autour d'une réflexion sur la parenté conceptuelle entre ces deux notions. Selon lui, territoire et patrimoine «offrent d'étonnantes correspondances» et, s'interrogeant sur celles-ci, il indique que «l'un et l'autre ne participent-ils pas, simultanément, d'une double nature matérielle et idéale? Ne remplissent-ils pas, conjointement, une fonction mnémonique? N'inscrivent-ils pas le tissu social dans la continuité historique, tout en constituant de solides phénomènes culturels?» (1994, p. 16). Ainsi, en attribuant au territoire une valeur signifiante pour

---

<sup>4</sup> Kebir, L. (2004). *Ressource et développement: une approche institutionnelle et territoriale*. Thèse de Doctorat en Sciences économiques. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, p. 190.



l'individu et pour la société, «on ne peut se dispenser de lui conférer une valeur patrimoniale» (Di Méo, 1994). Patrimoine et territoire apparaissent donc intimement liés.

Dans son essai (Di Meo, 1994), sur les rapports entre le territoire et le patrimoine, l'auteur a jeté plusieurs passerelles entre les deux notions. Il y a d'abord une familiarité qui unit les deux concepts. Le territoire comme le patrimoine n'existent pas a priori. En effet, l'espace devient territoire et l'objet patrimoine à travers un rapport social de communication (Raffestin, 1980). Ce rapport qu'on appelle patrimonialisation dans le cas de patrimoine, s'est élargi partout dans le monde, sur l'espace (zone à protéger) en dotant le patrimoine d'une dimension spatio-territoriale.

Cet effort de patrimonialisation ne s'est pas arrêté aux objets matériels, mais la dynamique du patrimoine s'est étendue sur des objets abstraits et immatériels avec notamment le cas de la place Jamae El Fna.

Il y avait, dans cette dynamique, deux formules novatrices de protection qui concernent les «lieux de mémoire» en s'efforçant à les enraciner dans l'espace et la sauvegarde du «paysage», cette composante emblématique du territoire qui se patrimonialise en tant que témoignage du passé. Ainsi, cette dynamique du patrimoine, dont le cheminement rappelle le processus de territorialisation, renforce les liens entre le territoire et le patrimoine. Les deux concepts partagent aussi une double nature matérielle et idéale. La matérialité du territoire et du patrimoine s'observe dans divers espaces et formes. Certains biens, cependant, remplissent la double fonction jumelle de patrimoine et de territoire, ce qui confirme la dimension spatio-territoriale du patrimoine. En effet, un espace géographique signifiant pour l'individu et pour la société (un territoire) se compose souvent d'éléments patrimoniaux: éléments construits, paysages, produits de l'art ...

Quant aux dimensions idéelles propres à la fois au territoire et au patrimoine, ferments aussi de leur parenté, elles sont culturelles, mnémoniques et identitaires. Les rapports sociaux d'une population à l'espace ou aux objets revêtent des formes culturelles spécifiques. Celles-ci se manifestent à travers l'identification de l'espace représenté (territoire ou patrimoine) à l'ensemble des signes culturels propres à cette population. La fonction identitaire que partagent le patrimoine et le territoire ne se limite pas à un constat d'existence (une structure socio-spatiale) immuable, mais cette structure évolue et demeure ouverte (introduction de nouveautés, de création, de redécouverte ...).

Le patrimoine et le territoire font référence au temps et à l'histoire, ils sont donc porteurs de mémoires. Celles-ci demeurent vivantes en faisant l'objet d'un travail incessant de tri et de réinterprétation pour le présent et pour l'avenir. À l'issue de ce rapprochement des deux notions par G. Di Meo, nous dirons que le territoire et le patrimoine inscrivent des objets matériels ou immatériels dans des rapports sociaux similaires à l'issue desquels un espace géographique devient signifiant pour l'individu et pour la société. Ces rapports sont perpétuels, ouverts et se déroulent à long terme.

Par ailleurs, nous avons vu précédemment que la ressource est un méta système qui met en relation un objet et un système de production (Kebir, 2004). De ce qui précède, nous

déduisons que patrimoine, ressource et territoire ont en commun d’être des «construits sociaux». En effet, les trois font l’objet d’une construction sociale.

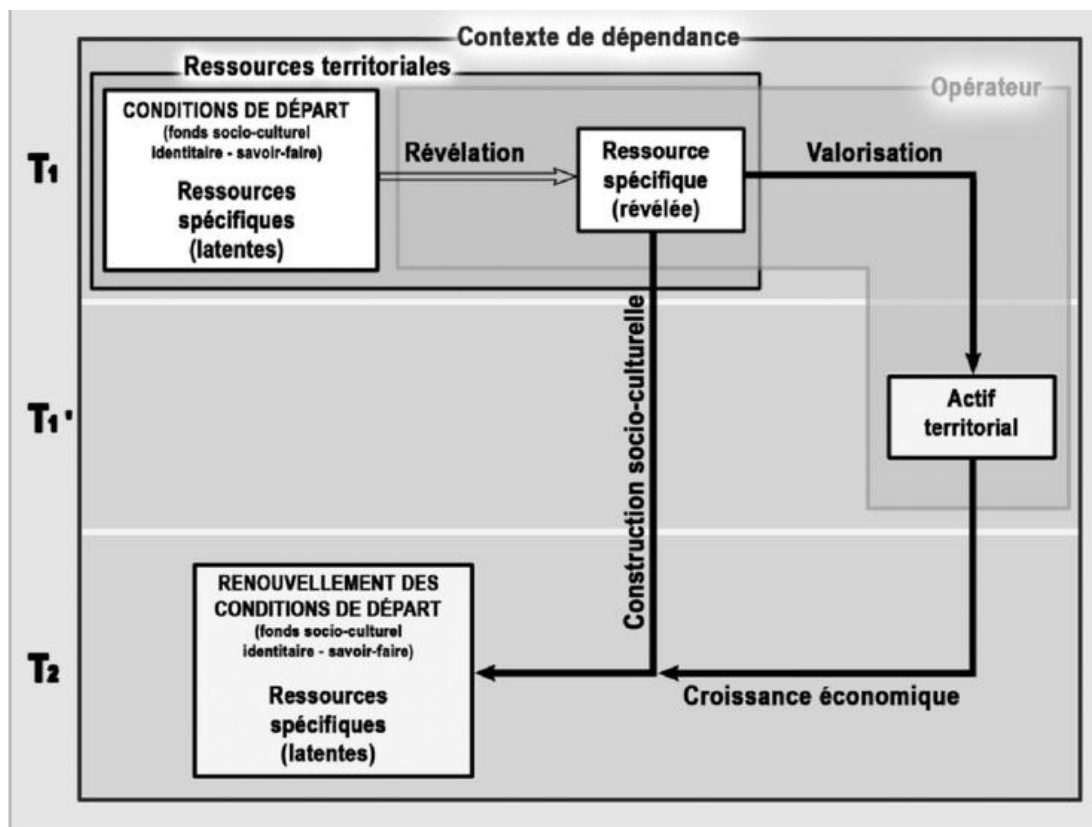


Figure 2. Le patrimoine comme ressource territoriale. Source: H. François, M. Hirczak et N. Senil, 2006, «Territoire et patrimoine: la co-construction d’une dynamique et de ses ressources».

Complétant la grille de lecture avancée par G. Colletis et B. Pecqueur (1993) et partant de l’hypothèse que la ressource n’est pas toujours mobilisée dans une logique marchande, H. François, M. Hirczak et N. Senil (2006) proposent une approche de ressource territoriale qui permet d’appréhender la dimension patrimoniale de la ressource, de distinguer entre la ressource et l’actif et de montrer à travers deux circuits (court et long) le passage de la ressource (comme forme de patrimoine) par plusieurs étapes (révélation, valorisation, croissance et construction).

Dans leur modèle, ces trois auteurs distinguent deux circuits d'efficience de la ressource territoriale: un circuit long comportant une phase de valorisation marchande et un circuit court qui n'entre pas dans une logique marchande, mais qui participe à redéfinir les conditions de départ et les ressources spécifiques mobilisées par des processus de production.

Ce circuit court permet de mettre en exergue des objets aux propriétés proches de celles du patrimoine, qui définissent le stock de ressources spécifiques susceptibles de modifier le contexte territorial de production. Ce stock s'inscrit dans une «dynamique de croissance renouvelable» (Kebir & Crevoisier, 2004). Le stock de ressources spécifiques se renouvelle; cependant ce processus peut conduire à un appauvrissement ou à un blocage des ressources spécifiques dans le cas, par exemple de la mise en marché (François et al., 2006).

Le patrimoine ainsi appréhendé va donc assurer différentes fonctions dans la construction des particularités du territoire:

- a)** La révélation de ressources dotées de qualités spécifiques aux territoires, justifiant leur protection, et donc leur insertion dans des processus de durabilité;
- b)** L'articulation de ces ressources avec d'autres, permettant de constituer des ensembles porteurs de signes au sein desquels chaque objet va être doté d'une qualité complémentaire du fait de son association avec d'autres objets;
- c)** L'intégration de ces ressources dans la construction d'une prospective territoriale, au travers des valeurs qui leur sont associées.

### **3. Du Patrimoine à la Patrimonialisation: un Processus Constructif**

La notion du patrimoine repose sur le principe de cession par filiation, individuelle de père en fils ou collective d'une génération à une autre. Il s'agit d'une transmission intergénérationnelle, un processus étalé dans le temps. Il subit le risque inévitable de perte, mais acquiert un caractère de permanence et d'éternité. Il illustre alors le repère intangible et le référent emblématique des identités collectives.

Évoquer le patrimoine collectif nous renvoie au principe de conservation des biens sélectionnés reçus par héritage, en vue de leur transmission. Le patrimoine recèle donc la perspective d'une projection dans le futur ce qui accroît son caractère d'enjeu stratégique (Di Méo, 2007).

Di Méo confirme qu'une telle démarche vaut pour toute chose, concrète ou immatérielle, car en théorie, tout objet, tout phénomène revêt une dimension et enferme une potentialité patrimoniale qui nécessite un intérêt social à finalité idéologique, politique et/ou économique pour être reconnue en tant que telle.

Le patrimoine n'existe pas, car il est plutôt créé (Skounti, 2010). Sa création doit respecter une procédure assez classique de construction sociale (Di Méo, 2007) pour pouvoir aboutir. Di Méo identifie cette construction à la patrimonialisation, qui se matérialise à travers la définition des règles de sélection des biens et leurs modalités d'application, mais aussi celle des procédures de sauvegarde, de conservation et de valorisation des patrimoines. Ajoutant que le processus de patrimonialisation confère une forte charge de valeur sociale aux choses et aux faits qu'il touche et qui relève de critères variés: politiques, idéologiques, culturels et économiques.

Les processus de patrimonialisation auxquels sont soumis les objets ou les réalités idéelles ne sont pas naturels. Ils sont complexes et émanent d'un besoin collectif et accordent une affectation symbolique; laquelle découle d'un principe de convention. Cette convention exprime un accord social implicite, territorialisé et institutionnalisé sur des valeurs collectivement admises; c'est là l'identité partagée (Di Méo, 2007).

Skounti propose une schématisation du mode de fonctionnement du processus de patrimonialisation qui se fait selon lui suite à l'identification des conditions de la reconnaissance du bien, idéal ou matériel, sujet de patrimonialisation avant d'examiner la fonction à laquelle il sera affecté tout en gardant ou écartant sa fonction initiale.

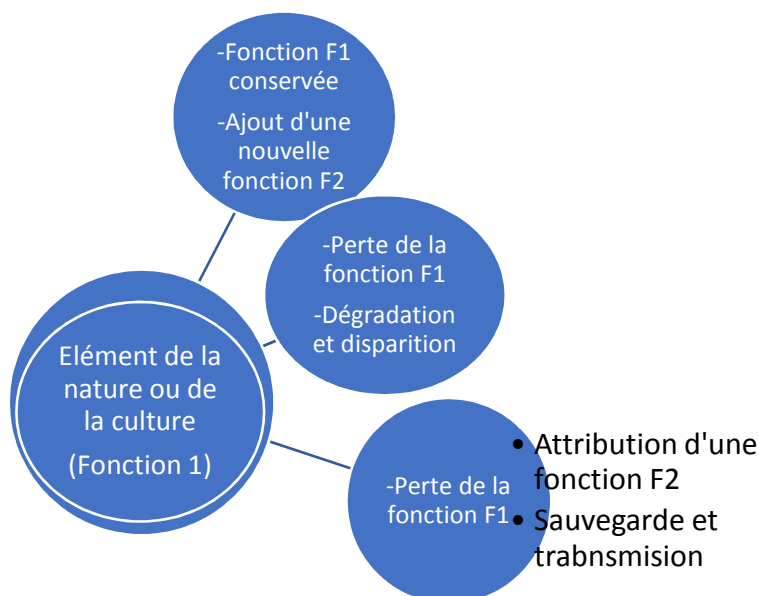


Figure 3. Processus de Patrimonialisation. De la patrimonialisation. Comment et quand les choses deviennent-elles des patrimoines?. Source: Skounti.

L'auteur de ce schéma nous facilite sa lecture avec l'exemple suivant: un élément de la nature ou de la culture qui a une fonction F1: un parc naturel est d'abord un espace naturel

exemple de toute activité humaine. Ensuite, advient le moment où l'élément doit changer de fonction. Trois possibilités s'offrent alors à cet élément:

- a) À la fonction F1 d'origine, vient s'ajouter une nouvelle fonction F2;
- b) L'élément perd sa fonction F1 sans se voir attribuer de fonction de substitution;
- c) L'élément perd sa fonction F1; commence à se dégrader ou même à dépérir. La reconnaissance de ses valeurs par les individus, les groupes et les communautés entraîne un changement dans le processus de son abandon. Une nouvelle fonction F2 élimine définitivement la fonction F1 perdue.

Il en ressort donc de ce schéma que la patrimonialisation est avant tout un processus sélectif. Le patrimoine se construit et sa qualité s'acquiert par les éléments au cours de leur vie ou même après. Di Méo identifie six phases, indispensables à un élément, avant de devenir patrimoine: elles vont de la prise de conscience patrimoniale à la valorisation du patrimoine, en passant par les phases essentielles de sa sélection et de sa justification, de sa conservation et de son exposition.

Les éléments ne requièrent de l'intérêt qu'au moment de leur disparition causée par une guerre, catastrophe naturelle, changement de mode de vie etc. La création patrimoniale est souvent le fruit des crises sociales intenses, qu'il soit d'ordre politique, idéologique ou environnemental, au cours desquelles elle se dessine, s'accélère et se diversifie. L'élan patrimonial devient alors un indicateur du changement social.

L'effervescence patrimoniale se justifie aussi par la volonté de requalification territoriale qui cherche à donner aux régions de nouveaux facteurs d'attractivité et de potentialités compétitives.



### **3.1. Jeux d'Acteurs et Contextes**

Le processus de patrimonialisation ne peut se déclencher sans l'intervention d'un ou plusieurs acteurs qui doivent savoir saisir une opportunité, une idéologie ambiante favorable à l'intervention patrimoniale. Concrètement, le processus patrimonial découle de l'interaction dynamique et dialectique d'acteurs et de contextes à la fois sociaux, culturels et territoriaux (G. Di Méo 2007).

#### **3.1.1. La Sélection et la Justification Patrimoniales**

Le processus de patrimonialisation peut se faire sur deux phases: l'une abstraite, notionnelle, basée essentiellement sur le discours. L'autre concrète et opérationnelle. La sélection a besoin de ses deux dimensions pour se concrétiser.

La première étape qui accompagne le processus de sélection dès son début et qui tente de l'expliquer est une justification qui peut prendre des formes différentes, mais qui se base toutes sur un mode de discours sur les raisons présidant au choix de tel ou tel objet patrimonial. Concrètement, la patrimonialisation s'inscrit toujours dans un principe narratif (Di Méo, 2007). Elle met en valeur une histoire mythique et/ou historique. Elle vise la justification d'une cause, le maintien en vie d'une mémoire, la valorisation d'une époque passée de la vie sociale dans le but d'édification.

Il s'agit également de présenter l'apport des générations passées à notre propre construction sociale. Le genre narratif finit donc par aider activement dans la construction sociale sur tous les plans: culturel, idéologique, politique, économique et territorial. Il sert aussi comme outil de manipulation. C'est un support d'idéologie que véhiculent les acteurs de ce patrimoine en fonction des enjeux du moment.

Durant la seconde phase, les éléments objet de processus de patrimonialisation doivent se soumettre à un consensus tacite et/ou formel accepté par les différents acteurs. La

désignation d'un patrimoine, qu'il soit un objet, bâtiment, lieu, fait ou autre, qui fait constituer l'héritage plus ou moins ancien des groupes sociaux (Di Méo, 2007), ne peut avoir lieu sans une sélection qui reflète en réalité les choix de la société (*Exemple du Livre pour le Maroc et l'architecture pour la France*). Elle renvoie aussi à l'idéologie de la nation, dictée par le rang et les intérêts sociaux des acteurs patrimoniaux. Ainsi, la préservation d'un manuscrit peut s'inscrire dans un cadre scientifique et notable. La sauvegarde et la promotion d'une place comme celle de Djama'a el Fna par des intellectuels et des militants associatifs, visera la défense d'une mémoire populaire.

### **3.1.2. La Conservation, l'Exposition, la Valorisation des Patrimoines**

Toute action patrimoniale passe indispensablement par la sauvegarde. Il est donc indispensable qu'un patrimoine laisse une trace, qu'il soit transmis et transmissible, qu'il trouve place dans une dynamique dirigée du passé vers le futur. Cependant, cette conservation doit être le sujet d'un examen minutieux et d'un questionnement poussé. En quel état doit-on maintenir un patrimoine? A-t-il seulement un état initial repérable, identifiable? Faut-il transmettre un patrimoine inerte, sans vie, ou un patrimoine actif, utilisé par la société actuelle et utilisable, transformable par et pour les sociétés futures?

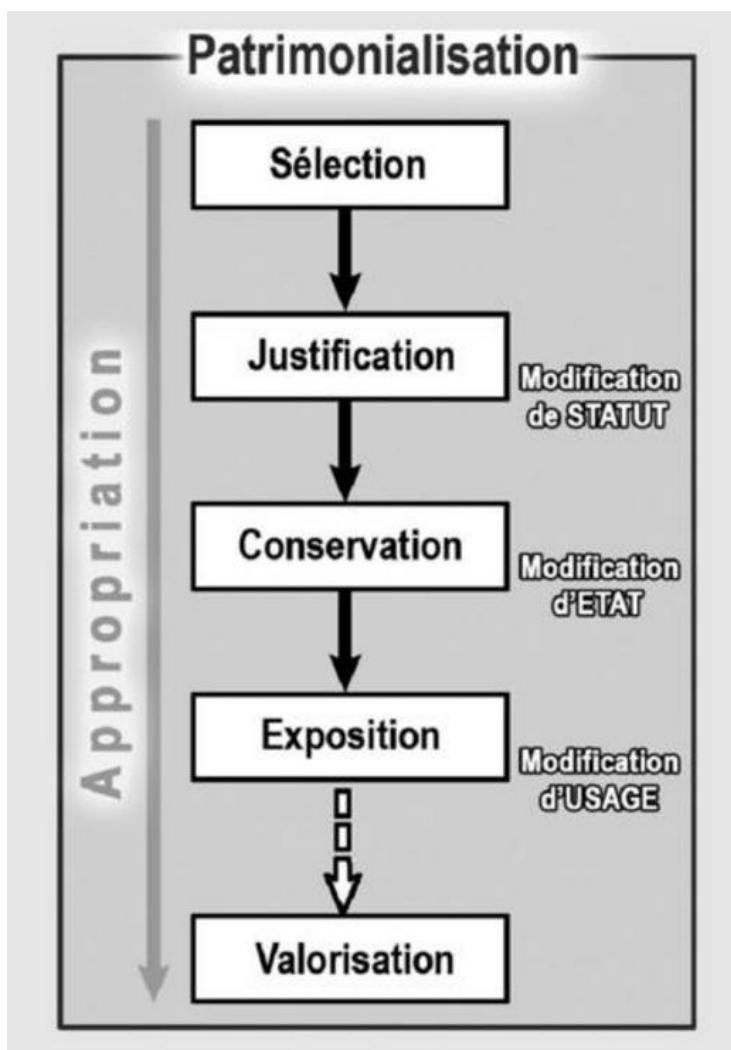


Figure 4. Les étapes de la patrimonialisation. Source: François, H., Hirczak, M. & Senil N. Territoire et patrimoine: la con-construction d'une dynamique et de ses ressources. In *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*).

### 3.1.3. Le patrimoine: Ressource non renouvelable

Par définition, le patrimoine réfère à "l'ensemble de tous les biens ou valeurs, naturels ou créés par l'homme, matériels ou immatériels, sans limite de temps ni de lieu, qu'ils soient simplement héritiers des descendants et des ancêtres des générations antérieures ou réunis et conservés pour être transmis aux descendants des générations futures<sup>5</sup>".

<sup>5</sup> Desvallees, A. (1998). A l'origine du mot patrimoine. In Poulot, D. (Éd.) *Patrimoine et modernité*, L'Harmattan. Paris, p. 93.

Le patrimoine n'est donc pas considéré comme un simple objet ou un fait existant de façon substantielle, mais comme le résultat d'un processus au terme duquel, à un moment donné de l'histoire d'un groupement humain, un bien ou une valeur est né et désignée ainsi par la suite (Barrere et al., 2004).

L'humanité, à travers son histoire, a pu générer un ensemble de bien: objets et valeurs, considérés comme patrimoine. Suite à une prise de conscience de la valeur inestimable du patrimoine, le siècle dernier a connu la mise en place d'une instance mondiale à l'intérieur de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO), chargée de l'inventaire et de la contribution à la restauration (sauvegarde) du patrimoine sous l'égide du Sous-directeur général pour la culture.

Les spécialistes de cette organisation mondiale ont vite réalisé que le patrimoine est fragile et vulnérable par nature. Qu'il soit matériel ou immatériel, humain ou naturel; le patrimoine est "*(...) de plus en plus menacé (s) de destruction non seulement par les causes traditionnelles de dégradation, mais encore par l'évolution de la vie sociale et économique qui l'(es) aggrave par des phénomènes d'altération ou de destruction encore plus redoutable.*" (Convention pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, 1972).

Un patrimoine ne peut être récupérable une fois perdu, malgré les traces gardées sous forme d'objets ou d'outils dans un musée, d'une description écrite ou d'une reproduction lors d'un spectacle. Cette hardiesse humaine de vouloir sauvegarder le patrimoine dans son "originalité" n'est en réalité qu'une "illusion authentique" selon Skounti puisque la forme initiale, la fonction et l'usage premier de ce patrimoine n'excitent plus face notamment à la concurrence de la modernité ou simplement aux changements naturel ou social vécus par la société... etc.



Nous avons très peu de chance, si ce n'est aucun, de retrouver les objets perdus, volés, ou endommagés par la guerre dans les musées de l'Iraq. Autre exemple: peu de gens font encore appel au conte pour transmettre à leurs enfants les mœurs et les grandes valeurs.

Pour plus de clarté, examinons les composants du patrimoine, même s'il est souvent délicat de préciser les frontières limitant le patrimoine culturel de celui naturel ou immatériel. Du fait que l'un a besoin de l'autre pour subsister et pouvoir se développer. Le culturel à besoin de ressources qui proviennent du naturel qui, lui aussi à besoin du patrimoine culturel, se manifestant dans les savoir-faire, pour pouvoir être entretenu et maintenu.

L'artisanat offre l'illustre exemple de cette interdépendance, voire complicité. L'artisan manifeste son savoir-faire sur des matériaux premiers, provenant totalement ou partiellement d'un milieu naturel entretenu entre autres pour cette raison, pour nous créer des produits devenus chef-d'œuvre sous l'effet du temps.

#### **4. La Patrimonialisation: Nouvel Enjeu d'une Valorisation Territoriale**

Le lien qui unit patrimoine et développement durable s'articule autour des enjeux dont fait l'objet le patrimoine et sa sauvegarde: enjeu urbain, économique, social, culturel et politique. Ces derniers sont souvent combinés certains prenant le pas sur d'autres.

Sur le plan urbain et morphologique, les qualités et les caractéristiques durables de la ville historique sont recherchées et nourrissent les réflexions en urbanisme pour les savoir-faire que nous pouvons tirer de leur lecture afin de retrouver la compétence d'édifier.

Nul ne peut nier aujourd'hui que les représentations de l'héritage et du patrimoine urbain servent de mode et d'exemple à suivre pour les urbanistes contemporains. Notamment



en matière d'animation urbaine, de la lutte contre l'étalement urbain et la pollution. Cette réflexion implique de repenser la ville afin d'améliorer la qualité du cadre de vie et réduire les atteintes à l'environnement. À ce niveau, la ville ancienne apparaît comme un modèle plein d'enseignement qui oriente le débat sur la ville à venir vers la recherche d'espace clos, de l'échelle humaine, de l'interpénétration des fonctions, de la diversité socioculturelle, de la densité. Cette dernière est considérée comme une des mesures de base de la démarche environnementale appliquée à l'urbanisme et répond à la fois à des préoccupations écologiques, et économiques.

Cette réflexion ne se situe pas seulement au niveau morphologique, mais également économique culturel et social.

#### **4.1. Les Enjeux Économiques**

Le patrimoine et son identification apparaissent comme des éléments clés à la compréhension de la renaissance et du réinvestissement de la médina de Marrakech. Marqueur d'identité territoriale, partagé entre un collectif et un individuel, il est ce qui fait «spécificité», ce qui rend à la fois similaire et différent.

Le patrimoine local apparaît aussi comme un élément décisif de structuration et de mise en dynamique touristique. Fondement identitaire, il est support de médiation entre le touriste et l'acteur local. Il participe, par la constitution d'une offre patrimoniale localisée, à la différenciation du groupe locale et donc, à la construction d'une dynamique identitaire tant individuelle que collective. Facteur de cohésion et d'appartenance, de dynamisation tant sociale qu'économique. Sa valorisation touristique conduirait à un renforcement identitaire de la collectivité.



#### **4.2. Patrimoine: Levier de Développement ou Fardeau pour la Ville?**

Dans leur quête de recherche de bases de développement économique soutenable et équitable, les gouvernements ne cessent d'examiner de nouvelles pistes susceptibles de pallier les déficits de stratégies, jugées défailtantes, du moins par ses opposants. Cette quête s'explique également par la nécessité de lutter contre une marginalisation et un dualisme social frappant. L'accomplissement de cette politique sera couronné par la création d'un cadre de vie soutenable qui finirait par garantir la satisfaction des citoyens.

Le patrimoine est évoqué comme une ressource et un moyen efficace, à la fois hérités et stratégiques, capable d'assurer le développement attendu.

En effet, le patrimoine est censé apporter les ressources du tourisme culturel en mobilisant d'importantes dépenses; les dépenses des touristes, mais aussi les dépenses des investisseurs étatiques ou privés. Il est capable de générer par ces rénovations des qualifications utiles et utilisables par d'autres secteurs. Le patrimoine assure ainsi une amélioration du cadre de vie, mettant alors en phase anticipations économiques et anticipations sociales (Greffé, s. d.).

Cependant, le patrimoine constitue des contraintes physiques et financières, sans apporter nécessairement les avantages sociaux espérés.

Le patrimoine n'est pas dès le départ un jeu à somme positive, et pendant longtemps, il est même apparu comme étant l'enjeu d'un jeu à somme négative. Son état de dégradation, mis à part quelques monuments prestigieux, en est d'ailleurs la meilleure preuve.

Le patrimoine est considéré par certains comme étant un obstacle à la modernisation de la ville, sinon du milieu où il se trouve.

#### **4.2.1. La Valeur d'Activité du Patrimoine**

Le patrimoine est considéré comme une source de revenus et d'emplois. Il permet une exportation du territoire réalisée sur son site même puisque ce sont les consommateurs qui se déplaceront et non les produits. Cette exportation génère des dépenses finales supérieures à celle liée à l'achat initial de services patrimoniaux: dépenses dérivées accompagnant (hébergement, restauration, souvenir, transport ...)

En outre, les caractéristiques sociodémographiques technologiques contemporaines semblent confirmer cette tendance au développement du tourisme: augmentation du revenu moyen, du temps libre et du niveau d'éducation, accroissement de la mobilité et de la connectivité ...

La mise en valeur des ressources patrimoniales apparaît ainsi comme une source de revenus et d'emploi.

Les limites du tourisme culturel peuvent cependant constituer un obstacle à cette vision enthousiaste. Le problème de la capacité de charge et d'accueil en est un exemple; passée une limite dite capacité de charge, les coûts de congestion et de dégradation ne cessent d'augmenter, mettant en cause la soutenabilité du site à terme.

En plus de ces limites, signalons que les retombées positives du tourisme en général sont loin d'être garanties. Et ce pour trois raisons:

- a)** Les fuites dans le processus multiplicateur (services demandés donnent lieu à des importations en provenance d'autres territoires que celui de la ville considérée);
- b)** Rien ne garantit que le partage de la valeur ajoutée profite plus aux agents locaux qu'à ceux qui ont su organiser la filière;



c) Cet accroissement des revenus et des emplois peut s'accompagner dans d'autres villes voisines d'effet de division.

Le développement du tourisme patrimonial peut fort bien se développer au détriment de l'usage du patrimoine par les usagers locaux ou résidents.

Pour tenir compte de cette tension, le ministère de la Culture marocaine propose la gratuité de l'accès aux monuments historiques une fois par semaine pour les marocains (Vendredi) afin de leur permettre d'y accéder. Les résidents ne sont pas ainsi sacrifiés aux touristes.

Autre effet économique du patrimoine: la formation de nouvelles qualifications. Ces activités exercent des effets de levier sur des secteurs économiques variés: production de biens manufacturés, développement d'activité de loisirs, etc. Le lien de cause à effet avec le patrimoine est souvent plus distant qu'on ne le pense: toujours est-il que c'est à partir du patrimoine existant et en y développant des efforts de création que de tels objectifs ont pu être atteints.

La valeur d'usage du patrimoine (liée à son utilité) est aujourd'hui mise en évidence. La culture et le patrimoine constituent les essors de l'attractivité utilisés comme ressources dans la compétitivité d'une ville. Ils génèrent des revenus, des devises, de l'emploi et contribuent au développement local. Néanmoins cette dimension ne doit pas prendre le pas sur les dimensions sociales, esthétiques et culturelles dont l'articulation s'avère être une tâche difficile donnant la priorité dans la pratique à l'aspect lucratif et à la recherche de la rentabilité immédiate qui transforme la sauvegarde en dynamique purement économique.

#### **4.2.2. Les Enjeux Sociaux**

Le patrimoine est saisi au niveau social comme un support de vie collective et satisfait les besoins d'ancrage et de repères face aux mutations rapides des sociétés actuelles, et



contribue à la construction identitaire. Il est appelé aussi à répondre aux vides non comblés par la ville contemporaine (tel que le besoin de diversité, de convivialité, d'identité). Il favorise l'émergence de sentiments d'appartenance et l'amélioration de la qualité du cadre de vie. Ce terme qui désigne les relations entre cadre physique et pratiques des usagers met l'accent sur la recherche de forme urbaine et d'aménagement urbain de qualité susceptibles de faciliter les liens sociaux et l'appropriation par les usagers qui caractérisent les villes anciennes.

Par ailleurs la réhabilitation n'est porteuse d'équité sociale que lorsqu'elle intègre la dimension sociale des ensembles habités. D'où la prise en considération de l'impact des changements sociaux générés par les plans de réhabilitation du patrimoine qui vont souvent à l'encontre de l'intérêt des habitants dans les nouvelles manières d'intervenir.

Une réhabilitation réussie doit nécessairement profiter aux habitants, pour être durable, par l'amélioration de leur cadre de vie (l'assainissement, mise aux normes de confort des habitations, transport, mise en place de services et d'équipements), par leur accompagnement social, leur maintien et l'intégration des quartiers les plus dégradés dans la vie contemporaine. C'est seulement à ce titre que l'appropriation du patrimoine par les habitants sera favorisée. La préservation du bâti ancien ne peut être dissociée des populations qui vivent aujourd'hui dans les quartiers historiques et lui donnent un sens. Sa finalité est de contribuer à faciliter l'aide au logement et l'accès aux services, inciter l'implantation de petites entreprises créatrices d'emplois, répondre aux besoins des habitants les plus modestes.

Dans cette logique, la sauvegarde du patrimoine dépasse les enjeux historiques et esthétiques pour englober les spécificités sociales et symboliques des communautés qui y vivent tout en intégrant les défis de la ville moderne. Sa sauvegarde et sa transmission, sa mise en valeur, comme l'exploitation pertinente des potentialités spatiales et techniques que



permet sa réaffectation à de nouveaux usages ainsi que son intégration dans la vie contemporaine, constituent autant d'opportunité, s'inscrivant dans la valorisation et la compétitivité du territoire et de la ville.

Néanmoins la découverte du rôle de la culture et du patrimoine dans la qualification et la valorisation touristique fondée sur le capital qualitatif, naturel et culturel qu'il représente est un acquis récent et fragile, car au-delà des analogies entre patrimoine et développement touristique, ces deux notions peuvent s'avérer contradictoires : tel est le cas entre la demande de plus en plus croissante de patrimonialisation d'objets de plus en plus diversifiés par des acteurs différenciés, et la nécessité de densifier et de construire la ville sur elle-même.

Par ailleurs l'absence de régularisation concernant cette double qualité culturelle et économique peut constituer un risque. C'est celui de voir s'opposer valeur économique et intérêt général. Les opérations de sauvegarde et de mise en valeur des quartiers historiques peuvent aboutir à un accroissement des inégalités sociales et provoquer l'évacuation des populations les plus défavorisées économiquement. La flambée du prix de l'immobilier dans les médinas touristiques en est l'exemple. Souvent les activités résidentielles des quartiers historiques sont remplacées par les activités touristiques ou tertiaires qui vident ces espaces de leur contenu social, de leurs usages initiaux réduisant ainsi leur mixité et aboutissant à la perte des significations patrimoniales. De même que les arsat et Jnan, jadis consacrés à l'agriculture maraîchère intra et extra-muros se sont métamorphosés en résidence immobilière ou en jardin de loisir et de villégiature.

La convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles pose les biens et les services culturels comme porteurs d'identité, de valeur et de sens qui en conséquence ne doivent pas être traités comme ayant une valeur exclusivement commerciale. Le défi aujourd'hui est de dépasser les tensions d'actualités qui opposent

intérêts patrimoniaux et intérêts sociaux, économiques et politiques, de concilier sauvegarde du patrimoine et exigences en matière d'urbanisation. Pour cela une planification stratégique, prudente et participative s'impose. Ses objectifs doivent être définis au préalable et adaptés aux moyens disponibles afin de prévenir et d'éviter d'aboutir aux effets contraires aux objectifs du développement durable.

Dans cette perspective il est nécessaire d'abandonner l'approche sectorielle, et d'adopter une approche globale permettant l'interconnexion entre problématique, de transcender les spécificités physiques, esthétiques et historiques pour englober les spécificités sociales et économiques des communautés qui y vivent. L'inscription de l'approche dans la durabilité nécessite la mise en place d'un dispositif institutionnel adéquat et d'un dispositif de participation qui place les habitants au cœur du processus et permet de garantir l'appropriation des espaces par les usagers.

#### **4.2.3. Les Enjeux Urbains**

La protection du patrimoine s'intègre dans une démarche plus élargie, celle de la planification urbaine, dépassant largement celle de la conservation et s'opposant souvent à des stratégies directement opposées à celle de conservation. Elle est censée imposer l'organisation rationnelle de l'espace.

En effet, la planification urbaine a souvent été fondée sur la volonté d'appliquer des choix architecturaux à grande échelle d'où la naissance d'enjeux qui dépassent largement la dimension de conservation répondant à un souci culturel. Il est indispensable donc de créer et de mettre en œuvre des processus de planification intégrée, incluant les ressources et les enjeux de la conservation du patrimoine.

Greffe nous propose une démarche avec une succession logique composée de quatre étapes (Greffe, 2010):



- 4.2.3.1. Faire l'inventaire des ressources avant de définir les approches possibles de la conservation;
- 4.2.3.2. Mettre à jour les arbitrages à exercer;
- 4.2.3.3. Tester les options en termes de contributions à l'intérêt général, d'acceptabilité par le public, de faisabilité économique et de coût financier;
- 4.2.3.4. Définir les choix avec leurs conséquences respectives.

## 5. Conclusion

La patrimonialisation est un processus complexe et riche qui peut être identifié comme le passage d'un bien ou fait social à un patrimoine reconnu en tant que bien collectif, caractérisé tout à la fois par ses aspects sociaux, culturels, économiques, et environnementaux. Ces différents aspects dont l'importance varie selon les types considérés de patrimoine reconnu, accordent à ce patrimoine une valeur qui justifie, pour les acteurs mobilisés/concernés, sa conservation pour une éventuelle transmission aux générations futures. Il s'agit bien d'un processus de reconnaissance de cet ensemble de biens en tant que bien collectif.

Le déroulement de ce processus est variable selon les territoires et peut être fortement influencé par la nature de la demande sociale, souvent plurielle. La patrimonialisation devient ainsi une forte dimension identitaire. Dans chaque cas, la nature du processus de patrimonialisation est variable selon ses initiateurs, les logiques des acteurs de cette patrimonialisation, leurs modèles, imaginaires, référents et anticipations, les conflits entre acteurs et les formes de l'appropriation locale de ce processus.

La place du patrimoine dans les processus de socialisation doit être nettement soulignée, en particulier à travers de nouvelles formes de sacralisation qui lui sont liées. Il en est de même de sa fonction identitaire et de son rôle en tant qu'élément fédérateur de la volonté d'une population de vivre ensemble.

La ressource issue d'un processus de patrimonialisation peut être perçue comme une ressource territoriale spécifique dans la mesure où il permet à un groupe social de développer son territoire. Une fois que ce groupe révèle ce marqueur, l'aménage, le met en valeur et/ou crée du discours sur lui, le bien labialisé permet en retour de conférer une image au territoire le différenciant des autres.

## Références

Barrere, C., Barthelemy, D., Nieddu, M. & Franck-Dominique, V. (2004). *Réinventer le patrimoine: De la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine?* Editions L'Harmattan.

Berriane, M. (1999). Tourisme, culture et développement dans la région arabe - Soutenir la culture pour développer le tourisme, développer le tourisme pour soutenir la culture. In UNESCO.

[https://www.academia.edu/14258650/Tourisme\\_culture\\_et\\_d%C3%A9veloppement\\_dans\\_la\\_r%C3%A9gion\\_arabe\\_-\\_Soutenir\\_la\\_culture\\_pour\\_d%C3%A9velopper\\_le\\_tourisme\\_d%C3%A9velopper\\_le\\_tourisme\\_pour\\_soutenir\\_la\\_culture?auto=download](https://www.academia.edu/14258650/Tourisme_culture_et_d%C3%A9veloppement_dans_la_r%C3%A9gion_arabe_-_Soutenir_la_culture_pour_d%C3%A9velopper_le_tourisme_d%C3%A9velopper_le_tourisme_pour_soutenir_la_culture?auto=download).

Colletis, G. & Pecqueur, B. (2005). Révélation de ressources spécifiques et coordination située. In *Économie et institutions*, n° 6 □ 7 (décembre), 51 □ 74. <https://doi.org/10.4000/ei.900>.



Di Méo, G. (1994). Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle | Cairn.info. *Espaces et sociétés*, N 78 édition.

Di Méo, G. (2007). Processus de patrimonialisation et construction des territoires, septembre. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00281934>.

Godelier, M. (1996). *L'énigme du don*. Fayard. Paris. <https://www.fayard.fr/sciences-humaines/l-enigme-du-don-9782213596938>.

Gravari-Barbas, M. (2006). La ville à l'ère de la globalisation des loisirs. In *REVUE-ESPACES*, février, 48-56.

Grefre, X. (1989). La valeur économique du patrimoine - Xavier Grefre. In *Anthropos*. [https://www.decitre.fr/ebooks/la-valeur-economique-du-patrimoine-9782402479134\\_9782402479134\\_1.html](https://www.decitre.fr/ebooks/la-valeur-economique-du-patrimoine-9782402479134_9782402479134_1.html).

Grefre, X. (2010). Introduction: L'économie de la culture est-elle particulière?. In *Revue d'économie politique*. vol. 120 (1), 1 • 34.

Grefre, X. (s/d). Comprendre la politique économique. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k33291215.texteImage>. [Consulté le 09.11. 2019].

Gutron, C. & Skounti, A. (2018). Dossier Patrimonialiser au Maghreb : Introduction ». In *L'Année du Maghreb*, n° 19 (décembre), 11 • 18. <https://doi.org/10.4000/anneemaghreb.3877>.

Jeudy, H.-P. 2001. *La machinerie patrimoniale*. Paris: Sens & Tonka. <http://doc.macval.fr/Default/doc/SYRACUSE/76044/la-machinerie-patrimoniale-henri-pierre-jeudy>.

Landel, P.-A. & Senil, N. (2009). Patrimoine et territoire, les nouvelles ressources du développement. In *Développement durable et territoires. Économie, géographie,*



*politique, droit, sociologie.* n° Dossier 12 (janvier).

<https://doi.org/10.4000/developpementdurable.7563>.

Letonturier, É. (Éd.) (2015). *Ruptures et filiations*. Le XX<sup>ème</sup> siècle saisi par la communication.

Paris: CNRS, vol. 2.

Pecqueur, B. (2006). Le tournant territorial de l'économie globale. In *Espaces et sociétés*. n°

124-125 (1), p. 17-32.

Point, P. (1998). La place de l'évaluation des biens environnementaux dans la décision

publique. In *Économie publique/Public economics*. n° 01 (juin).

<http://journals.openedition.org/economiepublique/2141>.

Prieto, M. & Slim, A. (2009). Évaluation des actifs environnementaux : quels prix pour quelles

valeurs ? In *Management Avenir* n° 28 (8), 18-36.

Skounti, A. (2010). De la patrimonialisation: comment et quand les choses deviennent-elles des

patrimoines?. In *Hesperis-Tamuda*, XLV édition.



**PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE!**

**CULTURAL HERITAGE: FROM IMPOSITION TO INVISIBILITY!**

Recebido a 20 de fevereiro de 2020

Revisto a 18 de março de 2020

Aceite a 20 de abril de 2020

**Marcos Canetta Rufino**

Historiador, com Mestrado na área de Técnicas em Arqueologia e Patrimônio Cultural pelo  
IPT de Portugal  
[marcoscaneta@bol.com.br](mailto:marcoscaneta@bol.com.br)

**Roberto Michetti Moreira**

Licenciado em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Numismata filiado à  
Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina.  
[contatorobertomichettimoreira@gmail.com](mailto:contatorobertomichettimoreira@gmail.com)



## Resumo

O referido artigo trata da escravidão em Santa Catarina e seus desdobramentos nos aspectos histórico e humano. Como também, busca descortinar as ideias tidas como verdades absolutas de que na referida região, o processo escravocrata foi diferenciado de outras localidades brasileiras dada a diminuta extensão de terra para a produção agrária no Estado Catarinense. Essas afirmações acabaram por construir uma forma de escravidão paralela, ou seja, diferente de outras regiões, concomitante a crença de que os alemães e italianos do Sul do Brasil não utilizaram de forma constante a mão-de-obra escrava, colocando-se como melhores do que os outros europeus (portugueses e espanhóis). O que queremos dizer é que a referida afirmativa esconde a escravização de indígenas e negros pelo imigrante europeu em Santa Catarina. Neste sentido, houve por parte do imigrante europeu uma desconstrução da identidade e do patrimônio material e imaterial de negros e indígenas neste Estado. Esta situação se observa de forma nítida quando avaliamos a qualidade de vida das populações negras e indígenas em toda região Sul. Reiteramos de forma contundente que sem a força de trabalho de negros e indígenas seria impossível construir o Estado de Santa Catarina da forma que o conhecemos. Obviamente que não desconsideramos o trabalho e a contribuição dos imigrantes europeus. No entanto, sem vias de dúvida, as estruturas racistas e eugenistas que ainda se fazem presentes no certame Catarinense, se dá pela insistência da imposição da visão eurocêntrica consubstanciada por descendentes de alemães e italianos que reforçam a invisibilidade da presença dos povos negros e indígenas no Estado.

*Palavras-chave:* Subdesenvolvimento, Escravidão, Racismo, Invisibilidade, Desconstrução



### Abstract

This article deals with slavery in Santa Catarina and its consequences in the historical and human aspects. As well, it seeks to unveil the ideas taken as absolute truths that in that region, the slavery process was differentiated from other Brazilian locations given the small extent of land for agrarian production in the State of Santa Catarina. These statements ended up building a form of parallel slavery, that is, different from other regions, concomitant with the belief that the Germans and Italians of southern Brazil did not constantly use slave labor, placing themselves as the best than other Europeans (Portuguese and Spanish). What we mean is that this statement hides the enslavement of indigenous and black people by the European immigrant in Santa Catarina.

In this sense, there was a deconstruction by the European immigrant of the identity and material and immaterial heritage of blacks and indigenous people in this state. This situation is clearly observed when we assess the quality of life of black and indigenous populations across the South. We strongly reiterate that without the workforce of blacks and indigenous people it would be impossible to build the state of Santa Catarina as we know it. . We obviously do not disregard the work and contribution of European immigrants. However, without a doubt, the racist and eugenic structures that are still present in the Catarinense event, are due to the insistence on the imposition of the Eurocentric vision embodied by descendants of Germans and Italians who reinforce the invisibility of the presence of black and indigenous peoples in the State.

*Keywords:* Underdevelopment, Slavery, Racism., Invisibility, Deconstruction



O patrimônio material se insere no seio social sob a força do interesse humano, a hegemonia cultural e a relação de poder, que por vezes é imposta em determinado espaço físico e geográfico.

O patrimônio é uma forma de edificar ideias, sonhos, domínio, devaneios que, na maioria das vezes, interfere na paisagem natural modificando o curso da história. Não se deve olhar o patrimônio somente pela ótica da estética, do desenvolvimento de determinado povo, cultura, tempo e lugar.

O patrimônio também revela em sua imponência física a imposição na paisagem local, modificando sua forma de ser que por vezes já havia criado relação de empatia com os povos existentes que se identificavam com sua forma de ser e ali estar.

A experiência vivida em Santa Catarina com a chegada dos povos europeus, os imigrantes, exemplifica esta nossa afirmativa quando analisamos o processo de “colonização” e a imposição cultural destes grupos no cotidiano das comunidades indígenas do Estado. Como também, na mudança de regramentos comportamentais, em suas crenças e forma de trabalho que desconstruíram o cotidiano daqueles seres, vindo abalar suas estruturas físicas, emocionais, de saberes e espirituais.

O Estado de Santa Catarina iniciou sua saga desbravadora sob a força da escravidão indígena e negra. Esse é o primeiro ponto a se debater neste artigo. Há uma análise infundada que reitera constantemente que a nossa escravidão foi mais branda por não haver grandes extensões de terras e plantios de produtos que eram produzidos e comercializados em outras regiões brasileiras com a Europa.

De acordo com Charles Van Lede, no início do século XIX havia 1,9 pessoas brancas para cada pessoa negra no Estado, uma proporção muito maior do que nos dias de hoje.<sup>1</sup>

Não há como você medir escravidão. Esta é uma ideia que precisa ser desconstruída veementemente porque foi uma invenção do imigrante colonizador. Até porque por onde a escravidão se estabeleceu e/ou se desenvolveu no Brasil gerou os mesmos fenômenos a aborígenes e negros: negação humana, desrespeito, subdesenvolvimento, trabalho sem remuneração, estupro, morte e desconstrução de laços afetivos, culturais e de sua humanidade.

A cidade de Desterro, atual Florianópolis, contrapõe algumas dessas colocações históricas conforme as pesquisas de Maria Helena Rosa Schweitzer<sup>2</sup>, onde retrata o número de população escrava em Santa Catarina, descritas na tabela abaixo:

Tabela 1.  
População total da província de Santa Catarina

Ano	População Livre	População escrava	Total	% escrava da população
1841	54.638	12.580	67.218	18,72
1844	58.432	14.382	72.814	19,75
1849	60.743	13.942	74.685	18,67
1850	70.789	14.966	85.755	17,45
1854	87.364	14.195	101.559	13,98
1856	92.922	18.187	111.109	16,37
1858	108.655	19.131	127.786	14,97
1859	98.281	16.316	114.597	14,24
1867	104.459	14.722	119.181	12,35
1868	135.000	15.000	150.000	10,00
1870	104.459	14.722	119.181	12,35
1872	144.818	14.984	159.802	9,37

<sup>1</sup> Silva, Guilherme Araújo. *Memórias da escravidão*. Obtido na <http://hoje.unisul.br/memorias-da-escravidao/>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

<sup>2</sup> Schweitzer, M. H. R. (s.d.). *População escrava e africanos na ilha de Santa Catarina (1830-1860)*. Obtido na <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariahelenaschweitzer.pdf>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].



A pesquisadora Maria Helena Rosa Schweitzer, diz que: “O percentual de escravos na população não teve grandes alterações, mantendo-se próximo aos 20% da população até o início da década de 1850 com números cada vez menores posteriormente, ao passo que a população livre se manteve em crescimento constante. Portanto a queda do percentual de escravos, de acordo com os números dessa tabela, deve-se justamente a pouca flutuação dos números desses e ao crescimento da população livre”.<sup>3</sup>

O baixo índice de fazendas de plantio de cana-de-açúcar não impediu o desenvolvimento de um escravismo na construção civil, nos serviços domésticos, atendimento nos hospitais, limpeza pública, comércio, engenho, estiva, pesca da baleia e na produção da agricultura familiar e também no campo sexual, já que haviam poucas mulheres europeias.

Conforme Luciano Costa Gomes, em seu artigo: Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836:

“Os distritos e freguesias com maior proporção de fábricas de farinha e engenhocas de açúcar apresentavam as maiores participações de escravos. Já as localidades com menos engenhos registravam as menores participações de escravos. Constatou-se, portanto, a constituição de uma estrutura populacional resultante da concorrência e associação entre o campesinato e a escravidão. Neste quadro, os pequenos agricultores com escravos eram comuns”.<sup>4</sup>

A primeira colônia alemã em Santa Catarina estabeleceu-se nas primeiras décadas do século 19, na região que hoje conhecemos por São Pedro de Alcântara.

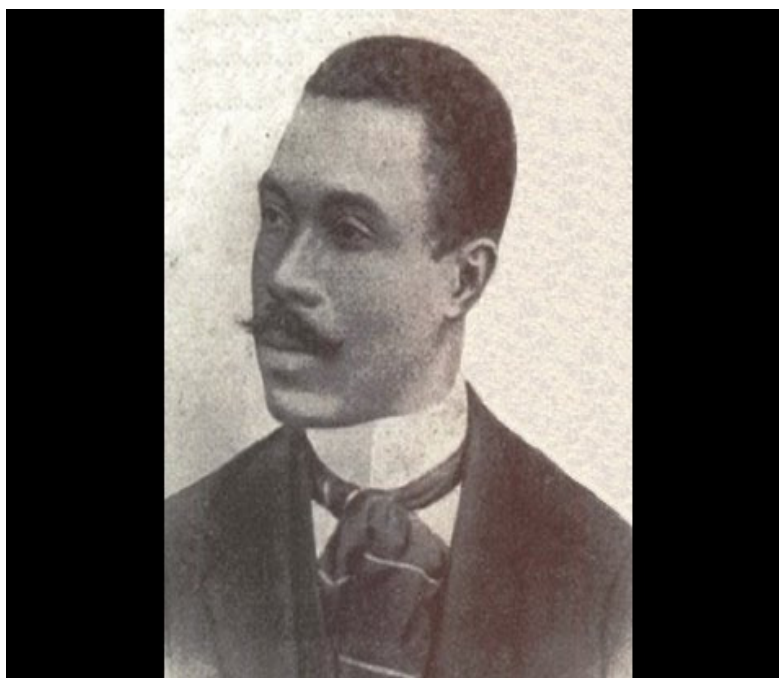
Sendo assim, percebemos que o regime escravista conviveu de forma direta, lado a lado, com o colonizador europeu. A escravidão foi utilizada por séculos em Santa Catarina e deixou marcas indeléveis na arquitetura da cidade. A Igreja dos Pretos de Nossa Senhora do

---

<sup>3</sup> *Op. cit.*

Rosário e São Benedito, datada do século 18, é uma das provas físicas deste escravismo ilhéu. A separação espacial da cidade fica nítida na divisão das igrejas e dos bairros onde residiam estes atores sociais. Falar em igualdade neste período e do baixo índice de escravidão é querer contar uma história inverídica em sua essência histórica.

O caso específico do Poeta Cruz e Sousa corrobora com nossas considerações porque mesmo sendo um homem livre, não conseguiu ocupar um espaço de destaque na sociedade que vivia. A sua instrução, somada a alta capacidade para escrever poemas e sonetos, não foram suficientes para a sua aceitação como escritor e funcionário público no Estado Catarinense. A sua descendência africana o impediu de participar daquela sociedade, mesmo sendo um homem culto e instruído.



*Figura 1.* Imagem de Cruz e Sousa. Fonte:

[http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/poemas\\_de\\_cruz\\_e\\_sousa\\_vira\\_m\\_musica\\_em\\_show\\_gratuito\\_no\\_sesc\\_prainha](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/poemas_de_cruz_e_sousa_vira_m_musica_em_show_gratuito_no_sesc_prainha)

---

<sup>4</sup> Gomes, L. C. *Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836*. Obtido na <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n3/0102-3098-rbepop-34-03-00593.pdf>. [Consultado a 07 de novembro de 2019].

A ideologia escravista impedia a mobilidade de não-brancos em seu interior. Não bastava somente ser inteligente, escritor e bem formado, se fazia necessário ser branco.

Neste caso específico, a branquitude aparece como um instrumento determinante para a ocupação de inúmeros espaços sociais. Este fenômeno é o que denominamos na atualidade de racismo estrutural. Além claro, de sua invisibilidade poética e abolicionista. Cruz e Sousa é constantemente negado em sua terra natal pelo fato de ter sido um poeta negro em um Estado que reiteradamente diz ser constituído por europeus. Construíram a ideia de uma espécie de extensão da Alemanha e Itália no Sul do país, negando sua realidade pluriétnica e multicultural.

Por mais que a afirmativa de uma Europa no Sul seja uma falsa construção da verdade, insiste-se em reforçar que as pessoas que nascem em Blumenau são alemães e em Nova Veneza são italianos. Consideramos que esta invenção mental foi reforçada ao longo dos últimos séculos vindo a se fortalecer socialmente no imaginário coletivo do país passando a ser uma verdade sem caráter científico. Sua sustentação se baseia no empirismo social. Descender não significa ser. Estes são Catarinenses e brasileiros. O que queremos dizer é que ser descendente e ter traços fenotípicos não significa sê-lo. Manter algumas de suas tradições na atualidade, também não lhes garante uma nacionalidade estrangeira em solo nacional. Sem contar que essas imposições sociais além de realimentar inverdades, impedem a abertura de lacunas para o debate da presença de povos pertencentes a outros grupos étnicos: indígenas, negros, espanhóis, gregos, japoneses e russos que não são citados pela historiografia Catarinense, como povos construtores desta teia social que hoje vivenciamos.

Ficamos a pensar na grandeza da capacidade intelectual de Cruz e Sousa e Antonieta de Barros, que enfrentaram as dificuldades impostas pelo racismo, a visão eurocêntrica de conhecimento e, mesmo invisibilizados, conseguiram escrever os seus nomes na história de





Santa Catarina em momentos tão amargos na pós-abolição. Não podemos esquecer que esses dois vultos históricos foram filhos de pais escravizados. E, infelizmente, são colocados no ostracismo da historiografia regional.

“Todos esses fatos servem para não cairmos nas armadilhas do esquecimento e da diminuição dos efeitos relacionados à escravidão do negro. Sim, muitos dos nossos antepassados foram vítimas e nós precisamos compartilhar essa história constantemente para que a mesma não se repita”.<sup>5</sup>

O segundo ponto que precisa ser trazido para a análise foi o genocídio realizado pelos chamados “bugreiros” no Sul do Estado que revelam um olhar de incompreensão cultural, desprezo a forma de vida de outrem e absoluta barbárie. Os povos indígenas foram quase dizimados. A força e a ganância dos imigrantes chegados a região geraram na vida desses povos, que viam a terra e a floresta como irmãs, inúmeras dificuldades e perdas substanciais.

É deste prisma que buscamos perceber e construir uma ideia de patrimônio neste Estado, ou seja, não há como falar de Patrimônio Catarinense sem falar de perda, invasão e morte.

Este tripé faz parte do nosso patrimônio imaterial que não é debatido, muito menos denunciado da forma que deveria ser nos organismos de construção de saberes, porque há um silêncio imposto sobre os referidos temas. Por mais incrível que possa ser, parece que os nossos europeus foram mais bondosos e generosos do que os dos demais Estados escravistas no país. Esta é uma leitura romântica da história Catarinense.

Discorrer sobre o patrimônio material e imaterial de Santa Catarina requer um esforço inimaginável para se compreender o processo que o construiu ao longo dos séculos pelo pouco material disponível para leitura e pesquisa. Até porque ao longo de sua consolidação

---

<sup>5</sup> Silva, G. A. *Memórias da escravidão*. Obtido na <http://hoje.unisul.br/memorias-da-escravidao/>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

que se deu a partir do século XVIII, houve a negação de outras culturas, formas de vida, perseguição, escravidão e assassinato.

Por incrível que pareça esses instrumentos tornaram-se marcos civilizatórios. No entanto, precisam ser escondidos do debate público. Sendo assim, como interferir nessas estruturas se a base da economia e dos saberes cotidianos (eurocêtricos) estão vinculados diretamente com sua forma de ser e ver o mundo? De que forma se desconstrói este olhar imposto, dominante e segregador se elas negam o diálogo com outras produções humanas e retiram das mesmas a sua fonte mais importante de relação com seu lugar de origem e sua ancestralidade? O nosso lugar de fala, de onde tecemos nossas ideias, negritude, é constantemente calada porque ao aprofundar o debate nós expomos a covardia e a barbárie construída na ocupação do Estado de Santa Catarina por parte dos povos europeus e afirmamos que há negros e indígenas no chamado “Vale Europeu”.

Ao mesmo tempo, denunciemos a matança de indígenas e a escravidão de africanos e afro-brasileiros. Para esconder e camuflar este episódio vergonhoso que lhes retira o glamour de gente culta, civilizada e trabalhadora, reafirma-se constantemente a sua branquitude, seu desbravamento e sua missão de trazer ao Sul do país o desenvolvimento material, a fé cristã e a ordem social.

Ao reiterar essas ideias em formato de história, festas culturais e construções eurocêtricas, nos colocam em uma situação bastante complicada, do ponto de vista histórico, porque em nenhum momento da história dos Catarinenses, que somos todos nós, os povos negros e indígenas ocuparam um lugar de destaque no seio social com direito a fala.

A negação reiterada e a imposição de um patrimônio Ítalo-germânico que ocupa todo certame estadual, com a mesma ideia de superioridade étnica e desenvolvimentista, não abre

possibilidade de espaços para se pensar a sociedade que vivemos, que é pluriétnica e multicultural, em um outro espectro histórico - social.

Obviamente que esta relação é pensada e arquitetada porque estamos a tratar de dominação política, espacial, patrimonial, cultural, econômica e qualidade de vida. Como também, de imposição de valores religiosos, culturais e ideológicos.

Partindo desse pressuposto, torna-se extremamente difícil a ocupação de um lugar para os povos de culturas e histórias negadas, onde suas contribuições possam ser visíveis, garantindo aos seus, o direito de se perceberem como agentes construtores de sua própria história e patrimônio.

A arquitetura é uma das marcas mais contundentes quando pensamos o patrimônio material. Neste sentido, quais são os patrimônios edificados de origem africana e indígena no Estado de Santa Catarina? Parece que esses povos não existiram historicamente, partindo do patrimônio material edificado. No que tange o patrimônio imaterial, temos inúmeras vertentes indígenas e negras em todo certame Catarinense. No entanto, muitas delas desvalorizadas, negadas e postas nos espaços mais degradantes da sociedade.

Sendo assim, quando não vemos os seus contributos, imaginamos que suas capacidades intelectuais e seus saberes são irrelevantes para a construção de Santa Catarina, ou seja, não existiram neste sentido. Os valores étnicos, a forma de ser e de se pensar o mundo destes povos não conseguiram romper os laços do imigrante que preferiu construir o seu espaço no lugar natural do outro sem diálogo e relação de empatia. Este outro, em nosso entendimento, além de ser inferior, feio e selvagem, só poderia ser utilizado como força de trabalho para a acumulação de capital.

A escravidão gerou lucro e riqueza. Como também, a garantia de execução de um tipo de trabalho que o europeu considerava desprezível e que só poderia ser executado por outrem.



Com o passar dos tempos esses espaços de trabalho, mesmo na pós-abolição, viraram lugar de negro. Falamos em limpar latrinas, pescar em alto mar, cuidar de doentes, participar de guerras, trabalhar na estiva, construção civil, desbravar a mata fechada e servir ao senhor e sua família em todo o serviço doméstico.

As cartas dos viajantes nos revelam o olhar depreciativo que tinham sobre o negro. Cartas estas, que quando lidas, parece que estamos a tratar do agora e não de séculos passados. Algumas ideias e olhares não foram modificados com a chegada da modernidade porque as estruturas sociais não foram transformadas. Neste sentido, não consolidaram melhoras na vida de ex-cativos e indígenas. Na atualidade, a atuação de grupos nazistas, a baixa remuneração de pretos e pardos, a invisibilidade midiática e nos espaços de poder mantém em funcionamento as estruturas geossociais que separam as pessoas por sua condição social e étnica.

Há uma separação invisível na cidade onde negros e indígenas não conseguem, em sua maioria, ocupar um lugar de destaque. Um dos exemplos mais traumáticos e conflitantes é que há quase um século os negros não conseguem eleger um Deputado Estadual em Santa Catarina, sem contar que no Estado nunca se teve um negro Governador, Senador ou Deputado Federal.

A única liderança negra eleita a ocupar um lugar no legislativo Catarinense foi a professora Antonieta de Barros, nos anos 30, quando se tornou a primeira mulher e negra a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Depois deste episódio inédito não tivemos mais nenhum afrodescendente eleito para esta Assembleia. São 40 deputados e deputadas que ocupam uma cadeira no legislativo a cada 4 anos. Isso quer dizer que em Santa Catarina, desde a década de 40, todos legisladores eleitos são brancos.

Percebemos que não há uma política pública para mudar este quadro político que segrega a participação de outros grupos étnicos nos espaços de poder político. O feito de Antonieta de Barros não estaria no porão da invisibilidade historiográfica no Brasil se a mesma fosse descendente de imigrantes europeus. Com absoluta certeza as suas obras seriam lidas em todas as cidades e sua face estaria estampada nos quatro cantos do Estado. Até porque foi a primeira mulher eleita para o legislativo no Brasil. Este feito histórico está encoberto pelo véu da negação e do esquecimento historiográfico.



*Figura 2.* Foto de Antonieta de Barros. Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/antonieta-de-barros-protagonista-de-uma-mudanca/>

Esta invisibilidade vivida pela personagem histórica Antonieta de Barros, reforça a falta de abertura do debate sobre o papel dos bugreiros que caçavam e matavam os povos indígenas. O que queremos dizer, é que a historiografia eurocêntrica esconde os seus feitos não civilizados e invisibilizam os feitos extraordinários de outros grupos étnicos que compõem a história Catarinense.

Essas histórias não estão nos livros didáticos. Muito menos nas provas de vestibular. Até parece que os nossos europeus, que também foram escravocratas, eram melhores daqueles outros dos estados do Norte, Nordeste e Sudeste brasileiro.

Os descendentes de europeus construíram, de forma imaginária e dissimulada, um outro tipo de escravidão no Sul do Brasil. A realidade posta contradiz suas afirmativas quando analisamos material histórico da época.

Reforçamos que o conceito de escravidão se define pela falta de liberdade, propriedade e no serviço forçado sem remuneração. No Estado, o africano era uma coisa e não uma pessoa com direito e dignidade. Sendo assim, mesmo que haja uma insistência em esconder a escravidão aqui ocorrida, reiteramos a ideia que não há escravidão melhor. A maior prova desta afirmativa, são as condições econômicas e sociais que vivem os afro-catarinenses e indígenas, pós Abolição. É nítida a invisibilidade patrimonial destes grupos étnicos.

Esta negação não se dá somente do ponto de vista histórico, ela acontece agora, no cotidiano. Percebemos que alguns grupos insistem na tese que são alemães ou italianos. Poucos se definem pela cidade de nascença. Isto cria no imaginário coletivo a ideia de uma Europa no Sul do Brasil. Um conceito que é falso e delimita o espaço de povos que não se coadunam com o fenótipo e a descendência europeia. Por conseguinte, veem seus espaços de vivência e desenvolvimento diminuídos. Isto se percebe na qualidade de vida dos povos considerados “não-europeus”.

O baixo número de negros existentes no Estado de Santa Catarina nos dias atuais, que somam quase um milhão de pessoas, conforme dados do IBGE, não é sinônimo e evidência de que a escravidão por estas paragens tenha sido mais amistosa, muito pelo contrário. Por mais que distante dos grandes centros urbanos, aqui, os negros também foram submetidos aos



mais desumanos tratamentos. Tendo sido vendidos em praça pública, torturados em troncos, perseguidos e até mortos.

Assim afirma a pesquisadora Maria Helena Rosa Schweitzer:

“(...) esses resultados preliminares, percebemos a presença escrava naquela sociedade, que essa estava mais imbricada no tráfico de escravos do que se supunha e de que o litoral catarinense não servia apenas como passagem e acesso a outras províncias, mas também foi o destino final de muitos africanos”.<sup>6</sup>

É natural que ao pensarmos acerca da formação inicial e colonização do Estado de Santa Catarina, nos venha a cabeça as incursões vicentistas ou até mesmo a história de casais açorianos que por aqui já se faziam presentes desde o século XVII. Grande parte da bibliografia local, fora delineada sob o prisma "europeizado", em detrimento à maciça presença de negros, sejam eles livres ou não, que aqui habitou concomitantemente aos demais. De acordo com o historiador Paulino Francisco de Jesus Cardoso:

“(...) bem como, a proposta de um diálogo com certas vertentes da História Social em Santa Catarina, buscando apreender as opções teóricas e metodológicas que até o presente sustentam uma interpretação da sociedade Florianopolitana e Catarinense, que minimiza a importância da escravidão africana, coisifica cativos e libertos, e tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas”.<sup>6</sup>

O tratado de proibição de tráfico negreiro, que, assinado em 1826, ratificado em 1827 e finalmente decretado em novembro de 1831, possui relação direta com a alta do mercado

---

<sup>6</sup> Schweitzer, M. H. R. *População escrava e africanos na ilha de Santa Catarina (1830-1860)*. Obtido na <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariahelenaschweitzer.pdf>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

escravista porque a sociedade escravocrata temendo as atitudes que seriam tomadas pelo governo imperial, traficantes anteciparam-se e intensificaram a importação de negros.

Relatos de viajantes, tais como de aventureiros e até mesmo autoridades, corroboraram a dimensão e o lugar estrutural que o escravismo possuía na sociedade. Tomemos como exemplo a correspondência datada de 16/10/1739, pelo qual o primeiro presidente da



província de Santa Catarina, o engenheiro militar José da Silva Paes, faz um comentário acerca da presença de negros escravizados, bem como, as de índios na composição do contingente militar da Fortaleza invocada a São José da Ponta Grossa, componente do sistema Diz a matéria online do jornal Notícias do Dia, da cidade de Joinville, datada de 12/05/2013: triangular de defesa que estava por ser construída na embocadura do norte da ilha de Santa Catarina. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1948, p. 94): "(...) e sem embargo de eu não me achar com forasas competentes tanto pella pouca gente que tenho, pois não chegão a sento e sincoenta pessoas, entre soldados, pedreyros, carpynteiros, ferreyros, índios e escravos (...)."

“Ao completar 125 anos da assinatura da Lei Áurea, o marco da abolição da escravatura no país, o tema ainda continua sendo um tabu na história. Em Joinville, não é diferente. A presença de escravos na região é pouco falada nos livros locais e muitas pessoas nem se dão conta que eles existiam. Mas havia negros escravizados, sim, como em todo o país. E não eram poucos. Embora não fosse permitido ao colono, a prática era comum nas famílias de origem lusa que já habitavam estas terras muito antes da Sociedade Colonizadora Dona Francisca começar a trazer para cá os primeiros imigrantes”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Schweitzer, M. H. R. *População escrava e africanos na ilha de Santa Catarina (1830-1860)*. Obtido na <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariahelenaschweitzer.pdf>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].







Figura 3. Imagem encontrada no Arquivo Histórico de Joinville mostra casa de escravo. Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19>.

Outro fator que nos chama bastante atenção na mesma matéria, é que crianças eram separadas dos pais:

“Às vezes, as crianças não iam juntas”, comenta. Nessa época, segunda metade do século 19, a maior parte dos cativos já era nascida no país – anteriormente, até por volta de 1860, os registros indicavam a procedência, como “Benguela” (uma das denominações dadas aos bantus, que viviam em vários locais da costa africana) e “Mina” (vindos da Costa da Mina, na África), por exemplo”.<sup>9</sup>

A matéria ainda nos traz informações colhidas no livro de Carlos Ficker, onde consta que o Coronel Vieira, por exemplo, se estabeleceu em 1826. “Com grande fazenda e muitos escravos.” Nos registros dos cemitérios e igrejas eles apareciam, com a identificação de seus donos.

---

<sup>7</sup> Cardoso, P. de J. F. (2008). *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, p. 21.

<sup>8</sup> Redação ND, Joinville *Mão de obra escrava era usada na Joinville do século 19*. Obtida na <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19/>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

<sup>9</sup> Redação ND, Joinville *Mão de obra escrava era usada na Joinville do século 19*. Obtida na <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19/>. [Consultado a 12 de novembro de 2019].

Essa matéria reforça a nossa teoria de que a escravidão em Santa Catarina foi um fenômeno em todos os seus espaços onde se estabeleceu o colonizador. Por mais que as chamadas cidades germânicas busquem rebater esta afirmativa, os dados colhidos pela reportagem da redação do Jornal Notícias do Dia revelam que a história não foi bem assim, ou seja, houve o uso de mão de obra escrava na construção da cidade de Joinville.

Algumas fontes informativas desta reportagem, reforçam a tese que traçamos acima:

“Na Coletoria Estadual havia ainda o registro do recolhimento de impostos sobre a circulação de escravos (como uma mercadoria, um bem) e no livro de venda dos escravos, constava o imposto sobre transferência. Quando eles iam ao Planalto Norte, por exemplo, mudavam de Estado, e era preciso pagar o imposto. As famílias vinham de lá para comprar escravos aqui. Isso era registrado no tabelionato, explica a pesquisadora Brigitte Brandenburg, comentando que nesse comércio muitas vezes as famílias de negros eram separadas”.<sup>10</sup>

Um outro ponto bastante polêmico, mas extremamente necessário a ser tratado neste artigo sobre patrimônio cultural, é a construção histórica, do ponto de vista filosófico e arquitetônico, da cidade de Blumenau.

Conforme a pesquisa de Fernanda Bertoli, descrita no jornal online, O Município Blumenau, publicada em 20/11/2017, percebe-se que na construção do Vale Europeu, tivemos a presença de mão de obra escrava, em particular, no levantamento das vigas estruturais da cidade de Blumenau:

“Relacionar a colonização alemã no Sul do Brasil à escravidão é um assunto controverso, “talvez pela necessidade de se identificar o Brasil Meridional apenas com o imigrante europeu, trabalhador livre, dono de suas próprias terras e empreendedor industrial (...).”, como citam os historiadores André Voigt e Marlon Salomon em artigo publicado na revista Blumenau em Cadernos.

---

<sup>10</sup> Redação ND, Joinville *Mão de obra escrava era usada na Joinville do século 19*. Obtida na <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19/>. [Consultado a 12 de nov. de 2019].

Os dois historiadores buscaram registros que comprovassem a presença da mão de obra negra na construção da cidade, mas há apenas um documento sobre a questão, assinado pelo próprio Hermann Blumenau. Nele, o fundador confirma que o sócio Ferdinando Hackradt buscou cinco escravos, entre eles uma senhora, para trabalhar nas terras da colônia.”<sup>11</sup>

Obviamente que essas afirmativas possam vir a chocar olhares e análises históricas anteriores. Até porque a cidade de Blumenau possui um caráter explícito de se ver e se sentir germânica. A Oktoberfest reitera este pressuposto todos os anos. Neste sentido, se vende um olhar para fora de Santa Catarina de uma pequena Alemanha no Brasil.

O marketing utilizado e reforçado em imagens compactadas e muito bem produzidas para os meios de comunicação moderna que ocultam a história real do que ocorreu nos anos de fundação e consolidação da cidade de Blumenau:

Baseados em documentos deixados pelo próprio fundador, historiadores afirmam que não só havia negros por aqui nos primeiros anos após a chegada dos alemães como cinco deles foram trazidos como escravos. Um episódio que inclui a cidade no contexto de exploração da mão de obra negra no Brasil – principal fato que motiva o Dia da Consciência Negra, lembrado nesta segunda-feira, 20.

“Quando ele requereu as terras, fez em sociedade com Ferdinando Hackradt. Doutor Blumenau foi para a Alemanha buscar imigrantes e o Ferdinando Hackradt ficou aqui para fazer o barracão dos imigrantes. Ferdinando Hackradt, com a aquiescência do Blumenau, contratou cinco escravos, mas eles fugiram. O doutor Blumenau ficou com uma senhora de idade, isso ele deixa escrito”.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Bertoldi, F. *Afinal, a colônia de Blumenau teve escravos?* Obtido na <https://omunicipioblumenau.com.br/afinal-colonia-blumenau-teve-escravos-veja-o-que-dizem-historiadores/>. [Consultado a 12 de nov. de 2019].

<sup>12</sup> Bertoldi, F. *Afinal, a colônia de Blumenau teve escravos?* Obtido na <https://omunicipioblumenau.com.br/afinal-colonia-blumenau-teve-escravos-veja-o-que-dizem-historiadores/>. [Consultado a 12 de novembro de 2019].

Concluimos depois de nossa pesquisa que ainda há muito a se escrever e debater sobre a escravidão negra em Santa Catarina e seus desdobramentos no campo do patrimônio cultural, material e imaterial, na atualidade.

Obviamente que percebemos na construção deste texto que há um enorme hiato entre o que foi e o que possa ter sido. A historiografia ainda não foi capaz de traduzir de forma nítida as histórias das comunidades negras e indígenas que sofreram diversas perdas com a imersão do sistema escravocrata em todo o Estado Catarinense.

O imigrante europeu ao longo dos séculos impôs uma cosmovisão onde sua história e etnia se sobrepõem a qualquer outro grupo étnico que não tem o mesmo reconhecimento e participação nas coisas cotidianas das cidades.

Negros e índios ainda são considerados e tratados, por descendentes de imigrantes, como povos subalternos. E, quanto mais fechada for a cultura de cunho eurocêntrico, maior dificuldade terá o descendente de africano ou indígena de ocupar um espaço de visibilidade e reconhecimento naquela sociedade, ressalvadas exceções.

Ainda paira no ar a ideia de superioridade de grupos humanos sobre outros. Isto se consubstancia na falta de fruição de uma cultura pluriétnica, onde negros e indígenas possam ser incluídos. Concomitante, a uma arquitetura patrimonial vinculada a cultura africana ou aborígine. O patrimônio que se destaca nos espaços sociais Catarinenses são ligados diretamente à portugueses, alemães e italianos. As festas de outubro reforçam esta visão, todos os anos, por décadas. Sem contar que enquanto as festas europeias são tidas como instrumento turístico, civilizado e cultural, o carnaval sofre pesadas críticas, falta de investimento público, privado e não é visto e tratado da mesma forma.

Neste sentido, o próprio patrimônio edificado esconde em seu interim a força de trabalho escrava na sua própria construção: o estilo arquitetônico encobre a força de trabalho utilizada na sua edificação. Como também, a excludente negação do outro.

Esse nosso entendimento nos estimula a continuar a pesquisar e escrever sobre o tema posto, objetivando desmistificar e trazer a luz da razão, a história da colonização europeia no Estado de Santa Catarina e a utilização da força de trabalho escrava.

Percebemos que ainda há muito por se fazer, mas acreditamos que as linhas as quais tecemos acima serão capazes de desconstruir algumas ideias e a colocar interrogações em inúmeras afirmativas que não se coadunam com a verdade histórica.

**MEMÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA CATAÇÃO DO CAFÉ NA ZONA  
PORTUÁRIA DE SANTOS - SP**

**WOMEN IN COLLECTING COFFEE IN THE PORT OF SANTOS-SP – MEMORY’S  
OF THEIR WORK**

Recebido a 20 de fevereiro de 2020

Revisto a 18 de março de 2020

Aceite a 20 de abril de 2020

**Kathelyn Kristinne Garcia da Silva**

Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais  
Universidade Federal de São Paulo, Brasil  
[kathelynkristinne@gmail.com](mailto:kathelynkristinne@gmail.com)



## Resumo

O presente artigo propõe analisar as políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural, dialogando com o processo pedagógico promovido pelo Palácio da Bolsa Oficial do Café localizado na cidade de Santos - SP, acentuando a importância da valorização do patrimônio para a comunidade. O propósito da investigação é contextualizar e descrever a ressignificação dos espaços museológicos na construção da memória e identidade dos sujeitos na contemporaneidade. Problematizando as relações de trabalho estabelecidas nos armazéns, evidenciando o trabalho feminino na catação do café na zona portuária, registradas por meio de história oral e visitas ao museu. A partir de um acervo de experiência humana, valorizando a historicidade compondo uma narrativa coletiva.

*Palavras-Chave:* Museu, Memória, Catação do Café.

## Abstract

This paper proposes to analyze public policies aimed at cultural heritage, dialoguing with the pedagogical process promoted by the Palácio da Bolsa Oficial do Café located in the city of Santos - SP, emphasizing the importance of valuing heritage for the community. The purpose of the investigation is to contextualize and describe the reframing of museum spaces in the construction of the memory and identity of subjects in contemporary times. Questioning the work relations established in the warehouses, highlighting the female work in the collection of coffee in the port area, recorded through oral history and visits to the



museum. From a collection of human experience, valuing historicity composing a collective narrative.

*Keywords:* Museum, Memory, Picking up coffee.

## **1. Museu e Patrimônio: Lugar de Memória e Representações do Passado a partir do Presente**

O processo pedagógico promovido pelos espaços museológicos viabiliza a importância da valorização do patrimônio para a comunidade, construindo coletivamente a ideia de pertencimento e memória local. Tratar os espaços culturais como fonte de construção da formação do sujeito enquanto ser histórico produto e produtor de cultura salienta o papel histórico-cultural do Palácio da Bolsa Oficial do Café como referência da memória e historicidade do município de Santos – SP, devido ao valor simbólico das relações sociais construídas ao longo das décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da zona portuária.

A proposta do espaço museológico é articular a cultura viva do presente com o patrimônio cultural, construindo uma ponte entre o passado e a identidade coletiva local, conectando a cultura com a incorporação de inovações tecnológicas, estabelecendo uma comunicação e ressignificação do tempo na compreensão de sua historicidade. A reflexão engloba a problematização das condições de trabalho das mulheres que atuavam na catação de café ao longo do século XX, analisando a partir disso quais as estratégias de comunicação utilizadas pelo museu do café na propagação de informação e educação, incentivando o público a realizar visitas ao espaço, reconhecendo-se enquanto agente da história.





O desenvolvimento da reflexão se deu a partir de visitas ao museu em conjunto com leituras sobre a temática, utilizando as contribuições teóricas de José Reginaldo Santos Gonçalves, Manuel Castells, Leslie White para promover uma contextualização sobre a formação do museu, sua arquitetura e espaço geográfico em que está inserido, auxiliando durante a investigação e organização da pesquisa. Nesse sentido, utilizarei também as contribuições da Maria Izilda Santos de Matos para analisar o trabalho feminino na catação do café nos armazéns localizados na zona portuária, dialogando como o conceito de cultura está relacionado à construção de memórias e identidades a partir do patrimônio cultural, apresentando de forma breve os dizeres legais da Constituição de 1988.

## **2. As políticas públicas de preservação ao patrimônio cultural e a constituição da Bolsa de Café como lugar de memória**

A Constituição de 1988 atribuiu um conjunto de direitos sociais, econômicos, ambientais, propiciando a autonomia dos municípios em formular e implementar políticas públicas acentuando a organização do governo em solucionar problemas da sociedade. Por meio de ações de cunho político e jurídico o Estado desenvolve um conjunto de programas traçando estratégias para auxiliar o poder público frente a construção de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, a preservação da diversidade cultural, tendo em vista a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) pela Lei nº 12.343, de 02 de Dezembro de 2010. Embora haja nesse espaço uma disputa de poder e interesses ideológicos, o papel do Estado frente aos patrimônios materiais e imateriais da sociedade brasileira apresentam-se na Constituição de 1988 nos:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- a) Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- b) Produção, promoção e difusão de bens culturais;
- c) Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- d) Democratização do acesso aos bens de cultura;
- e) Valorização de diversidade étnica e regional.

Art. 216 – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

1. As formas de expressão;
2. Os modos de criar, fazer e viver;
3. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

4. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

5. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição de 1988).

Nesse sentido o Palácio da Bolsa Oficial do Café representa o esboço do período cafeeiro no final do século XIX e início do século XX, compondo uma narrativa de poder da aristocracia da época, local em que o café era classificado e negociado antes de ser exportado; cabe salientar que com a Crise de 1929 a Bolsa do café sofreu impactos nas transações resultando no fim de suas atividades em 1957. O prédio foi restaurado em 1998 e transformado no museu que hoje conhecemos, salvaguardando a importância do café para a sociedade brasileira: tanto no viés econômico como também sociocultural, sendo o Brasil o maior produtor, exportador e segundo maior consumidor de café. Apresentando-se enquanto espaço de construção social, um símbolo do cotidiano brasileiro, fontes de referência às tradições geográficas e históricas permeando uma dimensão temporal cujo saberes culturais são transmitidos e ressignificados em diferentes épocas.

As obras de melhoramentos realizadas no cais foram desenvolvidas por uma companhia privada denominada “Empresa das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos”, cuja proposta foi analisada pelos Ministérios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas e o Ministério da Fazenda. A criação da Companhia Docas de Santos se deu com a assinatura do Termo de Concessão em 1890 passando um período demarcado pela falta de canalização das águas, desencadeando uma série de doenças na população. Nesse período de desenvolvimento do porto de Santos nasceu o movimento sindicalista na defesa das reivindicações trabalhistas, resistindo às repressões do governo na época, tendo como marco a vitória dos trabalhadores na implementação do regime de oito horas de trabalho (1908).

## **2.1. O processo de produção e exportação do café: memórias e identidades no espaço museológico da Bolsa do Café**

Para assimilar a dinâmica do desenvolvimento do município, tal como suas especificidades é necessário conhecer a importância do processo de produção e exportação do café como símbolo de memórias e identidades, permitindo que os sujeitos se apropriem do patrimônio cultural. Embora esse espaço contemple uma materialidade, deve considerar sua categoria imaterial acentuando as expressões e relações sociais estabelecidas pelas trabalhadoras e profissionais que atuavam com o café no Porto de Santos. Segundo Gonçalves (2005) os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público, apresento como exemplo as narrativas em áudio que dialogam com o público durante a visita ao museu, composta por depoimentos gravados de trabalhadoras e profissionais do período de desenvolvimento portuário e ascensão da exportação de café. Torna-se fundamental essa experiência para o visitante identificar a diversidade dos bens culturais da humanidade, atribuindo valores ao patrimônio, relacionando-o com o presente e com o processo histórico da região.

As ações educativas enfatizam a importância do patrimônio para a humanidade, construindo leituras críticas sobre os objetos e a imaterialidade apresentada no espaço museológico, decifrando o papel do museu enquanto lugar de memória e registro de uma realidade que transita entre o passado e o presente. Todo o aparato simbólico desde a estrutura do edifício até o modo como a história da cidade é contada durante as visitas monitoradas e palestras transmitem uma dinâmica histórica em que os sujeitos são agentes de transformação, reconhecendo suas funções sociais a partir da relação estabelecida com o lugar de memória.

Portanto, o museu proporciona conhecimento sobre a história da cidade tecendo uma reflexão sobre a política, a economia, as relações de trabalho dos trabalhadores e imigrantes



que atuavam no Porto de Santos e, sobretudo sobre a construção de identidades culturais. Através das relações existentes nesse espaço de informação e memória, criam-se sentimentos de pertencimento por parte dos sujeitos visitantes contemplando as aprendizagens e significados históricos.

Ressaltamos que um símbolo é composto de duas coisas: um significado e uma estrutura física, isto é, um objeto, um ato, uma cor ou um som. A estrutura ou forma física é o veículo que transmite o significado. Um símbolo precisa ter uma estrutura física, pois, sem ela, não poderia entrar em nossa experiência. Na simbologização, a estrutura física do símbolo é perceptível pelos sentidos, mas não o seu significado. (White, 2009, p. 15).

As práticas educacionais promovem reflexão e produção de conhecimento mediando à comunicação entre os objetos materiais, os relatos em áudio e as histórias orais apresentadas no museu, estabelecendo vínculo afetivo por meio da sensibilização dos símbolos existentes. Segundo White (2009, p. 23) o homem e a cultura são inseparáveis, definindo o primeiro como um animal simbologizador e a cultura em termos de simbologização.

Dessa forma, tanto os painéis quanto os vitrais de Benedito Calixto simbolizam momentos históricos importantes (Brasil Colônia, Império e República) do ciclo do café na cidade de Santos, relacionando o desenvolvimento econômico da região com a abundância da exportação do café e todo o trabalho realizado no Porto de Santos, fio condutor para a comercialização do produto. Permitindo aos visitantes o contato com os objetos e as narrativas históricas que compõem esse cenário, desenvolvendo uma percepção sobre os objetos e o modo como as relações de trabalho, negociação e comércio eram estabelecidas na época. Resignificando o conhecimento apreendido, compreendendo a função do museu em preservar e reconstruir a cultura viva do passado intrinsecamente relacionada às relações do presente.

Museus são repositórios de temporalidade. Eles constituem uma tradição histórica acumulada ou uma projeção na direção do futuro. São, dessa forma, arquivos do tempo humano, vivido ou a ser vivido; um arquivo do futuro. Restabelecer temporalidades numa perspectiva de longo prazo é fundamental para a sociedade na qual a comunicação, os sistemas tecnológicos e as estruturas sociais convergem para destruir o tempo, suprimindo-o, comprimindo-o ou alterando arbitrariamente as sequências de tempo. (Castells, 2015, p. 15).

O museu deve ser capaz de constituir-se enquanto espaço de inovação cultural, realizando experimentações compreendendo as funções simbólicas e como a produção do café se relaciona com técnicas corporais integrando o sistema como parte da extensão dos objetos identificados, classificados e preservados. Nesse sentido, a educação patrimonial possibilita a construção das identidades e memórias coletivas, fundamentando conceitos como alteridade, ética, pluralidade e solidariedade, assumindo o papel de conscientização frente aos bens culturais, compreendendo a importância de salvaguardar as manifestações culturais.

## **2.2. Pianistas de Armazém: Trabalho Feminino na Catação do Café**

A exposição denominada “Pianistas de armazém: trabalho feminino na catação do café” exibida no museu no mês de maio de 2019 apresentou narrativas de mulheres que trabalharam na catação do café em meados do século XX na região portuária de Santos, estabelecendo uma relação entre as condições de trabalho da época e as relações de gênero, tendo em vista a divisão sexual do trabalho em que as funções eram determinadas a partir da construção social da feminilidade versus masculinidade.

As narrativas evidenciam a divisão sexual do trabalho realizada a partir de estereótipos construídos culturalmente- socialmente, por se tratar de um trabalho repetitivo era colocado como uma “função feminina”, considerando que muitas equilibravam a rotina doméstica com o trabalho nos armazéns objetivando melhores condições de sobrevivência, tendo em vista



que durante os relatos disponibilizados em áudios no museu expuseram a necessidade de utilizar o dinheiro para alimentação da família. A catação de café era extremamente importante para a comercialização visto que as negociações dependiam da qualidade do grão, tal atividade ocorria nos armazéns na zona portuária em locais próprios da Companhia Docas de Santos e também nos casarões no bairro do Valongo.

Embora se tratasse de um trabalho informal as mulheres relataram as más condições de trabalho com relação ao local, baixa remuneração e exigência de horário por parte do fiscal. Muitas das trabalhadoras levavam os filhos para os armazéns, sendo submetidas à jornada de oito horas de trabalho e uma hora de almoço, podendo descansar nos sacos de café, ou seja, não havia um espaço adequado para a realização da alimentação, aqueciam a comida através de latas de alumínio e álcool. As mulheres permaneciam em mesas sentadas, tendo que levantar os sacos de café sozinhas, espalhar os grãos pela mesa e realizar a separação manualmente dos grãos bons, como quem toca piano, a habilidade com as mãos e dedos eram essenciais para a produção e agilidade no trabalho, podendo concluir de 8 à 22 sacos de café considerando as técnicas e habilidades desenvolvidas por cada mulher. Quando percebiam que a qualidade do café estava péssima, tomava boa parte do tempo ocasionando a baixa remuneração retornavam para casa, evitando o desconforto do trabalho e a tensão severa da fiscalização responsável pela análise dos grãos, pois caso fosse encontrado alguma sujeira o café seria reprovado, interferindo nas relações de trabalho das catadoras.

A flexibilidade em poder decidir o tempo de trabalho e em qual armazém realizar a catação do café tratava-se de uma linha tênue com a exploração, perpassando os aspectos citados das más condições de trabalho e considerando o papel rigoroso da fiscalização, uma vez que a preocupação era melhorar a qualidade dos lotes de café a fim de obter lucro na comercialização do produto. As trabalhadoras cumpriam essa jornada de trabalho atendendo às exigências da fiscal, pois o valor ganho pelo trabalho realizado dependia da produção de



saco de café, ou seja, ganhava correspondente a cada saca de café de 60 kg, caso o café fosse reprovado conseqüentemente perderam o dinheiro e o tempo de trabalho.

Por se tratar de um trabalho manual atribuiu a essa função o nome de pianistas às mulheres que realizavam a catação do café, cabe salientar o desaparecimento da função após o surgimento de catadeiras eletrônicas fotossensíveis na década de 1970. Contudo as memórias do trabalho realizado pelas mulheres na catação do café nos armazéns de Santos permanecerão vivas e registradas, aproximando o público visitante da história e dos trabalhadores envolvidos na comercialização do café, permitindo a reflexão crítica sobre as condições de trabalho das mulheres na época, compreendendo a importância de preservar os objetos materiais e as histórias orais presentes no espaço museológico, construindo vínculos com o presente, ressignificando o café enquanto símbolo do desenvolvimento da região, tal como a construção de práticas cotidianas capazes de influenciar nas nossas identidades.

### **3. Considerações Finais**

A reflexão considerou as articulações educativas propostas pela Bolsa do Café sobre a trajetória do café na região por meio do conhecimento compartilhado pelo guia durante as visitas ao espaço, legitimando seu valor enquanto patrimônio cultural salvaguardando as narrativas do período cafeeiro. Articulando a simbologia do café com a construção social estabelecida no espaço museológico, sendo este um lugar de memória e representações do passado a partir de perspectivas e vivência do presente.

Destacando a história do café e sua relação com o desenvolvimento da cidade, as implicações dos trabalhos realizados no porto, sobretudo no que tange o trabalho feminino na catação de café. Por conseguinte, ponderar as políticas públicas de preservação do patrimônio





cultural, compreendendo este como espaço de memórias e identidades construídas a partir da materialidade e imaterialidade exposta no museu do café, considerando as contribuições advindas do referencial teórico a fim de tecer uma reflexão sobre a subjetividade desse espaço e o conceito de cultura ao analisar a importância do patrimônio para a cidade.

Nesse sentido, as ações educativas acentuam a construção de uma criticidade sobre os objetos materiais e imateriais do espaço museológico, registrando o período cafeeiro: o processo de produção e exportação do café corroborando com a historicidade e os papéis sociais dos sujeitos enquanto trabalhadores da região portuária e, as relações estabelecidas com as memórias enquanto produtores de cultura.

Portanto, dialogar a respeito do patrimônio cultural da Bolsa do café com as narrativas históricas sobre os trabalhos que envolvem a produção e exportação do café, permite problematizar a presença feminina no universo do trabalho compreendido a partir da lógica da divisão sexual do trabalho. Assim, o trabalho feminino na catação do café realizado nos armazéns na região portuária de Santos demonstra como a mulher ocupou espaços desiguais em relação aos homens nas quais as funções eram determinadas a partir da construção de uma feminilidade. A dupla jornada de trabalho entrelaçada entre a informalidade e o trabalho doméstico aprontam a desvalorização do trabalho feminino e as péssimas condições de trabalho, além da baixa remuneração.

Discorrer a respeito do trabalho feminino na catação do café envolve dialogar sobre as relações de gênero na sociedade atual, compreendendo a importância de salvaguardar os saberes dos trabalhos exercidos por mulheres na região portuária, de modo que essas funções e essas mulheres deixem de ocupar a invisibilidade nos espaços museológicos e no processo histórico de desenvolvimento da cidade de Santos no que compete a simbologia e a comercialização do café.

Tendo em vista que o Brasil era o maior produtor e exportador de café, a contribuição do trabalho feminino na catação do café não deve ser invisibilizada pelo seu significado e implicação com a comercialização do café e com o desenvolvimento regional. Os registros e histórias orais apontam a responsabilidade de problematizar as relações de trabalho no período de expansão do café, abrangendo as discussões de classes sociais, gênero e etnia. Compreendendo quem são essas mulheres que se submetiam às jornadas exaustivas resultantes do trabalho informal na catação do café e de que modo sobreviveram após o desaparecimento da função com surgimento de catadeiras eletrônicas fotossensíveis na década de 1970.

## Referencias

- Benedict, R. (1934). *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, Tradução Alberto Candeias.
- Bruno, C. (1996). Museologia e Comunicação. In *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Centro de Estudos de Socio-Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, nº 9, 35-53.
- Carvalho, R. M. R. de (2008). Comunicação e informação de museus na Internet e o visitante virtual. In *MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio - MAST*. vol. I, nº 1 - jul/dez. Obtido na <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>.
- Castells, M. (2011b). *Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço*. In *Revista Musas*. Brasília. ano VII, n.5, 8-21. Tradução Claudia Storino. [Consultado a 19 Abr. 2019]. Obtido na <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Revista-Musas-5.pdf>.

- Chagas, M. (2006). Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. Patrimônio. In *Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê Educação Patrimonial*. nº3, Jan/Fev.
- Constituição Federal (1988). [Consultado a 27 Abr. 2019]. Obtido na [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao\\_federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf).
- DECRETO Nº12.343, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010 (2010). Instituto do Plano Nacional de Cultura (PNC), Brasília-DF, dez. [Consultado a 19 Abr. 2019]. Obtido na [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm).
- Gonçalves, J. R. S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. ano 11, nº 23, jan/jun, 15-36.
- IPHAN (2006). Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus bois: A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: Brasília Artes Gráficas. Obtido na [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv\\_OsSambasAsRodasOsBumbas\\_2Edicao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_OsSambasAsRodasOsBumbas_2Edicao_m.pdf) [Consultado a 27 Abr. 2019].
- Magalhães, L. H., Zanon, E., Branco & P. M. (2009). *Educação Patrimonial – da teoria à prática*. Londrina: Ed. Unifil.
- Matos, M. I. S. (2004). Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. In *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. vol. XXX, nº 2, dezembro, 9-26.
- White, L. (2009). *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto. Tradução de Tereza Carneiro.

## **MUSEU, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO**

### **MUSEUM, TOURISM AND HERITAGE EDUCATION: A CASE STUDY**

Recebido a 20 de fevereiro de 2020

Revisto a 18 de março de 2020

Aceite a 20 de abril de 2020

**Eunice R. Lopes**

Instituto Politécnico de Tomar  
TECHN&ART; CiTUR; GOVCOPP  
[eunicelopes@ipt.pt](mailto:eunicelopes@ipt.pt)

**Mónica Cardoso**

Instituto Politécnico de Tomar  
Licenciatura em Gestão Turística e Cultural (a frequentar)  
[monicasjcardoso@gmail.com](mailto:monicasjcardoso@gmail.com)



## Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a dinâmica museu, turismo e educação patrimonial através da apresentação de um estudo de caso. Tem como objetivos: 1) discutir como ações educativas podem direcionar os estudantes para a visita de museu(s) e, 2) como podem estas ações ser incorporadas e apropriadas pelos estudantes de forma a despertar curiosidade para o património, inculcando-lhes conhecimentos sobre a importância da salvaguarda, passando a ter um papel atuante para a valorização dos objetos patrimoniais que os rodeiam. Este artigo tem por base o museu da Boneca em Alcanena (Portugal). O museu foi inaugurado a 9 de maio de 2009 e encontra-se localizado num antigo Jardim de Infância. Seguiu-se como metodologia o inquérito por questionário aplicado aos estudantes do 1.º e 2.º ciclo da EB1 de Alcanena. O questionário foi desenvolvido de forma a cumprir os objetivos estipulados previamente: 1) perceber as expectativas e as perceções dos estudantes sobre a visita ao museu da Boneca; 2) entender a importância das visitas guiadas aos museus na faixa etária em estudo e, o impacto e motivação do museu da Boneca após a visita. Conclui-se que ações interdisciplinares na educação são necessárias para que a educação patrimonial cumpra o seu papel de mediadora das atividades desenvolvidas nas escolas para a importância e consequente valorização dos recursos patrimoniais e turísticos existentes nos territórios. A educação patrimonial adquire um papel vital na consciencialização dos estudantes para a visita e promoção do(s) museu(s).

*Palavras-chave:* Museus, Educação Patrimonial, Turismo, Território



### Abstract

This article proposes a reflection on the dynamic museum, tourism and heritage education through the presentation of a case study. Its objectives are: 1) to discuss how educational actions can direct students to visit museum(s) and, 2) how these actions can be incorporated and appropriated by students in order to arouse curiosity for the heritage, instilling them knowledge about the importance of safeguarding, taking on an active role in the valuation of the heritage objects that surround them. This article is based, on the Doll Museum in Alcanena (Portugal). The museum was opened on May 9, 2009 and is located, in an old kindergarten. The survey followed a questionnaire applied to students in the 1st and 2nd cycle of EB1 in Alcanena. The survey was developed in order to meet the objectives previously stipulated: 1) understand the expectations and perceptions of students about the visit to the Doll museum; 2) understand the importance of guided tours to museums in the age group under study and the impact and motivation of the Doll museum after the visit. It is concluded that interdisciplinary actions in education are necessary for heritage education to fulfil its role as mediator of activities developed in schools for the importance and consequent enhancement of the heritage and tourism resources existing in the territories. Heritage education takes on a vital role in raising students' awareness of visiting and promoting the museum (s).

*Keywords:* Museums, Heritage Education, Tourism, Territory



## 1. Introdução

A interligação museus, turismo e educação patrimonial presente neste trabalho pretende (re)pensar formas de garantir o benefício de todos os setores da sociedade na dinâmica da preservação do património de forma conectada com a atividade turística. Entendendo-se que a educação patrimonial é um processo de sensibilização dedicado à demonstração da importância do património cultural com o intuito de ser preservado e valorizado, a educação patrimonial poderá assumir esse significativo papel.

O turismo entra nesta dinâmica sendo assinalado pela ação de visitação e conhecimento do património cultural acabando também aqui neste contexto, adquirir um sentido educativo, pelo processo de apropriação dos recursos humanos materializados no(s) património(s). Para que a educação patrimonial cumpra o seu papel de mediadora da atividade museológica e turística, é necessário estar interligada com o processo de aquisição de conhecimentos, tornando-se imperativo refletir sobre a necessidade de salvaguardar e valorizar o património através da atividade turística. O contributo do turismo encontra-se na “visibilidade local/regional/nacional/e internacional da cultura local que depende muito de como as manifestações culturais são apreendidas pelos visitantes” (Lopes, 2017, p. 384).

Neste domínio, a vertente museológica, será uma aposta estratégica territorial de promoção patrimonial e de atratividade turística. O museu apresentado neste artigo é o museu da Boneca, situado no concelho de Alcanena.

Alcanena é um concelho com favoráveis acessibilidades (Figura 1). A A1 liga o Norte a Sul do país com o nó de Torres Novas ou o nó de Santarém com saídas diretas e a A23 liga toda a zona Este do país, Espanha e Europa. O museu da Boneca encontra-se integrado na região do Médio Tejo, sendo composto por 13 municípios: Abrantes, Alcanena, Constância,

Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

A cooperação estratégica entre estes municípios e intervenções intermunicipais contribui para o amplo conhecimento da região, possibilitando o desenvolvimento e o reforço da gestão territorial em diversas áreas. É importante uma aposta estratégica nos recursos patrimoniais e nos museus existentes para que o desenvolvimento local venha a enquadrar-se numa perspetiva territorial integradora no sentido de “valorizar e potenciar os recursos endógenos através de diversas iniciativas com o envolvimento e a participação de todos os agentes implicados no processo. Veículo de promoção da atividade turística local é a educação patrimonial” (Lopes & Rego, 2017, p. 343).

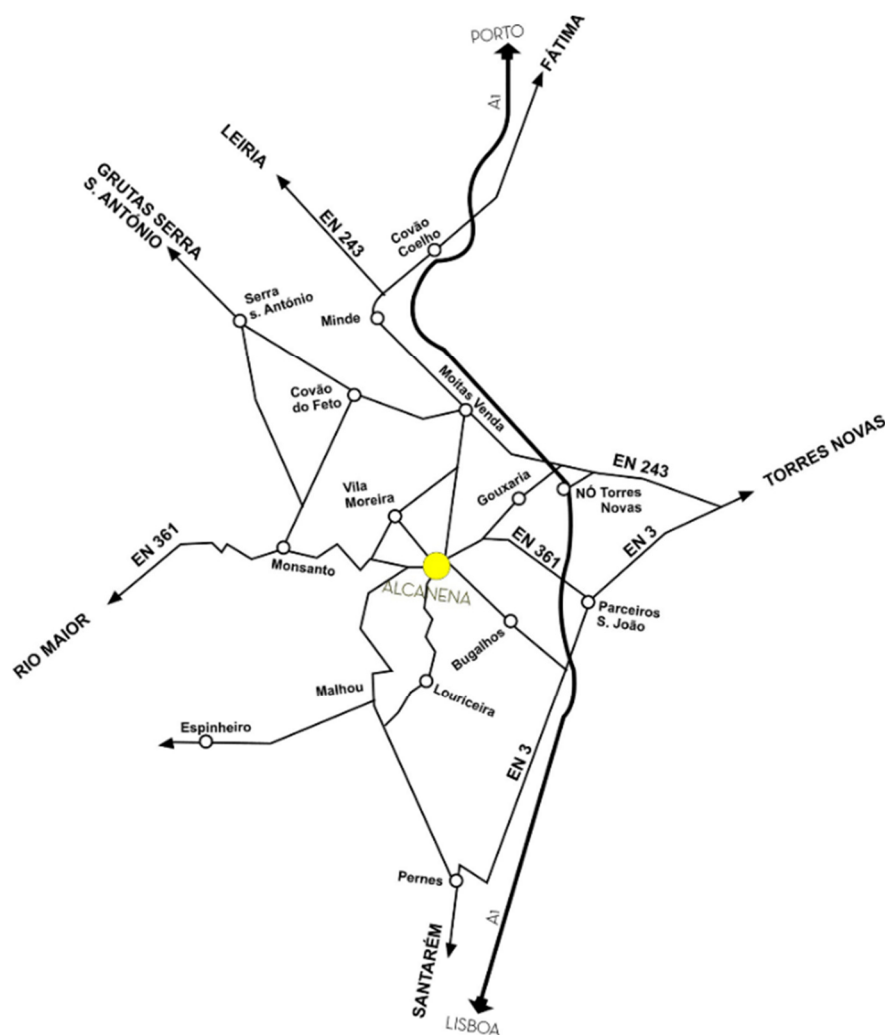


Figura 1. Acessibilidades. Fonte: CMA (2019).



Alcanena encontra-se próxima de vários pontos de interesse turístico (exemplos: Fátima (Turismo Religioso); Nascentes do Alviela, Serra St. ° António, Alvados e Mira de Aire, (Turismo Natureza); Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Convento de Cristo (Património da UNESCO); Santarém (Cidade do Gótico); e toda a envolvente do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros). Neste artigo procura-se perceber o papel da educação patrimonial no incentivo à visita de museus. Apresenta-se o resultado da ação educativa (visita ao museu da Boneca), pela escola 1.º e 2.º ciclo da EB1 de Alcanena. Através desta ação foram sendo construídos conhecimentos para valorização e proteção do património cultural.

## 2. O Museu da Boneca: Contexto e Caracterização Geral

O museu da Boneca, encontra-se localizado no perímetro urbano de Alcanena (Rua Eng.º Eduardo Arantes de Oliveira, 49, Alcanena, Portugal). O museu da Boneca, inaugurado em 9 de maio de 2009 (Figura 2), é tutelado pela Câmara Municipal de Alcanena, encontrando-se instalado num antigo Jardim de Infância.



Figura 2. Placa de inauguração. Fonte: Cardoso, M. (2019).

Expõe e divulga uma coleção de bonecas, propriedade da colecionadora Rosa Vieira, que, ao longo dos anos, reuniu cerca de 10.000 exemplares de bonecas e bonecos das mais variadas formas, tamanhos e materiais.

A área expositiva do museu da Boneca compreende um espaço onde, através de materiais didáticos alusivos à coleção, incentiva a interpretação e assimilação de algumas noções de património material e imaterial.



*Figura 3. Hospital da Bonecas. Fonte: Cardoso, M. (2019).*

Na sala “Hospital das Bonecas” (Figura 3), tratando-se de um espaço interativo, poder-se-á assistir ao restauro de brinquedos, efetuado pela proprietária da coleção, com o intuito de comunicar aos visitantes a importância de preservar do património.

O Museu da Boneca tem como missão a aprendizagem e a troca de experiências. Procura partilhar histórias, conhecimentos motivando a curiosidade e incentivando os visitantes a reafirmarem a importância e preservação de obras de arte, no caso Bonecas, de vários tipos, feitos e nacionalidades.

O espaço museológico possui uma sala de exposição permanente, sala de restauro (Hospital das Bonecas), sala de exposições temporárias e receção. Num ambiente informal e

descontraído propõe-se, no âmbito das exposições temporárias, uma visita a bonecas modernas em tecido, esferovite, madeira, borracha e plástico.

Desde modo, é possível conhecer-se objetos que têm, ao longo de gerações, contribuído para a criatividade dos estudantes, como as marionetas e os fantoches, e para o seu desenvolvimento afetivo: imitações de bebés, bonecas articuladas e interativas, bonecas manequim para vestir e enquadrar em cenários privados e públicos (edifícios e espaços), personagens, figuras de ação e heróis usados para simular histórias de ficção ou miniaturas em plástico que vivem em constante aventura.

Para além da área expositiva, o museu da Boneca possui também um espaço onde, através de materiais didáticos alusivos à coleção, incentiva os visitantes à interpretação e assimilação de algumas noções de património material e imaterial.

Entende-se que a educação patrimonial:

“(...) contribui para o processo cultural e a partir das suas manifestações, despertar no estudante o interesse em resolver questões significativas para a sua própria vida pessoal e coletiva. O património histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades para provocar nos estudantes sentimentos de curiosidade levando-os a querer conhecer mais sobre os recursos patrimoniais existente. Um individuo/estudante que conheça os objetos patrimoniais que o rodeiam, consequentemente reconhece melhor a sua importância e naturalmente terá maior propensão para ações ligadas à preservação e conservação deste (...)”

(Costa & Lopes, 2017, p. 48).

Neste sentido, existe um importante papel social associado aos museus, devendo desenvolver-se atividades com o intuito de aumentar os conhecimentos sobre o património e ao mesmo tempo permitindo a vivencia de novas experiências nos espaços museológicos.

### 3. Metodologia

Em termos de metodologias foi utilizado o inquérito por questionário para recolha de dados que cumprissem os objetivos: 1) perceber as expectativas e as perceções dos estudantes sobre a visita ao museu da Boneca; 2) perceber a importância das visitas guiadas aos museus na faixa etária em estudo e, o impacto e motivação do museu da Boneca após a visita.

O questionário foi desenhado com questões de fácil leitura, dividindo-se em dez partes: 1) passatempos preferidos dos estudantes; 2) caracterização da palavra brincadeira, através de três palavras; 3) visita a museus, se era habitual o fazerem; 4) qual a última vez que tinham visitado museus; 5) com quem habitualmente visitavam o museu da Boneca; 6) o que mais tinham gostado de ver no museu da Boneca; 7) o que é que menos tinham gostado de ver no museu da Boneca; 8) como avaliavam os estudantes a sua experiência no museu da Boneca; 9) o que mudariam no museu da Boneca; e uma última questão, 10) se voltariam a visitar o museu da Boneca.

O questionário foi dirigido a estudantes do 1.º e 2.º ciclo da EB1 de Alcanena em duas turmas da Escola 2,3 Dr. Anastácio Gonçalves, também em Alcanena. Optou-se como metodologia enviar email aos professores a acompanhar o questionário com o intuito de se explicar a natureza da pesquisa, a sua importância, e a necessidade da obtenção de respostas, tentando despertar o interesse, para o devido preenchimento e devolução dos questionários. Foram recolhidos no período novembro e dezembro de 2018, um total de 94 questionários.

#### 4. Análise e Discussão de Resultados

Em termos de caracterização do perfil dos inquiridos (estudantes), verificou-se uma predominância do género feminino (55%) sobre o género masculino (45%). Relativamente às idades dos estudantes foram consideradas as faixas etárias situadas entre os 6 e os 12 anos, sendo que das respostas obtidas estão divididos da seguinte forma: 13 estudantes (1.º ano); 17 estudantes (2.º ano); 18 estudantes (3.º ano); 22 estudantes (4.º ano); 13 estudantes (5.º ano) e, 11 estudantes (6.º ano).

Na caracterização da palavra brincadeira, as três palavras mais utilizadas foram; a) diversão; b) brincar; e c) alegria.

Das 94 respostas, apenas um estudante nunca tinha visitado um museu, sendo que os restantes já tinham realizado visitas a museus maioritariamente há cerca de 1 ano, e a esmagadora maioria com os Educadores, sendo que um número muito reduzido realizou a visita ao museu em família (pais/avós). Este é um indicador revelador que a escola interage com a cultura local e, que infelizmente o núcleo familiar não se ocupa com este tipo de visita aos recursos patrimoniais onde se inclui os museus.

A grande maioria dos estudantes afirma que o que mais gostaram de ver no museu da Boneca - foram as bonecas, sendo por isso o foco mais apelativo e do que menos gostaram - as respostas foram surpreendentes e unânimes: NADA. Esta resposta remete para uma visita ao museu da Boneca de agrado geral dos estudantes, que bem conduzida proporciona entusiasmo e vontade de colaborar, sendo que alguns estudantes referiram já ter oferecido bonecas e bonecos “partidos” para o Hospital das Bonecas (sala de restauro).

Quanto à classificação da experiência de visita ao museu, 1 estudante classificou de insuficiente, 4 de suficiente, 46 classificaram de Bom e 43 de Muito Bom, o que sugere um interesse didático pelo acervo deste museu.

Sobre a questão o que os estudantes mudariam no museu da Boneca, as respostas mais evidentes foram: NADA mudariam, sendo que existem duas ou três respostas curiosas: a) *“mudava a cor das paredes para rosa e roxo”*; 2) *“mudava algumas bonecas para outras mais bonitas”*; c) *“aumentava o espaço para ter mais coisas”*.

A rotatividade das coleções, a cor do espaço e o próprio espaço, remete para a dimensão do museu dada a quantidade de bonecas existentes (10.000) e para a atratividade do mesmo. Dos 94 estudantes, 75 voltariam a visitar o museu da Boneca, já os restantes 19 não mostraram interesse em voltar a visitar o museu.

## 5. Conclusões

Tendo por base os questionários aplicados, poder-se-á concluir que o grau de satisfação em relação ao museu da Boneca é bom, traduzindo-se num espaço a (re)visitar, pois a visita remete para experiências, memórias, saudades e afetos. Para além do grau de satisfação e motivação foi possível identificar qual o conhecimento e relação das visitas com o ambiente escolar.

Em relação à importância da visita ao museu, esta foi considerada motivadora, os estudantes apreciaram bastante, manifestaram interesse e revelaram-se participativos e críticos.

É de extrema relevância que se retire o máximo proveito dos programas de visitas guiadas aos museus, uma vez que o sucesso pedagógico destes, encontra-se fortemente



correlacionado com a motivação dos estudantes, durante a visita, e com os objetivos pedagógicos delineados pelo professor. Segundo a descrição elaborada pelos docentes, foram bem-sucedidos, dado que as temáticas abordadas antes e no decorrer das visitas, revelaram-se contextualizadas e apropriadas aos conteúdos lecionados, motivo pelo qual o museu é crucial para o desenvolvimento cultural e fundamental para a aprendizagem e conhecimento sobre o património cultural (material e imaterial) existente nos territórios.

As ações desenvolvidas durante a preparação da visita em si e o término das mesmas demonstram criatividade, imaginação e enriquecimento pessoal por parte de estudantes e professores. Verificou-se, contudo, que ainda há muito a fazer para que ocorram melhorias no serviço, nomeadamente, nos serviços educativos.

Em síntese, as visitas guiadas afiguram-se como um caminho fundamental na ampliação e construção de conhecimentos no processo ensino aprendizagem, pois quando os estudantes visitam um museu e regressam à sala de aula ainda mantêm em memória as matérias apreendidas respondendo com estímulo às discussões e questões esplanadas no contexto escolar. Os estudantes podem ainda constituir-se como veículos difusores do museu, do património e da história junto dos familiares e restante comunidade. As visitas quando bem organizadas e orientadas transmitem conhecimento e motivação para a apreensão de conhecimentos sobre a cultura, a história, o património, entre outros.

Visitar o museu da Boneca, em particular e os museus em geral, é fomentar a criatividade, a imaginação e o enriquecimento pessoal, contribuindo dessa forma para dinâmicas de atuação de salvaguarda e valorização patrimonial, e consequente mais-valias de aplicabilidade estratégica na promoção dos territórios, não só para e pela comunidade em si, mas para uma mais ampla e aprofundada visita cultural e turística.

## Agradecimentos

A realização deste estudo contou com importantes apoios e informações: D. Rosa Vieira, orientação na visita ao museu da Boneca e total disponibilidade ao longo da realização do estudo para fornecer informações; professores e estudantes da Escola EB 1 de Alcanena (ano letivo 2018/2019), e, Associação ABC de Alcanena, pelo interesse demonstrado no questionário implementado.

## Referências

- Câmara Municipal de Alcanena (2020). *O que visitar em Alcanena-Museus*. In Câmara Municipal de Alcanena. Obtida na <http://cm-alcanena.pt/>.
- Costa, V. & Lopes, E. R. (2017). *A gamification no turismo e na educação patrimonial*. In *Atas da XII Semana de Gestão - Dando de caras com o futuro: tendências e desafios do gestor*. Instituto Politécnico de Tomar. Portugal, abril, 45-53.
- Lopes, E. R. (2017). Tourist Territories. Cocreation of cultural and creative diversity. *Journal of Tourism and Development*. vol. 2, 27/28, 383-395.
- Lopes, E. R. & Rego, C. (2017). Cultural and Touristic Management: cultural and creativity diversity in touristic territories. *International Journal of Scientific Management and Tourism*. vol. 3, nº 2, 341-351.
- Médio Tejo (2020). *In* Concelho de Alcanena. Obtido na <http://mediotejo.pt/index.php/cimt/municipios-associados/alcanena>.
- Museu da Boneca (2020). *In* Câmara Municipal de Alcanena. Obtido na <http://museu-boneca.alcanena.pt/>.



**MUSEUS E ROTAS CULTURAIS. FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DOS AÇORES**

**MUSEUMS AND CULTURAL ROUTES. TOOLS FOR DISSEMINATING THE UNDERWATER ARCHAEOLOGICAL HERITAGE FROM THE AZORES**

Recebido a 20 de fevereiro de 2020  
Revisto a 18 de março de 2020  
Aceite a 20 de abril de 2020

**José Luís Neto**

Investigador do Centro de Estudo de Ciências da Arte e do Património da  
Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa)  
[Jlneto77@gmail.com](mailto:Jlneto77@gmail.com)



## Resumo

O vasto património cultural subaquático do arquipélago dos Açores assume-se como um dos conjuntos mais ricos e diversificados, para a época Moderna, a nível mundial. O seu estudo tem vindo a ser efetuado, ao longo das últimas três décadas, produzindo importantes subsídios para o desenvolvimento da arqueologia subaquática em Portugal e desvendando histórias que fazem parte da herança comum de toda a Região e dos que a habitam. Recentemente, iniciaram-se esforços para criar e promover novas ferramentas de divulgação desse património entre o público de mergulho e o público generalista, sem acesso direto aos sítios arqueológicos. Apresenta-se, sumariamente, alguns dos trabalhos efetuados ou em curso, nos Açores, e como os mesmos podem contribuir para o desenvolvimento de um modelo de gestão patrimonial sustentável.

*Palavras-chave:* Musealização; Património cultural subaquático; Arqueologia Moderna; Divulgação patrimonial.

## Abstract

The vast underwater cultural heritage of the Azores archipelago is one of richest and more diversified, for the Modern Age, in the whole world. Studies regarding this heritage have been ongoing for the last three decades, producing important new finds for the development of underwater archaeology in Portugal, and unveiling stories that make up the Region's shared legacy. Recently, began new efforts to create and promote tools for the dissemination of said heritage amongst the diving public, as well as everyone else who cannot access the sites directly. Presently, we present a brief summary of the work already executed



and in progress, on the Azores. We aim to explain how this process can contribute to the development of a sustainable model for managing underwater cultural heritage.

*Keywords:* Musealization; Underwater cultural heritage; Modern Age archaeology; Heritage dissemination.

## 1. Arqueologia Subaquática e Museus

Apesar da tradicional ligação entre museus e arqueologia, secularmente transversal a todo o país, também ela sentida que foi no arquipélago dos Açores, desde a sua génese, a formulação jurídica que transitou a “união de facto” em “casamento” *stripto sensu*, é relativamente recente. Essa transição foi cimentada pela publicação de legislação específica, onde se encontra plasmada a incorporação dos bens arqueológicos, provenientes de intervenções e achados fortuitos nas reservas das instituições museológicas, tanto pelo regime jurídico dos museus como pelo regime jurídico da gestão do património arqueológico na Região.

A ligação entre o Museu de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, e o nascimento e desenvolvimento da arqueologia subaquática na região é evidente, e já bem documentada noutros trabalhos, porém, paulatinamente, a difusão da mesma foi-se efetivando, em diversos projetos de prospeção, intervenção ou de minimização de impactos, pelo que é seguro afirmar

que as unidades museológicas, de tipo convencional, possuem, nas suas coleções, importantes testemunhos das histórias que vêm do mar.

Constituem o grupo oriental do arquipélago, as ilhas de Santa Maria e São Miguel. No Museu de Santa Maria encontram-se depositados materiais arqueológicos pertencentes aos naufrágios do *Canarias*, classificado como Parque Arqueológico Subaquático, e do *Arnel*, sendo que ambos integram o *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*. Em São Miguel, na cidade de Ponta Delgada, o Museu Carlos Machado alberga um conjunto de material arqueológico pertencente ao *Oakfield*, embarcação de origem inglesa, que naufragou no porto de Ponta Delgada, e foi alvo de escavação arqueológica, revelando informação que permitiu identificar a data em que ali soçobrou, a 22 de janeiro de 1897. Em Vila Franca do Campo, no Museu Municipal, encontram-se depositados duas peças de artilharia, conhecidas como *Canhões de Ponta Garça*. O Canhão I corresponde a um achado, efetuado durante os trabalhos de prospeção, em 2011. O Canhão II foi descoberto em momento de achado fortuito, em 2014, correspondendo a uma peça de cano liso, com duas pegas dolfinadas, datáveis ambos, entre o século XVI e os primeiros quartéis do século XVIII.

O grupo central do arquipélago é constituído pelas ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial. No Museu de Angra do Heroísmo encontram-se depositados materiais arqueológicos correspondentes aos naufrágios dos navios *Angra B*, *Angra C* e *Angra D*, três embarcações que foram alvo de trabalhos de escavação subaquática. O *Angra B* encontra-se identificado como sendo um navio de construção ibérica, entre o século XVI e XVII. O *Angra C* corresponde ao naufrágio de uma embarcação norte-europeia, possivelmente holandesa, datável de finais do século XVI a meados do século XVIII. O *Angra D* trata-se de um naufrágio de um galeão de origem espanhola, construído algures entre o final do século XVI e meados do XVII.



Tanto o *Angra B*, como o *Angra D* correspondem a sítios de naufrágio de navios da *Ruta de la Plata*. Todos os sítios referidos encontram-se dentro da área de proteção do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo. Para além destes materiais, o Museu de Angra acolhe, nas suas reservas, diversos achados de peças provenientes de meio subaquático, descontextualizados, bem como uma figura de proa de navio espanhol, datável do século XVIII. Destaque, ainda, para uma coleção de canhões, que foram levantadas ao longo das décadas de 60 e 70, do século XX, e correspondem ao resultado de campanhas de arqueologia subaquática pioneiras no país.

No Museu da Graciosa encontram-se depositados materiais arqueológicos correspondentes aos naufrágios do *Mazzini* e do *Terceirense*, sítios que integram o *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*. Encontra-se, ainda, uma figura de proa, pertencente ao naufrágio da escuna *Júlia*, barco de transporte de mercadoria que naufragou, no porto de Santa Cruz da Graciosa, a 2 de outubro de 1905. No Museu Francisco Lacerda, na ilha de São Jorge, encontram-se depositados materiais arqueológicos correspondentes aos naufrágios do *Her Majesty Ship Pallas* e da barca negreira *Mont Ferran*, sítios que também integram o aludido *Roteiro*. No Museu do Pico encontram-se depositados materiais arqueológicos correspondentes ao naufrágio da galera americana *Ravenswood*, responsável pelo transporte de mercadorias de luxo, que soçobrou junto ao Cais de Morato, na ilha do Pico, no dia 14 de janeiro de 1856. A estes se junta ainda um desenho técnico e um prato do naufrágio *Caroline*, em depósito de coleção particular, tratando-se de um sítio que integra o *Roteiro*, e que se encontra classificado como Parque Arqueológico Subaquático.

No Museu da Horta estão depositados materiais arqueológicos correspondentes ao naufrágio da nau *Nossa Senhora da Luz*, da Carreira da Índia, que soçobrou na baía do Porto Pim, a 6 de novembro de 1615. As reservas da instituição incluem, igualmente, um conjunto

de espólio proveniente de vários naufrágios, reconhecidos por intervenções de arqueologia subaquática, na baía da Horta.

O *Baía da Horta 1* está identificado como tendo sido um barco inglês, do primeiro quartel do século XVIII, que transportava mercadoria diversa, incluindo um conjunto considerável de presas de marfim, que indiciam que ali soçobrou durante uma viagem de regresso do continente africano. Noutra zona daquela baía, detetou-se um núcleo de canhões em ferro que, após prospeção arqueológica, revelaram pertencer a outro navio, o *Baía da Horta 3*, que foi identificado como embarcação construída durante a segunda metade do século XVIII. Em 2012, outros trabalhos arqueológicos revelaram um aglomerado de vestígios, muito provavelmente pertencentes a um ou mais naufrágios, que foi designada por *Baía da Horta 4* e cujo espólio exumado foi depositado no museu. Nesse mesmo ano, foi detetado o *Baía da Horta 6*, que, atendendo à tipologia naval das madeiras encontradas, corresponde a uma embarcação baleeira, construída no século XIX.

No que concerne ao grupo ocidental, constituído pelas ilhas das Flores e Corvo, estão depositados, no Museu das Flores, materiais arqueológicos pertencentes aos naufrágios do *Slavonia*, também este classificado como Parque Arqueológico Subaquático, e da *Bidart*, bem como fotografias antigas do *Papadiamantis*. Todos eles integram o *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*. As reservas do museu guardam, ainda, material proveniente de trabalhos de prospeção arqueológica numa zona de lixeira, a norte da Vila de Santa Cruz, com uma cronologia que varia entre o século XVII e o XX. Acrescem artefactos pertencentes ao naufrágio da *SV Brilliant*, navio mercante, de origem alemã, sob bandeira norueguesa, que encalhou, na zona da Quebrada Nova, na costa norte da ilha, a 16 de fevereiro de 1899, e ao naufrágio designado *Fajã Grande 1*, cuja investigação revelou tratar-se de um barco do século XIX, um dos quatro documentalmente registados para aquela zona, a saber: o patacho inglês,

*Greffin* (1869); a barca francesa *República* (1869); o brigue inglês *Concord* (1871); o lugre francês *Alixis* (1872).

Essa unidade museológica está albergada no antigo Convento de São Boaventura, casa seráfica de modelo beneditino-cisterciense, criada em 1641. A partir de 1873 funcionou como hospital da Santa Casa local, sendo que, a partir da década de sessenta do século XX funcionou como escola, até ser adaptado a museu em 1993.

Alvo de uma profunda reestruturação da sua exposição, foi reinaugurado a 30 de agosto de 2016. Para além da história da ilha, presente no piso térreo, dedica o primeiro piso à temática dos corsários, dos piratas e dos naufrágios nos mares dos Açores. A coordenação do projeto foi da responsabilidade de Nuno Ribeiro Lopes, arquiteto, à época Diretor Regional da Cultura. O projeto arquitetónico foi coordenado pelo próprio e por Francisco Pimentel. O projeto museológico, foi elaborado e coordenado por José Luís Neto, com o apoio de Pedro Parreira.

A entrada é feita com um poema de Pedro da Silveira, seguindo-se-lhe a ala norte dedicada à navegação, com os produtos de trato que passavam nos Açores, com corte de nau da Índia e evocações do *Mary Rose*, do *Vasa* e da *HMS Pallas*. Várias peças de navegação e uma miniatura de embarcação complementam. No coro-alto encontra-se a carta de ex-voto dos naufragos do *San Jose y Angustias*, de 1727, que dão novo enquadramento à igreja do templo, conjuntamente com as peças de arte sacra espanhola que o decoraram.

Entrando na ala nascente, réplicas de canhões emblemáticos, a cronologia dos ataques de corsários e piratas nas ilhas e mares dos Açores, os piratas açorianos, a Provedoria das Armadas e a defesa das ilhas, bem como espadas de proveniência arqueológica estão expostas. Um dispositivo multimédia, com excertos de filmes antigos de pirataria, complementa a explanação. A ala sul é preenchida com o montante, passando, após divisão, à



pesca. A ala poente é dedicada aos naufrágios aludidos, complementada com filmes e painéis interativos com as localizações dos naufrágios das ilhas das Flores e Corvo.

De referir que, o número de visitantes no Museu das Flores aumentou, face a 2015, cerca de 250%, em 2017, e 350%, em 2018. Algo de muito semelhante se passou com a exposição de longa duração do Museu de Angra do Heroísmo. São exposições com temáticas semelhantes, que procuram galvanizar os “desobedientes da história” e fomentar a divulgação desse património cultural e dessa fortíssima herança marítima da Região.

A exposição em Angra, intitulada *Do Mar e da Terra... uma história no Atlântico*, está igualmente instalada no primeiro piso de um antigo edifício conventual. Desenvolve-se em quatro momentos, que vão da descoberta e povoamento das ilhas até à contemporaneidade, narrando a cultura e história da Terceira e dos Açores – nunca esquecendo que Angra do Heroísmo foi a cabeça administrativa e religiosa do arquipélago, coadjuvada pelo riquíssimo acervo que a instituição possui. A coordenação da exposição foi da responsabilidade de Helena Ormonde, à época Diretora do Museu de Angra do Heroísmo. O projeto arquitetónico foi coordenado por Rui Pimentel e Luís Pascoal. O projeto museológico foi coordenado por José Olívio Rocha.

Naturalmente, as narrativas das navegações marítimas e, dentro destas, as dos naufrágios são salientadas e amplamente referidas pelos visitantes que, retribuem com generosas classificações ambas as instituições, conforme se tem verificado em aplicações digitais como o *Trip Advisor*. Esta clara perceção, levou a que esteja em produção, uma maleta pedagógica, de tronco-comum a todos os museus, tendo, depois, uma parte especificamente adaptada a cada acervo, para ser utilizada pelos serviços educativos das instituições referidas. O tronco-comum baseia-se num antigo jogo de tabuleiro, o *Novo Jogo da Marinha, para uso do sereníssimo príncipe do Brasil*, de 1719.



O *Novo Jogo da Marinha* foi traduzido do original francês, em Paris, em 1719, ano em que foi lançado por Claude Roussel, com o objetivo de sensibilizar os jovens da elite francesa a desejarem prestar serviço na Marinha. O *Le nouveau jeu de la Marine* é um jogo de tabuleiro, com compartimentos numerados de 1 a 63, arrumados sequencialmente em espiral, cada um contendo termos náuticos, tipos de barcos, manobras e táticas de guerra navais, com as regras e ilustrações das bandeiras europeias no centro, contendo cenas marinhas nos cantos inferiores e os ventos nos cantos superiores.

Procurando coadjuvar o papel social dos museus, foram criadas, em 2014, um conjunto de exposições itinerantes, destinadas aos alunos do 3.º ciclo e ensino secundário, que têm percorrido as escolas do arquipélago, através da rede regional de museus. Das cinco existentes, duas foram dedicadas à transmissão do património cultural subaquático, intituladas *Naufrágios nos mares dos Açores* e *Parques Arqueológicos Subaquáticos*, sendo as que suscitam maior procura.

## **2. Arqueologia subaquática e o Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores**

Os primeiros esforços para criar a ferramenta que acabou por ser designada como *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores* iniciaram-se em 2013, tendo a primeira proposta sido submetida para consideração no ano seguinte. Esse trabalho, pensado como complemento ao desenvolvimento do património cultural enquanto produto turístico, estava longe de prever o impacto que, em pouco mais de cinco anos, a arqueologia subaquática viria a assumir na Região Autónoma dos Açores.

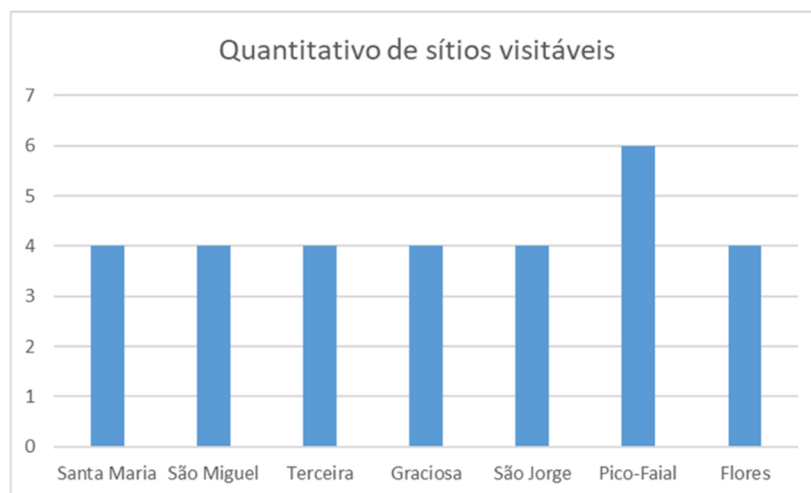


Gráfico 1. Fonte. O Autor

Como bem chamou a atenção o investigador senegalês Moussa Wele (2018: 78-81), os estudos realizados no ano de 2015, demonstram que existem mais de 30 milhões de mergulhadores certificados, em todo o mundo. Cerca de três milhões fazem uma ou mais viagens vocacionadas para a fruição dessa atividade, anualmente. O número dos que, a cada ano, se iniciam na atividade, ronda um milhão de pessoas. Presentemente, são cada vez mais os países com território em zona litoral que exploram o turismo de mergulho, com vista ao desenvolvimento económico regional. Trata-se de uma oferta turística com comprovado potencial, enquanto motor de crescimento.

Os Açores foram classificados como 3.º melhor destino de mergulho, em 2017, pela *Dive Magazine*, uma das principais publicações britânicas sobre mergulho. Segundo o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, cada turista de mergulho equivale, na região, a uma média de 1 500,00€. Esse valor foi, primeiramente, apresentado por Frederico Cardigos, à época Diretor Regional dos Assuntos do Mar, na *IV Bienal de Turismo Subaquático*, na ilha Graciosa. Tal inclui, não apenas os serviços especializados (operadores de mergulho), mas também passagens (aviação comercial), dormidas (hotelaria) e alimentação (restauração). Ficam de fora as lembranças e outros gastos.

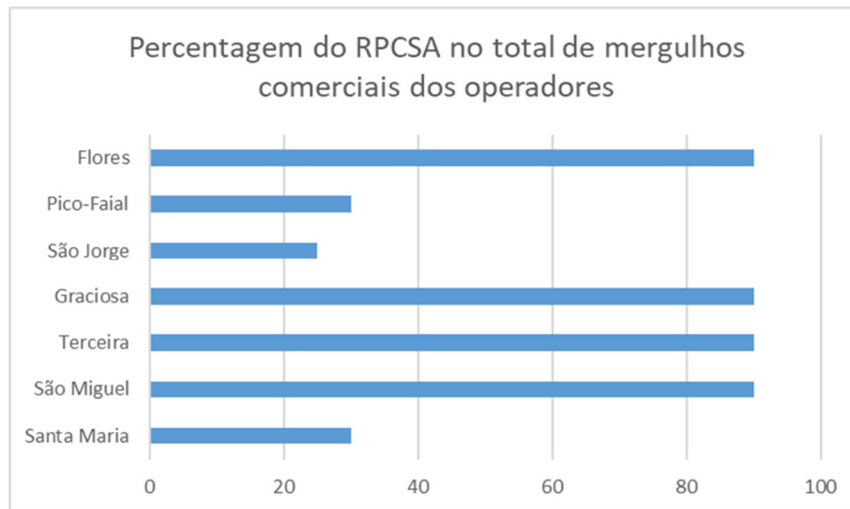


Gráfico 2. Fonte. O Autor

Atualmente, nos Açores, com um investimento público na criação e desenvolvimento do *Roteiro do Património Cultural Subaquático* na ordem de 50 mil euros/ano, constata-se a entrada de cerca de 35 milhões de euros/ano, no mergulho do património cultural subaquático da região, a distribuir pelos vários sectores económicos, o que oferece um *ratio* de excelência. Convém esclarecer que os dados apresentados correspondem a uma estimativa de cerca de mais de metade dos turistas de mergulho na Região, pois certamente os mesmos visitarão pelo menos um dos sítios disponíveis. Esse número, de cerca de 45 500/ano, foi disponibilizado pela Associação dos Operadores Marítimos dos Açores, porquanto não existem, até ao momento, dados estatísticos provenientes das instituições públicas responsáveis.

Os Açores disponibilizam trinta sítios para mergulho em património cultural – entre naufrágios e antigos ancoradouros – constituindo relevante contributo para a economia do arquipélago. Acresce a grande vantagem de os sítios estarem dispersos por toda a região, não ajudando uma, mas todas as ilhas dos Açores, onde existem microempresas da especialidade. Em 2017 eram trinta as empresas registadas na base de dados oficial do Governo Regional dos Açores. Desde então, o número tem vindo a crescer, fruto do incremento do turismo na

Região, sendo que apenas a ilha do Corvo continua sem qualquer operador de mergulho devidamente certificada.

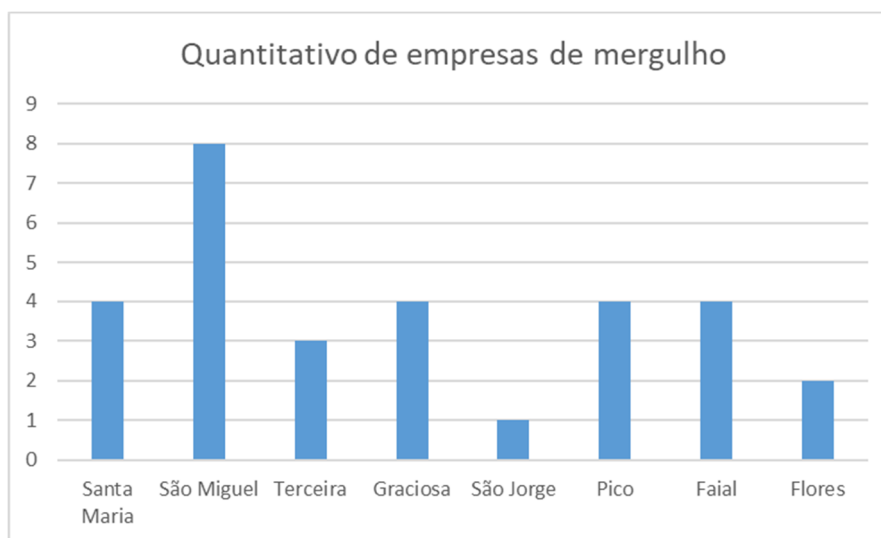


Gráfico 3. Fonte. O Autor

O objetivo do *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores* é o de estudar os naufrágios e antigos ancoradouros do arquipélago dos Açores, selecionando, a partir desse estudo, os que possam ser visitados por mergulhadores recreativos, e pelo público em geral. A fruição pública desses testemunhos pode oferecer, por um lado, o conhecimento mais profundo da condição insular e, por outro, uma compreensão maior da história europeia, sensibilizando o público para o valor, os perigos e a fragilidade com que esses recursos patrimoniais se confrontam, em última análise legitimando e validando, junto da opinião pública, a persecução dos trabalhos arqueológicos já realizados, os que se encontram em curso e os que futuramente se realizarão, que são alvo de financiamento público.

Para ser possível alcançar este objetivo é necessário, previamente, criar um modelo sustentável de acessibilidade a este património cultural submerso existente nos Açores. Num meio que é evidentemente adverso aos seres humanos, tal constitui-se como grande desafio à sua efetiva musealização.

E a primeira fase de qualquer eventual roteiro cultural, começa na qualidade e quantidade de investigação. Os Açores usufruem de vinte anos de intensa investigação em arqueologia subaquática a preceder a criação do atual *Roteiro*.

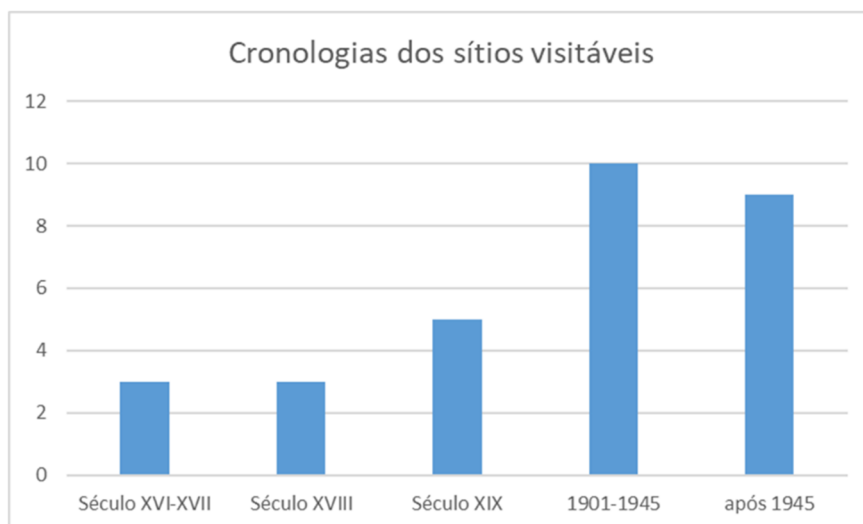


Gráfico 4. Fonte. O Autor

Nos Açores, a primeira proposta de turismo cultural subaquático foi desenhada por Paulo Alexandre Monteiro, em 1997, à época da Delegação dos Açores do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, e previa a criação de um sistema arquipelágico de reservas arqueológicas subaquáticas, que abrangeria quatro ilhas. As ilhas a englobar seriam São Miguel, Terceira, Pico e Flores, mais concretamente o galeão *São Pantaleão*, proveniente do Brasil, naufragado ao largo de São Miguel, em 1651, o vapor *Lidador*, naufragado na baía de Angra do Heroísmo, em 1878, o veleiro *Caroline*, naufragado ao largo do Pico, em 1901 e o *Royal Ship Mail Slavonia*, naufragado ao largo das Flores, em 1909.

Em 2000, a tutela do património arqueológico passou para o Governo Regional dos Açores, pelo que a proposta, cujos promotores estavam sedeados em Lisboa, não teve qualquer desenvolvimento, até 2002, ano em que a Direção Regional de Cultura vai procurar reativá-la, já não como reservas arqueológicas subaquáticas, mas enquanto parques

arqueológicos, de acordo com a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, lei de bases do património cultural. Porém, mercê de se tratar de um projeto que se candidatou a fundos comunitários, não encontrou o sucesso desejado, ficando, conseqüentemente, adormecido, até 2005, ano em que se criou o *Parque Arqueológico Subaquático da baía de Angra do Heroísmo*, primeiro parque subaquático do país; em 2012 seguiu-se-lhe o *Dori*, ao largo da ilha de São Miguel; em 2014 o *Caroline*, no canal Pico-Faial; em 2015 o *Slavonia*, ao largo da ilha das Flores, e o *Canarias*, ao largo da ilha de Santa Maria. Em 2017, consagraram-se, através do *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*, trinta sítios visitáveis, vinte e cinco naufrágios e cinco antigos ancoradouros, em oito ilhas.

A visita obedece a um vasto conjunto de critérios, estabelecidos em leis e em acordos internacionais ratificados pela República Portuguesa, bem como à adesão voluntária e abrangendo todo o arquipélago, do *Código de ética do mergulhador no património cultural subaquático da UNESCO*. *Eu protejo, eu preservo*. Essas boas práticas são aplicadas a todo o arquipélago, e resultam do protocolo de cooperação entre o Governo Regional dos Açores e a Associação dos Operadores Marítimos dos Açores, que se comprometem a as aplicar. Em troca, são os operadores de mergulho os guias desses museus subaquáticos, sendo naturalmente pagos pelos serviços que providenciam.

Assim, criou-se um modelo verdadeiramente autossustentável. Queremos, com esta expressão, indicar que a exploração dos recursos tem uma base não-predatória.

Uma vez que o património cultural se assume como recurso limitado, os projetos de exploração deverão, naturalmente, ser condicionados e racionalizados, com vista a causar o mínimo impacto sobre o meio-ambiente circundante e sobre os recursos não diretamente afetados pelos projetos.

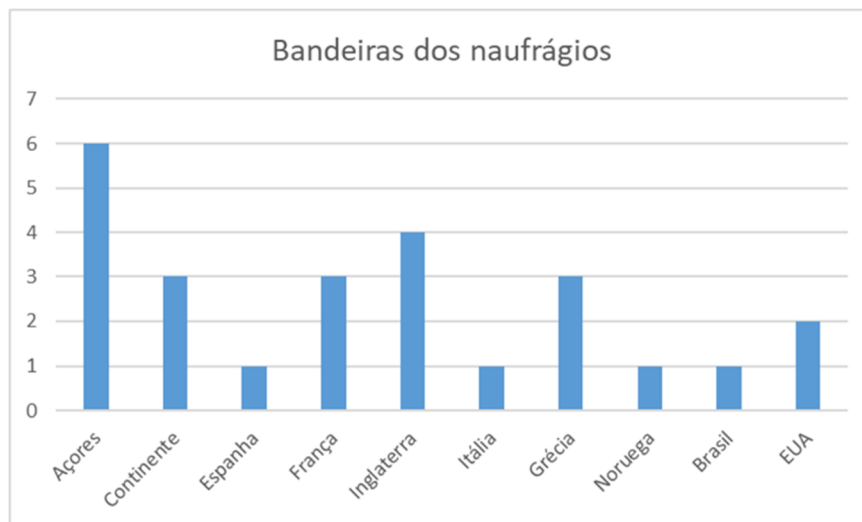


Gráfico 5. Fonte. O Autor

Essa investigação e usufruto deverá ser feita de forma faseada, para dar tempo à natureza de se recompor. Os trabalhos deverão apresentar viabilidade de retorno monetário para o sustento de todos os envolvidos, e suas famílias, com dignidade, assegurando que os recursos não explorados sem controlo, para complemento de rendas. A atividade sustenta-se a si mesma, sem necessidade de recursos externos para manutenção.

Cumpriu e tem cumprido preparar os operadores para essa função, que é de utilidade pública. Em 2017, em cooperação entre a Associação de Turismo dos Açores e a Direção Regional da Cultura publicaram o *Guia do Património Cultural Subaquático dos Açores*, onde se narram as histórias dos locais do *Roteiro*, preparando-os para narrarem essas histórias aos seus públicos. Nesse mesmo ano, saíram os *briefings* audiovisuais, com a realização de José Serra, em português e inglês, destinados a serem mostrados antes, ou após o mergulho. Em 2018, criou-se o *Manual de Boas Práticas do Património Cultural Arqueológico dos Açores*, também a eles destinado, que sistematiza regras e comportamentos, criando a uniformidade necessária. Com o *Manual*, uma *caderneta de mergulho*, em português e inglês, para os turistas de mergulho obterem o carimbo dos sítios que forem visitando no *Roteiro*.

Paralelamente, para os outros públicos, diversas ações têm sido realizadas. Em 2018 foram transmitidos televisivamente, na RTP/Açores, RTP/2 e RTP/Internacional, sete documentários, de cerca de 20 minutos, com os locais visitáveis, também eles realizados por José Serra. Paralelamente, foi criada uma história infantil, ilustrada, destinada a ser distribuída por todas as bibliotecas do arquipélago (Bairos & Bum, 2018). Para todos os públicos deu-se início, de igual modo, a um conjunto de dez animações, da autoria de Luís Brum, a serem difundidas via *youtube*, com histórias desses locais, tendo o primeiro sido apresentado em abril do corrente, nas *III Jornadas de trabalho do projeto internacional Margullar*, decorridas em Angra do Heroísmo.

Trata-se de um projeto de cooperação transnacional cujo objetivo assume a vinculação do binómio Património e Turismo, através de trabalhos de arqueologia subaquática e de conservação e preservação do património cultural subaquático, valorizando-o e promovendo-o enquanto ativo económico.

Propõe-se a criar novas valências para o turismo cultural sustentável, contando com parceiros nas Regiões Autónomas dos Açores, Madeira, Canárias e nas Repúblicas de Cabo Verde e do Senegal.

Em preparação, ao abrigo de um protocolo de colaboração com a ANAFRE, está uma exposição itinerante de *roll-ups*, intitulada *Cápsulas do tempo – o património cultural subaquático dos Açores*, a realizar em colaboração com o Museu da Marinha e o Museu Nacional de Arqueologia, em fase de elaboração gráfica, destinada a circular pelas freguesias e casas do povo dos Açores e, talvez que também, pelas instituições cooperantes tanto da realização, como pelos parceiros do projeto *Margullar* que o solicitem.



### 3. Breve Reflexão

A arqueologia nos Açores resulta de um conjunto de influências simultaneamente endógenas e exógenas, com ricos matizes e invulgares complexidades, que lhe oferecem um colorido particular.

Ao longo destas cinco décadas, a atividade passou por um longo processo de legitimação, iniciado pelo associativismo (em São Miguel, primeiro, na Terceira, depois), que evoluiu, até se integrar no organismo público regional (com a Lei 19/2000, de 10 de agosto, talqualmente na Região Autónoma da Madeira), até concluir essa maturação com a publicação do Decreto Legislativo Regional 27/2004/A, de 24 de agosto, que criou a primeira formulação para a gestão do património arqueológico, instrumentalizando o recenseamento do património arqueológico, na ferramenta *Carta Arqueológica dos Açores*, centralizada, desde essa data, na Direção Regional de Cultura.

Esse caminho foi feito com muitos avanços e com intervenções arqueológicas de referência, paradigmas da investigação, com uso e recurso a tecnologias de ponta, que desenvolveu estudos experimentais e de alto valor científico, apesar do carácter, evidentemente, pontual e circunstancial, mas, não omitamos, de alguns recuos também, com o resistente espectro dos “caçadores de tesouros” subaquáticos, ávidos do loteamento dos mares, a ensombrarem o arquipélago.

Nas áreas da gestão, planeamento e ordenamento do património, houve necessidade de metamorfosear uma ciência em *techne*, ou, mais prosaicamente, transformar um saber exclusivamente intelectual, em matéria-prima útil ao desenvolvimento da sociedade, criando-se uma deformação categorial, denominada *património arqueológico*. Nenhum bem patrimonial é arqueológico, visto a arqueologia ser o processo, não a essência. É atuação que consente volver o que estava perdido, em achado – o invisível, em visível – é, em suma, um



procedimento de resgate e de ativação de bens patrimoniais. Se falamos, por exemplo, de uma localização de naufrágio de antanho, este, após a operação arqueológica, reincorpora-se no património naval, se pensarmos idêntico método numa fortificação de outrora, reintegrar-se-á no património militar, e assim sucessivamente. *Património arqueológico* trata-se, pois, de uma aberração concetual, mas que, na prática da gestão de recursos, é útil enquanto categoria recicladora indefinida, cabendo nela todo o património cultural perdido, escondido, enterrado, destruído, arruinado, parcial, desmantelado. É, mais que a substância, a sua circunstância. É objeto do antigamente, suscetível de apropriação, de natureza móvel ou imóvel, orgânica ou inorgânica – é uma *coisa*. Em boa verdade, *arqueológico* é um qualificativo substantivo para a gestão do património, equivalente, na língua portuguesa, a *coisa*. No entanto, nos últimos anos tornou-se fundamental *coisa* aos seres vivos no arquipélago.

Comparar o exercício e a gestão do *património arqueológico* com as existentes em Portugal Continental, é um exercício teórico, talvez que interessante, mas escolástico. As pertinentes realidades de enquadramento da arqueologia no arquipélago, pelas características, quer históricas, quer geográficas, que possui, são as dos arquipélagos da Madeira, das Canárias, de Cabo Verde, de São Tomé e também as dos mares Caribenhos, bem como, com muitas precauções, da Islândia, numa perspetiva simultaneamente atlântica e insular. Talvez que, nesse contexto, fosse pertinente uma comparação, contudo, o que existe, efetivamente, é cooperação, tanto com a Madeira, como com as Canárias e Cabo Verde, em projetos que remontam aos *Encontros de arqueologia das ilhas da Macaronésia* e que se tem desenvolvido, cada vez com maior intensidade, na última década, adivinhando-se cumplicidade e parcerias muito mais profundas, a breve trecho, do que as até agora alguma vez tentadas.

A arqueologia açoriana, em verdade, está a trilhar um caminho singular, favorecida pela autonomia institucional, que lhe permite ações e soluções de proximidade, mesmo que,

claramente integrada, solidária e comunicante, com a restante arqueologia portuguesa. O seu testemunho é fundamental no entendimento das áreas académicas da arqueologia subaquática, bem como na arqueologia pós-medieval, cujo contributo é valioso. Independentemente dos diagnósticos possíveis, estamos em crer, que só se continuará a desenvolver harmoniosamente, se for feita de pessoas, tendo as pessoas como único destino.

## Anexo

### Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores

- 1. *Olympia*:** Construído em 1896 na Escócia, este “Steel Screw Steamer” foi batizado de *Glenloch* e integrou a *Glen Line* que assegurava a Rota do Chá, ligando a Grã-Bretanha à Índia e China até 1919, data da sua venda aos armadores gregos “D. Anghelatos”, sendo rebatizada de *Olympia*. Saindo de Newport, USA, em direção a Haifa, Palestina, naufragou nas Formigas a 17 de junho de 1921.
- 2. *Arnel*:** No dia 19 de setembro de 1958, partiu de Vila do Porto, em Santa Maria, destinado a aportar na cidade de Ponta Delgada, sendo propriedade da Empresa Insulana de Navegação. Transportava 133 passageiros, para além de vinte e cinco tripulantes, sendo capitaneado por José Rodrigues Bernardes. As intempéries do clima obrigaram-no a alterar o seu rumo. Naufragou no lugar dos Anjos, num dos mais dramáticos acidentes navais dos Açores.
- 3. *Velma*:** Petroleiro norueguês fretado pela Mobil, para carregar na América Central, um carregamento de onze milhões de litros de petróleo para avião, destinado ao aeroporto de Santa Maria, naufragado a 1 de fevereiro de 1961, na Ponta do Marvão, Vila do Porto.
- 4. *Canarias*:** Vapor da controversa “Antonio López y Compañía”, envolvido no transporte de militares espanhóis na primeira guerra independentista de Cuba, a sangrenta *Guerra dos Dez Anos*. Fora construído, em 1855, em Amsterdão, para a “Societe Belge des Bateaux a Vapeur Transatlantiques”, batizado como *Constitution*. Naufragou a 19 de novembro de 1871,

suspeita-se que por ato criminoso do capitão, algo que aconteceu com alguma frequência em acidentes marítimos de navios dessa companhia. A importância histórica, arqueológica e documental deste naufrágio é de tal forma relevante que foi classificado como quinto parque arqueológico da Região Autónoma dos Açores.

**5. *Maria Amélia*:** A 2 de março de 1905, pela 1 hora da tarde, afundou-se na “baixa do Tufo”, entre Vila Franca e a Ribeira Quente, o vaporsinho *Maria Amélia*, que ali ia buscar carga para a Povoação e para carregar lenha no Tufo. O *Maria Amélia* assegurava as navegações entre os portos da ilha de São Miguel.

**6. Cemitério das Âncoras do Ilhéu de Vila Franca do Campo:** Constituído por sete âncoras de diversas tipologias, datáveis entre os Séculos XVI e o XIX, essas encontram-se concentradas não devido a naufrágios, mas sim a embarcações arrastadas por adversas condições climatéricas até à “baixa das âncoras”, se prenderam. Em tais circunstâncias restava apenas cortar as amarras que as prendiam às embarcações, sob pena de naufrágio.

**7. *Luso*:** A 26 de julho de 1883 naufragou no porto dos Carneiros, Lagoa, o paquete português *Luso*, que vinha de Lisboa, com escala na Madeira e Santa Maria, com carga e passageiros, pertença da Empresa Insulana de Navegação. Tinha capacidade para transportar 134 passageiros, tendo sido construído em 1875 em Liverpool.

**8. *Dori*:** Trata-se do naufrágio mais visitado do arquipélago. É uma embarcação naufragada ao largo de Ponta Delgada, em 1964. Integrou originalmente a conhecida frota norte-americana dos navios *Liberty*, construídos entre 1941 e 1945, em plena II Guerra Mundial, tendo feito parte do esforço de guerra e do Dia D. A importância histórica, arqueológica e documental deste naufrágio é de tal forma relevante que foi classificado como segundo parque arqueológico da Região Autónoma dos Açores.

**9. *Lidador*:** Integrado no parque arqueológico da Baía de Angra do Heroísmo, o *Lidador* foi construído em Londres, em 1873 e pertenceu à “Companhia Transatlântica de Navegação”,

ficando registado no porto do Rio de Janeiro, assegurando o transporte de emigrantes açorianos para o Brasil. Naufragou na baía de Angra do Heroísmo a 6 de fevereiro de 1878.

Faz parte do primeiro parque arqueológico subaquático português.

**10. Cemitério das Âncoras:** Integrado no parque arqueológico da Baía de Angra do Heroísmo, o Cemitério das Âncoras trata-se de um conjunto de mais de quarenta âncoras depositadas ao longo da costa oriental do Monte Brasil, num aglomerado de conjunto impressionante. As peças vão dos Séculos XVI ao XX, sendo que ali repousam por um conjunto de causas distintas, se bem que indissociáveis da importância do porto de Angra nas navegações intercontinentais.

**11. USS Landing Ship Tank 228:** Junto ao parque arqueológico da Baía de Angra do Heroísmo, foi navio de transporte de tropas e materiais, deu-se por concluído a 25 de setembro de 1942, nos estaleiros de Seneca, em Chicago, nos Estados Unidos da América. A 19 de janeiro de 1943, *LST-228* encontrava-se atracado na baía de Angra do Heroísmo, onde tinha vindo descarregar reforços americanos para os trabalhos da Base das Lajes, e carregava ainda o *LCT(6)-582*, que almejava transportar ao teatro de guerra europeu. O mau tempo levou-o contra as rochas onde ainda repousa.

**12. União:** Trata-se de um navio perdido nas baixas das Cinco Ribeiras, a 26 de junho de 1911. Vapor de provável origem francesa, que se encontrava a cumprir um serviço de carregamento da pesca apanhada ao largo da Terceira, transportando-a posteriormente para a cidade de Angra do Heroísmo. Era tripulado por trinta e oito marinheiros, capitaneado por Armando Athayde Moreira Bettencourt. Possuía uma envergadura de cerca de 227 toneladas, estando registado em Peniche.

**13. Mazzini:** Foi um navio a vapor, construído em 1913, pela A. G. Weser (Aktien-Gesellschaft Weser), em Bremen, nas docas no rio Weser. O navio cargueiro foi batizado de *Spitzfels SS*, tendo sido encomendado pela “Deutsche Dampfschiffahrts Gesellschaft Hansa”,

sedeada em Bremen. Em 1916 foi adquirido pelo governo italiano para auxiliar no esforço de guerra, sendo rebatizado de *Brescia SS*. Com o final da guerra foi vendido, em 1920, à “Societá Anonima Cooperativa Di Navigazione Garibaldi”, sedeada em Génova e renomeado de *Mazzini*. Naufragou na costa Norte da Graciosa a 31 de março de 1925.

**14. *Terceirense*:** Da Empresa Insulana de Navegação, afundou-se diante da Praia da Graciosa a 17 de janeiro de 1969. A construção do *Terceirense*, adjudicada pela Empresa Insulana de Navegação, data de 1949, construído nos estaleiros da Grangemouth Dockyard Co Ltd., em Inglaterra, onde tinha já sido produzido o *Gorgulho*, para a mesma empresa. Nesse mesmo ano, a 20 de julho, realiza-se a sua viagem inaugural nos Açores, capitaneado por Francisco dos Santos Franco. Media cerca de 76 metros de comprimento, alcançando 1295 toneladas, com capacidade para atingir 12 milhas de velocidade, suportar 28 passageiros e cerca de 3000 metros cúbicos de carga nos seus porões.

**15. *Corvo*:** Porta-Contentores da Mutualista Açoriana, a 16 de dezembro de 2000 encalhou, junto ao Ilhéu da Praia, na ilha Graciosa. Em 1980, na cidade alemã de Rensdburg, situada junto à fronteira dinamarquesa, é construído o *Corvo*, que é posteriormente registado, em Ponta Delgada, e torna-se parte integrante da frota da “Mutualista”. Este porta-contentores detinha 89 metros de comprimento, sendo tripulado por 11 marinheiros e comandado por Isaías Silva, no dia em que encalhou ao largo da Graciosa.

**16. Cemitério das Âncoras da Praia da Graciosa:** Trata-se de uma baixa pétrea existente no fundo arenoso do antigo ancoradouro da Vila da Praia, onde os navios de maior calado lançavam âncora. Mercê dos ventos fortes ou adversas alterações meteorológicas, navios foram sendo arrastados até esta baixa pedregosa, forçados, sob pena de soçobrarem, a libertar-se da âncora. O número de âncoras não está ainda todo inventariado, porquanto se trata de uma descoberta recente.

**17. *Her Majesty Ship Pallas*:** Tratava-se de uma fragata parte de uma tipologia pioneira na guerra naval, a classe “*Pallas*”, de 36 peças de artilharia, que se destacou pela construção experimental, no revestimento em cobre do seu casco e na utilização de ferro como lastro. Construída em 1757, participou em diversos conflitos geopolíticos, como parte da frota inglesa, vindo a naufragar a 10 de fevereiro de 1783, junto à baía da Calheta, na ilha de São Jorge. Foi um dos primeiros naufrágios a ser objeto de escavação arqueológica no arquipélago dos Açores, no ano 2000, sendo visitável em terra, com o espólio do museu local, e no mar, com a presença de duas peças de artilharia do navio, submersas na baía da Calheta.

**18. *Mont Ferran*:** No começo do mês de maio de 1864, naufragou na baía da Calheta, ilha de São Jorge, uma barca com um carregamento de linhaça, que causou grande alarido entre a população local. Tratava-se de um navio de tráfico negreiro, cujos destroços foram adquiridos pelo capitão das milícias e são ainda, parcialmente, visitáveis. Na segunda metade do século XIX, o tráfico de escravos fora já proibido pela maioria das grandes nações europeias. Todavia, são vários os relatos de embarcações que saíam do velho continente em direção à costa africana e, daí, partiam para as Américas, vendendo escravos e trazendo, na viagem de regresso, carregamentos de produtos legais, com vista a iludir as autoridades que patrulhavam os mares. A *Mont Ferran* é um dos últimos navios negreiros conhecidos em todo o mundo que se dedicou a este tráfico de forma ilegal.

**19. *Her Majesty Ship Eriskay*:** Navio de guerra da marinha inglesa, o *Eriskay* foi construído em 1942 e entrou, de imediato, no cenário bélico da Segunda Guerra Mundial. Segundo a sua tipologia naval, integrada na chamada Classe Faial, terá participado em missões de patrulha de portos e prospeção de minas subaquáticas. A partir de 1943, integra o contingente naval português com o acrónimo “P8”, voltando ao serviço das forças inglesas em 1945. Nesse mesmo ano, 12 de novembro, encontrava-se de passagem pelos Açores, em direção ao

Mediterrâneo, quando sucumbiu a uma forte tempestade, afundando junto à Fajã do Negro, na freguesia das Manadas, concelho das Velas, ilha de São Jorge.

**20.** Porto da Urzelina: Junto a este ancoradouro, no concelho das Velas, ilha de São Jorge, encontra-se um conjunto de âncoras submersas, que contam a história daquele porto, construído em 1647 e relativamente desabrigado, face aos ventos de sueste. Existem vários relatos de embarcações que ali foram apanhadas por alterações repentinas do clima, forçados a cortar a âncora e fugir, procurando salvar o barco e a tripulação. Como tal, este conjunto é considerado um cemitério de âncoras, genericamente enquadrável entre os séculos XVII e XX.

**21.** *Caroline*: Terceiro parque arqueológico, trata-se de um veleiro construído nos estaleiros de La Loire, em Nantes, em 1895, naufragado ao largo da vila da Madalena a 3 de setembro de 1901. A carga consistia em salitre potássico, fertilizante natural destinado aos já então cansados solos europeus, popularmente denominado Nitrato do Chile. A importância histórica, arqueológica e documental deste naufrágio é de tal forma relevante que foi classificado como terceiro parque arqueológico da Região Autónoma dos Açores.

**22.** *Viana*: Bacalhoeiro pertença da "Sociedade de Pescas de Aveiro", que amarrou no Porto da Horta em abril de 1994, tendo sofrido um incêndio que o inutilizou, foi afundado no dia 21 de novembro.

**23.** *Pontão 16*: Navio que teve o seu fim de vida e, em sequência disso e por não haver melhor destino, foi afundado. De seu nome original *Pontoon 16*, apesar da sua aparente juventude e da ausência de registos sobre a sua construção, constitui uma peça com alguma relevância histórica pois auxiliou na construção do Porto da Madalena nos anos 80. O navio era propriedade da empresa Tecnovia Açores que o decidiu afundar por já não possuir condições de navegabilidade.



**24.** Núcleo dos canhões: Constituído no âmbito do acompanhamento arqueológico do porto da Horta, é uma reserva museológica submarina visitável, com as peças de maiores dimensões encontradas, nomeadamente várias peças de artilharia, situado na baía de Entre Os Montes, a uma profundidade de 18 metros, englobando peças de artilharia que datam entre os séculos XVIII e XIX dos vários navios detetados e escavados durante as obras.

**25.** *Main*: Vapor construído em 1868 pela Caird & Company Greenock, com 1805 toneladas, 101.2 de comprimento e 12.2 m de boca, entrou no porto da Horta a 23 de novembro de 1892, com um incêndio a bordo, quando navegava entre Nova Orleães, nos Estados Unidos, e Liverpool, em Inglaterra. No dia seguinte foi encalhado no Porto Pim, onde se encontra.

**26.** *Lakeside Bridge*: vapor americano de 3200 toneladas e 39 tripulantes, naufragado a 27 de dezembro de 1920, ao largo da Costa do Pão, no Pico. Erigido no estaleiro nº 83 a partir de 20 de junho de 1919, a quilha do casco EFC 817 foi colocada no dia 26 do mesmo mês.

Originalmente destinado a chamar-se *Kahnah*, o vapor acabou por assumir o nome de *Lakeside Bridge*, sendo lançado à água a 31 de outubro de 1919. Entregue à Shipping Board a 22 de dezembro de 1919, o *Lakeside Bridge* - que arqueava 3.545 toneladas brutas - foi atribuído à rota de comércio Estados Unidos-França, sob pavilhão do armador Alexander Sprunt & Son.

**27.** *Bidart*: A barca *Bidart* realizava entre o porto de Thio, na Nova Caledónia, e o porto de Glasgow, na Escócia, quando afundou a 25 de maio de 1915, ao largo das Flores, com uma carga de minério de níquel no valor de 500 mil francos. Fora construída em 1901, em Nantes.

**28.** *Papdiamantis*: Inicialmente batizado de *Renoir*, foi um T2 tanker da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial que abasteceu a guerra no Pacífico. Vendido à República Francesa em 1948 passou a *Ardashir* e fez a Guerra da Indochina que levou à independência do Vietnam. Afundou junto à Fajã Grande, na ilha das Flores, em 1965 já como *Papdiamantis*.

**29. Batelão da Praia da Calheta das Lajes:** Junto ao porto de recreio da vila das Lajes, na ilha das Flores, encontram-se os vestígios submersos, ainda em relativo bom estado de conservação, de um batelão que ali naufragou, devido a uma fratura na sua zona central, entre 1993 e 1994, fruto do esforço que despendeu nos trabalhos de construção da estrutura portuária.

**30. Slavonia:** Concluído a 20 de junho de 1903, depois de passar brevemente ao serviço da British Indian Steam Navigation Ltd., foi vendido à Cunard Steam Ship Co. Ltd, sendo colocado na carreira do Atlântico Norte, passando a transportar, na ida, emigrantes europeus em busca do sonho americano e, na volta, os passageiros endinheirados de Nova Iorque para Liverpool. Naufragou, por erro do capitão, na costa do Lajedo, Flores, em 1909. A importância histórica, arqueológica e documental deste naufrágio é de tal forma relevante que foi classificado como quarto parque arqueológico da Região Autónoma dos Açores.

## Referências

Bairos, S. (Aut.) & Brum, L. (Ilust.) (2018). *Uma viagem pelos tesouros do mar*. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura.

Baptista, B. (2011). Arqueologia subaquática nos Açores. O balanço de 15 anos de trabalhos na região. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. LVI, 187-196.

Bettencourt, J. (2005-06). Os vestígios da nau Nossa Senhora da Luz: resultados dos trabalhos arqueológicos. In *Arquipélago – História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.<sup>a</sup> série, IX-X, 231-274.



Bettencourt, J., Carvalho, P. & Fonseca, C. (2006). Projecto PIAS: resultados dos trabalhos de 2006. In *Al-Madam*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Adenda eletrónica, n.º 14, 3-4.

Bettencourt, J. et al. (2008). Componente patrimonial dos Estudo de Impacto Ambiental. Ordenamento do Porto da Horta 1.ª Fase. In *Anais de História de Além-Mar IX*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, n.º 9, 482-485.

Bettencourt, J. (2009). Trabalhos arqueológicos no quadro do projecto Ordenamento do Porto da Horta, 1.ª Fase. In *Anais de História de Além-Mar IX*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, n.º 10, 440-442.

Bettencourt, J. & Carvalho, P. (2010). Arqueologia marítima na baía de Angra (Angra do Heroísmo, Terceira): enquadramento e resultados preliminares do projecto PIAS. In *AMC – Arqueologia Moderna e Contemporânea*. Machico: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, n.º 1, 77-99.

Bettencourt, J. (2011). Um património para o futuro – a arqueologia subaquática da baía da Horta. *Fazendo*. Horta: Associação Cultural Fazendo, n.º 52, 3.

Bombico, S. (2013). Oakfield 1883-97: O naufrágio de um Vapor (São Miguel – Açores). In *Actas das V Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica. Arqueología para el siglo XXI*. Santiago de Compostela: JAS Arqueología, 329-333.

Chouzenoux, C. (2012). Caractérisation et typologie du Cimetière des Ancres. Vers une interprétation des conditions de mouillage et de fréquentation de la Baie d’Angra do Heroísmo, du XVI au XIX siècle. Île de Terceira, Açores. In *Velhos e Novos Mundos: Estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, vol. II, 645-654.

- Crisman, K. (1998). Crossroads of the North Atlantic: The 1996 and 1997 Angra Bay Shipwreck Surveys, Terceira Island, Azores. In *The INA Quarterly*. Texas: A&M University, vol. 25, n.º 2, 3-11.
- Crisman, K. (1999). Looking for ships: the 1998 Central Azores Shipwreck Survey. In *The INA Quarterly*. Texas: A&M University, vol. 26, nº 1, 3-9.
- Crisman, K. & Jordan, B. (1999). Angra A: the Cooper-fastened wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores – Portugal). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, vol. 2, n.º 1, 249-254.
- Crisman, K. (1999). Angra B: the Lead-sheathed wreck at Porto Novo (Angra do Heroísmo, Terceira island, Azores – Portugal). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, vol. 2, n.º 1, 255-262.
- Garcia, A. C. & Monteiro, P. (1998). Intervenção de emergência na baía de Angra do Heroísmo. In *Al-Madam*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, n.º 7, 126-128.
- Garcia, A. C., Monteiro, P. & Alves, F. (1999). Estratégias e metodologias da intervenção arqueológica subaquática no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, vol. 2, n.º 2, 199-210.
- Garcia, A. C., Monteiro, P. & Phaneuf, E. (1999). Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, vol. 2, n.º 2, 211-232.

- Garcia, A. C. (2000). Intervenções arqueológicas subaquáticas de prospecção e escavação em dois navios, em consequência da construção de uma Marina. Estratégias e metodologias. (Baía de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, (Açores). In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 525-529.
- Garcia, A. C. (2002). Intervenção arqueológica subaquática – HMS Pallas. Calheta – S. Jorge. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. XLVII, 347-360.
- Garcia, A. C. (2004). Preliminary assessment of the daily life on board of an Iberian ship from the beginning of the 17th century (Terceira, Azores). In *BAR international series - Close encounters: sea- and riverborne trade, ports and hinterlands, ship construction and navigation in antiquity, the Middle Ages and in modern time*. Oxford: Archaeopress, 163-169.
- Garcia, A. C. (2005). A arqueologia em contextos de navios dos sécs. XVI-XVII. Testemunhos açorianos. In *Arquipélago – História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2.ª série, vol. IX, 89-104.
- Garcia, A. C. (2012). Angra, uma cidade portuária no Atlântico do século XVII: uma abordagem geomorfológica. In *Velhos e Novos Mundos: Estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades, vol. II, 633-644.
- Lima, M. C. B. de (1969-70). Uma notável peça de artilharia portuguesa do século XVI. In *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, nº 27/28, 522-531.
- Monjardino, Á. & Pinheiro, D. R. (2001). Achados arqueológicos da baía de Angra. Parecer. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLVII, 251-264.

- Monteiro, J. (1989). Acerca das âncoras de Colombo encontradas nos Açores. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LIX, 135-139.
- Monteiro, P. (1999). Os destroços dos navios Angra C e D descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores). Discussão preliminar. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, vol. 2, n.º 4, 233-261.
- Monteiro, P. (2000). A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores: Metodologia, resultados e sua aplicação na Gestão do Património Subaquático da Região Autónoma dos Açores. In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 497-519.
- Monteiro, P. & Neto, J. L. (2015). Da II Guerra Mundial à Guerra da Indochina, o Papadiamantis. In *Fazendo*. Horta: Associação Cultural Fazendo, n.º 99, 6-7.
- Monteiro, P. (2015). Dori. In *Fazendo*. Horta: Associação Cultural Fazendo, n.º 101, 16-17.
- Monteiro, P. & Neto, J. L. (2015). Lakeside Bridge, ou a malograda noite de Natal de 1920. In *Fazendo*. Associação Cultural Fazendo, n.º 104, 6-7.
- Neto, J. L. (2014). Geografia da memória - o parque arqueológico subaquático Caroline. In *CulturAçores – Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura, n.º 1, julho-dezembro, 93-98.
- Neto, J. L. (2015). O Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores, provavelmente, o maior museu subaquático do mundo. In *CulturAçores – Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura, n.º 3, julho-dezembro, 49-60.

- Neto, J. L. & Parreira, P. (2015). O USS LST-228. In *Fazendo*. Horta: Associação Cultural Fazendo, n.º 98, 9.
- Neto, J. L. (2017). Musealização de naufrágios e antigos ancoradouros. In *CulturAçores – Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura, n.º 6, janeiro-junho, 83-88.
- Neto, J. L., Nascimento, A. & Parreira, P. (2017). Intervenção artística na baía de Angra do Heroísmo, sensibilização ambiental e patrimonial. In *CulturAçores – Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura, n.º 7, julho-dezembro, 80-83.
- Neto, J. L. (2018). *Arqueologia nos Açores. Uma breve história*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- Neto, J. L. & Parreira, P. (2018). *Manual de Boas-Práticas do Património Cultural Arqueológico Subaquático dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- Rocha, J. O. M. (2006). O património cultural submerso nos Açores – o contributo do Museu de Angra. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. LI, 237-248.
- Shimkus, R. (1963). Lost cannons of Terceira. In *Skin Diver*. Kansas: Petterson Publications.
- Welle, M. (2018). O património cultural subaquático Nova oferta turística no Senegal. In *CulturAçores – Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura, n.º 8, janeiro-junho, 78-81.

Wignall, S. (1967/68). Progress report on the forthcoming. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 25-26, 297-314.

Wignall, S. (1982). *In search of Spanish treasure. A Diver's Story*. Vermont: David & Charles.



**O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO**  
**JÚLIO DE CASTILHO'S CASE STUDY: A MEMORY PLACE**

Recebido a 30 de abril de 2020  
Revisto a 18 de maio de 2020  
Aceite a 20 de junho de 2020

**Vera Maria da Silva**

Doutoranda em História, Universidade de Évora, CIDEHUS.  
Largo do Marquês de Marialva, 8, 7000-654, Évora  
[vmjduartedasilva@gmail.com](mailto:vmjduartedasilva@gmail.com)

## Resumo

Apresentam-se espaços memoriais dedicados a Júlio de Castilho, em particular no Lumiar. Considera-se a possibilidade de o ideário de quintas de recreio e *villeggiatura* poder ter influenciado na escolha de Castilho pelo Lumiar, antigo sítio de recreio, para nele ter uma residência. Tendo em conta a relevância histórica e social de lugares de memória, apresenta-se o actual estado de conservação em que se encontra a casa e o Largo Júlio de Castilho, lugares emblemáticos no espaço público e edificado da Freguesia do Lumiar.

*Palavras-chave:* Casa Júlio de Castilho, antigo Lumiar, vilegiatura, lugares de memória, património cultural.

## Abstract

We looked into the memorial places dedicated to Júlio de Castilho, particularly in Lumiar. We considered the possibility that this council, an ancient recreational site, was chosen by Castilho to live in due to the ideary of recreational farms and *villeggiatura*. Given the historical and social relevance of memory places, we present the current conservation state of the house and of the Square Júlio de Castilho, emblematic places in the public space of the Lumiar council.

*Keywords:* Júlio de Castilho house, old Lumiar, *villeggiatura*, places of memory, cultural heritage.

## 1. Enquadramento de Abordagem

A 8 de Fevereiro de 2019 perfizeram cem anos sobre o falecimento de Júlio de Castilho (1840-1919)<sup>1</sup>, acontecimento que ocorreu na sua casa do Lumiar, na Travessa do Prior. Conserva interesse o conhecimento da obra do fundador da olisipografia e um dos principais historiadores de Lisboa (Castelo Branco, 1980) e acautelar a preservação e dinamização dos lugares de memória que lhe foram dedicados<sup>2</sup>. Esta comunicação descritiva baseia-se na literatura consultada e num estudo sobre o antigo Lumiar (Silva, 2015). Articula-se em três partes: i - Inscrição da memória de Júlio de Castilho no espaço público; ii - A casa de Júlio de Castilho no antigo Lumiar no contexto do ideário de “villeggiatura” iii - O estado do lugar de memória de Júlio de Castilho nesta Freguesia. O Lumiar, primeiro sítio escolhido para o homenagear, é uma Freguesia antiga<sup>3</sup> com valioso património cultural e alvo de secular preferência para nela se ter quintas de recreio (Matos, 1989) e segundas residências, a função desta casa de Castilho às “portas de Lisboa.

---

<sup>1</sup> Comunicação oral apresentada a convite às Jornadas de Estudo Castilhanos, Lisboa Museu Nacional do Teatro e da Dança, organização da Junta de Freguesia do Lumiar, Grupo Amigos de Lisboa, Centro Cultural Eça de Queiroz, 27 de Abril de 2019. Não se consideram as regras do acordo ortográfico instituído em 2009. Trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto UIDB//00057/2020. This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology, under the project UIDB//00057/2020.

<sup>2</sup> A actual rua Pena Monteiro. Ernesto Augusto da Pena Monteiro (26/07/1858 -24/03/1917), foi uma personagem relevante do movimento liberal e republicano. Como activista associativo, teve destacado papel na fundação e direcção da Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão (vd. Silva, 2015), instituição que, por largas décadas, teve um importante papel social.

<sup>3</sup> O Lumiar, actualmente a mais antiga Freguesia de Lisboa, completou 750 anos em 2016.

## 1.1. Inscrição da memória de Júlio de Castilho no espaço público

### 1.1.1. A lápide da sua casa do Lumiar

A presença de Júlio de Castilho no Lumiar, sítio onde terá produzida parte da sua obra, torna-o um dos seus principais lugares memória<sup>4</sup> e sinaliza a génese da criação dos que lhe foram dedicados, o que sucedeu logo no ano do seu falecimento. Os seus amigos Miguel Trancoso, António César Mena Júnior José e Artur Bárcia – fotógrafo que registou várias imagens de Castilho e do antigo Lumiar – tomaram a iniciativa de colocar uma lápide evocativa na sua casa da Travessa do Prior. A 30 de Abril de 1919 a cerimónia de homenagem com o descerramento desta lápide reuniu largas dezenas de pessoas (Figura 1).



*Figura 1.* Fotografia do descerramento da lápide de homenagem a Júlio de Castilho.  
Fonte: [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf)

## 1.2. A perpetuação de Júlio de Castilho na toponímia de Lisboa

Em 1925, seis anos depois, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu inscrever o nome de Júlio de Castilho na toponímia da cidade. A autarquia terá considerado a obra referencial que ele produzira sobre a história de Lisboa e, possivelmente, a sua decisão de ter

---

<sup>4</sup> Pierre Nora (1993) considera lugar de memória toda a unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo tenham convertido em elemento simbólico do património memorial de uma comunidade.

assegurado uso público ao valioso espólio que reunira ao longo da vida e que doara, devidamente organizado, à Torre do Tombo. Deste acervo constava a importante “Colecção Olisiponens”, formada por documentos sobre a história e quotidiano de Lisboa e que ele terá usado nos seus estudos, outros documentos sobre temas do seu interesse, diversos inéditos e documentação pessoal.

O Edital municipal de 2 de Março de 1925 atribuiu o nome Largo Júlio de Castilho ao, até aí, designado por Largo da Duquesa, local contíguo à sua casa do Lumiar (Figura 2), Na placa toponímica que o perpetua neste espaço público da cidade consta: “Largo Júlio de Castilho Erudito Escritor e Historiador/1840 – 1919”.

O largo, fronteiro ao Palácio Angeja-Palmela, ou do Monteiro-Mor, e actual Museu Nacional do Traje, reunia características que concorriam para dignificar a memória de Castilho (Arez, 2004, 2010, [Simões?], 1976-1977) O Largo da Duquesa, com área apreciável, apresentava-se como um espaço de representação do próprio palácio. Em 1909 a transferência para este sítio de um chafariz, peça arquitectónica e escultórica que a Câmara de Lisboa mandara levantar em 1885 no adro da Igreja de São João Baptista (Silva, 2015, p. 69, fig. 18), acrescentou monumentalidade ao Largo<sup>5</sup>. Este apresentava uma ocupação edificada coerente, sem descontinuidade e com alguma escala. Esta era-lhe conferida pelo palácio e pela presença de duas casas residenciais, uma delas com particular volumetria, depois convertida na Academia Musical 1 de Julho de 1893, e que contrastava com a da maioria das pequenas habitações do antigo núcleo urbano. Oposta à entrada do largo surgia parte da casa de Júlio de Castilho (Figura 2). Contribuía ainda para prestigiar o

---

<sup>5</sup> Peça neo-clássica de mármore com dois tanques opostos e coroado por uma escultura em tamanho natural. Esta representava um jovem trajado à maneira romana, com um cálice na mão esquerda encostada ao peito e, na mão direita, tinha uma cornucópia a transbordar de frutos. Estes elementos simbólicos, cornucópia com frutos e taça de água, estariam associados à representação da abundância e à vitalidade essencial da água, garantia de vida e fertilidade (imagem pormenorizada da escultura na Figura16).

largo a proximidade de antigas quintas de recreio com palácios e palacetes edificadas ao longo de séculos e enquadrados por jardins.



*Figura 2. Largo Júlio de Castilho. Fonte: <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>*

### **1.3. O jardim público e o monumento a Júlio de Castilho**

A 25 de Julho de 1929 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa reiterou a homenagem da cidade ao seu relevante historiador. Inaugurou, no miradouro do Largo de Santa Luzia, o “Jardim de Júlio de Castilho” e um monumento escultórico<sup>6</sup> (Figura 3). A lápide memorial do local destaca duas obras referenciais de Castilho: “Jardim de Júlio de Castilho. Mestre de estudos olisiponenses.

Autor da Lisboa antiga e de A Ribeira das Naus”. Estas decisões expressariam a intenção do município de reforçar a inscrição da memória de Júlio de Castilho no espaço público da cidade de Lisboa.

---

<sup>6</sup> O sentido etimológico original da palavra monumento, monere - advertir, recordar; mens – memória, O sentido de monumentum é o de recordar na memória.



Figura 3. Inauguração do jardim e do busto de Júlio de Castilho de Costa Motta, Foto de Eduardo Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. Fonte: <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>

O miradouro de Santa Luzia era um sítio feliz para a localização de um jardim em memória de Júlio de Castilho. O local, qual varanda no “mais importante trecho da muralha goda que Lisboa possui” (Raul Proença, cit. in *Toponímia de Lisboa*, 2018, Agosto, 27)<sup>7</sup>, oferece ampla vista de Alfama, do rio Tejo, e apresenta referências espaciais e históricas relacionadas com as obras de Castilho destacadas na lápide (Figura 4).

---

<sup>7</sup> Raul Proença, in *Guia de Portugal, Lisboa antiga Primeira parte: O Bairro Alto* (1879), cf. URL <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>



Figura 4. Vista de Alfama e do rio Tejo a partir do miradouro de Santa Luzia. Fonte: [https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g189158-d2211899-i156309498-Miradouro\\_de\\_Santa\\_Luzia-Lisbon\\_Lisbon\\_District\\_Central\\_Portugal.html](https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g189158-d2211899-i156309498-Miradouro_de_Santa_Luzia-Lisbon_Lisbon_District_Central_Portugal.html)

Os painéis de azulejos nas paredes exteriores da igreja –“A Tomada do Castelo de São Jorge aos Mouros por D. Afonso Henriques” e “A antiga Praça do Comércio”<sup>8</sup> – enquadram, desde 1939, o busto de Castilho e são, também, apropriados à sua obra e à história de Lisboa.

#### 1.4. A Biblioteca - Jardim Júlio de Castilho

Trinta anos depois, em 1959, a Câmara Municipal de Lisboa instalou no miradouro de Santa Luzia, a “Biblioteca Jardim Júlio de Castilho” (Figura 5), decisão que homenagearia o historiador e a sua figura cívica e cultural que, como o seu pai, nutria interesse pela educação popular<sup>9</sup>. Esta iniciativa indicará que conservava significado social

---

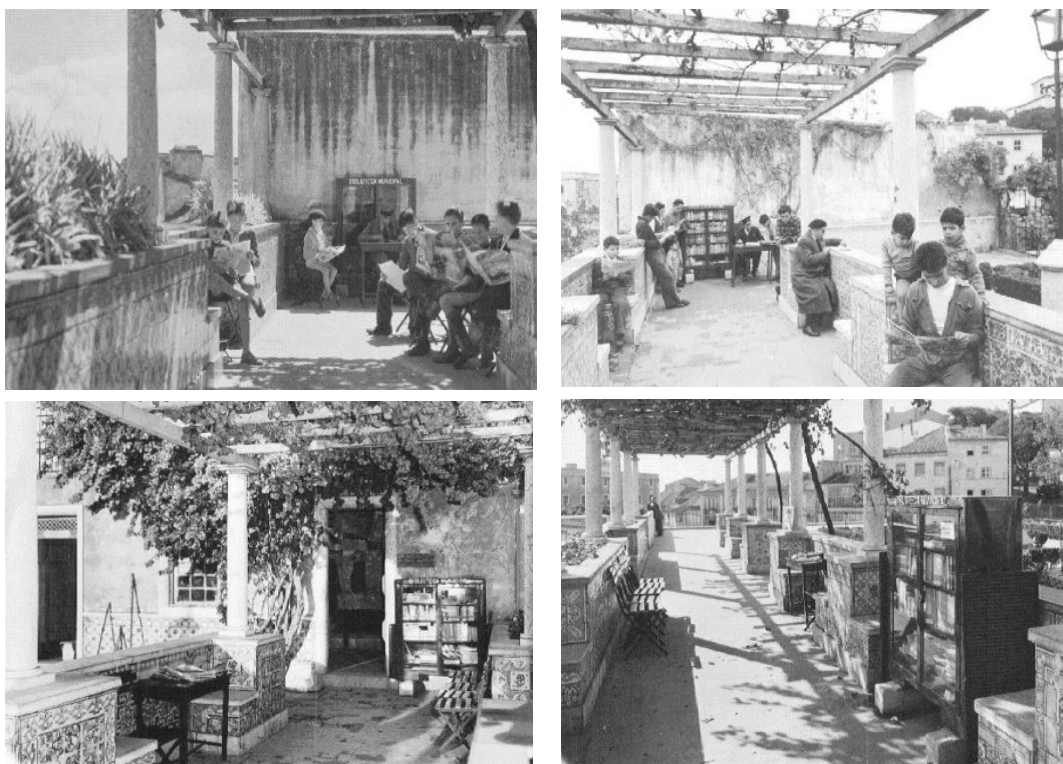
<sup>8</sup> Painéis de António Quaresma, e produzidos na Fábrica Viúva Lamego, cf. URL <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>

<sup>9</sup> António Feliciano de Castilho (1800 -1875), escritor, polemista e pedagogo, inventou o “método Castilho de leitura repentina”, o *Methodo Portuguez*, e esteve associado à criação de escolas primárias e liceus gratuitos, iniciativas relevantes numa época em que o analfabetismo entre a população portuguesa seria de 75% (vd. Candeias, 2004).



homenagear Júlio de Castilho, e que a criação de bibliotecas públicas era pertinente na política cultural do município que – perante os níveis nacionais da pobreza e as taxas de analfabetismo, fracos hábitos de leitura e de competências leitoras – terá considerado de interesse público a criação de bibliotecas para promover o acesso social a materiais de leitura.

Depois da criação desta biblioteca-jardim, e com excepção do “Prémio Municipal Júlio de Castilho” – distinção criada pelo Edital municipal 160/82 para ser anualmente atribuída à melhor obra sobre Lisboa e recentemente descontinuada – não se encontrou referência a outras iniciativas para inscrever a memória de Castilho no espaço público de Lisboa. Nem para requalificar os lugares de memória que lhe haviam sido dedicados, apesar de estes, e outros marcos celebrativos, quando investidos de continuado significado, dinamização e ressignificação serem instrumentos para a continuidade, inscrição e reconstrução da identidade individual e colectiva.



*Figura 5.* Fotografias da Biblioteca Jardim Júlio de Castilho no Miradouro de Santa Luzia. Imagem 1, a biblioteca em 1949 (Arquivo Fotográfico de Lisboa, N10544); imagem 2, em 1959 (Arquivo Fotográfico de Lisboa, N26659); imagem 3 e 4 em 1961 (Arquivo Fotográfico de Lisboa, N33369 e, N33367). Fonte: <http://blx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=746>

## 2. A casa de Júlio de Castilho no Lumiar

A casa de Júlio de Castilho é um edifício oitocentista<sup>10</sup> de traça rectangular e volumetria muito proporcionada com dois pisos e águas furtadas. O cariz da fachada enquadra o edifício num estilo vulgarizado na arquitectura civil residencial do século XVIII-XIX (Figura 1) e expressará o gosto de elites urbanas e o seu desejo de transporem tipologias de casas citadinas para espaços rurais. A casa de Castilho não se configurava às vizinhas residências palacianas – que emulavam as *villas palladianas* da Itália de quatrocentos que vieram a tornar-se um fenómeno social e cultural que perdurou até ao séc. XIX (Bentmann & Müller, 1975) – mas era tributária do seu imaginário ao apresentar alguns dos seus tópicos caracterizadores: jardim e tanque de água. Esta casa terá sido um dos lugares de habitação e trabalho de Castilho (Figura 6). Segundo informação oral de Fernando Andrade Lemos, ele teria outra residência em Lisboa. Mas uma casa de campo era essencial para se fazer a “villeggiatura”, uma prolongada estadia anual no campo (idem), à época, uma prática entre os que a podiam fazer. Esta, para Castilho, seria favorecedora de distensão, apropriada para a introspecção e o estudo, ou propícia para [ele] privar e conviver mais reservadamente com amigos, pois sobre o local Vítor Serrão afirma: “Tudo tem, portanto, referências unívocas e percebe-se que um historiador, investigador e pedagogo de fino perfil como foi Júlio de Castilho, o autor de referência de *Lisboa Antiga* e de *A Ribeira de Lisboa*, clássicos da Orlisipografia, aqui instituiu o seu gabinete de trabalho, ainda o Lumiar era um espaço articulado e com desafogadas valências paisagísticas, antes das alterações brutais que o seu *entorno* sofreu (...).” (2015, pp. 9-10).

---

<sup>10</sup> Revez (2012) data-a de meados do século XVIII ao ter detectado a sequência da propriedade da casa até ao terramoto de 1755 com base no pagamento dos foros. Em 2014, nas obras de reabilitação surgiram evidências de empenas de duas casas anteriores, o que apontará para ter havido neste espaço outras edificações mais antigas.



Figura 6. Júlio de Castilho na sua casa do Lumiar. Imagens captadas pelo fotógrafo seu amigo José Artur Leitão Bárcia. Fontes: <http://prosimetron.blogspot.com/2012/10/casa-de-julio-de-castilho-no-lumiar.html>; [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum AC 1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf)

Ter esta casa sido uma possível segunda residência não terá apoucado as estadias de Castilho no Lumiar, à época lugar campestre muito procurado. Para os que faziam vilegiaturas, o ano tinha duas temporadas: a da estação mundana, Inverno e Primavera na cidade; e a estação da “villeggiaturas”, Verão e parte do Outono, no campo (Bentmann & Müller, 1975).

Caso Castilho, desde que teve casa no Lumiar, tenha cumprido estas *saisons*, ele poderá ter passado aqui quase metade de cada ano. Ao lado da casa de Castilho também Luz Soriano<sup>11</sup> possuiu uma. A lápide que perpetua a sua memória informa que a casa foi a sua residência de Verão, o que prefigura uma ocupação sazonal (Figura 7).



*Figura 7.* Lápide na fachada da Casa Luz Soriano: “Este prédio foi muitos anos propriedade e residencia de Verão do nosso notável historiador Simão José da Luz Soriano e a elle foi comprado pelo seu actual proprietário o qual lhe mandou por esta lápida para perpetuar a memoria de tão prestante cidadão”. Julho 9 de 1889 C. A. Leite. Fonte: [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf)

Casas de campo e quintas de recreio, e a convicção das vantagens de “villeggiaturas”, ainda estavam em voga no séc. XIX. Considerando estes fenómenos, antes de apresentar a descrição do estado actual do lugar de memória de Júlio de Castilho no espaço público edificado do Lumiar, importará abordá-los. Não fosse as características do Lumiar poderia não ter existido uma casa de Júlio de Castilho nesta Freguesia.

## 2.1. O Lumiar na tradição de quintas e vilas de recreio

O Lumiar era um sítio propício para acolher e concretizar o ideário de vilegiatura e de quintas de recreio e casas de campo, imaginária que ainda terá tocado Júlio de Castilho. Desde a Idade Média existiram no lugar quintas que associavam à sua dimensão de unidades produtivas uma faceta recreativa: “Chama-se Quinta de Recreio à propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de

---

<sup>11</sup> Simão José da Luz Soriano (1802-1891), médico, historiador político, jornalista. Autor de obras incontornáveis para o estudo das guerras liberais: “*História da Guerra Civil*”, “*O Cerco do Porto*”, e “*Vida e Obra de Sá da Bandeira*”. Na sua obra histórica destaca-se “*História do Reinado de D. José*” e “*Marquês de Pombal*”.

residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores (...) [e era] quase sempre uma residência secundária de uma Família possuidora de uma casa ou palácio em

Lisboa. (...) As mais próximas tinham como função constituir espaços alternativos à cidade, logo lugares de repouso e ócio” (Mesquita, 1992, p. 19).

A génese do interesse por quintas de recreio encontrar-se-á nas *villas palladianas*, surgido no império romano, quando ocorreu a apologia da superioridade do campo em relação à cidade, ideal que enaltecia o tempo da república e dele desejava dar uma imagem exemplar. Este ideário terá sido retomado no fim da Idade Média, quando “la vieja capa feudal fue desplazada por una nueva capa burguesa de terratenientes” (Bentmann & Müller, 1975, p. 22). No Lumiar, e região vizinha, o fenómeno das *villas palladianas* terá tido alguma anterioridade. O sítio, um povoado de raiz medieval às portas de Lisboa, crescera no entorno de uma propriedade rural de D. Afonso III e continuou a ser frequentado por outros reis. Séculos depois, Frei Francisco Brandão (1601-1680) relata: “por todo este termo de Lisboa tinham os Reys de Portugal suas quintas, & casas de recreação, convidados da bondade do sítio, que por todas as partes merece ser buscado, & habitado, aqui por estas partes tinham as quintas do Lumiar, Odiuellas, & Friellas” (*Monarquia Lusitana*, vol.V, Livro. XVII, 25, *apud* Revez, 2014, pp. 3-5). O lugar oferecia-se talhado à medida de quintas e casas de campo. O ambiente natural, a abundância de água (Silva, 2015, fig.17) e a *bondade* do sítio eram valiosas para a vocação agrícola e de lazer deste *termo* aprazível, salubre, com quietude e “bons ares”, o que terá contribuído, bem como a persistente validação que a nobreza lhe conferia, para inspirar outros estratos sociais a procurarem-no para nele adquirirem propriedades e nelas levantarem palácios e solares rurais (Caldas, 1999), plantarem jardins delimitados, criarem bosques coutados e fazerem benfeitorias para, como convinha a quintas de recreio, torná-las lugares de desfastio.

No Lumiar, como noutros espaços europeus, o apreço por propriedades rurais de recreio foi um fenómeno com continuidade. No entorno das cidades quatrocentistas, com particular expressão nos territórios da Toscana e *terraferma* de Veneza, verificou-se uma

duradoura edificação de palácios e palacetes no campo. Fenómeno que terá sido facilitado pelo “contexto renascentista – vinculado ao pensamento, valores e produções culturais da antiguidade clássica – [e nele] redescobriram-se os ideais da vida rural e apreço por *villas* rurais” (Silva, 2015, p. 33). Durante a Idade Moderna as vilegiaturas também foram consideradas uma escola ideal para os jovens por, no tumulto das cidades, ser-lhes difícil desenvolver capacidade de contemplação e formar uma alma bela: “no podría desenrollar-se sin obstáculos como consecuencia de “Questi tumulti, questi streoidi, questa tempestá della terra, della piazza, del palazzo“ (Alberti<sup>12</sup>, *apud* Bentmann & Müller, 1975, p. 135). Alberti, inspirado em Cícero, *De la Senectud*, sentenciava: “nada me parece más importante para la vida familiar que a educación de la juventud en la mejor conducta y la mayor madurez mórale” (op. cit.).

Em meados do séc. XVIII assistiu-se à revitalização de quintas de recreio, fenómeno alinhado com valores então em voga: a economia fisiocrática, a estética bucólica, o pensamento iluminista (Rousseau, 1974, Wesch, 2009). Estes valores terão emoldurado o “novo” ideal existencial que “se concretaba en la *usanza nuova* de la villa (...) clásica y en la organización social de los *beni* de la *Padania* (...) la arcadia es el objetivo de una evasión de la malsana y hostil vida urbana” (Bentmann & Müller, 1975, p. 158). Ainda que a “glorificación abierta de la vida rural no se dirigió a la población radicada en el campo, que desde siempre había sido campesina” (1975, p. 26), as quintas de recreio representariam para os seus donos e convidados a “concretização” de um ideário naturalista e social. No séc. XVIII, o tempo dourado das “quintas de regalo”, os que as não tinham apreciariam convites para visitas e estadias. O próprio Júlio de Castilho informa que, na estação caldosa, “nobres e outros iam para os sítios das suas quintas de recreio e que a elas “afluía todo o que tinha”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Leone Battista Alberti, *Fragmento sobre la villa*, ca.1430-1440 (Bentmann & Müller, 1975,p. 131).



morada e assentamento e todo o que os desejava ter” (1938, XII, p. 198), “todo” que ele apelida por “mariposas de palácio” (*idem*). Na altura “a alta sociedade frequentava assiduamente os espaços campestres do Lumiar, ocupando os seus tempos livres em bailes de salão, teatro, passeios ao campo, reuniões e saraus” (Andrade, 2003, p. s.p.). Em França, após a queda do Antigo Regime, a nova realidade terá levado a que este se tornasse memória grata a membros da nobreza que dele conservaram a visão nostálgica de um tempo de paraíso perdido. Charles-Maurice de Talleyrand (1754-1838), nobre, bispo, político e diplomata francês, sentenciava: “ceux qui n'ont pas connu l'Ancien Régime ne pourront jamais savoir ce qu'était la douceur de vivre” (*apud* Paléologue, 1924, pp. 281-318). Infere-se que Quintas de Recreio terão feito parte dessa doçura de vida.

Será a partir do século XIX que as quintas de recreio começam a deixar de funcionar como unidades produtivas. Já há muito que a riqueza baseada na terra não era comparável à gerada por manufacturas, comércio interno e internacional (Monteiro, 2007) e foi-se perdendo o interesse pela dimensão agrícola destas quintas. Elas passarão a restringir-se à área ajardinada nas imediações do núcleo edificado e a circunscrever-se à componente recreativa. A casa de Castilho, e a sua presença no Lumiar, enquadram-se no ocaso do fenómeno quintas de regalo e casas no campo. Mas no limiar do seu crepúsculo, Vilhena Barbosa ainda dizia do Lumiar em 1863: “(...) mais parece uma rua de cidade com algumas travessas tortuosas, pouco limpas e irregulares, do que uma aldeia. Porém a salubridade do ar, a bondade das águas, e as quintas aprazíveis que o rodeiam, fazem com que os moradores da capital o apeteçam e procurem na estação calmosa (...)” (In *Fragmentos de Um Roteiro de Lisboa* cf. Andrade, 2003, p.s.p.). Residentes sazonais do Lumiar continuavam a usufruir

das suas casas de campo e jardins num entorno às portas de Lisboa que, ainda no séc. XX, conservava características de espaço rural (Figura 8).



*Figura 8.* Cartografia do Lumiar, um espaço rural pontuado por palácios. *Figura 8a.* Planta topográfica de Lisboa, nº 8T in Arquivo Municipal de Lisboa. 2, Cartografia do Lumiar (Gabinete de Estudos Olisiponenses. Fontes: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/paco-do-lumiar-12507> e [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf)

Vítor Serrão considera o Lumiar um “(...) sítio particularmente benfazejo, que no século XVIII era de moda no termo de Lisboa e que no século XIX acrescentou um fâcies romântico às suas fachadas e envolvências (...)” (2015, pp. 41-42). Os seus campos abertos também eram procurados por visitantes de estratos sociais que, sem meios para ter “assentamento” próprio no lugar, o procuravam para passear, visitar a feira anual e assistir às procissões. Os largos de São João Baptista e da Duquesa, vizinhos e articulados (Figura 8), eram os principais espaços públicos urbanos do sítio e representariam o espaço religioso e o civil. O Largo da Duquesa, confinante com a casa de Castilho, era usado para tarefas



quotidianas (Obtido na [https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggq](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggq)). As ocupações de que ambos eram alvo e a sua frequência social diversificada<sup>13</sup> fariam deles os principais lugares de permeabilidade sociocultural da Freguesia. Eles, e os eventos no seu entorno, terão contribuído para gerar oportunidades de interação entre cultura(s) de elites e cultura(s) popular(es), e para promover alguma “circularidade cultural” (Chartier, 2003) e modelação da “cultura comum” (Williams, 1960) do Lumiar.

As dimensões naturais e socioculturais do Lumiar conferiram-lhe cariz distintivo e poderão ter influído na escolha de Júlio Castilho em nele ter segunda residência, o que faz desta Freguesia um sítio relevante para a perpetuação da sua memória. O ambiente distendido<sup>14</sup> e ocioso<sup>15</sup> da vilegiatura favoreceria contemplação, reflexão, criação, e ele pode ter optado ter casa na, então, quase aldeia do Lumiar por necessidade de concentração nos estudos, influência familiar e possível partilha de mundividências do ideário de vilegiatura. Apesar de Castilho ter assistido ao começo da transformação da velha aldeia – “(...) o nosso Lumiar, hoje cheio de palacetes, e cortado de eléctricos, carruagens, e automóveis, que o tornam um bairro da Capital, era povoação muito campestre, meio solitária, e, por assim dizer, a léguas de Lisboa (...).” (Andrade, 2003) – o sítio conservava vida rural, ambiência bucólica e o evanescente glamour do tempo áureo das quintas de recreio.

---

<sup>13</sup> Vejam-se alguns exemplos em [https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggq](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggq) e <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/feira-de-santa-brigida-ou-feira-do-12055>

<sup>14</sup> Vd. imagem ilustrativa numa cópia de um quadro de Lancret que representa uma distendida cena familiar de época numa vila rural em <http://www.junglekey.com/search.php?query=Nicolas+Lancret+pintor+franc%C3%A9s&type=image&lang=en&region=us&img=1&adv=1>

<sup>15</sup> “Somos activos a fim de ter ócio” (Aristóteles). No século XVIII o ócio aristocrático era essencial para a actividade intelectual. Ócio não é sinónimo de indolência ou de desfrute sensitivo alienador, ainda que, com frequência, o termo seja usado neste sentido. Na Grécia antiga a sua utilidade era socialmente considerada imprescindível. O *ócio democrático* ateniense significava a libertação das actividades que garantiam o sustento para que todos, os que eram cidadãos, pudessem pensar e participar na discussão política e nas decisões da Assembleia (*Ekklesia*), do Conselho (*Boule*) e nos julgamentos dos tribunais (*dikasteria*).

E continuaria a oferecer oportunidade de desfrutar prazeres mundanos e de os compaginar com interesses reflexivos, contemplativos, intelectuais e criativos. Depreende-se de imagens registadas (Figuras 9 a 11 e nota 16) que estes interesses podem ter convergido e sido concretizados nas vilegiaturas de Júlio de Castilho no Lumiar, um aprazível sítio fora de portas.



*Figura 9.* Possível fotografia de Júlio de Castilho junto de um retiro de fado no Lumiar. Fonte: <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html?thread=5371958>



*Figura 10.* Júlio de Castilho numa visita à família Sanches de Baena, na casa que esta tinha na sua quinta de recreio em Benfica. Fotografia de José Artur Leitão Bácia, anterior a 1909. Arquivo Municipal de Lisboa. Fonte: <http://retalhosdebemfica.blogspot.com/2012/01/>



*Figura 11.* Fotografias de Júlio de Castilho. A primeira, a conversar, será no jardim da sua casa do Lumiar, pois os elementos construtivos são semelhantes aos que nela ainda persistem. A segunda, num possível momento de pausa de trabalho ou de reflexão, situações conformes com o ideário de vilegiatura. Fonte: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/julio-de-castilho-11528>

Ao prolongado fenómeno histórico de interesse por quintas, solares e palácios de campo no Lumiar e Freguesias vizinhas sucedeu-se o desinteresse por eles. A partir de meados do séc. XX muitas quintas, já reduzidas à residência e jardins, foram sendo votadas ao abandono. O seu património natural e edificado com diversas tipologias de ocupação foi-se degradando. A partir da década de setenta do séc. XX muitas quintas começaram a ser alvo de vandalismo e saque. Nos anos sessenta decau-se o crescimento e transformação da ocupação urbana do Lumiar. Na periferia do seu núcleo antigo edificou-se habitação colectiva, surgiram bairros de lata e elevada pressão automobilística a partir das novas áreas suburbanas edificadas nos limítrofes desta Freguesia. Estes fenómenos contribuíram para a rápida desfiguração morfológica, ambiental e cultural do Lumiar. Em 1955-1970, a construção da Avenida Padre Cruz, uma “auto-estrada citadina”, foi o fenómeno mais destrutivo. Ela quebrou a unidade ambiental e morfológica do Lumiar, dividiu o antigo núcleo urbano em dois e levou à demolição, quase na totalidade, do antigo corpo urbano edificado a poente.

Estas ocorrências transfiguraram o Lumiar e fizeram-no perder a secular aura encantatória do seu *genius loci* ao desapossaram-no de características ambientais, edificadas

e humanas que o haviam tornado sítio de eleição para quintas de recreio. E destruíram uma comunidade com identidade colectiva e vida própria sustentada em unidades produtivas e económicas do sector primário, secundário e terciário (Silva, 2015). A nova avenida não só eliminou significativo património cultural do Lumiar como o tornou um sítio de ruínas, incluindo a casa de Júlio de Castilho, um dos seus lugares de memória.

### **3. O estado do lugar de memória de Castilho no Lumiar**

Não é grato fazer a descrição do actual estado do lugar de memória de Júlio de Castilho no Lumiar e o da sua envolvente, apesar de um e outro estarem localizados num espaço físico e edificado – habitacional e público de cultura, recreio e lazer – que faz parte do conjunto classificado do antigo Lumiar (Decreto n.º 67/97). Mas importa proceder a esta sinalização e à sua divulgação. Elas poderão contribuir para alertar sobre o estado deste património e para a necessidade de procurar reverter a situação em que ele se encontra. Se assim, for, este registo servirá, apenas, para memória futura. Por agora as imagens seguintes são eloquentes e justificam o maior uso que, nesta parte, é dado às ilustrações.

#### **3.1. O Largo Júlio de Castilho no tempo recente**

Segundo Pierre Nora (1993), constituem-se lugares de memória os testemunhos de realidades materiais e imateriais resultantes do cruzamento da História cultural e da história individual que, ao assumirem carácter simbólico, dão origem a lugares que perpetuam a conservação dessa memória. Neste sentido, o Largo Júlio de Castilho é um lugar de memória. Mas ele tem vindo degradar-se, apesar de, já em 1996, o Gabinete da Divisão dos Núcleos Dispersos, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana ter chamado à atenção “(...) para os problemas mais urgentes quanto à reabilitação do espaço público (...)” (Andrade,

2003) e neles incluir o núcleo antigo da Rua do Lumiar. O largo e a casa de Júlio de Castilho fazem parte da delimitação deste conjunto classificado (SIPA - Sistema de Intervenção para o Património Arquitectónico

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf>).

Ao comparar o estado anterior do largo com o actual (Figura 12) – a partir de uma aguarela, oferecida por Júlio de Castilho a D. Joanna Trancoso, com a dedicatória “lembrança de sincera amizade de J. Castilho. Junho de 1916” (peça pictórica privada) – observa-se que ele está degradado e convertido em espaço de estacionamento informal.



*Figura 12.* O Largo da Duquesa, actual Largo Júlio de Castilho, no início do séc. XX. Ao fundo, a sua casa; à esquerda uma entrada para o parque Angeja-Palmela, à direita, o edifício onde foi reinstalada a Academia Musical 1 de Julho de 1893. O mesmo espaço a 25 de Janeiro de 2019. Fontes:

[http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf) e foto privada

Os muros do antigo palácio Angeja-Palmela, actual Museu Nacional do Traje e Parque Botânico do Monteiro-Mor, e as paredes da Academia Musical 1 de Julho de 1893, estão a esboroar-se e a carecer de reparação e pintura (Figura 13).



Figura 13. Estado da entrada do Museu Nacional do Traje e fachada da Academia Musical 1 de Julho de 1893. Fontes: <https://www.visitaportugal.pt/distritos/d-lisboa/c-lisboa/lumiar/palacio-angeja-palmela> e <https://ticketline.sapo.pt/es/salas/sala/1702>

A Academia Musical 1 de Julho de 1893, uma das mais antigas colectividades de cultura e recreio de Lisboa, também representa um lugar de memória do movimento associativo oitocentista. Foi fundada numa época em que se reconhecia as vantagens da leitura, da educação e de estas serem oportunidade de mobilidade social. Mas o acesso a estes bens não estava generalizado e estas academias populares desenvolveram uma acção cultural e educativa criando bibliotecas, promovendo a leitura, realizando palestras, cursos livres e actividades recreativas de sociabilização e lazer o que, cria-se, evitava o “embrutecimento”. Os seus membros consideravam-se pessoas mais esclarecidas e nelas surgiram acções de envolvimento filantrópico, cívico e político (Mónica, 1980, Viegas, 1986). O seu desígnio, e a acção que no passado e presente elas desenvolvem, justificam que se conservem como lugares de memória e instituições actuaentes na regeneração do espaço da esfera pública (Habermas, 1991).

O lado direito do largo Júlio de Castilho ostenta um apreciável vazio no sítio onde foi a casa das Belas, uma incompletude que desequilibra a harmonia do largo e provoca “ruído visual” (Figura 14).

Um espaço ao abandono carece de uma solução que o reabilite e que qualifique o Largo Júlio de Castilho, parte relevante do espaço público edificado do antigo Lumiar.



*Figura 14.* Fachada da *casa das Belas*, cujo tardo dava para o palácio e enquadrava o Largo da Duquesa e imagem actual do espaço depois de esta casa ter sido demolida. Fontes: [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf) e fotografia privada de 25 de Janeiro 2019

Para além da visível degradação de muros, paredes e piso do largo – revestido a pedra negra basáltica mas desnivelado e esburacado – este e a rua da casa de Júlio de Castilho não são alvo de limpeza regular, de deservagem e desinfestação. Ocorre, também, continuada presença de lixo e de materiais construtivos ao longo dos muros e paredes (Figura15). Estes resultaram de intervenções descontinuadas para renovar a rede de infra-estruturas urbanas por terminar há largos meses e não se sabe a previsibilidade da sua conclusão nem a da recolha destes materiais.



*Figura 15.* Aspectos do Largo Júlio de Castilho, captadas a 25 de Janeiro de 2019. Fontes: Fotografias privadas

No centro do Largo Júlio de Castilho, o conjunto arquitectónico e escultórico do chafariz não tem sido objecto de conservação. Ele era uma presença marcante neste espaço público (Figura 16)<sup>16</sup> como, já antes, o tinha sido no largo do adro da igreja do Lumiar, sítio onde esteve entre 1885 e 1909 (Silva, 2015, Figura 18 e Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, 2014).



Figura 16. Chafariz de São João Baptista no Largo da Duquesa e pormenor da escultura.  
Fontes: <http://lisboahojeontem.blogspot.com/2013/02/chafariz-do-boneco-no-lumiar.html> ;  
<http://www.academialumiar.org/>

O material construtivo do chafariz e os relevos das suas bicas estão a degradar-se. As duas pias, partidas e sujas, apresentam uma imagem de incúria, o que levará a que as convertam em caixotes de lixo (Figura 17). A escultura neo-clássica que coroava o chafariz foi furtada há cerca de dez anos e continua por encontrar. Não foi tomada a diligência,

---

<sup>16</sup> Em *Lisboa desaparecida* informa-se que a fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa apresentada na imagem 9 é de um retiro de fado: “O arquivista não dá mais pistas; o autor não é conhecido; a data não é mencionada. Sobram-me dois palpites. Um é perfeitamente intuitivo e não há nada que o fundamente: a fotografia foi tirada à roda do ano de 1910. O outro é menos descabido: o cavalheiro ao centro, no grupo da esquerda, tem todo o ar de ser o 2º visconde de Castilho [Júlio de Castilho]. A ser verdade, bem provável é estas casas serem para os lados do Lumiar” (*apud* <http://www.biclaranja.blogs.sapo.pt> postado 29.05Mai. 2006).  
temporária ou definitiva, de a substituir por uma réplica, procedimento tomado em algumas



idades, e que, a título preventivo, conservam em museus as esculturas originais que possam encontrar-se em situação vulnerável nos espaços públicos de ruas e largos.



*Figura 17.* Estado de uma das pias usada como caixote do lixo e envolvente proximal do chafariz. Fonte: Fotografia privada, captada a 25 de Janeiro de 2019.

O desinteresse a que este chafariz, popularmente conhecido por “chafariz do boneco”, foi votado apaga a intenção de monumentalidade que ele conferia ao Largo da Duquesa e parece uma ruína iluminada (Figura 18). O seu estado actual, e o do próprio largo, desvalorizam um sítio que, circunstancialmente, reunia atributos de dignidade e vitalidade, características que é desejável estarem reunidas quando se pretende homenagear alguém, inscrevê-lo na memória colectiva e gerar dinâmicas sociais que vivifiquem o seu lugar de memória.



*Figura 18.* Estado actual do chafariz de te de S. João Baptista. Fonte: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2622](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2622)  
Apesar do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro estabelecer os procedimentos

para classificação dos bens imóveis de interesse cultural e o regime jurídico das zonas de

protecção e plano de pormenor de salvaguarda, passados dez anos não se afigura que esta legislação tenha garantido o necessário suporte para a reabilitação e conservação deste património. É evidente a continuada degradação do núcleo antigo do Lumiar e do lugar de memória Largo Júlio de Castilho. Incúria que estendeu-se, também, à casa que foi a sua residência nesta Freguesia. O Largo de Júlio de Castilho, e o seu entorno, importam *per si* e para assegurar a salvaguarda e manutenção do enquadramento arquitectónico e paisagístico deste lugar de memória, e para conferir coerência ao espaço público, histórico e patrimonial do Lumiar, tão negativamente afectado pelas dinâmicas da transformação urbana em meados do século XX.

### 3.2. A casa de Júlio de Castilho entre os anos oitenta do século XX e 2018

Deixou de haver interesse por lugares como o Lumiar para ter segundas habitações quando, com a ampliação da cidade e facilidade de transportes, estes sítios começaram a integrar o grande espaço urbano, perderam a sua aura e surgiram novos locais de moda para casas de recreio e residência de férias. Este desvalor tocou a casa de Júlio de Castilho e terá levado ao alheamento pela sua conservação. Em 1997, após ter ficado desabitada, o imóvel foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Ao longo de mais de uma década, nada se fez por ele, apesar de já ser evidente a sua crescente degradação e de, em espaços de opinião pública<sup>17</sup>, terem surgido diversas chamadas de atenção para o seu estado. Estes alertas não

---

<sup>17</sup> Vejam-se alguns alertas difundidos na esfera pública em: <http://prosimetron.blogspot.pt/2012/10/casa-de-julio-de-castilho-no-lumiar.html>; <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/397958.html>; <http://ruinarte.blogspot.pt/2009/11/julio-de-castilho.html>; <http://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/03/24/casa-onde-viveu-julio-castilho-em-ruina-%E2%80%93-paco-lumiar-%E2%80%93-lisboa/>; <https://ambcvlumiar.wordpress.com/category/turismo/>; <http://lisboasos.blogspot.pt/2008/07/homenagem-ao-olisipgrafo-largo-jlio-de.html>; <http://mariomarzagaoalfacinha.blogspot.pt/2012/04/e-uma-pena-esquecerem-se-de-nos.html>; <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/por-onde-anda-a-memoria-das-casas-de-lisboa-que-contam-historias—263738>.

surtiram efeito e a casa de Júlio de Castilho acabou por tornar-se numa ruína votada ao abandono.

Apesar do avançado mau estado da casa ela denotava identidade histórica e arquitectónica. A descrição do Parecer Patrimonial da Câmara Municipal de Lisboa reconhecia-lhe valia histórica, cultural, patrimonial, paisagística e recomendava a sua reabilitação (Silva, 2015, nota 14). Mas, como já antes sinalizado (*idem*), do edifício original, visivelmente degradado, apenas restava o seu casco exterior e as cantarias de pedra. Fachadas, empenas e espaço interno estavam tomados por vegetação espontânea (Figura 19).



Figura 19. Aspecto da fachada e do estado de conservação da lápide celebrativa e do tardoz da casa Júlio de Castilho em 2013 vendo-se à esquerda na primeira fotografia a Calçada do Picadeiro e o muro do Parque do Monteiro-Mor. Fonte:

[http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf).

Os materiais construtivos da casa apresentavam graves patologias, o que a colocava em situação de fragilidade e ameaça de queda das paredes externas. As portas, janelas e aduelas de madeira do interior estavam inaproveitáveis por terem estado sem protecção devido a larga área da casa não ter cobertura. Parte do chão desaparecera, o que restava estava arruinado e os azulejos tinham sido furtados. A cobertura do piso térreo abatera quase na totalidade. A do primeiro piso colapsara e, em amplas áreas, o pé-direito do edifício ia do rés-do-chão ao sótão. Como a maioria das paredes internas haviam ruído não podia ter-se uma perspectiva que permitisse sustentar uma leitura da organização do espaço interior e não

era possível construir uma imagem sobre como a casa teria sido no tempo em que ela fora uma possível residência sazonal de Júlio de Castilho (Figura 20).

*Figura 20.* Aspectos parciais do estado interior da casa em 2013. Fonte:



[http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf)

Anos antes a casa sua vizinha, que pertencera a Luz Soriano, encontrara-se, também, em muito mau estado de conservação. Em 1999 ela foi intervencionada por iniciativa privada e, desde 2001, está ocupada como residência familiar. Depois de reabilitada a casa de Luz Soriano contrastava fortemente com a de Júlio de Castilho e acentuava a incúria a que esta fora votada (Figura 21). Sobre o estado dos lugares de memória de Júlio de Castilho no Lumiar continuavam a surgir na vertente comunicacional da esfera pública observações críticas e pertinentes (nota 16). Elas, todavia, não levaram a alterações que revertessem o estado de degradação do imóvel. Estes alertas cívicos não terão sido objecto de articulação participativa estruturada, ou de suficiente difusão e captação de atenção pública e institucional. Factores que, a terem existido, poderiam ter contribuído para sustentar capacidade prepositiva, e de ela influenciar processos decisórios para reabilitar a casa de Júlio de Castilho e o seu largo.



Figura 21. Estado das casas de Luz Soriano e de Júlio de Castilho até 2017. Fontes: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf> <https://plus.google.com/photos/104921905722227189434/albums/5996648265406870337>

Só após aquisição da casa de Júlio de Castilho à Câmara Municipal de Lisboa – a 4 de Julho de 2013, no âmbito do programa *Rehabitar Lisboa* – foi empreendida a sua reabilitação por iniciativa privada. Esta pretendeu restituir o edifício à sua primitiva função de residência. Sobre este tipo de iniciativas, Vítor Serrão afirma: “Na realidade, se é certo que todas as construções arquitectónicas de cariz doméstico, que são, muitas delas, obras de arte, definham, envelhecem e tendem a desaparecer, não é menos verdade que o reconhecimento das suas valências pode permitir, por parte da comunidade, alerta de salvaguarda, condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação e reutilização” (2015, p. 8).

O projecto de reabilitação, concebido pelo Arquitecto Jorge Bonifácio, expressava o conceito de reinscrever a casa no tecido urbano, e a visão de ela, um lugar de memória, contribuir para a valorização patrimonial, urbanística e ambiental do antigo Lumiar. A finalidade residencial visada, pois o edifício poderia ter tido outra – por exemplo, a de Casa Museu Júlio de Castilho – não o questionaria enquanto lugar de memória, “(...) lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional (...) aspectos [que] coexistem sempre” (Nora, 1993, pp. 21-22). Espaços e sociedades são percorridos pelos diversos tempos que neles tenham existido e coexistido, e afigurou-se desejável que o sentido de interpolação da memória da Casa Júlio de Castilho não se esgotasse na mera

dimensão de presença, de perpetuação enquanto “monumento” edificado numa perspectiva imobilista e conservadora de “património por património” e alheia a necessidades de actuais espaços residenciais. Terá sido neste sentido que Vítor Serrão escreveu: “Assim, da imagem de *grandiosa efemeridade* que a casa Júlio de Castilho nos transmitia, esperando a morte no seu estado de ruína devastadas em lento fenecimento, passou-se para um estágio esperançoso de recuperação integrada e integral que, espera-se, respeite as preexistências e o *espírito de lugar*, devolvendo ao Lumiar uma unidade importante do seu *corpus* histórico” (2015, p. 10). A reabilitação da casa de Júlio de Castilho concluiu-se em 2019 (Figura 21).



Figura 22. Fachada da Casa de Júlio de Castilho depois de reabilitada. Fonte: fotografia privada de 25 de Janeiro 2018

A intervenção na casa Castilho resgatou-a da destruição e terá contribuído para que ela continue a conservar no espaço público o seu significado de lugar de memória. A sua recuperação também minorou o mau estado do conjunto edificado no Largo Júlio de Castilho e terá sido importante para melhorar a imagem do sítio do Museu Nacional do Traje e da Academia Musical 1 de Julho de 1893. Ao empreender a recuperação da casa de Castilho de um estado de ruína, ter-se-á contribuído para a revalorização desta parte da zona histórica do antigo Lumiar, um espaço detentor de identidade própria, de conteúdo cultural material e imaterial, de memória colectiva e de vivências acumuladas e transmitidas (Silva, 2015).

### 3.3. O estado da envolvente do Largo Júlio de Castilho e da sua casa

O Decreto n.º 67/97 de 31.12.1997<sup>18</sup> classificou o conjunto do Paço do Lumiar como imóvel de interesse público. A Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro estabeleceu as bases do regime de protecção e valorização do património cultural e do seu entorno. O Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro determinou o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e o regime jurídico das suas zonas de protecção (Figura 22). Em conformidade, os “Planos de Pormenor de Salvaguarda das Áreas do Lumiar e Paço do Lumiar” consideraram uma envolvente de cinquenta metros como zona de protecção dos edifícios classificados.



*Figura 23.* Delimitação do núcleo histórico da Rua do Lumiar, a vermelho, A amarelo, sinalizou-se o Largo Júlio de Castilho e a envolvente proximal. A parte antiga do cemitério foi excluída, apesar de nele existirem edificações tumulares da primeira metade do séc. XIX, testemunhos de interesse para a História Cultural e das Mentalidades. Fonte: Andrade, 2003.

Estes instrumentos jurídicos e de ordenação urbana não poderiam ter alcance retroactivo que restituísse ao conjunto classificado a totalidade da área determinada para a zona de protecção da sua envolvente. Esta contribui para enquadrar e conferir significado ao património

---

<sup>18</sup> Como a inclusão do núcleo da Rua do Lumiar no Conjunto Classificado do Paço do Lumiar, Dec.n.º 67 / 97, DR 301 de 31 de Dezembro 1997); ser considerada Zona a Preservar, conforme o Plano Director Municipal que a define como Área Histórica Periférica; ter sido, em 1996, objecto de um Plano de Pormenor de Salvaguarda dos Gabinetes Técnicos Carnide - Luz / Paço do Lumiar e Rua do Lumiar / Ameixoeira da Câmara Municipal de Lisboa (cf. Andrade, 2003).

classificado do antigo Lumiar, mas decisões tomadas em décadas anteriores não acautelaram espaço que permitisse salvaguardar a extensão aprovada (vd. imagem 23) e ela foi criada conforme as distintas possibilidades de inclusão que então se ofereciam. Se esta limitação seria inultrapassável o mesmo não se aplicaria a procedimentos para assegurar a reabilitação e conservação do bom estado do espaço natural, cultural e edificado que ainda fora possível inscrever na zona de protecção (IGESPAR, 2012). O panorama de conservação na envolvente “protegida” do entorno proximal do lugar de memória de Júlio de Castilho justifica, todavia, uma breve descrição geral sobre o mau estado em que esta se encontra.

A Rua Pena Monteiro e a artéria vizinha, a Travessa do Coutinho, apresentam ervas daninhas e o piso em mau estado. Parte dele não foi recolocado quando, há cerca de 20 anos, foi levantado para a instalação de infra-estruturas. Na empena da casa de Luz Soriano existe um espaço devoluto e sem empedrado desde que o antigo Lumiar foi arrasado. Não se conhecem intenções de reconversão e ele permanece, apenas, deixado ao abandono (Figura 24). O fornecimento de água é improvisado. Os tubos de plástico encontram-se à superfície, o que se assemelha a soluções de recurso para distribuição doméstica de água em zonas suburbanas de génese ilegal.



*Figura 24.* Aspecto da travessa do Coutinho e do recanto devoluto da Rua Pena Monteiro, a envolvente proximal da casa de Júlio de Castilho. Fontes: <https://monteiromor.blogspot.com/> e documento privado



Parte da Rua do Lumiar e seis edifícios confinantes com o Museu Nacional do Traje são o que resta do antigo núcleo urbano do Lumiar. Esta esquelética remanescente (vd. Imagem 23). não tem uma escala que permita considerar que o conjunto do Largo Júlio de Castilho e Rua Pena Monteiro tenham conservado a sua envolvente, como pode observar-se ao comparar a distinta perspectiva entre o enquadramento edificado e ambiental que era oferecido e o actual (Figura 25).



*Figura 25.* Perspectivas comparativas da Rua Pena Monteiro. Fontes: <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/09/largo-julio-de-castilho.html> e fotografia privada, 25 de Janeiro de 2019.

A visão que a partir da Rua Pena Monteiro se tem do tardo de um prédio em ruína é uma impressionante imagem de inutilidade e incúria pública. Ela é tocante para os que conservam a memória de este edifício ter sido o melhor prédio de habitação familiar da Rua Direita e aquele que tinha a maior varanda (Figura 26).



*Figura 26* - Comparação do estado de uma casa que subsiste na envolvente do espaço memória de Júlio de Castilho. Fontes:

[http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf) e <https://monteiromor.blogspot.com/>

Na imediação do Largo Júlio de Castilho localiza-se o pequeno conjunto classificado da Rua do Lumiar. Hoje, em termos de ocupação e conservação urbana, ela é uma pálida sombra do que foi até aos anos 60-70 do séc. XX e assemelha-se a um cliché de cenários vazios. Novas edificações geradas pela expansão urbana e pela construção da Avenida Padre Cruz destroçaram o núcleo antigo e são dissonantes com o que resta do legado construído e de memória do lugar. Parte da Rua do Lumiar foi “poupada”. Mas ela, ao ficar destituída de tecido urbano e cultural, de envolvente natural, e de dinâmica social, foi sendo abandonada (Figura 27).



*Figura 27*. A Rua Direita do Lumiar nos anos 60, ainda com campo por fundo antes de existir a Avenida Padre Cruz e imagem recente do seu estado actual. Fontes:

[http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade\\_mecum/Vademecum\\_AC\\_1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf); <http://www.igogo.pt/nucleo-antigo-da-rua-do-lumiar/>

Diligências iniciadas em 1996-1997 (18) não reverteram a situação desta rua, ainda que, na altura e depois, tenham existido algumas obras de intervenção e reabilitação. Sobre a degradação patrimonial das habitações domésticas do núcleo histórico do Lumiar (Figura 28), Serrão observou: “Lidamos todos os dias com tal evidência, em dimensão de nostálgico desconforto, e esquecemos muitas vezes que é sempre possível travar o abandono, que existem modos de agir para se inverter o estado de ruína travar e assumir a recuperação dos bens patrimoniais, e que tal tipo de intervenção é um imperativo da cidadania” (2015, p. 8). Mas as intervenções da responsabilidade do município foram pontuais e as de iniciativa privada casuísticas. Elas, até agora, não alteraram substantivamente o perfil degradado e arruinado da Rua do Lumiar, sita na envolvente proximal da casa de Júlio de Castilho.



*Figura 28.* Aspecto da mais recente “vitima do tempo” na Rua do Lumiar. Nesta casa muito há para reconstruir e pouco para reabilitar. Reveja-se como era esta casa na Figura 26. Fonte: fotografia privada, 13 de Fevereiro de 2019.

#### 4. Considerações Finais

É inequívoco o valor da obra de Júlio de Castilho, importante e inspirador estudioso da origem, evolução e vivências dos sítios, monumentos e instituições da história de Lisboa, história que se cruza com a do país. Pretendeu-se relevar o interesse de reabilitar, preservar e tornar mais conhecido e dinâmico o antigo Lumiar e o seu lugar de memória de Júlio de Castilho. Apesar de desde 1959 não se ter encontrado referências a novos lugares celebrativos em sua intenção – e este propósito poder ter tido continuidade e diversas configurações – isso não obstará a que os espaços de memória criados no Lumiar tivessem sido cuidados e revitalizados, mas o Largo Júlio de Castilho e a sua casa foram votados a continuada incúria. Desatenção que não dignifica a relevância do sítio, a de quem nele se pretende homenagear, não prestigia o museu nacional instalado no Largo de Júlio de Castilho, nem o significado histórico, e presente, do movimento associativo nele representado pela Academia Musical 1 de Julho de 1893. Perante este quadro importa reconsiderar e alterar o estado de conservação do Largo Júlio de Castilho, bem como o do núcleo histórico do Lumiar e a sua envolvente.

Como já se referiu, entre os anos oitenta do séc. XX e início do séc. XXI produziu-se legislação e planos para proteger o antigo Lumiar. Eles não poderiam reverter a destruição que se abatera sobre o local mas não aparentam ter produzido resultados substantivos para travar a perda do património desta zona classificada e estimular a recuperação do antigo lugar. O abandono do antigo Lumiar, e do Largo de Júlio de Castilho, são casos singulares mas que se reflectem no cômputo geral do estado da conservação dos núcleos históricos da cidade de Lisboa. Perante o panorama descrito será pertinente concluir esta comunicação com uma reflexão que, porventura, possa contribuir para reflectir e melhorar o estado do

património cultural no espaço público do Lumiar, o que teria, também, interesse para os lugares de memória de Júlio de Castilho na Freguesia, para a sua comunidade e para a cidade de Lisboa.

Vive-se num mundo em mudança mas esta não se sente no que resta do antigo lugar do Lumiar. Muitos edifícios da sua “Rua Direita” tornaram-se ruínas expectantes (Figura 27). Eles como que aguardam que a acção do tempo dite a sua irremediável destruição (vd. Figura 28) ou esperam poder ser resgatados por uma esperançosa reabilitação consistente, no sentido de esta ser perspectivada de forma integrada e como acção para “melhorar as características físicas, sociais, culturais, económicas e funcionais de uma determinada área, através da interacção de todos estes componentes” (Quintas, 2011, p. 10). A Rua do Lumiar, o Largo Júlio de Castilho, e a sua envolvente, necessitam da regeneração do seu edificado e de tecido humano e cultural para manterem a sua identidade e terem uma expressiva, e equilibrada, ocupação pública, familiar, comercial, social e cultural. Esta pode conferir-lhes ressignificação acrescentando-lhes novas referências e vivências que contribuam para dinamizar o desenvolvimento do lugar.

O actual fenómeno de retorno ao Lumiar ocorre num contexto que apela a construir menos e a reabilitar mais, ainda que não seja recomendável uma situação generalizada de a preservação e revitalização do antigo lugar assentar, exclusivamente, na sua privatização. Esta solução, cada vez mais recorrente, pode não acautelar a transmissão e uso do seu legado material e imaterial. A regeneração do antigo lugar deveria combinar uma avisada actuação pública e privada que beneficie moradores, visitantes e o tecido empresarial local, e devia ser perspectivada como uma oportunidade para a renovação do património cultural do núcleo histórico da Freguesia e para este poder reafirmar-se nas suas múltiplas dimensões sociais. Pierre Nora diz: “Não há porque obstar o crescimento de uma cidade, ele é necessário e bem-vindo, mas as perdas de referências da população em relação a seu passado provocam, por

exemplo, a perda concomitante da noção de ‘pertencimento, princípio e segredo da identidade’, que no nosso entendimento passa pela educação patrimonial (...)” (1993, p. 18). Esta é importante para a cidadania e para criar públicos, essenciais a todas as políticas de democratização e acesso a bens culturais. E políticas de educação patrimonial carecem de pessoas envolvidas, motivadas e informadas de forma a que possam co-participar, usufruir e acrescentar o património cultural, um bem em construção.

O estado em que se encontra o património cultural do Lumiar tem um histórico de responsáveis directos: as instituições e serviços centrais e locais que operam nas áreas da cultura, património e manutenção urbana. Responsabilidade que, também, envolve os próprios cidadãos: “o património no espaço público tem, também, funções de interpretação do espaço físico e social e de criar enquadramentos que possam contribuir para antecipar e projectar continuidade de identidade e diferenças que se lhes queiram imprimir para que eles sejam o que se deseja que venham a ser” (Silva, 2015, p. 55). A possível fragilidade de envolvimento e articulação cívica na defesa do património do Lumiar, fenómeno também identificado em torno do lugar de memória de Júlio de Castilho, não reduz a responsabilidade das instâncias institucionais. Estas alheiam-se das críticas surgidas na comunicação social (alguns exemplos na nota 17) e do seu dever de preservar o património cultural do Lumiar e os seus lugares de memória. Outros factores poderão contribuir para a continuada degradação do património cultural no Lumiar e noutros sítios. Caso de um contexto societal – emoldurado por lógicas de sociedade do espectáculo, cultura de entretenimento, presentismo e instantaneidade (Castells & Cardoso, 2006, Martel, 2010, Melman, 2012) – que pode desvalorizar referenciais culturais, memória, conhecimento validado e dificultar a motivação e agregação cívica em torno da defesa e apropriação do património, não obstante ele ser um factor de diferenciação e poder contribuir para aliviar uma uniformização de práticas geradas por monoconsumo desinformado e acrítico de

produtos da indústria cultural (Adorno, 1987). Estes fenómenos também não são independentes de algum demissionismo social e educativo em relação ao património cultural; da retracção de investimento; de fraca inovação em políticas e ofertas culturais; de algum afunilamento destas ofertas em produtos massificados e/ou desajustados de novos contextos socioculturais; da restrita diversidade de estratégias de abordagem e de exploração mobilizadas em práticas de promoção do património cultural; de baixo enfoque das ofertas nos públicos destinatários. Este quadro dificulta a promoção, apropriação e interesse pelo património e a compreensão social de ele ser um bem comum: “(...) a sobrevivência dum grupo do passado na recordação dum grupo presente confere a esta recordação a função de memória colectiva (...)” (Elias, 1993, p. 249).

A vir a ser empreendido um plano abrangente de reabilitação e salvaguarda do património cultural do Lumiar, e do lugar de memória de Júlio de Castilho no espaço público, será desejável que ele seja acompanhado por programas que contemplem os usos a dar a este património e à sua relação com as novas áreas urbanizadas da Freguesia e com o conjunto da cidade. O desenho de políticas e programas culturais devem, para este e outros fins, envolver contributos solicitados e voluntários; prever divulgação adequada; ser apresentados e enquadrados por efectivo debate para que estes programas e ofertas possam ser criados com os potenciais participantes e as parcerias envolvidas. Estes programas precisam de enquadrar novas problemáticas; diversificar ofertas informativas, educativas e culturais; considerar dinâmicas de envolvimento; fornecer bases informativas que facultem, a residentes e visitantes e a possibilidade de interpretar e projectar sentido sobre o património cultural do lugar. Estes processos e estratégias podem ampliar níveis de atractividade e cooperação, gerar maior impacto nos públicos e na preservação e dinamização do património cultural – um bem em processo de construção e reinterpretação que não deve ser negligenciado. Ele pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade,

razão porque deve fazer parte da política cultural nacional, da cidade e da Freguesia do Lumiar.

O antigo Lumiar, e o espaço memória de Júlio de Castilho, estão inscritos numa zona protegida. O IGESPAR considera-a um “conjunto de imóveis símbolos de valores históricos, artístico – arquitectónicos, paisagistas e de memória, a todos os níveis notáveis” (2012, p. 9). Importa, então, explorá-los e apoiar-los com políticas culturais que os resgatem do abandono, que lhes confirmem sustentabilidade e aportem retorno social. Estas diligências carecem, também, de reflexão em torno dos bens patrimoniais. E de ofertas informativas, educativas e culturais para os diversos moradores, visitantes e públicos, a fim de elas contribuírem para reinscrever o interesse social do significado destes bens. Para isso elas precisam de ser acompanhadas por estratégias participativas e de comunicação diversificadas e ajustadas ao objecto das ofertas propostas e aos participantes. No caso de Júlio de Castilho, ele, a sua obra, o seu lugar de memória no Lumiar, e a respectiva envolvente, continuam a fornecer tópicos interessantes e potencialmente motivadores que seria pertinente abordar e promover consistentemente, pois ao património cultural não basta fazer parte de um conjunto classificado; limitar-se ao papel de “pedras mortas” destituídas de memórias inscritas em vivências sociais; sustentar-se em frágeis lembranças a desvanecerem-se na fluidez de um “mundo líquido” (Bauman & Lins, 2016).

O património cultural precisa de ser valorizado e inscrito na memória colectiva e na cultura da informação de uma sociedade do conhecimento, o que envolve informação científica, cultural, tecnológica, das humanidades e expressões artísticas e criativas do património cultural humano. Na sociedade informacional em rede ele pode contribuir para contrariar riscos de perda de identidade, de isolamento, de uniformização massificada e de desindividualização. Deve, portanto, ser considerado um referencial para as novas gerações reconhecerem factores identitários e facultar elementos de agregação comunitária e social



(Castells & Cardoso, 2006). Importa, portanto, revalorizar o papel do património cultural. Em relação ao património do antigo Lumiar, este precisa de ser regenerado e integrado em novas dinâmicas socioculturais e de ser inscrito numa política alargada de gestão territorial e patrimonial que considere os referenciais culturais do antigo Lumiar. O Largo Júlio de Castilho carece, urgentemente, de ser recuperado e que nele se inscreva, e se conserve, uma consciência celebrativa do património e da memória histórica do Lumiar e de Júlio de Castilho. Lugares de memória têm, simultaneamente, funções materiais, simbólicas, funcionais, e neles deve projectar-se uma “vontade de memória” (Nora, 1993), o que os torna lugares de reconhecimento e pertença no espaço colectivo, pois “o desaparecimento da tradição cultural própria ao ser absorvida na unidade do nível de integração mais elevado significa, de facto (...), uma espécie de morte colectiva” (Elias, 1993, p. 47).

Seria desejável que a reabilitação da Casa de Júlio de Castilho possa inspirar a recuperação, e a continuada conservação e dinamização, de outro património material e imaterial do Lumiar. Mas perante o evidente e continuado desinvestimento no seu núcleo antigo pode pensar-se que, tal como não houve há cinquenta anos decisão para o destruir completamente, também hoje ainda não haverá decisão para o recuperar e revitalizar. Perante este continuado imobilismo pode parecer que se está à espera que a responsabilidade por o fazer desaparecer seja atribuída à inexorabilidade do tempo. O que a suceder destituirá a casa e o Largo Júlio de Castilho dos parques referenciais subsistentes de enquadramento, e da possibilidade de leitura da sua relação com o antigo Lumiar. Por ocasião da efeméride dos cem anos sobre o falecimento de Júlio de Castilho, efeméride que pretende celebrar a sua obra e memória, importaria fazer uma reflexão institucional e pública sobre a reabilitação, adaptações e usos a dar ao seu lugar de memória no espaço público do Lumiar e ao património cultural do lugar. Eles poderão, apoiados por programas consistentes e

pertinentes, contribuir para regenerar formas de as pessoas se relacionarem como comunidade e como sociedade.

## Referências

Adorno, T. W. (1987). Sobre a indústria cultural. In *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*, Cohn, G. (Org.). S. Paulo: Quiróz, T. A., 287-295.

Andrade, S. (2003). Lumiar, núcleo antigo do Lumiar. *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Obtido na [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2622](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2622). [Consult. 18.01.2019].

Arez, A. (2004). O Palácio e a Quinta do Monteiro-Mor no Paço do Lumiar. [Em linha]. *Resumos das Actas CONGRESSO INTERNACIONAL DA APHA, 3º, Porto, 2004. Organizado pela Associação Portuguesa de Historiadores de Arte*, 1-3. Obtido na <http://www.apha.pt/boletim/boletim4/resumos/AnaArez.pdf>. [Consult. 26.01.2019].

Arez, A. (2010). A quinta e o Paço dos Mestres de Avis no Lumiar, actualmente integrados no Museu Nacional do Traje. In *4ªs JORNADAS HISTÓRICO CULTURAIS DO LUMIAR, 2008*. Lisboa: Junta de Freguesia do Lumiar.

Aristóteles (1991). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural.

Bauman, Z. & Lins, M. (2016). A fluidez do mundo líquido de Zygmunt Bauman: entrevista original a Milénio. In *Globo News*, 29.04.2016. Rio de Janeiro: Globo News. Obtido na <http://www.fronteras.com/entrevistas/a-fluidez-do-mundo-liquido-de-zygmunt-bauman>. [Consult. 17.05.2018].

Bentmann, R. & Müller, M. (1975). *La villa como arquitectura del poder*. Barcelona: Barral



Caldas, J. V. (1999). *A casa Rural nos Arredores de Lisboa no século XVIII*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.

Candeias, A. (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. & Cardoso, G. (Org.) (2006). *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 434p. ISBN: 972-27-1453-8.

Obtido na [http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/Sociedade em Rede CC.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf). [Consult. 15.01.2018].

Castelo Branco, F. (1980). *Breve História da Oisipografia*. Amadora: Ministério da Cultura e da Ciência.

Castilho, J. de (1938). *Lisboa antiga*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L. [Câmara Municipal de Lisboa], 12v.

Chartier, Roger (dir.) (2003). *Pratiques de la lecture*. Paris, Editions Payot & Rivages.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE

LISBOA (2014). São João num largo de Lisboa. In *Toponímia de Lisboa*. Obtido na <http://toponimialisboa.wordpress.com/2014/06/24/sao-joao-num-largo-do-lumiar/>

[Postado a 24.07.2014. Consult. 14.01.2019].

Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press. Obtido na

[http://pages.uoregon.edu/koopman/courses\\_readings/phil123-net/publicness/habermas\\_structural\\_trans\\_pub\\_sphere.pdf](http://pages.uoregon.edu/koopman/courses_readings/phil123-net/publicness/habermas_structural_trans_pub_sphere.pdf).

IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (2012). *Proposta de revisão do âmbito da classificação do conjunto do Paço do Lumiar (...)*. Lisboa:

Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. Obtido na



<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf>. [Consult.

08.02.2019].

Martel, F. (2010). *Mainstream, enquête sur la guerre globale de la culture et des médias*. Paris: Flammarion.

Matos, J. S. de (1989) – Quinta de Recreio. In *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

Melman, C. (2012) – *L’homme sans gravité: jouir à tout prix*. Paris: Denoël.

Mesquita, M. D. (1992). *História da Arquitectura, uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em História da Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Mónica, M. F. (1980). Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX. In *Análise Social*. V. XVI, 63, 499-518. Obtido na <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223996537J4mEJ0mb1Tn90RZ7.pdf>.

[Consult. 15.01.2019].

Monteiro, N. G. F. (2007). *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. [Em linha]. In *Projeto História*. nº 10, 7-28. Obtido na <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. [Consult.

20.01.2019].

Paléologue, N. (1924). Romantisme et diplomatie [artigo sobre Talleyrand e Metternich]. In *Revue des deux Mondes*. 1er avril 1924, 281-318. Obtido na [http://www.talleyrand.org/politique/romantisme\\_diplomatie\\_talleyrand3.htm](http://www.talleyrand.org/politique/romantisme_diplomatie_talleyrand3.htm).

[Consult. 01.09.2016].



- Quintas, J. de A. T. C. (2011). *Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: o exemplo do Palácio Fronteira*. [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Lisboa: Portugal. Obtido na <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3306/1/dissertacao.pdf>. [Consult. 17.01.2019].
- Revez, C. et. al. (2012). *Mistérios do Paço do Lumiar: da fundação a Júlio de Castilho*. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.
- Rousseau, J.-J. (1974). *O contrato social*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Serrão, V. (2015). Prefácio. In *Apontamento para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*, Silva, V. M. da. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 8-10. Obtido na [http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade\\_editorial\\_e\\_didactica&seccao=o\\_ideario\\_patriomonal&media=monografia&lang=PT#media](http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial_e_didactica&seccao=o_ideario_patriomonal&media=monografia&lang=PT#media). [Consult. 17.01.2019].
- Silva, V. M. da (2015). *Apontamento para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. Obtido na [http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade\\_editorial\\_e\\_didactica&seccao=o\\_ideario\\_patriomonal&media=monografia&lang=PT#media](http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial_e_didactica&seccao=o_ideario_patriomonal&media=monografia&lang=PT#media). [Consult. 12.01.2019].
- [Simões?] P.C.S. como] (1976-1977). Apontamentos de algumas visitas realizadas pelo grupo, em 1977. (p.) In *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*. Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa. Ano 39 e 40, nº 139-140, 111-121. Obtido na [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1976-1977/N139-140/139-140\\_master/Olisipo\\_N139-140\\_1976-1977.PDF](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1976-1977/N139-140/139-140_master/Olisipo_N139-140_1976-1977.PDF). [Consult. 10.01.2019].

Viegas, J. M. L. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. In *Sociologia Problemas e Práticas*. 1, 103-121. Lisboa: ISCTE. Obtido na <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=438>. [Consult. 15.01.2019].

Wesch, P. (2009). *El Palácio Sanssouci: la residência de verano de Federico el Grande*. Múnich: Prestel.

Williams, R. (1960). *Culture and Society: 1780-1950*. New York: Anchor Books. Obtido na <http://archive.org/stream/culturesociety17001850mbp#page/n7/mode/2up>. [Consult. 06.02.2019].

